

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CURSO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
ÁREA DE TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

Imaginário sobre o *gaúcho* no discurso literário:
da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à
desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins

Por Verli Fátima Petri da Silveira
Orientação: Prof^a. Dr^a. Freda Indursky

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Letras – área de Teorias do Texto e do Discurso,
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Letras.

Porto Alegre, 06 de maio de 2004.

Sumário

Agradecimentos	05
Obras analisadas na Parte III e respectivas abreviaturas	07
Resumo	08

PARTE I - Sobre o tema e os pressupostos teórico-metodológicos

1 Introdução	
1.1 Considerações Iniciais	13
1.2 Apresentação do tema	18
2 Dispositivo teórico	
2.1 Construindo o dispositivo teórico da pesquisa	34
2.2 Construindo o dispositivo de análise	39
3 Proposta Metodológica	70

PARTE II – Sobre a construção do objeto de análise

Capítulo 1 - Explorando “entornos” teóricos

1.1 A construção/instituição do mito: história e literatura	77
1.2 Imaginário, simbólico e real: da Psicanálise e da Filosofia para a Análise do Discurso	120
1.3 As formações imaginárias na construção/instituição da imagem do gaúcho	134

Capítulo 2 - Circunscrevendo o objeto de análise

2.1 Por uma reconstituição das condições de produção do discurso sobre o “gaúcho”	162
2.2 O resgate dos primeiros relatos	172

PARTE III - Sobre o *corpus* e as análises

Capítulo 1 - O dispositivo analítico e suas implicações teórico-metodológicas

- 1.1 Do referencial teórico ao dispositivo analítico 204
- 1.2 Os processos de produção do sentido: a paráfrase e a metáfora 219

Capítulo 2 – Construindo as análises

- 2.1 A representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso literário gauchesco 257
- 2.2 O funcionamento das designações e das descrições na apresentação do gaúcho no discurso literário 279

Considerações finais 342

Referências Bibliográficas 348

Agradecimentos

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - pelo auxílio concedido.

À Prof^ª. Dr^ª. Freda Indursky pela equilibrada orientação, pelas incansáveis leituras, pela inestimável compreensão nos momentos difíceis, pelas fortalecedoras palavras de incentivo, pela absoluta disponibilidade, pelo exemplo de profissional que é, pelo carinho e amizade que me dedicou, enfim, por tudo.

Aos professores do PPG-Letras, com os quais muito aprendi, em especial à Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Leandro Ferreira e à Prof^ª. Dr^ª. Ana Zandwais.

À Prof^ª. Dr^ª. Ana Mello pela disponibilização de sua biblioteca particular.

Ao Canísio, à Márcia e à Eni, da Secretaria do PPG-Letras, pela seriedade do trabalho que realizam.

Aos professores, colegas e amigos que disponibilizaram seu tempo, seu saber e sua experiência acadêmica, contribuindo para o aprofundamento de minhas reflexões, em especial à Prof^ª. Dr^ª. Amanda Eloina Scherer e à Prof^ª. Dr^ª. Sílvia Lobato Paraense.

Às amigas que fizeram do Curso de Doutorado um espaço de proficuas reflexões intercaladas por momentos alegres e descontraídos, em especial à Blanca, à Evandra e à Gesualda.

À Tula e à Marlete pelo apoio incondicional.

À Denise Alves e à Denise Zanon por se mostrarem tão amigas diante das adversidades que o trabalho de escritura de tese produz.

À Laine pelo carinho e compreensão nos momentos críticos, pela amizade e lealdade que me dedicou nesses últimos quatro anos.

Ao César, companheiro de todas as horas, meu cúmplice em mais essa conquista. A ele que sempre soube compreender minhas ausências, meus momentos de angústia e de euforia, meu reconhecimento e meu amor incondicional.

À Bibiana e à Maiara, minhas maiores riquezas e minhas maiores apoiadoras, pela maturidade com que viveram esses últimos anos e pela compreensão do que significa para mim esse trabalho. A vocês, minhas filhas, dedico essa conquista!

À toda minha família, pelo incentivo e por ser a torcida mais amorosa que alguém pode ter.

À Guacira e à Janete que fizeram da minha casa um local perfeito para a introspecção que a escritura de uma tese exige.

Enfim, a todos que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização desse trabalho. Muito obrigada!

Obras analisadas na Parte III e respectivas abreviaturas

LOPES NETO, João Simões. (1997) *Contos Gauchescos*. (Nova Edição). Porto Alegre: Martins Livreiro.

Contos Seleccionados:

Trezentas Onças – TO

Chasque do Imperador – ChI

Os cabelos da china – CCh

O Anjo da Vitória – AV

Duelo de Farrapos - DF

MARTINS, Cyro. (1993) *Porteira Fechada*. 10. ed. Porto Alegre: Movimento.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a constituição de imagens de gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca, levando em conta a presença de, pelo menos, duas representações que habitam todo um imaginário social sobre o gaúcho: a do mito e a do não-mito. Para tanto elegemos, como *corpus* de análise, seqüências discursivas constitutivas de duas obras consagradamente gauchescas: *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.

É a Análise de Discurso de Escola Francesa (AD) que dá sustentação teórico-metodológica a esse trabalho, que se constitui no “entremeio” de disciplinas da área de Ciências Sociais, compreendendo um percurso que contempla noções advindas da História, da Psicanálise, da Antropologia, da Geografia, cada uma delas vindo a funcionar de maneira bem específica junto às noções próprias da AD.

O trabalho está sub-dividido em três partes, assim nomeadas e constituídas:

- Parte I - “Sobre o tema e os pressupostos teórico-metodológicos”, que explicita o tema e os pressupostos teórico-metodológicos da AD, mobilizados no desenvolvimento do trabalho;
- Parte II - “Sobre a construção do objeto de análise”, sub-dividida em dois capítulos: Capítulo 1, que abrange os entornos teóricos que contribuiram para a reflexão acerca do objeto de estudo; e o Capítulo 2, que apresenta as possibilidades de se circunscrever o objeto de estudo em questão, via um levantamento das condições de produção e via a observação dos entrecruzamentos de discursos sobre o gaúcho;
- Parte III - “Sobre o *corpus* e as análises”, sub-dividida, também, em dois capítulos que apresentam as análises, propriamente ditas. É nessa terceira parte que se revelam as imagens de gaúcho que constituem o discurso da narrativa literária gauchesca em questão, estabelecendo relações de identidade e de

alteridade entre o mito e o não-mito gaúcho no discurso literário gauchesco em questão.

Importa destacar, ainda que resumidamente, o que as análises revelam: por um lado, a representação das formas de subjetivação do gaúcho nesse discurso; e, por outro, as designações e descrições de gaúcho que constituem o discurso em questão. A análise das formas de subjetivação do gaúcho explicita as não-coincidências entre o lingüístico e o discursivo na constituição dos sentidos. A análise das designações e descrições atribuídas ao gaúcho representado ora como mito e ora como não-mito no discurso literário em questão revelam imagens de gaúcho, desconstruindo efeitos de oposição entre mito e não-mito.

Assim, o presente trabalho explicita como se constrói uma e outra imagem de gaúcho no intradiscurso: a imagem do mito, em *Contos Gauchescos*; e a imagem do não-mito, em *Porteira Fechada*; bem como explicita que a construção dessas imagens, no discurso da narrativa literária gauchesca, faz parte de um “processo discursivo” onde se constroem e emergem diferentes imagens de gaúcho.

RESUMÉ

Le present travail a pour objectif investiguer la constitution des images de “gaúcho” dans le discours de la narrative littéraire “gauchesca”, relevant qu’il y a, au moins, la présence de deux représentations qui habitent tout un imaginaire social sur le “gaúcho”: la représentation du mythe et la représentation du non-mythe. Pour se faire, on a pris, comme objet d’analyse, des séquences discursives constitutives des deux oeuvres littéraires consagrées comme “gauchescas”: *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.

C’est l’Analyse de Discours de l’École Française (AD) qui donne la sustentation théorique et méthodologique à ce travail qui est constitué à l’entrecroisement de disciplines des Sciences Sociales, comprenant un parcours qui prend en considération des notions propres à l’Histoire, à la Psychanalyse, à l’Anthropologie, à la Géographie, il aut dire également que chacune de ces notions gagnent un fonctionnement bien spécifique à cote des notions propres à l’AD.

Le travail est organisé en trois parties, ainsi nomées et constituées:

- Partie I - “Sur le thème et les présupposés théorique-méthodologiques”, que explicite le thème et les présupposés théorique-méthodologiques de l’AD, mobilisés dans le développement du travail;
- Partie II - “Sur la construction de l’objet d’analyse”, organisé en deux chapitres: Chapitre 1, qui présente les autres présupposés théoriques qui contribuent pour la réflexion à propôs de l’objet d’étude; et le Chapitre 2, / qui présente les possibilités de circumscription de l’objet d’étude en question, soit par un relèvement des conditions de production, soit par l’observation des entrecroisements des discours sur le “gaúcho”;
- Partie III - “Sur le *corpus* et les analyses”, organisé, aussi, en deux chapitres qui présentent les analyses, proprement dites. C’est dans la troisième partie qui se revèlent les images de “gaúcho” qui constituent le discours de la narrative littéraire “gauchesca” en étude, où s’établissent estabecent des relations

d'identité et d'altérité entre le mythe et le non-mythe du "gaúcho" dans ce discours littéraire "gauchesco".

Il est important de relever, encore, que les analyses révèlent: d' un côté, la représentation des formes de subjectivation du "gaúcho" dans ce discours; et, de l'autre côté, les désignations et les descriptions de "gaúcho" qui constituent le discours en question. L'analyse des formes de subjectivation du "gaúcho" explicitent les non-coïncidences entre le linguistique et le discursif dans la constitution des sens. L'analyse des désignations et des descriptions attribuées au "gaúcho", représenté comme mythe et après comme non-mythe, dans ce le discours littéraire, révèlent des images de "gaúcho", qui travaillent dans le sens de déconstruire les effets d'opposition entre le mythe et le non-mythe.

Finalement, le présent travail explicite comme se bâtissent l'une et l'autre image de "gaúcho" dans l'intradiscours: l' image du mythe, en *Contos Gauchescos*; et l'image du non-mythe, en *Porteira Fechada*; ces analyses explicitent également que la construction de ces images, dans le discours de la narrative littéraire "gauchesca", fait partie d'un "processus discursif" où se produisent et émergent les différentes images de "gaúcho".

PARTE I

Sobre o tema e os pressupostos teórico-metodológicos

1 Introdução

1.1 Considerações Iniciais

“A única coisa sagrada é a insatisfação do homem consigo mesmo e seus esforços para ser melhor do que é” (Francisco Gorky).

Inicialmente, falar sobre o trabalho que venho desenvolvendo ao longo desses quatro anos parece ser uma questão simples e elementar, inclusive um tanto subjetiva, mas à medida que retomamos leituras e nos dispomos a reelaborar noções essenciais da Análise do Discurso de Escola Francesa (AD), passamos a reconhecer o desconforto que nossa condição de incompletude produz nesse momento da escritura.

Na elaboração de um trabalho científico ou em qualquer outra situação discursiva, a incompletude emerge, ela é constitutiva do sujeito seja qual for a posição social ou ideológica que ele ocupe num determinado momento; o fato é que uma vez problematizada a questão discursiva e identitária, ela passa a nos acompanhar por onde quer que andemos. São tantos os questionamentos que nos instigam e “têm também o efeito de aumentar nossas angústias” à medida que reconhecemos nossa condição de incompletude.

A vida acadêmica, como a vida pessoal, é sempre resultado de nossas escolhas. Conforme nossas opções vão se realizando vai se delineando um caminho que traçamos aos poucos, vivendo um dia de cada vez e buscando no aprendizado a construção de uma identidade. Quando nos propomos a pesquisar e a produzir uma tese de doutorado não é diferente; precisamos fazer algumas escolhas, aliás, importantes escolhas que teremos que assumir no decorrer da carreira acadêmica que se seguirá a partir da defesa. A primeira opção é a de se propor a realizar o curso mesmo de doutorado, isto é, optar por viver um grande desafio que é, antes de tudo, o desafio de desenvolver uma atividade intelectual racional de qualidade que produza efeitos de objetividade. Ao nos lançarmos nesse desafio, passamos a fazer parte de uma cadeia discursiva, na qual a nossa produção discursiva é o que mais nos expõe. O discurso que produzimos nos expõe à crítica. Essa exposição é necessária, mesmo que ela produza em nós um efeito contraditório de que estamos fazendo

a coisa certa, mas de que estamos sempre correndo riscos. Ainda que hesitantes, vivemos esta experiência do início ao fim, em cada aula, em cada monografia, no momento da qualificação e na tese em si.

Nosso desejo e nossa ilusão primeira é de produzir uma materialidade objetiva e clara, o que a própria AD nos mostra ser impossível. A segunda ilusão que nos move é a de criarmos algo de novo, que ninguém tenha dito antes e, mais uma vez, a AD nos mostra que não somos a origem do nosso discurso. De fato, ao aceitarmos nossa condição de “sujeito”, propomos nesse trabalho o desenvolvimento de uma possibilidade de leitura, um “gesto de interpretação” habitado por muitos outros, mas que acreditamos ser singular pelo recorte discursivo que realizamos e pela perspectiva de olhar que se lança sobre a materialidade escolhida. Partimos da ilusão de ocuparmos “um lugar vazio” que, na verdade, já foi ocupado por inúmeros sujeitos interpelados pela ideologia e que, neste momento, passa a configurar o espaço do sujeito que produz o presente texto, trata-se da materialização de uma leitura/releitura particular, determinada pelas condições de produção.

Dessa forma, mais ou menos consciente do que significa apresentar este trabalho, faz-se necessário começar. O começar, como reflete Foucault (1996), é sempre tão complicado e seria tão melhor se não houvesse esse ritual do começo “e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível” (p. 6).

Já que começar é inevitável, é preciso dizer sinteticamente o que pode ser encontrado nas páginas que seguem, num movimento de assujeitamento que nos conduz à ilusão de que podemos controlar os sentidos que emanam de nossas palavras. Assim, importa dizer que nossa pesquisa busca, *teoricamente*, adentrar o espaço teórico e discursivo da Análise do Discurso de Escola Francesa na tentativa de marcar nosso lugar pela explicitação de algumas noções em detrimento de outras; *historicamente*, circunscrever o objeto de estudo; *mitologicamente*, recuperar o efeito origem que sustenta todo um imaginário social; *literariamente*, identificar o lugar onde mito, história e ficção constituem-se em discurso; *analiticamente*, interceptar a cadeia discursiva que constitui o discurso da narrativa literária gauchesca de onde emerge o imaginário sobre o sujeito

gaúcho que conhecemos hoje, na pretensão de desconstruir efeitos de sentido evidentes e instalar um gesto de interpretação particular.

Elaborar a introdução desse trabalho está me conduzindo a refletir sobre o quanto essa pesquisa mobiliza questões identitárias tão particulares e ao mesmo tempo tão socializáveis. Observar o gaúcho, sua constituição histórica, mitológica e ficcional, via discurso, representa olhar para dentro e para fora de mim mesma, e depois realizar o movimento inverso de fora para dentro... É questionar o individual – que mobiliza o inconsciente, o sujeito desejante - e o social – que mobiliza o ideológico, o sujeito assujeitado -, sem perder de vista os elementos que construíram uma imagem de gaúcho que inspira a alguns e incomoda a outros, sustentando-se no imaginário social, no qual é possível observar movimentos de identidade e de alteridade.

Poderíamos falar dos diferentes momentos que foram difíceis de superar no decorrer do doutorado, mas nos limitamos a falar em dois excepcionalmente marcantes: o princípio e o fim. Começar, como já dissemos, é sempre muito duro. É no começo que determinamos com precisão o lugar da cadeia discursiva que interceptamos para que se produza o efeito fundacional do nosso discurso. Terminar é muito perigoso. Como determinarmos o fim de um trabalho quando sabemos que o que chamamos de começo não passa de uma ilusão necessária do sujeito que precisa de um ponto fundador para produzir seu discurso? Se interceptamos uma cadeia discursiva para dar início ao que chamamos de tese de doutoramento, esta cadeia sob certos aspectos ficou em suspenso, e precisamos utilizar um fecho, algo que restitua o rompimento que se produziu em determinado momento e, assim, produzir um efeito de sentido de finalização do trabalho.

Se há um ponto fundante desse trabalho, acredito que ele possa ser situado num determinado momento da minha experiência acadêmica, o que é respaldado pelo meu trabalho e pelo lugar que ocupo atualmente. É importante salientar que esse lugar de filiação no qual me encontro hoje é resultado de uma construção, de pelo menos dez anos de inquietação, num movimento entre o estar dentro e o estar fora da academia, numa busca incansável que passa pela Lingüística, pelo Ensino de Língua Estrangeira, pela Literatura e pelas Ciências de Formação Social. O fio condutor entre estas disciplinas sempre foi a preocupação em discutir as questões relativas à linguagem. A inquietação ainda continua, mas agora fundamentada nessa linha teórica já especificada, que se realiza como uma

disciplina de “entremeio”, como aquela disciplina que se coloca numa postura crítica, que propõe questões às demais disciplinas, trata-se da Análise de Discurso, fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux.

Eu gosto de pensar na Análise de Discurso como algo a mais do que uma disciplina, porque os seus princípios fundadores passam a constituir nossa filosofia de vida, nos levando a questionar nossas certezas mais íntimas e mais cristalizadas, ela nos coloca num lugar de desconforto e de constante inquietação. Eu acredito que a concepção de vida que construímos influencia em nossas escolhas acadêmicas, exemplo disso pode ser observado na escolha do tema que estou abordando neste trabalho; não se trata de uma escolha aleatória, nem de uma escolha influenciada puramente por elementos exteriores: é a construção de uma história acadêmica que não está totalmente desvinculada da história de vida do pesquisador, como se poderia supor.

A nossa posição é a de alguém que transita (ou que pelo menos tenta transitar) no meio das Letras e das Ciências de Formação Social, acreditando que as disciplinas que constituem esse meio não podem estar separadas “em gavetinhas”, nem fechadas sobre si mesmas, podendo constituir juntas um “arquivo”, com suas lacunas e com suas saturações. Cada trabalho produz um avanço na teoria, por menor que seja, e, por isso, está representando mais um “gesto de leitura” sobre um *corpus* e sobre um arquivo específico. Isso garante a diversidade das práticas de leitura. Esse gesto resulta da tomada de posição do sujeito (historicamente interpelado) e deve promover um encontro “entre uma memória e uma atualidade” (Pêcheux, 1997), produzindo sentidos outros no interior do mesmo.

Nessa pesquisa não concebemos Língua e Literatura em separado, aceitando a interpenetração das duas como imprescindível para a existência e o funcionamento de ambas. Quando trabalho com o discurso narrativo literário gauchesco, estou recortando uma materialidade que é muito mais do que lingüística e literária: trata-se de uma materialidade discursiva. Estou buscando observar nesse discurso as formas de representação do gaúcho, porque tais representações fazem emergir na literatura a imagem do mito e do não-mito do gaúcho que habita o imaginário de toda uma sociedade. Ao adotar essa perspectiva de análise, torna-se imprescindível olhar para dentro e para fora das Letras.

Ser analista de discurso, desde o princípio, já implica trabalhar no espaço de articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse espaço, as relações entre o

lingüístico e o literário são possíveis, onde a questão discursiva é o que nos interessa. Importa dizer, então, que não adotamos nenhuma teoria literária, mas precisamos circunscrever o objeto de análise, precisamos ir até onde ele se constitui, fazer um reconhecimento de suas condições de produção.

Além do movimento interno nas Letras, a especificidade do *corpus* de análise exige a nossa entrada em outras áreas do conhecimento de onde emerge o arquivo do trabalho sobre o gaúcho, dentre elas importa destacar: a História, que revela os elementos históricos e as condições de produção que se projetam no discurso em análise; a Antropologia, que fornece subsídios para a compreensão da constituição de toda a representação imaginária e mitológica do gaúcho; a Sociologia, que recupera os elementos essenciais que fundaram a constituição de todo um grupo social em torno da figura do gaúcho; a Filosofia, que nos faz refletir sobre os elementos subjacentes à constituição do gaúcho, sobretudo, a questão ideológica; a Geografia Humana, que reconstitui os movimentos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização que influenciam na constituição identitária do gaúcho, que depois aparece representada no discurso literário. Isso se dá em função de que tanto a Literatura quanto a Análise do Discurso se relacionam com tais áreas do conhecimento: a primeira que ora busca subsídios nesses outros lugares para constituir-se e sustentar-se discursivamente e ora constitui-se como objeto de análises históricas, antropológicas, etc; e a segunda que se constitui no “entremeio” das Ciências de Formação Social, apropriando-se de noções que lhe interessam e deslocando-as para que passem a funcionar em seu quadro teórico-metodológico. Assim, configura-se o movimento do pesquisador que sente a necessidade de ir “beber água em outras fontes”. Estas outras fontes, como já era de se esperar, não se apresentam de forma cristalina (e transparente!) e nem sempre saciam a sede (de respostas!), mas que indicaram um caminho possível para o desenvolvimento desta tese sobre o gaúcho.

1.2 Apresentação do tema

“A espécie humana será a única que se ergue puxando-se pelos próprios cabelos, outro modo de dizer que o ser humano vive dos significados que ele mesmo se atribui.” (Teixeira Coelho)

Ao elegermos um *corpus* de análise advindo da literatura, estamos levando em conta elementos essenciais da sua constituição, enquanto discurso¹, sobretudo por tratar-se do gênero² literário narrativo que, por excelência, é o responsável pelo “contar histórias” de/sobre/para um grupo social, enquanto constitutivo de um imaginário coletivo. No caso desse discurso, a interlocução recupera elementos advindos do mundo social, representados pela história e recontados na ficção, onde se produzem efeitos de sentido capazes de contribuir para a instituição de um mito ou para a desmitificação de um herói³. Isso se dá em nível de representação, pois o literário é, por excelência, um lugar de representação do social e do histórico.

Nossa posição de analista de discurso nos possibilita a circulação nos entremeios e quando optamos por trabalhar com o discurso literário estamos abrindo caminhos no entremeio de várias disciplinas, dentre elas a Lingüística, a Literatura, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a História. Mas nosso percurso irá se delinear aos poucos e de modo não-linear como num vai-e-vem de quem se serve de noções de diferentes áreas do conhecimento que viabilizam o desenvolvimento de um ponto de vista, produzindo reformulações.

Se observarmos o discurso narrativo da literatura, de um modo geral, estaremos nos deparando com o “contar histórias” que pode ter os mais diversos enfoques, sejam eles históricos, sociais, psicológicos, folclóricos, etc., mas em qualquer um deles é a ficção que desenvolve o poder de produzir efeitos que vão do “real”⁴ ao mágico. A literatura, enquanto discurso, estabelece as necessárias relações entre o velho e o novo resgatando, portanto,

¹ Cf. explicitado na seção 2.1 da Parte I.

² Gênero, aqui, é entendido como tipo que diferencia as formas como pode ser apresentado o discurso literário. Trata-se, então do gênero narrativo literário, que tem características bem próprias que o diferem do gênero lírico e do dramático, por exemplo.

³ Cf. explicitado no capítulo 1 da Parte II.

⁴ Optamos por utilizar termo real entre aspas quando estivermos fazendo referência ao senso comum, em que real conota o senso de realidade empírica, em contraponto com a noção de real própria da AD. O que está melhor explicitado no segundo capítulo da Parte II.

fatos de memória e, ao mesmo tempo, produzindo estranhamentos. A produção dos efeitos de sentidos depende desse batimento velho/novo e novo/velho. Os interlocutores partem de algo reconhecível, um referencial capaz de desencadear um processo de identificação. O velho é o que está posto, já instituído e o novo é o que polemiza, desaloja os sentidos estabilizados, fundando um lugar para o diferente no interior do mesmo, embora o que é o diferente hoje será o mesmo de amanhã que já estará dando lugar a um outro diferente, e assim infinitamente. Esse movimento produz a heterogeneidade constitutiva do discurso que é capaz de comportar o mesmo e o diferente, em termos de produção de sentidos.

Antes de continuarmos a explicitação de como entendemos o discurso literário, faz-se necessário estabelecermos as devidas relações entre História e Literatura. De Certeau (1988)⁵, ao discorrer sobre a escrita da história e suas relações com a ficção nos mostra que:

no caso da historiografia, a ficção se encontra no fim, no produto da manipulação e da análise. O relato se dá por uma *mise en scène* do passado, e não por um campo circunscrito onde se efetua uma operação deslocada em relação ao poder (p. 16-17)⁶.

Isso nos conduz a pensar história e ficção como partes constitutivas de um processo muito maior que nos dá a conhecer o passado, pois em ambas trabalha o “contador de histórias”, considerando que a cada uma das áreas são reservadas peculiaridades bem próprias. Importa destacar ainda da citação de De Certeau que a ficção busca na história a sua base de sustentação, pois se a literatura é o produto final da história e, portanto, representa a história, ela também depende da história para constituir-se. De fato, ambas revelam o passado (histórico), considerando que “também o passado é uma ficção do presente” (p. 17)

Uma das tendências que De Certeau apresenta nas relações entre a história e a ficção nos interessa em particular, porque pressupõe a relação entre o historiador e os fatos vividos, já que é a partir de sua posição que o historiador tem “a possibilidade de fazer reviver ou “ressuscitar” um passado (...) restaurar um esquecimento e reencontrar homens através dos traços que eles deixaram”. Essa tendência “implica também um gênero literário próprio: o narrativo” (p. 47). Eis o que se ressalta como objeto de estudo do presente

⁵ A primeira edição é de 1975.

⁶ Tradução nossa.

trabalho: o discurso da narrativa literária gauchesca posto em relação com a história da constituição do gaúcho, onde ficção e história co-existem numa relação de tensão, mas não de oposição, pois fazem emergir, cada uma a sua maneira, o passado no presente, via representações de gaúcho.

O olhar que lançamos sobre o referido objeto de estudo sustenta-se na perspectiva discursiva, mas quando se trata da literatura como ela é pensada em termos de Teoria e Crítica Literária, nos deparamos com uma questão historicamente bastante discutida, indo de um extremo de que “a literatura imita o real” a outro extremo que separa “a literatura e o mundo real”. Antoine Campagnon (2001)⁷, em sua obra *O demônio da teoria*, dedica um capítulo inteiro à discussão das relações entre a literatura e o mundo. É a partir da noção de *mimèsis*, cunhada por Aristóteles (que ganhou diferentes sentidos no decorrer dos séculos), que Campagnon reflete sobre o modo como a narrativa literária representa (ou não) as coisas do mundo. Segundo o autor, até a criação da disciplina de Teoria Literária⁸, o funcionamento da noção de *mimèsis*, enquanto imitação/representação da realidade em literatura, não era questionada tão radicalmente. Tal disciplina é que passa a insistir na não adequação dessa noção, propondo que se pense em literatura como uma forma autônoma, uma forma que não se relaciona com a realidade, relacionando-se apenas com outros textos literários. Segundo Campagnon, essa nova premissa levou os teóricos da literatura a tomarem a noção de “intertextualidade”, proposta por Mikail Bakhtin, em sua forma mais restrita, enquanto relações que se estabelecem entre os textos; deixando de lado a questão essencial aos olhos do filósofo russo: a relação dialógica da literatura com o social.

Assim, ao tomarem a literatura como algo que tem como referencial apenas o que advém internamente da literatura, os teóricos partem da concepção lingüística de que a linguagem só pode imitar a linguagem e não pode reproduzir a realidade do mundo social, na qual o homem está inserido. Dessa forma, “a realidade foi abolida da teoria” e os deslocamentos sobre a noção de *mimèsis* aristotélica vão promover o deslizamento “da imitação à representação, da representação ao representante, da realidade à convenção, ao código, à ilusão, ao realismo como efeito formal” (Idem, p. 105).

⁷ O original em francês data de 1998.

⁸ Meados do século XX.

Campagnon não defende a premissa de que a literatura imita a realidade ou de que ela seja capaz de representá-la fielmente, mas também não aceita o total distanciamento entre a referência e a significação em literatura, lugar onde emerge uma certa dose de “realidade social e humana” (p. 108).

A partir do pressuposto de que o texto literário só se relaciona com outros textos e não com a realidade, o social ficou relegado a segundo plano e, para Campagnon,

a única maneira aceitável de se colocar a questão das relações entre a literatura e a realidade é formulá-la em termos de “ilusão referencial”, ou, segundo a célebre expressão de Barthes, como um “efeito de real”⁹ (p. 110).

A expressão “efeito de real” é tomada por Campagnon, muito embora ele lhe faça uma crítica, pois esse “efeito de real” aparece, em Barthes, como filtrado por outras textualidades literárias; ou seja, a realidade que vai aparecer em literatura é posta como que em relação de intertextualidade, enquanto “própria literalidade”, já que “o mundo não existe mais para a literatura” (p. 113). Então, em Campagnon, o “efeito de real” (proposto por Barthes) não funciona como uma forma de “alucinação”, mas como forma de apreensão do social pela literatura. Na verdade, a crítica de Campagnon reside no fato de que a literatura nem imita ou representa o real social em sua completude, nem vai trazer à tona uma ilusão referencial “alucinatória”; ou seja, o autor repudia as duas teses extremas sobre as relações entre literatura e mundo. A primeira teoria é falha porque acredita que “a literatura tem por finalidade representar a realidade” (conforme conveniências); e a segunda, porque coloca a referência como uma ilusão, mantendo a literatura como algo que “não fala de outra coisa senão de literatura” (p. 114). Para o autor, é preciso pensar as

⁹ Essa expressão foi cunhada por Barthes na década de 60 a propósito de suas reflexões sobre o discurso da história e pode ser encontrada especialmente nos textos: “Discurso da História”, de 1967, e “O efeito de real”, de 1968, sendo que ambos estão publicados no livro *O rumor da língua* (cf. Referências Bibliográficas). Barthes relaciona a categoria de real com a busca de objetividade e de verossimilhança da narrativa histórica tradicional e quando ele passa a falar de “efeito de real” faz emergir uma outra característica da narrativa histórica, uma característica própria da modernidade: a inteligibilidade da narrativa histórica, a atribuição de sentidos ao significante que reclama sentidos, estando vinculado de alguma forma ao “real concreto”. Não se trata mais de se reproduzir um quadro estático e objetivo, mas sim de se produzir uma representação do real observado pelo historiador. A categoria de real passa então a funcionar como aquela capaz de produzir uma “ilusão referencial”, sendo que o “efeito de real” passa a ser o “fundamento do verossímil inconfesso que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade”. (1988, p. 164)

relações entre literatura e mundo “de maneira mais flexível, nem de maneira mimética nem antimimética” (p. 115).

Essa posição de Campagnon, reinterpretada para os nossos propósitos, reitera a importância de se pensar a narrativa literária em sua discursividade constitutiva, onde não há uma relação direta entre as palavras e as coisas, mas também não há como desvincular o histórico-social do discursivo. O analista de discurso deve estar atento aos ecos das vozes que se produzem no social e que podem ser apreendidas no literário, porque elas produzem o “efeito de real”, que não é alucinatório, mas que também não corresponde à realidade social, pensada como um produto dado, pronto e acabado, pois a correspondência que existe entre o ficcional e a realidade social é da ordem da representação e não da imitação. Talvez possamos utilizar a expressão “rumor da língua”, cunhada por Barthes, para expressarmos esta necessidade de escuta. Barthes (1988) faz uso da metáfora da máquina para falar do que chamou “rumor da língua”, considerando que “também o bom funcionamento da máquina se estampa num ser musical: *o rumor*” (p. 93). Segundo ele, o homem teme essa máquina por ela funcionar sozinha, mas ao mesmo tempo desfruta dela porque ela funciona bem¹⁰. Enfim, “quando ouvimos uma linguagem, nunca esquecemos de onde vem, como foi feita: o abalo é uma *re-produção*: não uma imitação, mas uma produção despejada, deslocada: *que faz barulho*¹¹” (p. 227).

De fato, estamos tratando de uma questão que advém da ordem do imaginário e que se materializa na ordem do simbólico e como tal pressupõe relações entre elementos advindos do social que produzem efeitos de sentido no discurso, mesmo se tratando do discurso ficcional, como é o caso da literatura. Assim, como Campagnon, não acreditamos que o discurso literário imite ou mesmo represente toda a complexidade do mundo social; mas acreditamos que todo discurso tem antes e depois de si um *continuum*, que lhe confere o referencial de que precisa para existir como tal, um referencial que é histórico, social e discursivo. Assim, concordamos com Campagnon, também, quando ele afirma que “o fato de que a literatura falar de literatura não impede que ela fale também do mundo” (p. 126), o que reestabelece à noção de intertextualidade, tal como proposta por Bakhtin, cujo caráter é essencialmente social.

¹⁰ *O rumor da língua*, p. 92-95.

¹¹ Do artigo: *Brecht e o discurso*: contribuição para o estudo da discursividade (Barthes, 1988, p. 226-234)..

Saindo do geral da literatura e adentrando rapidamente a especificidade que envolve a eleição de um *corpus* de análise, nos deparamos com o plano da Literatura Brasileira que tem, de fato e de direito, sua “formação nítida” e caracterização própria, no tocante ao gênero narrativo, a partir da metade do século XIX quando se desenvolve a escola literária denominada Romantismo (Cândido, 1993). Até esse período, a nossa literatura importava os modelos da Europa, importando mitos e heróis que estivessem em voga lá fora. Mas isso não poderia durar para sempre e os intelectuais, motivados pela urbanização, modernização e industrialização do país, começam a buscar a fundação de um herói brasileiro que pudesse ser representado na literatura de forma mais verossímil. É dessa necessidade que surge, no discurso narrativo literário, sobretudo com as obras de José de Alencar, as primeiras imagens desse herói: o índio, um sujeito idealizado, situado num espaço bem natural das florestas tropicais, sendo comparável até a um deus que habita o paraíso e que com sua bondade e força supera toda e qualquer dificuldade do mundo terreno. Estamos diante de um importante rompimento do Brasil com a Europa, quando se funda a literatura brasileira. Rompeu-se um ciclo de importação de heróis, de cópias de modelos exteriores, de repetições que já não constituíam sentidos para os brasileiros, ou pelo menos não constituíam os mesmos sentidos, o que comprometia a efetivação desse discurso literário resultante de uma importação cultural.

Essa reação mais ou menos em cadeia significou um grande passo na constituição de uma identidade cultural genuinamente brasileira no âmbito da literatura, mas isso não significa que o Brasil dessa época alcançasse a apoteose que um “herói nacional” merecia. O sucesso do herói alencariano não foi, como se esperava, total e absoluto. Esse sucesso parcial se deve, em grande parte, à expectativa de se criar um herói que representaria o brasileiro como um ser único e completo, isso acaba gerando um sujeito unívoco demais para a multiplicidade cultural do Brasil daquela época. A classe artística sente a dificuldade de efetivação dos processos de identificação entre os brasileiros e o herói. Em tempo, José de Alencar percebeu isso e empreendeu tentativas de recuperar outras vozes que fundariam o herói desta terra, daí surgiram obras como “O sertanejo” e “O gaúcho”, que representavam heróis regionais. A tentativa de Alencar é louvável, mas o resultado não foi o esperado, sobretudo no tocante a sua incursão pelos feitos históricos e legendários do “gaúcho”, herói representante do Rio Grande do Sul. Sem nunca ter conhecido o estado

(nem um gaúcho!) e sem compreender, de fato, o funcionamento do processo de re-invenção do imaginário social “sobre” o gaúcho (processo já em pleno desenvolvimento), o autor embasou sua obra em pesquisas bibliográficas e, ao sabor da tendência romântica, criou um herói idealizado que não correspondia às expectativas, o que gera críticas negativas desde a época da publicação até os dias de hoje.

Para Guilhermino César (1994), o Romantismo desentocou o mito do gaúcho, trazendo-o à literatura e é nesse momento histórico e cultural que a literatura brasileira começa a abandonar a importação de mitos europeus, buscando instituir seus próprios heróis. O gaúcho, recuperado pelo discurso literário como herói, advém de uma realidade social platina e é representado historicamente como um ser contraditório, é aquele que representa tudo o que há de mais simples, pobre, bronco, sem-pátria, sem cultura e sem perspectiva que o Rio Grande do Sul abrigou nos primeiros tempos, pois ele foi o indivíduo que viabilizou, por suas características, o desenvolvimento da atividade primária da pecuária, da extração do couro dos animais, da própria produção do charque. É do eco dessa realidade social que emergem as imagens de sujeito que construíram a história do sul do Brasil e que mais tarde são idealizadas pela classe artística que eleva um sujeito imaginário ao estatuto de herói regional.

A história nos coloca diante de um gaúcho fragmentado em imagens que se institui como tal sob condições sócio-econômicas bastante precárias e que anda por caminhos tortuosos, dando início ao que conhecemos hoje como processo de formação social e econômica do estado. É desse homem que nasce a representação heróica que a literatura revela e re-inventa até hoje. Ao acompanharem a tendência nacional da época, os escritores rio-grandenses passam a delinear um quadro de lutas, dificuldades e heroísmos, apresentando uma narrativa fluente e cheia de detalhes, na qual o gaúcho é ainda um ser idealizado, mas revela uma imagem que exprime uma maior autenticidade do que fôra proposto em José de Alencar. O “herói” gaúcho é o homem característico do “pampa” rio-grandense, configurando-se ora como homem do campo, ora como soldado de um exército ímpar, um ser telúrico capaz de morrer defendendo ideais relacionados à terra-mãe, o que emprestava maior nível de verossimilhança às narrativas.

De lá para cá, já há aproximadamente 150 anos de produção literária, pode-se reunir um arquivo discursivo considerável, com diversos enfoques, dentre os quais podemos citar

alguns nomes: Caldre Fião¹² e Apolinário Porto Alegre (segunda metade do século XIX), João Simões Lopes Neto e Alcides Maya (primeira metade do século XX), Cyro Martins e Érico Veríssimo (segunda metade do século XX), entre outros¹³. Na obra desses autores vamos encontrar um discurso narrativo literário com representações imaginárias sobre o gaúcho em seus primórdios, suas evoluções e suas transformações, sempre determinado pela historicidade e pela exterioridade, onde as condições de produção são determinantes na construção da imagem do gaúcho, seja ele um herói ou um não-herói.

Diante da compreensão desse quadro é que realizamos nosso recorte, buscando no arquivo um ponto fundante que seja capaz de recuperar o herói que faz do gaúcho um mito de bravura e que, ao mesmo tempo, apresente um tom de verossimilhança maior do que aquele próprio do romantismo alencariano. A partir dessa prerrogativa, chegamos ao discurso narrativo literário de nuances mais realistas e naturalistas produzido já no início do século XX: trata-se do herói gaúcho apresentado por João Simões Lopes Neto, em *Contos Gauchescos* (1912)¹⁴. Se tratarmos essa obra como uma materialidade discursiva¹⁵, poderemos questionar o efeito de unidade que o sujeito gaúcho representa e os efeitos de sentidos evidentes, sobretudo por se tratar de uma narrativa literária: texto ficcional que tem um estatuto bem particular. Dessa forma, nossa pretensão é expor esse sujeito gaúcho - do/no discurso literário gauchesco - à opacidade da linguagem. O fato é que temos que partir da imagem já instituída de um sujeito gaúcho único, isto é, reconhecido dentro e fora das fronteiras do Rio Grande do Sul, por sua bravura e destemor. Este sujeito é representado na literatura como aquele que carrega em seu imaginário um conjunto de saberes bem particulares que regulam a circulação dos discursos no interior do grupo social¹⁶ ao qual pertence. Via os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso é que propomos a desconstrução dessa suposta unidade do sujeito e dos efeitos de sentido evidentes que se produzem no discurso. Assim, será necessário deslocarmos o foco de observação da categoria de sujeito para a de representação de sujeito. Isso será

¹² As duas obras mais conhecidas de Caldre Fião são *A divina Pastora*, de 1847, e *O corsário*, de 1851, tais obras são consideradas representativas da literatura de cunho regionalista, mas não serão objeto de análise desse trabalho por trazerem à tona uma realidade litorânea, enquanto nosso interesse é voltado para o gaúcho pampeano e fronteiriço.

¹³ Cf. Reverbel, 1998.

¹⁴ A edição utilizada é de 1997 (*Contos gauchescos*. Porto Alegre: Martins Livreiro).

¹⁵ Entendida, no presente trabalho, como lugar simbólico onde a linguagem ganha forma material (textual), conservando sua incompletude, sua opacidade.

¹⁶ Cf. mais sobre isso a partir da noção de Formação Discursiva na seção 2.2 da Parte I.

observado na continuidade do discurso literário que acaba produzindo outras obras literárias no decorrer do século XX, onde poderemos verificar reiteraões e/ou deslizamentos de sentidos sobre a imagem do mito.

É nessa continuidade da produção do discurso literário que encontramos um ponto específico que funda o diferente no interior do mesmo da narrativa gauchesca, onde se dá uma ruptura com as insistentes reiteraões de sentido produzidas até então; estamos diante da obra de Cyro Martins que cria a expressão “gaúcho de a pé” para designar o gaúcho de meados do século XX, buscando com isso trazer para a literatura o processo de desmitificação da imagem do herói “a cavalo”, apresentado até então. É mais especificamente na obra *Porteira Fechada*¹⁷ que encontramos subsídios para realizarmos a exposição da representação de sujeito à opacidade da linguagem, pois trata-se de uma obra que recupera elementos referenciais da imagem de gaúcho mitológico e, ao mesmo tempo, apresenta uma outra imagem de gaúcho, configurando já a desmitificação do herói. É na análise da passagem do mito para o não-mito que se pode explicitar que os sentidos não são únicos nem transparentes e o quanto a ilusão de unidade do sujeito é frágil, podendo ser desconstruída a qualquer momento, mostrando-a como fragmentada¹⁸.

Concebemos o discurso literário como aquele que traz à tona uma pluralidade de representações e efeitos de sentidos, mas que não tem o compromisso de reproduzir fielmente uma realidade social instituída como tal, reservando-se o direito de trabalhar apenas no âmbito das representações que se produzem a partir do que se instituiu como referencial¹⁹. Trata-se de um discurso que mobiliza fragmentos da memória coletiva de um povo de forma não-linear e, ao mesmo tempo, tem o poder potencial de produzir estranhamentos em seus interlocutores. Assim, o movimento temporal entre passado e presente parece estreitar-se, isso ocorre de tal maneira que o leitor nem se dá conta de estar inserido numa instância temporal, passando a constituir aquele discurso, produzindo

¹⁷ A edição utilizada é de 1993 (*Porteira Fechada*. 10. ed. Porto Alegre: Movimento).

¹⁸ Estamos fazendo referência à noção de sujeito da AD que prevê uma ilusão de unidade do sujeito e do sentido, enquanto uma necessidade. A efetivação do texto literário, enquanto unidade, também depende dessa unidade imaginária ilusória, é ela que cristaliza alguns sentidos em detrimento de outros, e é o novo que mexe com essa unidade, que agita essa pretensa homogeneidade, movimentando fronteiras e abrindo espaços para que se instaurem outras posições-sujeito e outras possibilidades de sentido, propondo a heterogeneidade como fundante do discurso e apresentando um sujeito fragmentado.

¹⁹ No caso do presente trabalho, estamos considerando como elementos referenciais para a constituição do discurso literário aqueles advindos do imaginário social (enquanto realidade social) e aqueles advindos do discurso histórico (enquanto representação).

sentidos no interior de uma história que se escreve na presentificação desencadeada pela leitura. De fato, partindo da perspectiva discursiva, concordamos com Lucas (2001) que toma o discurso literário como uma “prática simbólica, no conjunto de práticas sociais determinadas historicamente”, onde a atualidade desse discurso funciona “como a presença de uma memória”, considerando que o discurso é

produto do interdiscurso, isto é, o lugar da memória, pensado como espaço de legitimação, espaço onde o imaginário se atualiza e se reorganiza, sendo a linguagem constitutiva de sentidos e de identidades. (p. 175)

Concebendo o discurso literário dessa forma, vamos observar as narrativas regionalistas consideradas como uma prática simbólica que traz à contemporaneidade um passado bem específico, de onde certamente se escolheu e se extraiu um recorte discursivo em detrimento de outros. Essa escolha não é neutra, ela é marcada por elementos subjacentes ao trabalho de um ficcionista, sejam eles de cunho ideológico ou da ordem do inconsciente. A literatura gauchesca está posta, enquanto resultado de escolhas mais ou menos involuntárias²⁰, sendo freqüentemente submetida a novas escolhas (de leitores, de críticos, de analistas) e isso se justifica por sua capacidade de colocar em relação história e memória²¹.

Estamos tratando de textos advindos do domínio da ficção, reconhecidos como representativos, que estão em constante movimento, ora fixando ora deslizando sentidos, e é assim que precisam ser vistos: como não-estagnados. Não se trata de buscarmos na investigação da representação de sujeito gaúcho no discurso literário uma origem que mostre o que é “real” e o que é imaginário²², o que é falso e o que é verdadeiro, o que é histórico e o que é camuflagem; trata-se de observar como se dá a construção dessa representação de gaúcho, uma figura mitológica criada e instituída no imaginário social de todo um povo, que elegeu para si um representante às vezes mais e às vezes menos autêntico. Trata-se de investigar esse processo que tem pontos de reconhecimento, calcados

²⁰ Essa questão está vinculada à noção de autoria e função-autor que pode ser conferida no Capítulo 1 da Parte III.

²¹ Tais noções serão explicitadas na seção 2.2 da Parte I.

²² Aqui explicitamos uma forma de oposição entre o real, concebido como realidade empírica, e o imaginário, como resultado de uma invenção. Tais noções serão explicitadas no Capítulo 1 da Parte II.

na história oficial e que, ao mesmo tempo, atualiza uma memória, recriando-a e instaurando o novo.

A nossa escolha é resultado já de um “gesto de interpretação” que se desenvolve na proposta de análise que destaca e singulariza as narrativas em questão. Se concebermos estas narrativas literárias escolhidas como algo que tem um referencial histórico bem presente, poderemos dizer que estamos tratando de um documento que é ficcional, mas que também é histórico. Le Goff (1994, p.12) propõe que pensemos em uma modalidade da história que abrange o texto literário, trata-se da “história do imaginário”, a partir da qual se pode observar o documento literário como histórico “sob a condição de respeitar sua especificidade”. Mas que histórico é esse? É o histórico reinventado pelo imaginário: um lugar onde se recupera uma memória e funda-se um novo sentido. Assim, acrescenta-se uma importante propriedade ao discurso literário como revelador de uma memória sendo em sua especificidade maior, um exemplar de ficção e um documento histórico. Rancière (1992) também argumenta em prol da flexibilização das fronteiras entre o que é histórico e o que é fictício, pois acredita ser “sempre possível atribuir acontecimentos verídicos a sujeitos da ficção (...) ou acontecimentos incertos ou fictícios a sujeitos reais. A história “amusante” e o romance histórico vivem das idas e vindas que esta indeterminação autoriza” (p. 8).

Quanto à noção de documento, precisamos fazer referência ao deslocamento nocional que propõe Foucault (1995²³, p. 8), pois, para ele, o documento deve ser analisado enquanto monumento, sendo necessário observá-lo não apenas como “rastros isolados deixados pelo homem”, mas, sobretudo, como uma massa de elementos passíveis de serem “isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. Dessa forma, o *corpus* da presente pesquisa não se caracteriza como algo estático e linear, mas como algo em movimento, disperso e descontínuo. Assim, o documento tomado como monumento é um exemplar de discurso que não pode ser observado apenas em sua organização interna, mas sim na relação que o discurso estabelece com a história e com a exterioridade que o envolve. Tomando o discurso sob essa perspectiva, o concebemos como um ponto determinado no interior de uma cadeia de discursos e por isso torna-se essencial

²³ A data do original em francês é 1969.

observar, também, as suas relações com outros discursos e com elementos que vão além do ficcional e que fazem dele o que ele é.

É antiga a discussão que questiona até que ponto o discurso literário recupera elementos históricos, ditos do mundo “real”, e até que ponto ele “inventa”, cria elementos ficcionais que funcionam como se fossem reais. E o nosso trabalho também passa por esse questionamento apontando para uma relação instável (e necessária) entre o mundo “real” e o mundo ficcional no discurso literário. Não se trata de uma relação direta, unívoca e unilateral, mas sim de uma relação que assume os riscos de propor novas formas de ver o mundo “real”, de reeditar histórias de um modo diferente do que estava posto, proporcionando que o novo apareça no interior do mesmo.

Robin e Angenot (1985) discutem as relações que se estabelecem entre o texto literário e o mundo concreto a partir da seguinte questão: que referências, afinal, são essas que o literário traz do “real”? E eles apontam para uma forma de inscrição do “discurso social” no texto literário. Ao tomarmos a noção de “discurso social”, estamos concebendo-a como espaço onde circulam os sentidos advindos do social, onde há lugar para o mesmo e para o diferente, sendo dessa forma que ele vai funcionar no âmbito da literatura.

Para esses autores, a produção do texto literário resulta de um trabalho de escuta de alguém que ocupa uma posição no interior da sociedade e é de lá que ele ouve e que ele fala. É nesse lugar que se produz o discurso social, enquanto um “imenso rumor fragmentado que figura, comenta, conjuntura, antagoniza o mundo” (p. 54). A partir dessa concepção, podemos perceber que uma das premissas da produção do discurso literário é o movimento, o movimento do social no interior do ficcional como algo fundante, onde podemos prever o espaço para “uma multiplicidade de sentidos” que tem sua eficácia garantida no interior daquele grupo social. Para esses autores, os enunciados que circulam no interior de uma sociedade “são portadores de eficácias específicas” e, por mais que eles se movimentem e signifiquem de diferentes maneiras em diferentes situações discursivas, eles carregam em si mesmos traços de origem e uma memória bem particular, isso garante sua eficácia no interior daquele grupo social. Assim, a literatura não é o “real”, não é o que reflete uma realidade empírica; mas é algo que escuta/reflete os “rumores” advindos do real-social, re-elabora e re-significa os ecos desses rumores, os coloca em relação com o discurso histórico e produz o ficcional, deslocando o já-dito de uma instância para outra.

Assim, o discurso literário traz em si mesmo a voz de alguém que escuta as outras vozes, fazendo-as ressoar no seu discurso, o que nos leva a perceber que esse discurso se efetiva sempre “sobre” algo, um objeto ou um sujeito. É com a perspectiva de quem lança o olhar de analista do discurso investigando a representação do gaúcho na narrativa literária gauchesca que evocamos a noção de “discurso sobre” proposta por Orlandi (1990), deixando de lado, desde já, a possibilidade de nos depararmos com o “discurso de”, no interior do recorte discursivo em análise. Orlandi (1990, p. 37) define “discurso sobre” como “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. (...) o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)”, caracterizando-se então como lugar próprio para o funcionamento da polifonia. Muito do que conhecemos hoje sobre o gaúcho, versões históricas que se instituíram como tais reorganizando “discursos de”, se efetivam e funcionam na forma do “discurso sobre”, o que já representa um gesto de interpretação do “outro” sobre o gaúcho. O “discurso sobre” tem ainda características próprias de um discurso que produz efeitos de sentidos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que ele funciona na recuperação de uma memória (organizando elementos próprios do “discurso de”), ele corre o risco de reduzir esta memória a um acúmulo de informações sobre o passado. O “discurso sobre” o gaúcho atesta sua fundação e, ao mesmo tempo, se estabelece como um lugar de interpretação, pois o “discurso sobre” já constitui um gesto de interpretação sobre o que representa ser gaúcho num determinado momento sócio-histórico. Tanto o discurso da história como o da literatura funcionam sob a modalidade de “discurso sobre”. Portanto, nos interessa observar esse discurso “sobre” o gaúcho, porque é ele que recupera elementos do “discurso de” (gaúchos que habitaram a área rural do pampa), que não ficaram registrados na forma escrita. Muito embora saibamos que essa recuperação, a qual temos acesso, é lacunar e está inscrita num lugar ideológico e sócio-cultural reconhecidamente diferente (urbano, civilizado e estrangeiro), tais circunstâncias não tiram o mérito do “discurso sobre”, considerando que ele é o testemunho mais fiel ao qual podemos ter acesso atualmente, quando queremos circunscrever nosso objeto de análise.

Assim sendo, torna-se imprescindível compreendermos o “entorno” das materialidades discursivas em análise, bem como o gaúcho, enquanto sujeito que é anterior à literatura, e que pode ser recuperado nas narrativas da História, na Geografia, na

Antropologia. Ressalta-se, então, a importância de estudar prioritariamente as condições de produção que são subjacentes tanto à construção da representação de sujeito gaúcho quanto às materialidades discursivas em questão. A busca das condições de produção contempla elementos históricos, sociais e econômicos e extrapola o âmbito da produção literária, indo ao encontro dos fatos históricos e preservando, dessa forma, o analista de discurso das condições de produção eventualmente propostas pelo ficcionista.

Pêcheux e Fuchs (1993)²⁴ preocupavam-se com a qualidade das análises do discurso literário pelo modo como eram feitas na década de 70, pois esse discurso tem suas especificidades (em relação a outras práticas discursivas), constituindo-se como um emaranhado pleno de armadilhas e ilusões que podem burlar os sistemas de segurança do analista. Uma dessas armadilhas está no efeito de unidade que a obra literária produz com maestria. O discurso literário apresenta-se como uma unidade (imaginária), enquanto texto, forma e conteúdo, cabendo ao analista de discurso desconstruir esse efeito e perceber o discurso como um lugar de constituição de sentidos. Um analista de discurso não pode se deter em dar explicações sobre o conteúdo apresentado na obra literária nem pode se deter na realização de uma análise das marcas lingüísticas que se sobressaem na superfície desse discurso, porque o analista de discurso tem que desconstruir os efeitos de evidência que levam o leitor a crer na transparência do sentido apresentado e no controle de efeitos de sentido que a língua produz. Fazer isso não implica fragmentar a obra literária, mas implica tomá-la como um objeto discursivo, realizando um recorte no interior de uma cadeia de discursos que tem um já-lá pré-existente, um já-dito como referencial e que aponta para uma multiplicidade de sentidos possíveis. Somente assim, o analista de discurso pode escapar à forma de sedução que o mascaramento da “materialidade da *produção* estética” produz (Pêcheux, 1995²⁵, p. 169) sobre o sujeito.

Entendemos, então, que as condições de produção viabilizarão nossa incursão no espaço da memória e da história, onde estão os pontos fundantes desse discurso que ora analisamos, pois a literatura se apropria daquilo que está posto inicialmente no social, sem a preocupação de estabelecer relações diretas entre o “real” e o social, trazendo à tona representações de um e de outro, produzindo efeitos de sentidos.

²⁴ A data do original em francês é 1975.

²⁵ A data do original em francês é 1975.

Não se trata de realizar uma “contextualização” do gaúcho ou das obras literárias, pois, ao recuperarmos as condições de produção, estamos extrapolando o espaço linear da contextualização e estamos construindo um gesto de interpretação sobre fatos históricos e fatos de memória, que são, por sua própria natureza, lacunares e, portanto, devem ser lidos de forma não-linear, constituindo, então, uma representação das condições de produção. A história produz sentidos ocupando um lugar privilegiado e se ocupando de um objeto específico. Ela apresenta uma releitura do passado com vistas no presente, nos aproximando de fatos que poderiam ter ficado perdidos; esse é o lugar que ela ocupa para recuperar o seu objeto. Segundo De Certeau (1988, p. 56), “a história não é uma crítica epistemológica. Ela é um relato” e assim como ela produz efeitos de sentidos sobre o lugar e o objeto, produz efeitos sobre sua própria constituição, reconfigurando-se sempre. A história tem seus próprios métodos e mantém-se sempre em processo, explicitando de forma mais ou menos esclarecedora as condições de produção do discurso.

De fato, é a partir da recuperação das condições de produção, que poderemos tomar o monumento, nos instalarmos em seu interior, incursionarmos pela descontinuidade que existe entre o interior e o exterior das materialidades; enfim, percorreremos as relações que se estabelecem entre o monumento e os outros elementos que lhe são exteriores, mas constitutivos. A partir daí, a AD nos guia em sua desconstrução, sua desestruturação, sua compreensão.

2 Dispositivo Teórico

2.1 Construindo o dispositivo teórico da pesquisa

“Pêcheux, tendo em vista provocar uma ruptura no campo ideológico das “ciências sociais”, escolheu o discurso e a análise do discurso como o lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (a teoria do discurso) e praticamente construir um dispositivo experimental.” (Paul Henry, 1993b, p. 25)

A Análise do Discurso (AD), desde a sua fundação, vem gerando discussões na área da Lingüística e nos seus entornos, por propor a mudança do objeto de análise, que sai do domínio frasal ou textual e passa para o domínio do discurso. A instauração do objeto de estudo da Análise do Discurso marca um posicionamento teórico e analítico contrário à tendência americana estruturalista – que considera o discurso como uma frase longa e a frase como um discurso curto – pois, para a AD, “o discurso não é redutível a uma frase longa, nem ao texto enquanto organização lingüística. É materialidade simbólica” (Orlandi, 1998). Assim, a AD supera o behaviorismo, o positivismo da lingüística estrutural e o idealismo cientificista da lingüística gerativa. Ao colocar-se contra as tendências anteriores, a Análise do Discurso passa a questionar o corte epistemológico saussuriano que exclui o sujeito e a significação, ocupando assim um espaço de tensão no limite do corpo teórico da Lingüística, tendo em vista que “para trabalhar com a categoria de discurso, é necessário ser lingüista e deixar de sê-lo ao mesmo tempo” (Courtine, 1999²⁶, p. 18). Diante disso, os analistas de discurso vêm-se na emergência de realizar a diferenciação entre frase e discurso que persistiam como sinônimos desde a antigüidade grega. Isso se dá porque a Análise do Discurso não se contenta com os limites impostos pela Lingüística, buscando na relação que estabelece com outras áreas do conhecimento o espaço e a sustentação de que necessita para elaborar noções mais específicas, como é o caso, por exemplo, da noção de discurso em detrimento da noção de frase.

O fato é que as principais correntes lingüísticas que o século XX conheceu se detiveram na análise da frase ou do texto (como uma extensão da frase), o que,

²⁶ A data do original francês é 1983.

inevitavelmente punha em relação de sinonímia as noções de texto e discurso. É na proposta teórico-metodológica da Análise do Discurso que vamos encontrar uma significativa mudança de perspectiva, na qual a noção de discurso não é sinônima da noção de frase nem limita-se à extensão finita do texto. Da mesma forma que a Análise do Discurso não aceita a concepção de língua enquanto um sistema de regras formais, pois a toma em seu funcionamento na produção do discurso, onde é possível observar as estreitas relações que ela mantém com o histórico e com o social para significar. Michel Pêcheux funda a Análise do Discurso (AD), deslocando a dicotomia língua/fala, proposta por Saussure, para um outro nível, distinguindo língua/discurso e concebendo o primeiro elemento como condição de possibilidade do segundo, abrindo um espaço para o sujeito, enquanto ser dotado de inconsciente e afetado pela ideologia, onde os elementos exteriores são constitutivos do sentido no discurso.

É a AD que vai inaugurar um novo lugar para instauração das metodologias de análise do discurso, pois ela desconstrói também o par competência/desempenho (constitutivos de um sujeito ideal), proposto por Chomsky, no qual o primeiro importava mais do que o segundo; bem como o par estrutura profunda/estrutura superficial da língua, no qual o primeiro também importava mais do que o segundo; mostrando que é na prática discursiva que o sujeito se manifesta enquanto tal e que é pela superfície da língua que o analista tem acesso à espessura do discurso. Isso vai apontar para uma nova teoria da significação, onde, na verdade, a produção do sentido é um processo que se realiza na prática do discurso e, como propõe Henry (1993a), a questão do sentido e da significação só pode permanecer “em aberto”. Para este autor, a questão do sentido é, constitutivamente, suscetível a “deslocamentos”, havendo sempre possibilidade de se tomar posições, mas não de resolvê-la definitivamente. Nesse caso, a noção de deslocamento tornar-se-á essencial, pois, conforme afirma Henry: “se a questão é daquelas em que não se pode chegar ao fim, é possível deslocá-la, reformulá-la” (p. 152).

Até a época de instauração da AD, circulava uma pluralidade de noções de discurso, inscritos notadamente em várias áreas do conhecimento científico, algumas reiterando o sentido de sinônimo (ou aproximação) da noção de frase e de texto, e outros já propondo uma diferenciação entre tais noções. Mas é em busca de uma noção de discurso que funcione diferente da noção de frase e que ocupe um outro lugar nos estudos da linguagem,

que recorreremos à reflexão filosófica de Michel Foucault (1995, p. 56), que pensa a noção de discurso como uma prática social. Para este filósofo - que contribuiu com importantes reflexões para AD -, o discurso não pode ser concebido como um conjunto de signos, pois ele funciona como uma *prática* que pressupõe a língua e a sociedade para efetivar-se, formando os objetos de que falam. É da *prática discursiva* que emerge a multiplicidade de sentidos que o discurso produz. Assim, cada sentido, nessa multiplicidade, produz-se de acordo com o lugar e o momento da *prática discursiva*, não recobrando a totalidade de sentidos possíveis, mas extrapolando a relação prevista entre significado e significante. Foucault busca no discurso “um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” e é nesse campo que “podem ser determinadas a dispersão do sujeito e a sua descontinuidade em relação a si mesmo” (p.61-2), o que será melhor explicitado pela noção de Formação Discursiva²⁷. Em Pêcheux (1995, p. 213), vamos nos deparar com a questão da *prática discursiva* já “inscrita no todo complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”, configurando já o elenco nocional da AD.

Ao construir o quadro teórico da AD, Pêcheux (1993a²⁸, p. 82) concebe o discurso como “efeito de sentidos entre os pontos A e B”, ou seja, entre os interlocutores, esse efeito é produzido a partir da determinação de lugares sociais que os sujeitos ocupam. É preciso levar em conta ainda que a ideologia é um dos elementos determinantes dessas relações sociais entre os interlocutores, unindo-se a ela, de modo essencial, as condições de produção do discurso que são históricas, já que “as ideologias não são feitas de “idéias”, mas de práticas” (Pêcheux, 1995, p. 144). Nessa concepção, as condições de produção do discurso são determinantes do sentido, pois é a partir dessas condições (sociais, econômicas, ideológicas) que cada sujeito se posiciona diante do outro, produzindo efeitos de sentidos.

Para mobilizarmos as noções de sentido e de efeito de sentido precisamos compreender como elas se constituem em AD. O sentido não é algo que está dado, mas o apagamento de sua constituição material causa um efeito de já-lá, porque a ideologia fornece sustentação à produção das evidências (ou efeito de evidência) que se realiza em

²⁷ Cf. definição ainda nesta seção.

²⁸ A data do original em francês é 1969.

cada prática discursiva, levando o sujeito a crer na transparência da linguagem. Pêcheux (1995), já afirmava que o sentido não existe “em si mesmo” e Foucault (1979)²⁹ vai introduzir a noção de “verdade local”, a partir da qual o sentido funciona “localmente” e não universalmente. Paul Henry (1993a) diz que o grande mérito desses dois autores está no fato de que ambos “tentaram estimular um procedimento suscetível de construir localmente certos fatos de sentido” (p. 162). Dessa citação nos interessa, em especial, o elemento que desloca as reflexões sobre a constituição dos sentidos no discurso: do universal para o local. Trata-se de pensar o sentido como um efeito de evidência ou de obviedade produzido na ordem da língua e que pode ser desconstruído na ordem do discurso, porque é na ordem da língua que se constrói o efeito de unidade do sujeito e do sentido, sendo que essa unidade só pode ser desconstruída se passarmos para a ordem do discurso, onde a interferência de outros elementos, que são exteriores à língua, constitui sentidos. O efeito de sentido evidente se produz como efeito de verdade na ilusória unidade do texto e do sujeito, que acredita poder controlar os sentidos sobre o que produz discursivamente. No entanto, se pensarmos esse efeito de obviedade posto como “local”, vamos restringir seu funcionamento a uma FD e aos sujeitos que nela se inscrevem. Tratar o sentido “localmente” implica considerar as contradições que lhe são inerentes e constitutivas, tais como: a) a multiplicidade de significados que advém de um mesmo significante; b) as relações entre o mesmo (a continuidade) e o diferente (a descontinuidade) no interior de uma mesma FD; c) a constituição mútua que se dá entre sujeito e sentido no discurso. Assim sendo, o sentido se constitui em meio a contradições e o sujeito que se projeta com ele no discurso é dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia, o que contribui para que o sentido não seja dado como pronto desde sempre, pois sua efetivação depende da posição que o sujeito assume “localmente” no plano ideológico, social, histórico e discursivo. Ao investigarmos a representação de sujeito gaúcho, no discurso literário, estamos levando em consideração essas reflexões teóricas; observando-o como uma forma de representação de sujeito que faz emergir uma posição ou outra no interior da formação discursiva gaúcha, e a representação da tomada de posição desse “gaúcho” está diretamente vinculada às condições de produção, colocando em relação o “mundo social” e o “mundo ficcional”.

²⁹ A edição original em francês é de 1976.

A reflexão desses autores nos conduz a pensar que a noção de efeito de sentido seja mais adequada para o nosso trabalho. Pensar em efeitos de sentido é, antes de mais nada, levar em conta os dois movimentos necessários para a sua efetivação no discurso: um que resulta dos efeitos de sentidos que o “eu” produz sobre o “outro” no e pelo discurso e o outro que resulta da produção do discurso sobre o sujeito que o produziu. Assim, ao mesmo tempo em que o sujeito, ao produzir seu discurso, afeta, de alguma forma, seu interlocutor, ele também é afetado pelo processo discursivo que se constitui naquele momento social e ideologicamente determinado. Com a noção de efeito de sentido, Pêcheux consegue suplantar as restrições próprias de uma noção de sentido que estava vinculada ao que Jakobson teria denominado: “recebimento da mensagem” ou “transmissão de informações”, que o discurso deveria trazer consigo, já que a linguagem serve para comunicar e para não comunicar (Pêcheux, 1995).

Ao admitirmos o efeito de sentido, estamos admitindo que sujeito e sentido constituem-se mutuamente, pois a significação que se produz na relação que existe entre eles não é dada como um produto pronto e acabado. Essa significação não está estritamente alienada ao significante, a sua realização plena (ou não) depende das condições de produção, ou seja, a significação se dá “localmente” no interior da prática discursiva. Então, a produção de efeitos de sentido ocorre na prática discursiva, de onde falam (Formação Discursiva) e se posicionam os interlocutores (Formação Ideológica). Assim, ao mencionarmos os processos de produção de sentido ou ao mobilizarmos a noção de sentido, estamos levando em conta que o sentido é um efeito que se produz na e pela prática discursiva.

2.2 Construindo o dispositivo de análise

“O campo da Análise do Discurso (...) é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sócio-histórico, político ou estético, e, portanto, também dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado” (Pêcheux, 1998³⁰, p. 54)

As noções de *discurso*, *sujeito*, *língua*, *sentido* e *efeito de sentido*, concebidas sob a perspectiva da AD, tal como ela é desenvolvida atualmente, nos ajudam a construir um dispositivo teórico sob o movimento de vai-e-vem: do que é fundacional para o que é re-significado e vice-versa. Esse movimento apresenta-se às vezes mais lacunar, às vezes menos, recuperando elementos nocionais fundadores dessa corrente teórica e, ao mesmo tempo, atualizando-os com noções que ganham novas significações no desenvolvimento dos trabalhos dessa área do conhecimento. A partir desse momento, a AD passa a funcionar como quadro teórico de referência para nossa pesquisa, sempre levando em consideração os já-ditos que sustentam o seu dizer, a partir dos quais recuperam-se e transformam-se os sentidos.

O quadro epistemológico da AD surge em meados do século XX, entre a década de 60 e de 70, numa atmosfera francesa de muitos questionamentos políticos, históricos, filosóficos e psicanalíticos acerca do processo de produção da linguagem, abrangendo a área da lingüística e das ciências de formações sociais. Segundo Pêcheux & Fuchs (1993, p. 163-164) o quadro epistemológico da AD reside na articulação de três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

³⁰ A edição francesa data de 1983.

É importante ressaltar que os autores acrescentam ainda que tais regiões estão articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). Assim, “articulada e atravessada” instaurou-se a disciplina que, mais recentemente, Orlandi (1996b) denominou de “disciplina de entremeio” por constituir-se nesse lugar produzido pela relação contraditória existente entre as regiões do conhecimento acima citadas. Não se trata de uma aplicação de outras disciplinas, mas sim de uma disciplina que se forma na contradição e aproveita-se delas, ao revés.

Os trabalhos desenvolvidos em AD contestam a redução, pensando um lingüístico que não é o mesmo da Lingüística embora pressuponha sua existência. Ela põe em relação discurso, ideologia e linguagem, tendo por base a noção de materialidade – sem separar linguagem e sociedade na história. A noção de história que mobilizamos em AD é bem trabalhada pelo filósofo francês Paul Henry (1994) que interroga as relações existentes entre as ciências humanas e sociais e a história, no seu artigo “A história não existe?”. Nesse texto, encontramos reflexões que apontam para o que não é a história e nos conduzem a muitos questionamentos a propósito do que seria, então, a história para nós, analistas. Definitivamente, a história “não é um encontro meramente circunstancial” (p.29); não pode também ser reduzida ao “historicismo” que acumula fatos individuais; a história não carrega, em si mesma, sentidos pré-estabelecidos, mas também não está aberta à efetivação de quaisquer sentidos que um sujeito origem e centro de seu dizer lhe impuser. Enfim, a história se relaciona com a linguagem e se há um “sujeito da história” ele é dotado de inconsciente e é atravessado pela ideologia, tendo por base uma teoria não-subjetivista (de cunho marxista) que concebe a história como algo sempre em “processo”.

No caso da análise do discurso, a reconstituição da historicidade é o que retira o objeto discursivo da sua condição de “estar à deriva”, porque é via história que ele ocupa o seu lugar e ali constitui determinados sentidos e não outros. No entanto, a reconstituição da historicidade própria de um objeto discursivo não garante sua estabilidade de significação, porque se a história está sempre “em processo”, ela está sempre em movimento, constituindo o discurso como um lugar de contradições, onde coexistem diferentes direções de sentidos que se alternam quando um se sobrepõe ao outro como dominante, num determinado momento e sob determinadas circunstâncias (que podem ser sempre outras). Enfim, “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação

(...) É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (p.52).

Falar do lugar de analistas de discurso é se posicionar no interior de um quadro teórico que faz emergir uma rede nocional bastante complexa, onde se estabelecem relações entre diferentes áreas do conhecimento científico que se preocupam com os estudos da linguagem. Isso garante uma forma de rigidez teórica capaz de sustentar a cientificidade dos trabalhos na área; no entanto, quando o analista de discurso parte da teoria para as análises, ele toma em suas mãos a responsabilidade de elaborar o dispositivo analítico próprio para o *corpus* que elegeu. Trata-se de propor um caminho particular que, certamente, não dá conta de todos os conceitos produzidos e acionáveis em AD, mas direciona a análise em sua especificidade. Este direcionamento propicia um olhar diferenciado e verticalizado sobre o *corpus*, tendo em vista que são acionados determinados conceitos em detrimento de outros, já que, ao optar por algo, o analista está automaticamente excluindo o restante.

Esta é, então, uma das especificidades próprias dos trabalhos desenvolvidos em AD: o analista dispõe de um quadro teórico bem delimitado; mas não dispõe de um dispositivo analítico pré-estabelecido ou de uma metodologia pronta para ser aplicada. Cabe ao analista de discurso produzir o dispositivo analítico que melhor responda às necessidades de seu *corpus* de análise, mobilizando as noções que melhor lhe convier. A partir dessa prerrogativa, não temos a pretensão de recobrir a totalidade e a completude teórica das noções integrantes da AD, nos detendo, portanto, na presente seção, em explicitar apenas as noções da AD que são mobilizadas em nossas análises, considerando, portanto, que a explicitação dessas noções será realizada nos limites de nossos objetivos. As noções apresentadas e discutidas a seguir podem ser vistas em separado ou re-agrupadas em três blocos:

- a) o primeiro que traz à baila as noções de interdiscurso, formação discursiva e formação ideológica, nos conduz a refletir sobre a constituição do discurso;
- b) o segundo que traz à baila as noções de sujeito, forma-sujeito e posição-sujeito, nos conduz a refletir sobre a constituição do efeito-sujeito no discurso;

- c) e o terceiro que traz à baila as noções de memória e acontecimento, nos conduz a refletir sobre a constituição de sujeito e sentido no discurso.

Interdiscurso, Formação Discursiva e Formação Ideológica

“As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo o discurso se delinea em relação com outros dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.” (Orlandi, 1999a, p. 43)

O interdiscurso foi concebido inicialmente por Pêcheux (1995, p. 162) como o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas (...) submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação” que caracteriza a Formação Ideológica. Este todo complexo abriga uma diversidade de saberes (discursivos) que emergem conforme determinação ideológica específica, isso se dá dessa forma porque o sentido não está prioritariamente inscrito num lugar, numa determinada Formação Discursiva: todos os sentidos estão abrigados potencialmente no âmbito do interdiscurso, lugar do sentido e do não-sentido. O interdiscurso, então, constitui-se como um lugar: todos os sentidos estão lá, mas só vão significar quando convocados por uma determinada Formação Discursiva.

Segundo Orlandi (1996a, p. 39), o interdiscurso é o que “fornece a cada sujeito ‘a sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas”, sendo que de posse desses “saberes” (advindos do interdiscurso) o sujeito pode inscrever-se no domínio de uma determinada Formação Discursiva, assumindo uma posição-sujeito bem determinada, onde o seu discurso produza determinados efeitos de sentido e não outros. Para essa autora, a constituição de todo discurso depende dos saberes que constituem o interdiscurso do sujeito, considerando que o processo de constituição do discurso tem por base “a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação” (p. 39). Assim, o interdiscurso é concebido também como uma forma de memória (social ou coletiva)³¹.

³¹ Cf. explicitado ainda nesta seção.

O interdiscurso apresenta-se em duas categorias: enquanto pré-construído e enquanto intradiscurso. A primeira categoria funciona como “o ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece/impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (Pêcheux, 1995, p. 164), fornecendo “a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’”. Já a segunda diz respeito ao que Pêcheux denominou “fio do discurso” do sujeito, enquanto funcionamento do discurso sobre si mesmo, ou, ainda, como funcionamento de um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, ou seja, “uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (p. 167).

Já Courtine (1981, p. 35) estabelece as devidas relações entre interdiscurso e Formação Discursiva no interior de um processo discursivo dado, pois para ele “o estudo de um processo discursivo no seio de uma dada Formação Discursiva não é dissociável do estudo da determinação deste processo discursivo por seu interdiscurso”, considerando então as relações existentes entre os saberes de diferentes Formações Discursivas que integram o domínio do interdiscurso. Isso ocorre porque os elementos advindos do interdiscurso é que regulam o deslocamento das fronteiras de uma Formação Discursiva dominante e de outras secundárias, num incessante processo de reconfiguração.

Para compreendermos melhor o funcionamento do interdiscurso importa definirmos duas outras noções que lhe são essencialmente constitutivas, assim como dependem dele para funcionarem na constituição do sujeito e do sentido no discurso: trata-se das noções de Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI).

A noção de FD foi inicialmente pensada pelo filósofo Michel Foucault que acreditava na possibilidade de se observar o estabelecimento de regularidades no funcionamento do discurso. Segundo Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão [o qual se constitui por séries lacunares, jogos de diferenças, de desvios, de substituições, de transformações, etc.], e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, uma correlação, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (1995, p. 43).

Pêcheux (1995) desloca e re-significa essa noção para o quadro teórico da AD, já estabelecendo relações entre tal noção e a noção de Formação Ideológica. Para o autor, uma FD ou várias FDs interligadas se constituem como componente de uma FI dada. Pêcheux denomina, então, “*formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (p. 160). Assim, Pêcheux acrescenta à questão discursiva a questão ideológica, deixada de lado por Foucault quando este cunhou a noção de FD. Pêcheux, ao trazer a noção de FD para a AD coloca-a em relação com a ideologia, concebida como “não idêntica a si mesma” e existindo sempre sob “a modalidade da divisão”, sendo que ela se organiza “na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (1980, p. 192). Com isso o autor deixa claro que se dá conta das estreitas relações que se estabelecem entre FD e FI, apontando já para uma noção de FD que comporte essa “contradição” que se produz primeiro no âmbito ideológico sendo depois representado no âmbito discursivo. Assim, como coexistem de modo constitutivo os “antagonismos de classe” na luta ideológica, coexistem os “saberes antagônicos” nos cruzamentos de discursos³² que, pela noção de FD, comportam o que é idêntico e o que é dividido.

Em AD, FI e FD são concebidas como constitutivas uma da outra, pois a primeira funciona como determinante do que “pode e deve ser dito” no âmbito da segunda e as formações discursivas, por sua vez, “representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem” (Orlandi, 1996b, p. 108). Em ambas, agem o social e o ideológico, não apenas como causa para uma análise lingüística, mas também como elementos que determinam a constituição do sujeito e do sentido no discurso.

Pêcheux (1995) introduz a noção de “tomada de posição”³³ do sujeito que vai identificar-se mais ou menos com a FD na qual se inscreve para então produzir sentido no discurso, considerando que é via FI que se reconhece esse “posicionamento do sujeito”, visto que o seu discurso é envolvido pela ideologia. Do mesmo modo, é via FD que se reconhece a posição do sujeito, enquanto presença constitutiva num determinado grupo social, no qual ele é determinante e é determinado. Trata-se da categoria de sujeito social

³² No momento das análises o cruzamento de discursos funcionará como explicitador das relações entre literatura e história, cf. Parte III.

³³ Cf. sub-seção *Sujeito, forma-sujeito, posição-sujeito*.

que funciona nos processos discursivos via uma série de formações imaginárias³⁴ “que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1993a, p. 82) capaz de especificar o lugar social de cada um no discurso.

Courtine (1981, 1982) também reflete sobre a noção de FD; em sua reformulação leva em conta a contradição como princípio fundante, a partir do qual o diferente tem lugar no interior do mesmo. Assim, as fronteiras de uma FD se deslocam em função dos movimentos da luta ideológica e uma única formação ideológica comporta saberes de diferentes formações discursivas, já que a FD é concebida como heterogênea a si mesma, funcionando como um lugar de materialização da ideologia. Essa noção de FD extrapola a fórmula pensada inicialmente como homogênea e fechada em si mesma, posta em relação de contradição com as demais FDs pertencentes a uma determinada rede. É em Courtine & Marandin (1980), que encontramos a definição de FD como “heterogênea a si mesma” e com fronteiras “fundamentalmente instáveis”, sendo o interdiscurso quem regula os deslocamentos das fronteiras de uma FD. A noção de FD, pensada como una e dividida, ao mesmo tempo, abriga diferentes posições-sujeito que representam, no âmbito do discurso, diferentes modalidades de identificação do sujeito (Pêcheux, 1995) com os saberes constitutivos dessa FD, determinada por FIs específicas.

No presente trabalho, mobilizaremos a noção de FD, na maioria das vezes, vinculada à noção de sujeito, que funciona no interior do processo de representação do gaúcho no discurso da narrativa literária em análise, onde a FD dominante aparece sob a denominação de “FD gaúcha”, pois reúne sob sua égide um determinado conjunto de saberes próprios à constituição identitária do gaúcho, que é social, representada histórica e ficcionalmente. Trata-se do resultado de um trabalho de reconhecimento de um certo número de regularidades, apreensíveis por uma análise do discurso que leva em consideração as relações que existem entre sujeito e ideologia e entre discurso e interdiscurso, onde as fronteiras da FD dita gaúcha não são fechadas sobre si mesmas e ela se constitui sob o atravessamento de saberes outros, constituindo-se assim como heterogênea. É no interior dessa FD que aparece representado o sujeito gaúcho dotado de

³⁴ A propósito das formações imaginárias temos maiores detalhes no Capítulo 1 da Parte II.

inconsciente e afetado pela ideologia, constituindo-se no movimento dos saberes advindos do interdiscurso.

Sujeito, forma-sujeito e posição-sujeito

“A maior riqueza do homem é a sua incompletude.”
(Manoel de Barros)

Para refletirmos sobre a noção de sujeito em Análise do Discurso, faz-se necessário estabelecermos as devidas relações entre a teoria da não-subjetividade do sujeito, proposta por Michel Pêcheux, e a teoria das ideologias, de Louis Althusser. No tocante à questão da ideologia, é imprescindível mencionarmos a contribuição de Louis Althusser para o deslocamento do efeito de sentido da concepção de sujeito (centro e origem) na linguagem que predominava até então³⁵. É Althusser, na obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, quem vai apresentar a tese “*toda a ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria de sujeito*” (s.d., p. 98-99). Essa proposta althusseriana é utilizada por Pêcheux, quando este enfatiza que não existe sujeito senão interpelado pela ideologia, bem como a constituição do sentido está diretamente ligada à constituição do sujeito no discurso. Segundo Pêcheux (1995, p. 153-154), “a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de modo marginal (...), mas no interior da própria ‘tese central’, na figura da *interpelação*”. Assim, um dos elementos que devemos levar em conta, quando estivermos refletindo sobre as representações de gaúcho que estão instituídas no imaginário social rio-grandense, é a de que existe toda uma construção social, histórica e ideológica (que também é imaginária!) que produz efeitos de sentidos sobre a construção de imagens de gaúcho que nos são dadas como “reais” no interior do discurso literário. Somos interpelados a acreditar nisso, estamos impregnados ideológica e discursivamente, isso nos leva a contribuir com a continuidade do processo de constituição e instituição de imagens de gaúcho.

Pêcheux propõe uma teoria não-subjetiva da subjetividade, na qual o sujeito acredita na evidência e na unidade do seu dizer porque não se dá conta de sua condição de

³⁵ Cf. Teoria da Subjetividade, proposta por Émile Benveniste.

“assujeitado” à ideologia e afetado pelo inconsciente³⁶, uma vez que o sujeito, como origem do sentido, é uma ilusão. Então, estamos diante de um sujeito que, além de interpelado pela ideologia, é também dotado de inconsciente. A constituição do sujeito que produz um efeito de unidade tem por base uma ilusão necessária e inconsciente: primeiro, o sujeito tem a ilusão de ser a origem e a fonte do seu dizer, o que Pêcheux e Fuchs (1993, p.168) caracterizam como “esquecimento nº 1”; o sujeito esquece de que todo e qualquer discurso é sustentado pelo já-dito; segundo, o sujeito tem a ilusão de que sabe exatamente o que diz e de que pode controlar os sentidos; essa ilusão é caracterizada como “esquecimento nº 2”; o sujeito não tem consciência de sua dispersão que o torna múltiplo e fragmentado (p. 176). Os esquecimentos, portanto, viabilizam a circulação do sujeito num “espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável” (p. 178), sem que ele se dê conta disso. Assim, sob o efeito dessas duas ilusões o sujeito acredita: primeiro, que ao produzir seu discurso está revelando uma intenção particular de dizer algo, pois para ele está “esvanecido” o fato de que ele representa uma posição-sujeito inscrita no interior de uma FD que determina o que pode e deve ser dito “bem como o que pode, mas não convém ser dito em um discurso” (Indursky, 1997, p. 196); e, segundo, que ao produzir seu discurso ele conseguiria controlar o que dele possa ser apreendido como sentido, pois ele faz parte de uma formação imaginária onde se produz uma imagem de si mesmo e do outro, seu interlocutor, bem como dos lugares sociais que cada um ocupa no momento da prática discursiva e essa formação imaginária é que lhe garante “a impressão de realidade”.

Mas é a fim de explicitar o funcionamento das FIs e das FDs, pela categoria de sujeito do discurso, que Pêcheux (1995) retoma a noção de forma-sujeito, proposta por Althusser, explicando que a “*forma-sujeito do discurso*” funciona no “processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio” (p. 159). A partir da noção de forma-sujeito, podemos entender como a posição que o sujeito ocupa ao produzir suas formulações é afetada pelas duas ilusões que lhe são constitutivas: ser a fonte e origem do seu dizer e controlar os efeitos de sentido que suas formulações produzem no discurso. O sujeito só pode ser afetado por essas ilusões porque é concebido como dotado de inconsciente; mas, ao mesmo tempo, ele é interpelado pela ideologia; o que faz dele um sujeito social e historicamente determinado. É a interpelação que produz a necessária

³⁶ Conceito proveniente da psicanálise lacaniana melhor explicitado no Capítulo 1 da Parte II.

“intrincação” entre FD e FI, no momento em que o sujeito identifica-se, de algum modo, com uma determinada forma-sujeito. É pelas “modalidades de identificação” do sujeito enunciador com a forma-sujeito que se legitima sua condição de descentrado, lacunar, disperso, múltiplo, reafirmando a caracterização material do discurso e do sentido. Juntam-se então, de forma essencial, à constituição do sujeito concebido pela AD os “esquecimentos” que fundam sua unidade imaginária e instalam a multiplicidade de sentidos no interdiscurso, estes sentidos se alternam na forma material do discurso, seja via pré-construído³⁷ ou via intradiscurso³⁸.

Tanto em Pêcheux (1995) quanto em Courtine (1981, 1982), vamos encontrar a noção de forma-sujeito que nos remete às possibilidades de interpelação-identificação do sujeito com a FD na qual se inscreve. Há a necessidade de uma tomada de posição por parte do sujeito, mas ela “não é um ato originário do sujeito-falante”, ela é, na verdade, “um efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso” (Pêcheux, *idem*, p. 172). Trata-se então de observarmos as diferentes formas de representação do sujeito no discurso, o que é viabilizado pela noção de posição-sujeito. Falar em posição-sujeito é necessariamente falar em possíveis desdobramentos que a forma-sujeito pode ter no interior de uma FD. Tais desdobramentos se dão pela realização de uma ou outra modalidade de identificação do sujeito com os saberes próprios de uma FD, onde teremos o sujeito universal, funcionando como sujeito histórico que regula os saberes próprios da FD; e o sujeito enunciador, que representa no discurso tais saberes. Como já foi explicitado, o indivíduo é interpelado ideologicamente para constituir-se como sujeito e é essa inquestionável interpelação que o conduz a uma “tomada de posição” que se revela na produção de seu discurso. Pêcheux (1995, p. 172) diz que essa “tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no ‘sujeito’”, considerando esse Sujeito (em maiúscula) o sujeito universal e o sujeito (em minúscula) o sujeito da enunciação. Nesse momento da teoria, Pêcheux ainda está trabalhando com base na noção de FD homogênea, o que acarreta uma relação estável e homogênea entre a tomada de posição do sujeito e a representação dos saberes da FD no Sujeito. Sob tal perspectiva, temos sempre uma identificação plena do

³⁷ Essa noção contempla aqueles saberes que funcionam no discurso como “aquilo que todo mundo sabe”, colocando em relação os saberes próprios de uma FD com o interdiscurso.

³⁸ Essa noção contempla aqueles saberes que garantem o funcionamento do discurso pela relação que se estabelece entre o que foi dito antes, o que é dito agora e o que será dito depois, mantendo uma forma de estabilidade para o “fio do discurso”.

sujeito enunciador com o sujeito universal, na qual a tomada de posição reflete positivamente os saberes próprios da FD na qual está inscrito o sujeito. Mas isso não satisfaz as reflexões de Pêcheux, o que o leva a retomar, mais adiante, essa questão: ele amplia a discussão sobre a constituição do sujeito, propondo outras possibilidades de relações entre o sujeito e o Sujeito no interior de uma FD, isso se dá pelas modalidades de identificação do sujeito, conforme explicitaremos a seguir.

Em Pêcheux (1995) temos a constituição da forma-sujeito em “sujeito da enunciação” e em “sujeito universal”. O primeiro é “o locutor, é aquele a quem é atribuído o encargo pelos conteúdos colocados” (p. 214)³⁹. O segundo é “o sujeito da ciência ou do que se pretende como tal”, é este que representa o social, funcionando como categoria que representa a coletividade e a não-individualidade⁴⁰, aquele que está no interdiscurso, dotado de mobilidade e podendo determinar a dominação da forma-sujeito que se relaciona de modo essencial com a FD dominante. Para Pêcheux, as práticas do sujeito na forma-sujeito é que produzem “efeitos paradoxais” (p. 215) numa relação de “desdobramento”⁴¹ entre sujeito da enunciação e sujeito universal. O primeiro representa o segundo na materialidade do discurso. É nessa relação que intervêm as modalidades de identificação propostas pelo autor.

Segundo Pêcheux (1995, p. 213), as FDs são “o lugar de ‘um trabalho de reconfiguração’ que constitui, segundo o caso, um trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição”. Assim é o funcionamento de uma FD que denominamos gaúcha, ela está em constante reformulação, por isso coexistem modos de identificação diversos. Esses modos não podem ser compreendidos sem que sejam levados em conta os saberes advindos do interdiscurso: seja pela forma do conjunto de saberes próprios da FD dominante, que não funcionam apenas sob a determinação ideológica, mas também sob a determinação das condições de produção que são históricas e, portanto, nos remetem a um dado momento das relações de produção; seja por outros saberes inscritos, prioritariamente, em FDs que, nesse caso, funcionam como secundárias, mas que podem ser identificadas através dos saberes

³⁹ O que pode ser exemplificado com o gaúcho Blau Nunes, personagem que representa uma tomada de posição do sujeito presente no discurso da narrativa literária gaúchesca, constitutivo do objeto de análise desta pesquisa, que representa uma posição-sujeito “x” na FD dita gaúcha.

⁴⁰ O que pode ser exemplificado já não mais com Blau Nunes, especificamente, mas com o gaúcho, enquanto sujeito histórico.

⁴¹ Termo cunhado por Paul Henry, em *A Ferramenta Imperfeita*, 1992, p. 104.

que atravessam a FD dominante. Assim, a noção de forma-sujeito corresponde à forma de explicitação da FD dominante na qual se inscreve o sujeito, mas as modalidades de identificação do sujeito enunciativo com o sujeito universal levam em conta os efeitos dos atravessamentos de saberes advindos de outras regiões do interdiscurso sobre a constituição do sujeito que toma uma posição no interior da FD dominante.

Importa trazer, para essa discussão, a noção de “não-coincidência”, cunhada por Jacqueline Authier-Revuz⁴², a propósito de suas reflexões sobre as formas de “não-coincidências do dizer”, inscritas no campo da teoria da Enunciação. Ao deslocarmos essa noção para a análise do discurso, podemos perceber como a forma-sujeito e a FD, essencialmente heterogêneas, podem ser explicitadas pela mobilização da noção de “não-coincidência” que funciona na relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, que assume uma posição que comporta a “não-coincidência” dos saberes próprios da FD com ela mesma. Essas não-coincidências são observáveis na superfície do discurso que leva em conta elementos outros que não apenas o enunciativo.

As modalidades de identificação, propostas inicialmente por Pêcheux, vão desde a identificação plena, passando pela contra-identificação até a desidentificação do sujeito com a FD em que está inscrito, num determinado momento histórico-social. Abre-se, nesse ponto, a possibilidade de observarmos como o sujeito se relaciona com a forma-sujeito e, respectivamente, com a FD dominante, ora afinando-se e ajustando-se com ela, ora destoando e discordando dela. É assim que se explicitam as regularidades e as diferenças existentes no interior de uma determinada FD, onde o ideológico e o inconsciente demarcam os possíveis “deslocamentos de fronteiras” ou os possíveis limites no discurso.

Na identificação plena se realiza com perfeição a aparente unidade do sujeito (na “superposição” entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal), realizando-se como plenamente identificado com uma FD que tem suas fronteiras aparentemente bem determinadas. Nesta primeira modalidade, segundo Pêcheux (1995, p. 215), ocorre uma “tomada de posição” pelo sujeito, que realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”, caracterizando-se assim o “bom sujeito”, pois ele reflete espontaneamente o Sujeito (sujeito universal), acreditando ser a fonte do seu dizer e o

⁴² Em *Palavras Incertas*: as não-coincidências do dizer (publicação brasileira), onde estão publicadas reflexões advindas de sua tese de Doutorado de Estado (*Ces mots qui ne vont pas de soi*), defendida na Universidade de Paris III, em 1992. A publicação que estamos utilizando é de 1998.

controlador dos sentidos do seu dizer. Neste caso, a ilusão do sujeito seria completa e perfeita, caracterizando a modalidade de identificação onde se instala o mesmo e o repetível, tendo em vista que nessa modalidade o sujeito acredita realizar seus efeitos no discurso em “plena liberdade”, quando, no entanto, está determinado pelo interdiscurso que especifica qual é a FD com a qual ele deve se identificar naquele momento sócio-histórico.

Já na contra-identificação, a relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal não se realiza pela forma da superposição, não se dá de maneira uniforme e perfeita. Embora o ponto de partida seja, ainda, a ilusão de unidade que afeta o sujeito, ele reage de outra forma: o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal. Sobressai-se, nessa modalidade, uma luta contra a evidência ideológica e sempre que há luta há resistência; o sujeito da enunciação resiste, ele se revolta contra o que está dado, o que está posto como instituído pela FD, na qual ele se inscreve inicialmente. Esta tomada de posição caracteriza o discurso do “mau sujeito”, pois ele não aceita por completo a determinação exterior (do interdiscurso), ele não aceita a condição de inscrever-se numa forma homogênea, buscando no interdiscurso saberes-outros que também lhe sejam constitutivos. Indursky (2000) explicita como a noção de forma-sujeito, que admite em seu interior diferentes posições-sujeito, se caracteriza:

Uma forma-sujeito assim dividida remete à concepção teórica de um sujeito fragmentado entre as diferentes posições que sua interpelação ideológica permite. Por outro lado, a forma-sujeito fragmentada abre espaço não só para os saberes de natureza semelhante, equivalente, isto é, para o parafrástico e o homogêneo, mas também cede lugar para os sentidos diferentes, divergentes, contraditórios, ou seja, para o polissêmico e o heterogêneo. (p. 76)

Assim, ao assumir uma posição-sujeito que se identifica de modo parcial com a forma-sujeito que corresponde a uma determinada FD, o sujeito se revela fragmentado e a diferença passa a fazer parte daquela aparente unidade: o diferente emerge do interior do mesmo, tanto no domínio da ideologia quanto no domínio do discurso. A partir dessa reação do sujeito, as fronteiras da FD já não são tão claramente identificáveis, pois a FD admite posições diferentes e até antagônicas em seu interior; aparecem, portanto, os atravessamentos de outros saberes que não lhe são próprios, que advêm de outros lugares,

sendo disponibilizados ao sujeito. Esse movimento poderá ser observado no momento das análises que realizamos sobre a representação de sujeito gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca⁴³.

Trata-se de observar aqui que, embora o sujeito sofra o processo de interpelação e esteja assujeitado a uma determinada ideologia, este sujeito pode produzir um efeito diferente, o de não se identificar plenamente com uma dada FD. O sujeito escapa à univocidade, ele desliza, ele adentra um terreno escorregadio, passando a viver numa relação de tensão consigo mesmo e com o outro, ele se constitui num lugar de fronteiras instáveis, num lugar de desconforto, onde coexistem o mesmo e o diferente, o eu e o outro.

Na verdade, esse “mau sujeito” é aquele que sofre uma interferência mais marcante de saberes outros e de sujeitos outros, ele espia para fora da FD dominante, amplia seu horizonte discursiva e ideologicamente constituído. Embora cada uma dessas modalidades tenha características bem próprias que diferenciam o “bom sujeito” do “mau sujeito”, Pêcheux explicita o que há em comum entre eles que é a determinação do interdiscurso. Enquanto “todo complexo das formações discursivas” (p. 162), o interdiscurso age sobre os dois sujeitos, seja para produzir a identificação seja para produzir a contra-identificação, pois ele não tem como escapar à sua condição de ser dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia.

Pêcheux (1995, p. 217-218) apresenta, por fim, a terceira modalidade de identificação do sujeito: a desidentificação. Essa modalidade pressupõe um total desencontro entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, o que acarretaria um deslocamento do sujeito de uma forma-sujeito para outra ou um efeito de “*dessubjetivação do sujeito*”. Essa dessubjetivação não passa de um efeito produzido no discurso, pois por mais radical que seja o desencontro entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, o primeiro é sempre um assujeitado. Enfim, segundo Pêcheux, “a ideologia (...) não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas”. Na verdade, o que ocorre simultaneamente ao processo de desidentificação do sujeito com a forma-sujeito, com a FD dominante, é que ele se identifica com uma outra FD que, naquele momento, não ocupava a posição de dominante, mas que faz parte do “todo complexo” do

⁴³ Cf. explicitado na Parte III deste trabalho.

interdiscurso. Assim, acontece um modo de extrapolação radical de fronteiras da FD dominante, sendo a tomada de posição do sujeito que o leva para uma outra instância discursiva que num primeiro momento era considerada FD secundária e que num outro momento passa a funcionar como dominante.

Nossa leitura sobre as modalidades de identificação propostas por Pêcheux privilegia a noção de contra-identificação⁴⁴, porque acreditamos que ela aponta para um lugar de mobilidade do sujeito, mas sempre levando em conta que estamos tratando de representações de posição-sujeito gaúcho no discurso literário. É pela modalidade da contra-identificação que se estabelece um lugar para as diferenças, onde pode ocorrer um modo de identificação parcial do sujeito com a FD na qual está inscrito, conforme propôs Pêcheux (1995); da mesma forma, entendemos que essa modalidade se configura como um espaço de constituição de representações de posições-sujeito que revelam a representação de uma forma-sujeito que sofre atravessamentos de saberes de outras FDs que não a dominante, mas isso não significa a fundação de uma nova FD. O sujeito, então, está impregnado pela dispersão que lhe é constitutiva, ele é fragmentado, capaz de representar diferentes posições no interior da mesma FD, sendo ela heterogênea. O sujeito da enunciação é capaz de se movimentar e de deslocar sentidos, produzindo efeitos diferentes daqueles que estavam funcionando como pré-estabelecidos, sem, no entanto, inscrever-se em outra FD. Na contra-identificação, o sujeito da enunciação volta-se contra o sujeito universal, ou seja, o sujeito questiona os saberes da FD em que está inscrito e ao resistir acaba tomando posições que instauram o diferente no interior do mesmo.

Assim, não acreditamos na possibilidade de uma determinação precisa dos graus de identificação ou de contra-identificação de um sujeito com a FD na qual se inscreve, mas acreditamos na possibilidade de se observar os contornos mais ou menos estáveis de cada posição-sujeito no discurso em análise. É possível perceber como funciona a ideologia dominante e como se realizam as práticas discursivas, num dado momento sócio-histórico, bem como o “efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito” (Pêcheux, 1995, p. 214) que aparece no momento da análise, realizando-se da seguinte forma: por um lado, o sujeito assume sua condição de assujeitado ao todo complexo das formações ideológicas que determina suas práticas discursivas; e, por outro lado, o sujeito

⁴⁴ Cf. Parte III.

(assujeitado) é interpelado em “sujeito-responsável” pelo seu dizer e pelas suas práticas. Orlandi (1999b) propõe uma reflexão interessante sobre a categoria de sujeito apresentada por Pêcheux, nos colocando diante de uma noção de sujeito que contempla a submissão e a “liberdade” como constitutivas, pois esse sujeito é, ao mesmo tempo, “determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz)”, caracterizando-se como cidadão responsável por suas palavras e ações. O sujeito é, portanto, determinado pela exterioridade e responsabilizado pelo Estado, que lhe exige coerência, unidade e auto-controle, em sua vida social, configurando-se um duplo movimento de constituição do sujeito. Não há só a relação entre sujeito da enunciação e sujeito universal, mas também há a relação com o outro, enquanto agente produtor de sentidos, que pode ser também responsabilizado por seus atos e palavras.

A partir dessas considerações a propósito da maior ou menor submissão do sujeito e das modalidades de desdobramentos da forma-sujeito na FD é que passamos a refletir sobre a denominação “bom sujeito” e “mau sujeito”, proposta por Pêcheux. A primeira se realiza na modalidade de identificação plena, lugar do mesmo, do já-lá, do repetível, onde o princípio fundador é o da estabilidade da homogeneidade, pelo menos esse é o efeito evidente que se produz no discurso do “bom sujeito”. Precisamos pensar na categoria do discurso produzido pelo “bom sujeito” como aquela que nos dá sustentação, enquanto base que faz emergir os sentidos já instituídos no interior de uma FD dominante. É a partir dessa categoria que vamos pensar na produção dos sentidos que se efetiva na relação entre o velho e o novo, porque o segundo emerge do interior do primeiro, o novo presentifica e atualiza o velho, enfim, a produção de novos sentidos no discurso depende da pré-existência do velho, do já-lá. A pré-existência de uma modalidade de identificação plena garante a existência de qualquer outra modalidade de identificação do sujeito com o Sujeito: a diferença está no fato de que numa modalidade há a identificação plena e na outra essa identificação acontece, mas não de forma plena. O sujeito está lá, toma posição, mas não podemos observá-lo como totalmente recoberto pelo sujeito universal, ou seja, o sujeito da enunciação não reflete por completo o sujeito universal e a identificação se realiza num lugar que comporta o mesmo e o diferente na FD, caracterizando o discurso do “mau sujeito”.

Esse “mau sujeito” parece apresentar uma maior cumplicidade com a noção de FD heterogênea – imprescindível para a discussão que queremos propor com este trabalho -, pois é ele que não se deixa recobrir pelo sujeito universal, ele reage e abre um espaço para o diferente no interior do mesmo. Podemos dizer que na modalidade da contra-identificação há ainda um certo recobrimento do sujeito da enunciação pelo sujeito universal, pois o primeiro necessita um referencial para efetivar-se, mas é importante observar que esse recobrimento é parcial. O sujeito da enunciação da modalidade da contra-identificação pode ser observado como aquele que, embora assujeitado à ideologia e dotado de inconsciente, “luta” para constituir-se; manifestando-se no interior de uma FD heterogênea em constante relação com o interdiscurso. Pelas modalidades de identificação do sujeito, podemos observar como se realiza uma maior ou menor cumplicidade entre sujeito da enunciação e sujeito universal na constituição da forma-sujeito, sendo que essas modalidades funcionam para uma melhor explicitação dos contornos da FD, na qual o sujeito se identifica (mais ou menos) num dado momento sócio-histórico.

Em nossa concepção, há, sem dúvida, tomadas de posições do sujeito que se manifestam discursivamente, produzindo determinados efeitos de sentido e não outros, sempre inscrito no domínio de uma determinada FD, que funciona como dominante. Por isso, essa “liberdade” do sujeito que é individualizado pelo Estado não passa de um efeito imaginário produzido pela ideologia. Há uma intrincação entre discurso e ideologia que legitima a condição do sujeito enquanto descentrado, lacunar, disperso, múltiplo, o que reafirma a caracterização material do discurso e do sentido, tendo em vista que a unidade do sujeito é da ordem do imaginário. Assim sendo, a responsabilização do sujeito enquanto cidadão que tem direitos e deveres sociais é também um efeito das relações imaginárias que promovem a dita “normalidade” da vida em sociedade. Essa responsabilização não faz do sujeito um ser dotado de vontades e intenções, livre do assujeitamento ideológico e totalmente consciente de seus atos e suas palavras; ocorre exatamente o contrário, pois o funcionamento dessas relações imaginárias legitima ainda mais a tese do necessário assujeitamento ideológico para a constituição e instituição do sujeito e do sentido no discurso.

Nos parece relevante concluir as reflexões a propósito da noção de sujeito, que mobilizaremos nesse trabalho, mencionando um dos últimos textos produzidos por

Pêcheux, em 1983⁴⁵, quando ele trata da evolução teórica e metodológica da AD, subdividindo-a em três épocas, pois neste texto (ao abordar a AD3) ele tenta “indicar algumas direções referíveis em um trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo na AD” (1993b, p. 315). Na verdade, Pêcheux se auto-questiona e aponta caminhos para reformulações, acreditando na teoria da AD como algo em constante transformação. É nesse texto que ele explicita o quanto é importante levar em consideração o estado de tensão entre os “pontos de identificação” e os “pontos de deriva” em que o sujeito se encontra; nesse momento ele não fala mais em identificação plena, admitindo a desestabilização da estrutura de recobrimento total do Sujeito sobre o sujeito. O novo se evidencia no momento em que o autor mostra a importância de acionarmos a noção de “discurso-outro” e de “heterogeneidade”. É o funcionamento dessas noções que nos autoriza o deslocamento de sentidos e o próprio questionamento das modalidades de identificação, propostas por Pêcheux, quase dez anos antes. É a partir desse funcionamento que apontamos para outras possibilidades de constituição do sujeito, aquele inscrito numa FD heterogênea que comporta a um só tempo o mesmo e o diferente, que se configura como lugar da não-completude.

Memória e Acontecimento

“uma memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. (Michel Pêcheux)

O estatuto da memória no campo discursivo é uma questão que suscita inúmeras reflexões e é como analistas de discurso que trabalharemos com essa noção, estabelecendo relações com a noção de acontecimento. Nesse sentido, embasaremos nossa discussão, de modo especial, em formulações apresentadas por Courtine (1981, 1982, 1999) e Pêcheux (1999)⁴⁶.

Courtine trabalha com o estatuto da memória no âmbito do discurso político, estabelecendo relações entre memória e história, a partir das quais ele aponta para a ordem

⁴⁵ A edição brasileira que estamos utilizando data de 1993.

⁴⁶ A data do texto original em francês é de 1983.

do discurso como o lugar onde se divide “em pedaços a lembrança dos eventos históricos” (1999, p. 16). Essa existência “em pedaços” nos conduz a pensar em blocos compactos, que, embora fragmentados entre si, constituem um todo como algo cheio, pleno; mas, ainda assim, são pedaços e entre um pedaço e outro há um espaço não-cheio, não-pleno. Esse espaço delimita o fim de um bloco e o início de outro, mas não se trata de um espaço vazio de significação, porque nesse espaço circulam os sentidos que não couberam no bloco compacto. Trazendo essa metáfora para a ordem do discurso, vamos nos deparar com o discurso como lugar onde é possível observar os pedaços “saturados” de lembranças de eventos históricos, alternando-se (de modo não-linear) com os espaços lacunares, onde ficam depositados os saberes a serem esquecidos. Esse espaço lacunar é o espaço próprio dos esquecimentos e esses, por sua vez, povoam o espaço que é dito lacunar, circulando potencialmente entre um pedaço de lembrança e outro. Então, podemos dizer que a memória, para Courtine, é apreensível no discurso, num movimento entre o lembrar e o esquecer, sendo, ao mesmo tempo, “saturada e lacunar”.

Em nossa concepção, essa noção de memória apresentada por Courtine não funciona apenas para o âmbito do discurso político, propriamente dito, pois ao tratarmos das relações entre memória e história na ordem do discurso já estamos mobilizando essa noção que se constitui no movimento entre o lembrar e o esquecer, seja no discurso político seja em outro tipo qualquer de discurso. No caso do discurso literário, tomado aqui como objeto de análise, é possível observar esse movimento nas relações que se estabelecem entre interdiscurso e formação discursiva, considerando que é a formação ideológica dominante que determina o que deve ser lembrado (os saberes próprios a FD gaúcha, por exemplo) e o que deve ser (temporariamente) esquecido (os saberes que permanecem em estado latente na instância do interdiscurso).

É importante salientar que optamos por tratar a questão da memória ressaltando o constante movimento entre o lembrar e o esquecer, proposto pelos analistas de discurso acima mencionados, porque ele possibilita a alternância dos saberes que funcionam no interior de uma dada FD sem configurar uma forma de apagamento total e absoluta. Isso ocorre da seguinte forma: os saberes estão sob a égide do interdiscurso, onde podem ficar esquecidos temporariamente, mas não se apagam completamente, podendo emergir a qualquer momento no interior de uma ou outra FD. Assim, ao falarmos de “efeito de

apagamento” estamos fazendo referência aos saberes que estão em estado latente na ordem do interdiscurso, que não estão funcionando no interior da FD naquele ponto em que estamos analisando, mas que já funcionou ou pode ainda vir a funcionar ali, caso seja convocado para isso.

No presente trabalho, que analisa o discurso (da narrativa literária gauchesca) “sobre” o gaúcho, podemos perceber a emergência dessa relação entre lembrar e esquecer: primeiro na história (ou no discurso da história) e, depois, na literatura (ou no discurso literário). Isso ocorre porque esses dois espaços discursivos estão impregnados pela constante necessidade de re-invenção do imaginário sobre o gaúcho. Tais discursos funcionam como a instância simbólica que representa o imaginário, e não há como determinarmos o que “realmente” advém do mundo social e o que foi gerado pelo imaginário social. A história, sem dúvida, recupera elementos constitutivos da identidade do gaúcho; mas a história é feita por sujeitos que se posicionam ideológica, inconsciente e discursivamente, sofrendo influências das condições de produção. Enfim, esse discurso histórico, de que temos conhecimento, estrutura-se no movimento entre o lembrar e o esquecer, construindo toda uma representação imaginária de gaúcho. São muitas as leituras históricas que se fazem sobre o gaúcho, numa alternância de efeitos de sentidos que se reiteram e se transformam conforme as exigências sociais, sendo capaz de produzir efeitos de apagamento de elementos historicamente reconhecíveis, mas que não interessam naquele momento, que não devem ser lembrados em função da efetivação da ideologia dominante.

Em Pêcheux (1999), vamos encontrar a noção de memória discursiva, também caracterizada como saturada e lacunar, mas especialmente vinculada à noção de acontecimento, enquanto “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (1997, p 17). Esse ponto de vista vem contribuir com o presente trabalho no sentido de que a memória discursiva, que se constitui sobre saturações e lacunas, também está em constante reformulação num movimento contínuo entre estabilização/desestabilização/estabilização dos sentidos no discurso, o que é promovido pelo acontecimento.

Desde o princípio, Pêcheux (1999) afirma que a memória deve ser entendida “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (p. 50). Tais entrecruzamentos funcionam tanto no

discurso histórico quanto no discurso da narrativa literária gauchesca. Assim, estabelecem-se relações entre o discurso sobre o gaúcho – que comporta o mitológico, o social e o histórico - e a sua exterioridade constitutiva (que é imaginária); escapando às armadilhas de uma concepção “psicologista” que privilegie qualquer forma de “memória individual”, desvinculada do que é histórico e do que é discursivo. Para esse autor, é preciso que compreendamos o trabalho da memória discursiva como

Estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (p. 52)

É pela noção de memória discursiva que Pêcheux coloca em relação a estrutura e o acontecimento no discurso, sendo que essa noção contribui de modo essencial para a produção dos efeitos de sentido de estabilização (onde figuram os “implícitos”), de desestabilização (onde irrompe o “novo”) e de estabilização (onde o novo passa a integrar a cadeia discursiva, deixando de ser novo). Há uma estrutura que sustenta tudo isso, mas ela não está posta como estática, reconfigurando-se sempre que surge um acontecimento e esse, por sua vez, produz o efeito do novo, mas imediatamente depois passa a integrar a estrutura, funcionando também como um lugar onde o novo pode irromper.

A partir da reflexão dos autores acima referidos, entendemos memória discursiva como uma noção que funciona primeiro como estabilizadora de sentidos, como aquela que produz “o efeito de normalidade”⁴⁷ tão necessário para a constituição do sujeito e dos sentidos no discurso; mas, ainda assim, precisamos levar em conta que ela é lacunar. É desse espaço lacunar que emergem os novos efeitos de sentidos e os acontecimentos que desestabilizam os sentidos dados anteriormente. Enfim, a memória funciona em “mão dupla”, porque, embora estabilizadora de sentidos, cede lugar à emergência do novo no

⁴⁷ Como aquele efeito que se produz a partir do já-dito, do que está pré-estabelecido como base para o dizer que se produz no interior de uma cadeia discursiva, fornecendo os referentes reconhecíveis no momento da efetivação do processo de produção e de compreensão do discurso.

interior do mesmo e depois absorve (e, às vezes, dissolve) esse acontecimento, fornecendo a ele o estatuto de estabilizado no interior da cadeia discursiva. Por isso, o novo é tão efêmero, pois ele logo passa a integrar o velho e nele potencialmente surgirão outros acontecimentos e assim sucessivamente. Às vezes, a absorção ou dissolução do acontecimento se dá de forma tão perfeita no interior da cadeia discursiva que se torna difícil, até mesmo para um analista de discurso, identificar um ponto fundador, onde se instalou, de fato, o novo que no momento seguinte já não era mais novo, constituindo-se apenas como mais um ponto, mais uma articulação, mais uma peça na discursivização dos acontecimentos.

Para estabelecermos as devidas relações entre memória e acontecimento e explicitarmos o funcionamento dessas noções no interior da presente pesquisa, faz-se necessário trabalharmos, inicialmente, com as noções de acontecimento histórico e acontecimento discursivo. O acontecimento, em geral, é visto por seu caráter factual, como o evento que se apresenta em sua forma empírica, no senso comum de realidade social, que se efetiva no dizer. É pela ordem do discurso que adentramos a materialidade desse acontecimento que, de fato, ocorreu empiricamente. Ainda assim, o analista de discurso deve ter sempre presente que “o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador”, pois ele “é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (Guilhaumou e Maldidier, 1994, p. 166).

A mobilização dessas noções, no presente trabalho, deve nos conduzir à compreensão das relações que se estabelecem entre memória, acontecimento histórico e acontecimento discursivo na ordem do discurso, mais especificamente no discurso da narrativa literária gauchesca em análise. Desde o início de nossa reflexão, precisamos levar em conta que existe um contexto sócio-histórico (ideológico, político) que determina acontecimentos históricos; o que em AD denominamos “condições de produção”⁴⁸ que vão determinar o aparecimento de acontecimentos discursivos ou não. Um acontecimento discursivo não pode ser separado de suas condições de produção, porque são elas que nos dão a compreender o discurso, enquanto estrutura e acontecimento, onde a memória

⁴⁸ Cf. Capítulo 2 da Parte II.

discursiva funciona como o que “permite reconhecer um acontecimento discursivo, descontínuo e exterior, na continuidade interna” (Indursky, 1997, p. 45).

O acontecimento discursivo, então, é apreendido como tal por um curtíssimo espaço de tempo, nesse espaço de tempo ele é dado como “novo”, como algo que rompe com o que estava já discursivizado, que gera um novo lugar no interior do processo discursivo, rompendo de forma definitiva com as fronteiras da formação discursiva dominante. O “acontecimento discursivo se inscreve num tempo curto” (Courtine, 1981, p. 52), enquanto o acontecimento histórico se inscreve numa outra ordem temporal, sendo que a partir da discursivização ele passa a comportar o que foi dito, o que está sendo dito e o que ainda está por dizer.

Nos parece interessante introduzir, nesse momento, uma reflexão que põe em relação a constituição do sujeito e do sentido no discurso, porque dessa relação é possível apreendermos a essência da constituição do acontecimento discursivo. Pensando nas modalidades de identificação propostas por Pêcheux podemos dizer que: 1) uma tomada de posição do sujeito que faça dele um sujeito plenamente identificado com a forma-sujeito da FD dominante produz, no discurso, a reiteração dos efeitos de sentido evidentes e já instituídos, a manutenção do “velho”; 2) uma tomada de posição que faça dele um sujeito que se contra-identifica com a forma-sujeito da FD dominante produz, no discurso, o surgimento de novos efeitos de sentido no interior do mesmo, do já instituído, configurando-se uma nova posição-sujeito no interior da mesma FD; 3) uma tomada de posição que faça dele um sujeito que se desidentifica totalmente com a forma-sujeito da FD dominante produz, no discurso, uma ruptura na produção dos sentidos tão significativa que chega a extrapolar as fronteiras da FD dominante, fundando novos sentidos já nos limites de outra FD que até então era secundária e que agora cedia um acontecimento discursivo. Esse “novo” seja ele produzido no interior da FD dominante, seja ele produzido enquanto acontecimento discursivo, é um efeito que só se apreende momentaneamente, porque imediatamente depois do seu surgimento ele passa a configurar a instância do já instituído, do que já foi uma ruptura, mas que em sua existência constitui-se como mais um “anel”, um elo, um componente da cadeia discursiva da qual faz parte.

O acontecimento histórico, então, é um fato físico e empírico, com início, meio e fim bem determinados; bem como o acontecimento discursivo, que é da ordem do discurso,

deve ser visto como um ponto bem específico no interior de uma cadeia discursiva, podendo ser identificado como pontual no interior do processo, caracterizando-se também como aquele que desencadeia o processo discursivo e no seio do qual outros processos discursivos serão desencadeados.

Dornelles (1999, p. 158) distingue esses dois acontecimentos pela sua natureza: o primeiro, “na sua natureza, como evento; e o segundo como da natureza de um processo onde (...) são colocadas em relação uma memória, uma realidade estruturada, e uma atualidade”. A autora acrescenta, ainda, que o acontecimento deve ser tomado como uma materialidade discursiva, um fato produzido no encontro do sujeito do discurso com uma realidade, “na qual ele situa estranhamentos e passa a questioná-los e a buscar formas de construir uma outra interpretação para esse *real* que lhe é apresentado” (p. 159). Desse encontro pode ser gerado o diferente no interior do mesmo (pela forma da paráfrase) ou o rompimento com o mesmo, onde ocorre uma re-significação desse real que lhe fora apresentado, constituindo o que a autora chama de “uma realidade diferente”.

Sob nosso ponto de vista, o surgimento do diferente no interior do mesmo não significa, necessariamente, que estejamos diante de um acontecimento discursivo. Às vezes, temos um acontecimento histórico e não temos um acontecimento discursivo ligado a ele; outras vezes temos acontecimentos históricos esparsos que, aos poucos, vão reconfigurando a discursividade, mas isso não significa que cada acontecimento histórico não tenha produzido a emergência de novos sentidos no âmbito do discurso, porque o discurso institui-se sob um “duplo princípio”, conforme explicitam Collinot e Mazière⁴⁹ (1994): “o discurso constitui-se segundo um duplo princípio de continuidade (linearidade do significante) e de descontinuidade (desnível enunciativo)”, sendo que, com o propósito de construirmos um *corpus* de análise, “segmentamos o texto em seqüências, ele próprio já tirado de um texto” (p. 195). É esse “duplo princípio”, sobre o qual constitui-se o discurso, que pode nos ajudar a compreender como o diferente emerge do interior do mesmo, produzindo um acontecimento discursivo ou não, na efetivação do discurso que ora analisamos.

⁴⁹ A propósito do corpus de sua pesquisa sobre o pré-construído a o acontecimento lingüístico na língua francesa,

A noção de representação e suas implicações

A partir do exposto acima, constatamos que as noções de interdiscurso, FD, FI; forma-sujeito, posição-sujeito, efeito-sujeito; sentido, efeito de sentido; memória, acontecimento histórico, acontecimento discursivo são imprescindíveis para o trabalho do analista de discurso, sobretudo, quando ele precisa identificar tomadas de posição do sujeito e pontos fundadores no “discurso de”, bem como os efeitos de sentido que se produzem ali. Mas, no caso do discurso literário, que é um “discurso sobre” o gaúcho, onde emergem “representações” de posição-sujeito, onde o imaginário é constantemente reinventado, como funcionam essas noções?

A resposta a essa questão tem como ponto de partida a noção de “representação”, mobilizada nesse trabalho para explicitar as especificidades do discurso literário em relação aos outros discursos. Assim, cada noção teoricamente explicitada até esse momento terá de sofrer um deslocamento, pois não estaremos tratando especificamente da FD gaúcha que o “discurso de” poderia explicitar, estaremos tratando, sim, da representação de FD gaúcha que o “discurso sobre” revela. Essa implicação que a mobilização da noção de representação produz sobre a noção de FD se produzirá sobre todas as outras noções de AD mobilizadas no momento das análises.

Na verdade, sempre que mencionarmos a categoria de sujeito gaúcho (ou, simplesmente, gaúcho) apresentado no discurso da narrativa literária gauchesca, estaremos fazendo referência a uma representação de “posição-sujeito” que funciona como um modo possível de se apresentar o sujeito que representa, na ficção, a relação entre sujeito e forma-sujeito, que advém do “mundo social”, produzindo assim “efeitos de real” na literatura. Trata-se de representações de posições-sujeito no interior da FD gaúcha, sendo que estas posições não são investidas de uma consciência de si mesmo por parte do sujeito nem investidas de responsabilidade jurídica pelos seus atos, mas elas representam essa contradição na ilusória unidade do sujeito ali representado. Essa representação de tomada de posição é resultado da determinação que as formações ideológicas e as condições de produção do discurso exercem sobre a imagem de sujeito que advém do “mundo social”, ganhando novas roupagens no universo do discurso literário. Melhor dizendo, então, as

modalidades de identificação do sujeito com a forma-sujeito, de que trata Pêcheux, se realizam, na ordem do imaginário, representando as relações conflitantes que se estabelecem entre o sujeito e a ideologia vigente, mesmo no caso do discurso “sobre” o sujeito.

Segundo Pêcheux (1995), é nesses processos de identificação que o sujeito se constitui no discurso, podendo ser então analisado como tal. Embora estejamos trabalhando com a representação de sujeito no discurso e não com o sujeito do discurso, faremos uso dessas considerações de Pêcheux (1995), deslocando-as para que funcionem também na desconstrução do discurso “sobre”, como é o caso do literário, com todas as especificidades que lhe são próprias.

A literatura se relaciona com a história, também num movimento que alterna lembranças e esquecimentos, a partir do qual podemos nos deparar com representações de gaúcho que fazem emergir diferentes tomadas de posição, seja pela identificação plena seja pela contra-identificação. A identificação plena se dá, por exemplo, na representação da posição-sujeito heróica, reconhecível no discurso da narrativa literária gauchesca em questão; e a contra-identificação se dá quando aparece a representação do gaúcho que toma uma posição sob condições adversas à efetivação da imagem do herói, instalando novos efeitos de sentidos no interior da FD gaúcha heterogeneamente constituída.

Estar trabalhando com o discurso “sobre” o gaúcho poderá determinar alguns posicionamentos específicos de nossa parte no momento das análises, mas o fato é que desde já entendemos que a posição-sujeito, representada no gaúcho construído literariamente, só produz efeitos de sentidos posta em relação com a ideologia dominante e com as condições de produção do discurso, tal como são ali representadas. É pela relação entre lembrança e esquecimento que a noção de memória se relaciona com a de acontecimento, pois um acontecimento histórico produz rupturas (fundando uma nova FD), separa um bloco de memória de outro, ou pelo menos, no âmbito discursivo, vai produzir novos efeitos de sentido (no interior da mesma FD). No caso da construção imaginária do gaúcho, que pode ser analisada pelas formas de designação que ele recebe, nos deparamos com relatos de sucessivos acontecimentos históricos que vão moldando, lentamente, uma imagem diferente de gaúcho, partindo do tipo “selvagem” até chegar, em nossos dias, a representar o “habitante do Rio Grande do Sul”. Isso se dá em função da constância de

guerras e revoluções empreendidas no interior do Rio Grande do Sul em séculos de história de delimitação de fronteiras⁵⁰. Mas precisamos observar como isso se realiza no espaço discursivo literário, onde memória e acontecimento funcionam efetivamente.

Ainda que se tratando de “representações”, a noção de memória mantém seu modo de funcionamento, mas a noção de acontecimento tem de ser deslocada, porque a especificidade do discurso ficcional exige isso. Ao trabalharmos com o discurso da narrativa literária gauchesca, buscamos investigar como se constituem as imagens de gaúcho que vão desde a representação do mito até a representação do não-mito e, ao considerarmos a representação de FD gaúcha como heterogênea, sendo capaz de abrigar sob sua égide diferentes representações de posição-sujeito gaúcho não estamos buscando necessariamente um ponto fundador para essa constituição identitária (um acontecimento histórico bem determinado), nem mesmo acreditamos que haja nesse discurso ficcional um acontecimento discursivo que promova uma ruptura, que instaure um sentido totalmente novo no rol de imagens de gaúcho que circulam no imaginário social há séculos; daí surge a necessidade de um deslocamento sobre a noção de acontecimento que pode ser histórico, pode ser discursivo, mas pode também ser um “acontecimento enunciativo” (Indursky, 2002).

O acontecimento enunciativo, de que tratamos nesse trabalho, é aquele que surge da instauração de uma nova posição-sujeito no interior da FD dominante, o qual é responsável pela mobilização de “*sentidos antes interditados* no seu domínio de saber” (Idem). Para Indursky, “essa nova posição-sujeito convive com as demais, instituindo muito mais que a diferença. *Ela conduz ao estranhamento, à tensão interna às fronteiras da FD em que se inscreveu*”, instaurando-se, assim, uma posição-sujeito outra no interior da mesma FD. Em essência, o que diferencia o acontecimento enunciativo do acontecimento discursivo é o fato de que o primeiro não promove uma ruptura do sujeito com a forma-sujeito como ocorre no caso do segundo, há sim “um afrontamento” da nova posição-sujeito em relação à posição-sujeito dominante no interior da FD. Assim, o acontecimento enunciativo instaura uma forma de estranhamento no interior da FD heterogênea, “dando lugar ao surgimento de

⁵⁰ Trata-se das batalhas que envolviam o Brasil, o Uruguai, a Argentina (e o Paraguai). Cf. Tau Golin, *A Fronteira* (2002).

uma nova subjetividade contraditória, no interior da mesma formação discursiva” (Indursky, 2002).

Para cunhar a noção de acontecimento enunciativo, Indursky parte da noção de acontecimento discursivo cunhada por Pêcheux, mas promove um importante deslocamento da noção pecheutiana. Vejamos como se dá isso: o acontecimento discursivo está diretamente vinculado à desidentificação do sujeito com a forma-sujeito e, conseqüentemente, com a FD dominante, jogando-o para fora, levando-o a instituir outro domínio de saber; já o acontecimento enunciativo está vinculado à modalidade da contra-identificação do sujeito com a forma-sujeito e com a FD dominante, provocando “a fragmentação da forma-sujeito” no interior mesmo da FD dominante, dando origem a uma nova posição-sujeito. Com o surgimento de uma nova posição-sujeito no interior da FD heterogênea, surge um “novo modo de enunciar os sentidos desta FD, mas este novo modo não se opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. Seu funcionamento se dá pelo viés da tensão e do estranhamento” (Indursky, 2002).

Essa noção de acontecimento enunciativo não foi inicialmente pensada para dar conta de “representações” (por Indursky), mas nos parece muito apropriada para esse propósito, por que ela nos ajuda a dar conta do processo de compreensão da constituição das imagens de sujeito gaúcho no discurso literário, já que nesse espaço discursivo observamos ora a presença do mito ora do não-mito, mas ele continua sendo “o gaúcho”, mantém-se a forma-sujeito e a FD gaúcha (heterogênea), mas o modo como o sujeito se identifica com os saberes próprios dessa FD se altera. Com a constituição da imagem mitológica do gaúcho temos a representação de uma identificação plena de um sujeito que representa a posição do herói, mas com a representação da desmitificação do herói gaúcho vamos encontrar a contra-identificação de uma posição-sujeito nova com a posição-sujeito que a precede; ou seja: o não-mito se constitui em relação de descontinuidade ao mito no âmbito da mesma FD. Não se alteram nem a forma-sujeito nem a FD dominante, mas se produzem estranhamentos nesse interior.

Nesse caso, então, a noção de memória é essencial para entendermos a relação entre a representação da posição-sujeito do mito e a representação da posição-sujeito do não-mito. A forma social como se instaura a figura do gaúcho, vai nos remeter a uma imagem mitológica como um elemento de memória que irrompe no interior do processo histórico,

sob determinadas circunstâncias, revelando um imaginário que se construiu através dos tempos. É o “efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito” (Pêcheux, 1999, p. 51), já que quando estamos falando em imagem do gaúcho estamos levando em conta que uma imagem “representa e ao mesmo tempo produz sentido” sobre o que está representando (Durand, 1999, p. 42), o que se observa no discurso literário, por exemplo. Enfim, a imagem do gaúcho que a memória recupera, enquanto efetivação do mito do centauro dos pampas, produz uma “eficácia simbólica” (Pêcheux, idem) no interior de um grupo social (e fora dele) que reconhece nele a figura do herói e que se identifica mais ou menos com ele.

A noção de memória interfere também no processo de reconstituição histórico-social, com suas lacunas e saturações, o deve nos proteger da ilusão histórico-social proposta pelo discurso ficcional literário que analisamos. Tal reconstituição deverá evidenciar os pontos de contato e os distanciamentos que existem entre os acontecimentos históricos e as suas representações no discurso da narrativa literária, quando emergem as “não-coincidências” do discurso literário da narrativa gauchesca “sobre” o gaúcho com ele mesmo, enquanto discurso ficcional, e com os outros discursos “sobre” o gaúcho, como é o caso do discurso produzido pelos viajantes ou pelos historiadores. A apreensão dessas não-coincidências revela as especificidades do literário em relação ao histórico e ao social, explicitando como se realiza o acontecimento enunciativo. Assim, ao trabalharmos com as condições de produção, estamos trabalhando com a representação imaginária do gaúcho que é, antes mitológica, histórica e social, para somente depois configurar o domínio do discurso literário. Isso implica, necessariamente, que se pense que aquilo que advém do mundo social não coincide exatamente com o que está posto no mundo ficcional, pois no discurso literário temos acesso apenas a alguns “ruídos” que ecoam e produzem sentidos num outro lugar.

3 Proposta Metodológica

“Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões”. (Paul Henry, 1993b, p. 36)

A elaboração do aparato metodológico do presente trabalho leva em consideração o quadro teórico que o precede – enquanto um elenco de noções que são mobilizadas nas análises – e as especificidades do *corpus* em questão. No tocante ao tratamento que daremos ao corpus de análise, levaremos em conta as reflexões de Courtine (1981, p. 24-25) a propósito da constituição e da estruturação de um “corpus discursivo” em AD. A partir das reflexões desse autor, podemos dizer que, ao trabalharmos com o discurso da narrativa literária gauchesca, estamos delimitando nosso “campo discursivo de referência”, abrangendo as obras que consideramos as mais representativas da produção discursiva literária de cunho regionalista produzida no Rio Grande do Sul, de meados do século XIX até nossos dias. No entanto, delimitamos nosso “espaço discursivo” (Maingueneau, 1993, p. 116) no discurso da narrativa literária “sobre” o gaúcho produzida no século XX, buscando, mais especificamente, duas obras literárias representativas de dois momentos histórico-sociais bem divergentes: a primeira é uma coletânea de *Contos Gauchescos*, publicada no início do século XX e a segunda é o romance intitulado *Porteira Fechada*, publicado em meados do século XX, compreendidos como exemplares de discurso. Nesses exemplares de discurso encontramos duas representações de sujeito gaúcho: a primeira faz emergir a imagem do gaúcho mitológico, pela personagem de Blau Nunes; e a segunda faz emergir a imagem do não-mito, pela personagem de João Guedes. Assim, nos deparamos com pelo menos dois “domínios discursivos” (Indursky, 1997, p. 46), ambos inscritos na mesma FD, o que é apreensível pela representação do sujeito que revela a imagem do mito do gaúcho e o que é apreensível pela representação do sujeito que revela a imagem do não-mito.

Essas delimitações iniciais nos conduzem à constituição de um “corpus discursivo”, definido por Courtine como “um conjunto de seqüências discursivas estruturado segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso”

(p.24), entendendo que tais seqüências podem ser “orais ou escritas de dimensão superior à frase” (p. 25). Esse conjunto de seqüências discursivas deve representar já um “gesto analítico”, pois será resultado de um trabalho de “sucessivas coletas” que determinarão “o que pertence a um determinado *corpus discursivo* e o que dele será excluído” (Indursky, 1997, p. 46). O “*corpus discursivo*” se constrói, na verdade, em resposta aos objetivos da pesquisa, fazendo emergir algumas seqüências discursivas em detrimento de outras, que constituem o “espaço discursivo” considerado.

A organização metodológica desse conjunto de seqüências discursivas, coletado pelo analista, que passa a constituir o *corpus* discursivo da pesquisa se dá pela mobilização da noção de “recorte discursivo”. Essa noção cunhada por Eni Orlandi, no início da década de 80, propõe que o analista de discurso realize um “recorte no discurso” o que o distinguirá do lingüista que segmenta a frase para analisá-la. Orlandi (1984, p. 14) diz que “o recorte é uma unidade discursiva”, sendo essa entendida como “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”. A noção de recorte propicia uma abertura da questão metodológica, pois - embora organize as seqüências discursivas selecionadas pelo analista - não se efetiva como uma noção fechada sobre si mesma, variando “segundo os tipos de discurso, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise”.

Assim, na especificidade de nossa pesquisa, os objetivos determinam a seleção das seqüências discursivas que estão organizadas nos recortes discursivos, constituindo o *corpus* discursivo.

Ao nos interessarmos pela representação do sujeito gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca, optamos por trabalhar apenas com as duas obras literárias já citadas; eleitas, então, como constitutivas de nosso “arquivo” (Pêcheux, 1994). A partir da “leitura” dessas obras, nos deparamos com algumas regularidades, primeiro no âmbito lingüístico e depois no âmbito discursivo, que nos conduziram a duas questões essenciais que apontam para uma possibilidade de compreensão da representação do gaúcho nessas materialidades, são elas:

- 1) Como o gaúcho é representado no discurso literário gauchesco, onde ora emerge uma imagem mitológica e ora emerge uma imagem do não-mito;

onde ora ele é dito em “eu” e ora ele é dito “ele”; onde ora ele revela nuances históricas e ora ele revela nuances ficcionais; seriam diferentes representações de posições-sujeito, diferentes efeitos de sentido, diferentes gaúchos?

- 2) Como funcionam as designações e as descrições atribuídas ao gaúcho no discurso literário gauchesco, que ajuda a instituir e sustentar todo um imaginário social sobre o gaúcho e sob a égide de quais processos de produção de sentidos que elas se constroem no fio do discurso, trazendo à tona tão diferentes representações de sujeito?

A partir dessas duas questões, buscamos observar – na materialidade lingüística que a horizontalidade das seqüências discursivas nos fornece – os processos de produção de sentidos que nos conduzem ao efeito de sentido evidente: o gaúcho que é dito “eu” nos remete à imagem do mito e o gaúcho que é dito “ele” nos remete à imagem do não-mito. Diante desse quadro que já delinea os contornos de uma imagem estereotipada de gaúcho que opõe mito e não-mito, já instituída no imaginário de todo um grupo social, faz-se necessário desconstruir efeitos de sentidos evidentes, bem como as oposições clássicas que opõe o bom e o mau gaúcho. A partir dessa desconstrução será possível explicitar a coexistência de imagens de gaúcho no interior da discursividade analisada. Assim sendo, apresentamos nossos recortes discursivos sem a pretensão de obedecer alguma ordem de linearidade ou de continuidade cronológica (como a pré-estabelecida pelo ficcionista, por exemplo), pois selecionamos seqüências discursivas que apresentam regularidades lingüísticas e/ou discursivas que contribuem para a reflexão que propomos desde o início desse trabalho. Tais seqüências discursivas fazem emergir a representação de sujeito gaúcho que se constitui nas narrativas literárias em questão. Tendo em vista que estamos trabalhando com representações, estaremos mobilizando as noções de AD em relação com a noção de representação, conforme já explicitado. Assim, no primeiro bloco de análises, que vem ao encontro da primeira questão acima citada, podemos dizer que selecionamos seqüências discursivas que trazem à tona a representação de formas de subjetivação do gaúcho, que serão desconstruídas em prol da compreensão da constituição das diferentes imagens de gaúcho presentes no discurso em análise.

Já no segundo bloco de análises, privilegiamos as designações e as descrições que contribuem para a construção de imagens de gaúcho nesse discurso. A partir da análise da representação do processo de subjetivação do sujeito gaúcho, temos mais subsídios para pensar as designações e as descrições atribuídas ao gaúcho e isso é feito no espaço discursivo bem delimitado das obras citadas: “no espaço de apreensão das formas de representação do sujeito”. Quanto à seleção das seqüências discursivas a serem analisadas nesse bloco, privilegiamos aquelas que evidenciam as formas de designação e descrição do sujeito quando este é apresentado. Importa dizer, então, que seqüências discursivas que aparecem nas análises do primeiro bloco podem aparecer também no segundo bloco, o que evidencia ainda mais a estreita relação que há entre a representação do processo de subjetivação e as formas de nomeação e caracterização das representações de sujeito e da constituição de sentidos no discurso da narrativa literária em questão.

Nossa proposta metodológica tem por princípio suplantar os efeitos de sentidos evidentes, produzidos lingüisticamente num primeiro momento, desconstruindo a evidência e avançando pelo domínio da discursividade com a pretensão de apontar para novas possibilidades de sentido. Isso nos conduz a recortes discursivos bem específicos que trazem em suas seqüências discursivas marcas lingüísticas da representação da presença do sujeito no discurso, estabelecendo relações de homogeneidade e heterogeneidade entre os dois domínios discursivos analisados, nessa pesquisa. Cabe aqui ressaltar que cada seqüência discursiva por nós selecionada ganha o funcionamento de seqüência discursiva de referência (Courtine, 1981, p. 54), pois, a partir do momento em que ela é eleita como representativa do espaço discursivo de referência e posta em análise, já representa as demais seqüências que constituem o espaço discursivo de onde foi extraída.

Para chegarmos a essas análises passamos, nas próximas seções, a apresentar uma leitura particular do discurso “sobre” o gaúcho a que tivemos acesso, numa tentativa de circunscrever o objeto e recuperar as condições de produção desse discurso, representadas no discurso histórico e ficcional. Essa trajetória, que tem uma existência histórica e é marcada pelo simbólico, nos conduzirá à construção do dispositivo analítico que mobiliza as noções próprias da AD para a desconstrução dos efeitos de sentidos evidentes que o discurso da narrativa literária gauchesca produz e institui no imaginário social.

Assim, conforme explicitamos na seção onde abordamos as relações entre mito, história e literatura, reiteramos, mais uma vez, a idéia de que não é a literatura que cria o mito do gaúcho, ele é anterior a ela; bem como não é ela quem dessacraliza o mito, porque o mito depende de outros elementos para manter-se vivo; mas o discurso literário é um lugar onde é possível observar o processo de reinvenção do que é mitológico, histórico e social. Trata-se de um processo que sempre contribui com a instituição do imaginário, seja contra ou a favor da mitificação. O discurso literário é afetado pela ideologia e por isso não pode ser neutro, ele marca um lugar para de lá funcionar e também é afetado por elementos sócio-históricos.

Seguindo essa linha de reflexão, buscamos circunscrever o objeto de análise - o gaúcho -, na forma como ele é apresentado em pelo menos três domínios de saber: o mitológico, o histórico e o ficcional. O gaúcho é uma presença marcante e diferenciada em cada um desses três domínios, colocando em relação as noções de imaginário, simbólico e real, advindas da Psicanálise e da Filosofia, que têm um funcionamento próprio na AD, como veremos na segunda parte desse trabalho.

Ao circunscrevermos nosso objeto de análise, dito por vezes advindas de diferentes domínios, acreditamos estar recuperando importantes elementos das condições de produção e as diferentes representações dessas condições no discurso literário em questão, pois nosso dispositivo analítico tem seu funcionamento baseado nessas condições que constroem o objeto discursivo. É preciso ressaltar aqui que a compreensão dos efeitos de sentido produzidos pelo discurso em análise está diretamente vinculada às condições de produção que lhe fornecem o caráter circunstancial de que precisa para estabelecer-se como tal e estabilizar-se como uma unidade (ainda que ilusória) significativa.

PARTE II

Sobre a construção do objeto de análise

Capítulo 1 - Explorando “entornos” teóricos

1.1 A construção/instituição do mito: história e literatura

“Todos os povos têm uma mitologia: em alguns casos ela ainda vive; em outros, o contrário, ela já está morta”. (Martin, 1992, p. 255)

Pensar a questão do mito, neste trabalho, põe em relação noções próprias da Antropologia e noções próprias da AD, o que promove uma forma de atravessamento que viabiliza a compreensão de alguns aspectos da representação do gaúcho; isso implica dizer também que estaremos extrapolando fronteiras entre o domínio de uma disciplina e de outra, o que inclui os domínios da literatura e da história. É preciso assumir a posição de entremeio que a AD nos apresenta e então estabelecer as devidas e necessárias relações entre a constituição do mito e do discurso, pois acreditamos que dessas relações emerge a figura do gaúcho.

Mircea Eliade é um nome de referência em Antropologia Social, por isso temos suas idéias e análises antropológicas como ponto de partida; bem como destacamos o trabalho de René Martin, numa releitura de Eliade (e de outros antropólogos), porque ele propõe uma interpretação bem particular para as formas de constituição do mito, explorando as possíveis significações que o mito produz em determinadas circunstâncias.

É a partir da noção de mito, advinda da Antropologia, que buscamos uma aproximação entre as noções de mito e de discurso, avançando na linha reflexiva proposta por Eni Orlandi, que explora a noção de mito de uma perspectiva discursiva.

Eliade (1972) discute com muita propriedade o complexo processo da criação e da instituição do mito numa sociedade, fazendo as necessárias ressalvas a propósito das transformações que sofre um mito vivo. O autor explicita que um mito vivo é aquele que, através dos tempos, continua produzindo efeitos de sentido no imaginário⁵¹ social da comunidade na qual foi gerado e instituído como tal. Trata-se da manutenção do funcionamento de uma essência simbólica que lhe é própria, pois apesar de sofrer transformações ele não é apagado do imaginário social que o gerou. Assim, ao pensarmos as questões referentes a mito e discurso não podemos nos restringir ao valor da

⁵¹ As noções de imaginário e imaginário social são mais discutidas na próxima seção.

materialidade em análise, pois importa ainda mais a força simbólica que emana dessa materialidade.

Para Eliade (1972) só interessa estudar o mito vivo “no sentido de que ele fornece os modelos para a conduta humana” no interior de uma determinada sociedade, sendo ele quem confere “significação e valor à existência” (p. 8) daquele grupo social. Eliade reflete sobre o mito procurando abolir certos preconceitos que descaracterizam o mito enquanto constitutivo de toda e qualquer sociedade ocidental. Esta posição leva o autor a produzir um deslocamento de sentido sobre a conotação mais ampla que ganhava a palavra mito, considerando que ela não pode mais significar simplesmente “ficção” ou “ilusão”, ganhando a conotação de algo que está vivo. No caso do gaúcho, vamos observar que a sua imagem mitológica habita todo um imaginário social, enquanto modelo de homem a admirar e a seguir, ideal referencial que está posto na origem de tudo, desde sempre, como uma posição-sujeito dominante.

Precisamos reconhecer que num outro tempo o mito se mantinha vivo pela oralidade⁵²; mas, hoje, na nossa cultura, ele se mantém vivo buscando forças na tradição, que não é somente oral, mas, sobretudo, escrita, é dessa tradição que a literatura se alimenta. Não há um caráter deturpador da literatura que reconta o mito, porque, ao manifestar-se, ela mantém suas características próprias de gênero ficcional e se apresenta como uma interpretação do mito, preservando-o do esquecimento e, em algumas circunstâncias, até da morte e do desaparecimento total. Para Brunel (1997), “a literatura é o verdadeiro conservatório dos mitos”, pois - mesmo dotada da liberdade que lhe é própria - é ela que, na maioria das vezes, nos dá a conhecer os grandes mitos da Antigüidade greco-romana, por exemplo.

Segundo Eliade, quando se estuda um mito todo o cuidado é pouco, pois a primeira tendência que se tem é a de estudá-lo via literatura e isso traz algumas implicações que comprometem a cientificidade do estudo. Na verdade, o estudo do mito fica comprometido quando se parte “apenas” de documentos literários, pois compreendemos que estes textos são resultado de determinados “gestos de interpretação”, o que pode ratificar alguns aspectos do mito e modificar outros, num movimento incessante de releitura (e recontagem) da história. O que encontramos na literatura são formas de representação do mito. Para que

⁵² Em algumas comunidades, como é o caso de indígenas, isso ocorre até hoje.

o analista escape desse risco, Eliade aconselha a busca da origem do mito na história, enquanto fonte primeira; pois mesmo que ela distorça um pouco os fatos, é a fonte mais segura que se tem. Esse posicionamento de Eliade vem contribuir para a justificativa de partirmos das condições de produção (histórico-sociais) do discurso sobre o gaúcho - que acreditamos ser um mito – para então observarmos como isso é materializado no discurso literário gauchesco. Assim, é possível observar o contexto, o antes e o depois, esse algo a mais que enriquece o discurso literário em questão.

Em AD é considerado imprescindível, a qualquer análise discursiva, o levantamento das condições histórico-sociais de onde emerge o discurso. Assim, a produção do discurso é concebida como um processo que não depende somente de uma estrutura interna (uma questão de língua) para realizar-se, dependendo também do que lhe é exterior (a história). Em nossa concepção, a literatura expande o espaço de funcionamento do mito (dentro e fora da sociedade que o criou), mantendo-o vivo. O leitor, ao receber o mito via literatura, apropria-se dele, revivendo o que o herói viveu e atualizando suas aventuras, produzindo sentidos. Sob esse ponto de vista, a literatura não transforma o mito para reduzi-lo, mas, sim, para reproduzir os elementos tradicionais que preservam o mito; enfim, a literatura presentifica e expande o mito. Isso implica considerar que, às vezes, esse funcionamento da literatura, inserido em determinadas condições de produção, pode ir de um extremo ao outro do processo de construção/desconstrução da imagem do mito: isso ocorre, por exemplo, na produção de efeitos de mitificação/desmitificação do gaúcho, que oscila entre o mostrar a face mais (re)conhecida e a face oposta, mas nunca o reduzindo a algo menor ou diferente do que ele é.

Para Eliade, nem mesmo etnólogos e folcloristas podem pretender desvendar o processo de criação mitológica, eles podem registrar variantes de um mito ou de um tema folclórico, pois a invenção de um mito novo é outra coisa, há muitas diferenças entre o novo e as modificações que se produzem sobre um texto pré-existente. Ao analisarmos a representação do gaúcho no discurso literário, enquanto mito, não temos a pretensão de “desvendar o processo de criação mitológica” a partir de um texto mais ou menos autêntico, mas sim de observarmos como um mito fundado num lugar que é histórico e social (e imaginário) passa a funcionar nesse outro lugar que é ficcional e cultural (que reinventa o imaginário), produzindo diversos efeitos de sentido. Não se trata de pensar o que é da

ordem do novo e o que é velho, ou de enumerar aspectos que permanecem e aspectos que se modificam, trata-se de explicitar como as condições exteriores influenciaram na transformação da imagem do mito no interior do discurso literário. Essa explicitação se dá em forma de recorte, ela não recobrirá a totalidade das transformações que o mito do gaúcho, que está vivo, vem sofrendo através dos tempos. Trata-se de uma forma de “interceptação” no interior do processo para dentro do qual é possível espiar e, através do qual, é possível revelar aspectos fundamentais para a compreensão da imagem do mito que estabelece relações entre a memória e a atualidade de um grupo social, via discurso literário.

Nosso objetivo, enquanto analistas de discurso, é o de investigar a representação do gaúcho no discurso literário, mas isso não significa que estaremos realizando um estudo exaustivo sobre um mito gaúcho. Nossa hipótese inicial é a de que o gaúcho é, antes de tudo, uma figura mitológica e é assim que vamos tomá-lo. O mito é, em sua especificidade, objeto de observação da Antropologia, mas ele tem sua forma de representação no discurso já que ele “narra, explica e revela” (Brunel, 1997), seja num funcionamento ritualístico seja num funcionamento discursivo.

O trabalho de Orlandi (1990), filiado à AD, aponta possibilidades outras de compreensão do mito, explicitando como são produzidos os sentidos no discurso, sem se preocupar com oposições clássicas do tipo: isso é verdade e isso é fantasia ou isso é simples e isso é complexo. Enfim, para Orlandi, o trabalho do analista de discurso não consiste em “dizer o que o mito significa”, mas em “explicitar como ele produz sentido, qualquer que seja” (1990, p. 173-174).

A atenção da AD está voltada, exatamente, para o discurso, considerando, portanto, o mito como “uma forma de discurso”, pois o sujeito produz o mito e se (re) produz nele. Enfim, a AD mantém relações com a Antropologia, mas não se interessa pelo mito em si, mas no mito-para (Orlandi, 1990, p. 179). O mito em si é analisado pela Antropologia, enquanto um complexo processo que interfere e contribui para a formação de uma determinada sociedade; já a AD se interessa em analisar os processos de produção dos sentidos e os efeitos que o mito pode produzir dentro e fora da sociedade que o gerou. Dessa forma, podemos dizer que há um atravessamento de noções cunhadas pela Antropologia funcionando na análise do mito que a AD realiza.

A AD toma o mito como uma forma de discurso constitutiva da formação social na qual se constituem sujeito e sentido, mas faz isso como uma “disciplina de entremeio” que se relaciona com outras áreas do conhecimento, tal como é o caso da Antropologia.

Assim, tomamos a Antropologia como uma disciplina que tem como objetivo principal compreender o complexo processo gerador do mito, enquanto a AD se detém em explicitar processos de produção de sentido, apresentando possibilidades outras de compreensão do mito. É interessante observar que a própria Antropologia explicita que o mito mantém estreitas relações com a linguagem, servindo muitas vezes como uma forma de linguagem, pois é através dela que se revela o mito, inicialmente na forma oral (sociedades primitivas) e depois na forma escrita, passando pelo desenho (imagem) e pelo ritual (representação dramática). O mito não só se revela pela linguagem como também se institui por intermédio dela. É via linguagem que todo um grupo social comunga da crença em torno de um mito, ele passa a constituir o mundo imaginário e simbólico de uma comunidade, ele une um grupo social porque produz sentidos com os quais os membros desse grupo se identificam mais ou menos, enfim, o mito tem o poder de fixar uma realidade.

Eliade vincula o mito à questão da origem, enquanto criação, pois é o mito que “relata de que modo algo foi produzido e começou a ser“ (p.11). Ou seja, investigar as idéias míticas de um grupo social significa adentrar sua essência em busca de um lugar de origem. Se pensarmos no mito da criação do mundo, vamos nos deparar com uma origem cercada de mistérios por todos os lados, pois a origem está na criação e a criação é da ordem do imaginário e do misterioso. Enquanto analistas de discurso, não temos a pretensão de apreender a origem, pois acreditamos ser possível apenas depreender um “efeito de origem”, algo capaz de satisfazer a necessidade existencial do sujeito. Assim, partimos do pressuposto de que não podemos apreender o todo, só temos acesso ao que é visível, ao que está posto pela sociedade que criou o mito, o que está representado via simbólico⁵³, enfim, o que está discursivizado.

De fato, o modo como se concebe a questão da origem estabelece importante distinção entre a Antropologia e a AD, tendo em vista que a primeira tem como pressuposto a busca e a explicação da origem através do mito enquanto a segunda busca no mito o

⁵³ A noção de simbólico será mais discutida na próxima seção.

processo de interpretação e de significação que ele instaura, não acreditando ser possível determinar a origem, a não ser enquanto produção de um efeito de origem. A partir dessa distinção nos posicionamos como analistas de discurso e compreendemos a determinação de um ponto de origem, pois não vamos incursionar pelo passado afora em busca de uma origem primeira. Para a efetivação do nosso trabalho, basta lançarmos nosso olhar de analistas até um determinado ponto que será eleito como ponto de origem com um funcionamento específico no desenvolvimento das análises do discurso considerado.

O mito, sob o ponto de vista de Eliade, tanto está na origem das sociedades como é de natureza social. Ele surge de uma necessidade eminente no interior de um determinado grupo social, pois é quando este grupo precisa explicar sua origem ou passa por uma situação extrema (guerra, epidemia, etc.) ou indissolúvel, a qual um simples mortal é incapaz de vencer, é que se cria o mito. É no mito que se encontra uma explicação para as coisas incompreensíveis, porque ele se impõe como único capaz de solucionar os problemas de determinada comunidade. O grupo social em questão apela para o imaginário, estabelecendo relações diretas entre esses assuntos terrenos e seres transcendentais que são criados para resolver as situações conflitantes ou restabelecer a paz ou, ainda, para explicar fenômenos inexplicáveis, e esses entes criados pelo povo se instituem como naturais, através dos tempos. Os rituais míticos deslocam as fronteiras entre as forças naturais (humanas) e as sobrenaturais (sobre-humanas), colocando um herói poderoso a serviço dos que dele precisam. Assim, dotado de poderes sobrenaturais, o mito “conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio (p. 11) (...) onde o evento *teve lugar pela primeira vez* (p. 22) ”, onde os descendentes do grupo retornam eternamente em busca de suas origens, já que é “em razão das intervenções dos Entes Sobrenaturais que o homem é o que é hoje, um ser mortal, sexuado e cultural” (p. 11). É importante ressaltar que, quando Eliade fala no mito como uma “história sagrada”, ele a refere como uma “história verdadeira”, como algo que ultrapassa uma acepção simplista de mito como ficção, trata-se de algo que realmente aconteceu e que está documentado na história de um povo.

Embora Eliade trabalhe na análise da constituição de mitos próprios às sociedades primitivas, ele mesmo ressalta que a necessidade de busca das origens atinge também a cultura ocidental da modernidade. A questão do mito não pertence apenas a um tempo

longínquo, inatingível, porque ele se faz presente sempre que o homem reflete sobre as suas origens, independente do período histórico. O mito permanece vivo no seio de algumas sociedades porque ele é freqüentemente evocado, fazendo com que a pessoa que o evoca torne-se seu contemporâneo e, assim, um simples mortal passa a compartilhar da presença de Entes Sobrenaturais, buscando neles o exemplo e a força de que necessita num momento de dificuldade ou identificando-se com eles num momento de júbilo. Aqui, o tempo deixa de ser cronológico e transcende a ordem natural que gerencia as coisas do mundo, pois a evocação do mito produz a transformação desse tempo num tempo qualitativamente diferente, um tempo “primordial e indefinidamente recuperável” (Eliade, 1972, p. 21).

A relação entre mito e tempo é essencial para a Antropologia e está melhor explicitada em Eliade (1996, p. 54) da seguinte forma:

supõe-se que o mito aconteça em um tempo – se nos permitem a expressão – intemporal, em um instante sem duração (...) um mito retira o homem de seu próprio tempo, de seu tempo individual, cronológico, “histórico” – e o projeta, pelo menos simbolicamente, no Grande Tempo, num instante paradoxal que não pode ser medido por não ser constituído por uma duração. O que significa que o mito implica uma ruptura do Tempo e do mundo que o cerca; ele realiza uma abertura para o Grande Tempo, para o Tempo Sagrado.

É pelo mito ser da ordem do intemporal que é tão difícil estabelecer um ponto histórico e cronológico como origem primeira; ele rompe com o que estava pré-estabelecido, fundando o novo e passa a funcionar como algo capaz de desequilibrar as relações de força no interior de uma determinada sociedade. Acreditamos, enquanto analistas de discurso, que esse tempo próprio da instauração do mito pode ser determinado como o “efeito de origem”, pois a criação do mito se dá como uma resposta à necessidade de sobrevivência de um grupo social numa determinada época e num determinado espaço. Ao tratarmos do “efeito de origem”, não estamos pensando em algo exato, cronológico, com uma data bem marcada; mas sim num momento que reúne todas as condições para efetivação do trabalho do imaginário, produzindo novos sentidos no simbolismo de um povo que ganha nova forma de expressão e novos elementos para realizar o processo de identificação.

Pensamos que há uma série de elementos que contribuem para a criação e instituição do mito gaúcho, mas dentre eles vale ressaltar o fato de que a imagem de gaúcho

(o fora da lei) o coloca numa posição de sujeito que representa um grupo social discriminado pela sociedade civilizada européia que vem colonizar a região do Prata. A recuperação da imagem desse sujeito por seu comportamento bravio, agressivo e destemido (reconhecido no Brasil, no Uruguai e na Argentina) é uma forma de representação da reação às diversas formas de opressão que sofriam os integrantes desse grupo social que vivia à margem da sociedade moralista e civilizada que os colonizadores europeus pretendiam fundar nessa região quase desabitada. É preciso levar em conta que embora “nem a história nem o real” sejam “em si mesmos míticos” eles podem “tornar-se tais, se forem penetrados, entre outros, por um mistério insondável, se deixarem de ser legíveis, de evoluir com lógica.” (Férier-Caverivière, 1997, p. 391). Enfim, um acontecimento histórico ganha proporções míticas, elementos externos passam a ameaçar a sociedade constituída, exercendo o poder de dominação na relação de forças, e somente um ente sobrenatural (como um “centauro”⁵⁴, por exemplo) poderia produzir algum desequilíbrio na relação de forças entre dominantes e dominados. O sobrenatural pode surpreender os dominantes e, assim, defender (ou tentar defender) os interesses dos dominados que são representados como aqueles que queriam circular livremente no extremo sul da América. Há toda uma cultura sustentando o mito, uma série de elementos que nutrem o mito com representações fortes que são produzidos num meio cheio de contrastes sociais e culturais. Assim, o mito é resultado de uma concentração de forças que correspondem a uma mesma necessidade, são forças capazes de organizar uma estrutura firme, um modelo de herói bem próprio daquele grupo social.

Eliade (1972) aponta como a principal função do mito a de “revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas” (p. 13), re-atualizando constantemente a origem, os eventos primordiais que fazem do homem o que ele é hoje, por isso, também, que a vida do mito depende da sua relação com este tempo sagrado. Esta re-atualização se dá pela narração dos eventos míticos ou pela efetuação do ritual ao qual ele serve de justificação (p. 22). No caso do mito do gaúcho⁵⁵ não se trata da cerimônia de narração do mito, mas sim da efetivação de rituais que são justificados na existência do mito. Durand (2001) diz que “o mito não é nem um discurso para demonstrar, nem uma

⁵⁴ O ser mitológico representado na figura do Centauro dos Pampas é discutido ainda nessa Parte.

⁵⁵ Na nomenclatura de Eliade o sujeito é a figura mitológica e o drama que ele protagoniza é o mito.

narrativa para mostrar”, devendo, portanto, “servir-se das instâncias de persuasão indicadas pelas variações simbólicas sobre o tema”⁵⁶ (p. 60). Assim, os Entes Sobrenaturais, como a figura do gaúcho, ficam instituídos como modelos e a sociedade não explica a tradição, ela simplesmente justifica sua conduta no culto dos antepassados mitológicos. É o drama vivido pelo gaúcho - numa história de batalhas sangrentas -, herói que defende o direito à liberdade, que instituiu a figura mitológica do “centauro dos pampas”⁵⁷, uma figura que em outra época (bem mais tarde) passa a figurar no discurso literário, ora como protagonista ora como coadjuvante, em narrativas de cunho regionalista.

Ao tratar do mito como uma forma de recuperação do passado, Eliade confere à memória a função de recuperar a origem e a história exemplar das coisas, considerando que aquele que é capaz de recordar dispõe de uma força bem maior do que aquele que simplesmente conhece a origem das coisas. O conhecer é da ordem da história e o recordar é da ordem da memória, não somente de uma memória individual, mas de uma memória coletiva. Isso exige uma melhor definição do que entendemos por memória e memória coletiva, nesse momento da pesquisa, mais especificamente. Em Davallon (1999, p. 25), encontramos uma reflexão sobre a constituição do que ele denominou “uma memória social” e uma de suas constatações é de que a existência da memória implica o reconhecimento de um acontecimento como algo que saiu do âmbito da “indiferença”, que deixou o “domínio da insignificância”, conservando “uma força” capaz de posteriormente continuar produzindo sentidos. Quando se trata de uma sociedade, isso implica uma passagem do âmbito do individual para o social (ou coletivo). É assim que ocorre com o mito que se mantém vivo, ele se realiza tanto na história quanto na memória de um determinado grupo social, o mito funciona no entrecruzamento desses dois domínios.

Voltando à perspectiva de Eliade, vamos nos deparar com uma concepção de homem vinculada à constituição dos mitos que funcionam como seus referentes, pois, para o autor, o homem é, atualmente, o que ele é devido às suas origens míticas que precisam ser

⁵⁶ Comentários de Durand, a partir de sua releitura de Lévi-Strauss.

⁵⁷ É interessante observar a tese defendida por Nicolau Sevcenko - no prefácio à edição brasileira do *Dicionário de Mitos Literários*, organizado por Pierre Brunel - quando ele diz (mais de uma vez) que “a mitologia grega é um dos filões da identidade ocidental”, justificando sua afirmativa no fato de que existem versões tanto da origem de Roma, quanto a de Portugal, e até mesmo do Brasil, explicadas com base na mitologia grega. Essa forma de volta às origens dignificava e valorizava toda a civilização que tivesse tal mérito cultural. Isso, de certa forma, justifica também a recuperação da imagem do centauro no interior do Rio Grande do Sul.

tanto conhecidas quanto rememoradas continuamente para que continuem vivas (1972, p. 83-84). Ao estabelecermos as devidas relações entre mito e discurso, podemos dizer que essa manutenção do mito se dá via o discurso, porque ele detém propriedades capazes de instituir e manter o mito vivo na sociedade que o gerou. No caso do mito do gaúcho, podemos dizer que ele é constituído por elementos que estão no interdiscurso⁵⁸ e de lá são convocados a todo o momento para produzirem sentidos no interior da representação literária da Formação Discursiva (FD)⁵⁹ dita gaúcha, significando e re-significando o mito. De fato, sob esse aspecto, o interdiscurso funciona enquanto memória do dizer, sendo que o mito se mantém vivo pelo mecanismo da repetição, num movimento de volta ao passado que dá lugar ao que é conhecido pela história e ao que retorna no discurso pelo funcionamento da memória. Assim, o mito que se mantém vivo resguarda o lugar do mesmo e do diferente no interior de uma FD, pois a constituição dos sentidos está em constante movimento. Não se trata de uma história contada em todas as suas partes de forma completa e absoluta, trata-se de uma história discursivizada que comporta lacunas e saturações, de onde é possível recuperar elementos mitificadores (e até desmitificadores) do gaúcho.

Michel Bréal (1998)⁶⁰, ao discutir a forma como se instituem os mitos, já estabelecia estreitas relações entre mito e linguagem. Ele explicita que o processo de criação de um mito não se dá de forma compacta de uma só vez e em uma só época, pois cada vez que o mito é relatado se realiza um processo de recriação sobre o que já existia, agregando, àquela imagem, novos significados. O autor dá o exemplo da moral, pois para ele, em sua forma inicial, um mito não tem intenção moral, mas quando ele é recontado sob o ponto de vista moralista acaba adquirindo função moral, agregando valores outros aos que já estavam postos. Os mitos, ao serem recontados, mantêm-se vivos e, mais do que isso, constituem a história da humanidade, funcionando na alteração e na fixação de valores no movimento do dizer e do redizer. O mito se apresenta no discurso que é produzido sob determinadas condições de produção e isso estabelece suas relações com a memória, num movimento constante que oscila entre o lembrar e o esquecer.

⁵⁸ Noção já discutida na Parte I.

⁵⁹ Noção já discutida na Parte I.

⁶⁰ O original, publicado em Francês, data de 1863.

Assim, o mito constitui-se como algo que é conhecido e faz parte da memória de um povo, ele tem um funcionamento próprio. No caso do gaúcho, é ele que dá garantias de sucesso ao homem, pois é ao buscar no mito a segurança de que ele precisa para realizar os empreendimentos mais arriscados, que ele encontra o mito como aquele ente sobrenatural que “garante ao homem que o que ele se prepara para fazer *já foi feito*” (Eliade, 1972, p.125), trata-se da passagem do já-dito que sustenta o nosso dizer para o já-feito que sustenta nossas ações. Essa é a ilusão referencial que ampara o sujeito que busca forças no mito para realizar seus empreendimentos, mas nem sempre se repete a manutenção do referente, pois em condições⁶¹ adversas os efeitos de sentido são outros e o mito sofre transformações que tanto podem ser quase imperceptíveis quanto podem ser extremas a ponto de desencadear um processo de desmitificação que também é representado no discurso literário. A diversidade da conjuntura pode nos conduzir a uma observação do mito em momentos diferentes; talvez possamos chamar esses dois momentos de dois estágios diferentes do mito, onde aparecem evidências, equivalências e diferenças.

Assim, o funcionamento da “memória coletiva” revela seu caráter paradoxal já que tem a “capacidade de conservar o passado” e, ao mesmo tempo, mostra-se frágil, suscetível a transformações, pois tem a propriedade de coisa viva, em constante movimento. Talvez essa seja a diferença mais marcante entre a história (enquanto ciência) e a memória (enquanto lembrança), pois “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória” (Davallon, 1999, p. 26).

O mito se mantém vivo e em constante transformação e toda vez que o homem buscar forças no modelo exemplar, estará legitimando-o ainda mais, instaurando-se um novo processo criador, pois “o modelo mítico presta-se a aplicações ilimitadas” (Eliade, 1972). Na verdade, “o homem das sociedades nas quais o mito é uma coisa vivente, vive num mundo “aberto”, embora “cifrado” e misterioso” (Idem, p. 125), pois ele é constituído de mitos e símbolos, mas a “abertura” está no fato de que o homem que conhecer os mitos e souber decifrar os símbolos alcançará uma visão do mundo como transparente. Isso acontece porque “o mundo se revela enquanto linguagem. Ele fala ao homem através de seu próprio modo de ser, de suas estruturas e de seus ritmos” (Idem, p. 125). Assim o gaúcho, enquanto figura mitológica, é representado na literatura regionalista como sujeito produtor

⁶¹ Cf. explicitado no segundo Capítulo da Parte II.

de discurso, ele vive a ilusão necessária do sujeito: percebe-se como origem e acredita dominar a transparência da linguagem. O mito viabiliza a ilusão, faz com que o homem imagine-se como um ser completo, capaz de subjetivar-se como o centro do universo; o que já não ocorre na representação do processo de desmitificação.

Para Eliade (1996, p. 8) “as imagens, os símbolos e os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função: revelar as mais secretas modalidades do ser”. Assim, a presença do mito vem suprir uma necessidade social, mas é através do tempo que essa presença faz com que o homem acredite ter uma existência transcendental, que é algo mais do que um simples mortal, já que seus ancestrais eram entes sobrenaturais. Sob esse ponto de vista podemos observar o herói gaúcho que habita o nosso imaginário social, ele é o sujeito que vive perigosas aventuras no pampa rio-grandense como alguém que não tem consciência das experiências que está vivenciando e do lugar heróico que está ocupando, somente o tempo é capaz de instituir seus feitos como heróicos e são as gerações vindouras que colhem os frutos do sucesso de tal antepassado.

Ao invés de se apagar com o passar do tempo, o mito e os símbolos mantêm-se vivos, sofrem reformulações, mudam de aspecto, mas “sua função permanece a mesma. Temos apenas de levantar suas novas máscaras” (p. 13). Para o autor, o mito tem como característica própria a perenidade, mesmo no seio da sociedade moderna ele se faz presente, pois “a extirpação dos mitos e símbolos é ilusória” (p.15). O mito tem sua fundação embasada numa situação histórica, é criada no imaginário e representado via simbólico. Daí essa imprescindível perenidade, pois os mitos ultrapassam as fronteiras do histórico, revelando uma situação-limite do homem, é via mito que o homem toma consciência do seu lugar no universo (p.30).

Eliade aborda a questão do mito sempre vinculada a uma situação de identificação do homem com o mito, não fazendo muita referência às condições de produção em que o mito se realiza. No presente trabalho, pretendemos dar uma maior ênfase aos elementos exteriores que contribuem para a constituição do processo de representação da identificação/contra-identificação⁶² do sujeito com o mito que ele tem como referente, sobretudo no que tange às condições sociais, econômicas e históricas que promovem a

⁶² Cf. Pêcheux, 1995.

reiteração da imagem do mito ou a sua desmitificação. Isso pode ser observado no discurso literário gauchesco que - produzido em diferentes épocas e sob diferentes circunstâncias - produz diferentes efeitos de sentido.

Há uma ressalva importante na reflexão de Eliade que explicita a ausência de juízo de valor sobre o que o mito representa, pois segundo o autor “o mito, em si mesmo, não é uma garantia de “bondade” nem de “moral” (p. 128). A figura mítica, sem dúvida, é dotada de superpoderes, mas isso não significa que seus poderes sejam usados para o bem ou para o mal, que funcionem em prol da individualidade ou da coletividade, que defendam valores considerados morais ou imorais, etc. Um mito revela modelos de uma sociedade, funda paradigmas, enfim, fornece uma significação ao mundo e à existência humana. Essa ressalva de Eliade pode ser identificada num estudo sobre a constituição do gaúcho como figura mitológica, pois a história mostra que nem sempre esse herói exercitou princípios éticos e morais aceitáveis pela sociedade civilizada⁶³ da época, mas isso não diminuiu em nada seus feitos heróicos, porque ele não tem sua existência vinculada a valores que podem ser julgados simplesmente como bons ou ruins: ele é representado como o resultado das condições de produção (que são históricas e ideológicas). Ele foi criado para resolver uma determinada situação conflitante, a sociedade que o criou não recrimina seus métodos e atitudes, ela aceita seu comportamento como normal, ela justifica seus atos na dificuldade de solução dos problemas que lhe foram apresentados.

O homem, por sua vez, ao conhecer o mito e ao identificar-se mais ou menos com ele, encontra na recuperação do passado um referente, algo de glorioso que faz dele um representante fiel dos seus antepassados sobrenaturais, encontrando forças para lutar como eles lutaram e fizeram a história que é contada agora, pois “o mito eleva o homem” (p. 128). Enfim, para Eliade, “o homem moderno ainda conserva pelo menos alguns resíduos de um “comportamento mitológico”” e isso se revela “no desejo de reencontrar a intensidade com que se viveu, ou conheceu, uma coisa pela *primeira vez*; de recuperar o passado longínquo”, pois é próprio do homem a incessante luta “contra o Tempo”, aquele que “destrói e mata” (p. 165). A essa vontade do homem podemos vincular todos os tipos de criação artístico-cultural (e imaginária) que visam a manutenção das imagens de gaúcho, sejam elas veiculadas pela história sejam elas veiculadas pela ficção.

⁶³ Uma sociedade em formação que abrigava vários grupos de colonizadores europeus.

É próprio do homem a não aceitação de sua condição de humano e mortal, sujeito a fatalidades de toda a ordem, então, ele busca no sobrenatural uma força que o faça superar (pelo menos ilusoriamente) as suas fraquezas. É nesse sentido que Eliade (1972) promove a distinção entre uma “experiência ordinária da vida cotidiana” e uma “experiência religiosa”, pois para esse autor “viver os mitos, implica, pois, numa experiência religiosa” (p. 22), porque recupera elementos ritualísticos de identificação e representação culturais. Assim, o mito é algo que se vive (enquanto experiência) e isso se dá de tal forma que o homem sente-se impregnado pelo poder sagrado daquilo que é recuperado pela narrativa mítica. Viver o mito é adentrar uma esfera que pode oferecer elementos capazes de resolverem os problemas terrenos: é a esfera do sagrado.

Esse tipo de crença, de que trata Eliade (1972) não pode ser explicado de forma reducionista como a manifestação de instintos ou o resultado da ausência de civilização, pois precisamos levar em conta que o inexplicável do comportamento humano adquire um “valor religioso” que se institui com o passar do tempo e passa a vigorar como elemento constitutivo da cultura de um determinado grupo social. O homem vive religiosamente o mito, porque o elegeu como força suprema que, ao mesmo tempo, é tão superior e tão próximo dele. Sob essa perspectiva, o mito tem valor de verdade. É na crença coletiva que se institui esse valor de verdade sobre o mito, quando uma necessária série de desvios se realiza a ponto de que o mito aponte para uma solução possível aos problemas humanos. Vale a pena viver o mito, entregar-se a ele de corpo e alma completamente, depositar nele toda a fé e a esperança de que dias melhores virão; porque dessa entrega resulta uma relação de crença e de sobrevivência mútua: o homem mantém o mito vivo e o mito mantém o homem. É esta significação de ser sobrenatural que faz do mito a substância irradiante de energia vital, que faz dele algo pertencente à ordem do sagrado, o que leva um povo a viver novamente com dignidade e esperar um destino sublime para as gerações vindouras.

Ainda na linha de pesquisa de Mircea Eliade, encontra-se o trabalho de René Martin, um autor que em determinados momentos se aproxima de Eliade e em outros momentos propõe deslocamentos de sentido sobre as reflexões propostas pelo primeiro, vinculando a constituição do mito às questões de linguagem. É ao final do *Dictionnaire culturel de la mythologie gréco-romaine*, que Martin apresenta suas reflexões a propósito

das diversas abordagens que se faz do mito na atualidade. Inicialmente, ele explicita que “mito”, etimologicamente, vem do grego *mythos* ou *muthos*, significando narração pública de feitos lendários de uma determinada comunidade, ou seja, é a produção discursiva funcionando como constitutiva na criação e na instituição do mito.

Martin (1992) vincula o nascimento do mito a um momento em que “o homem se encontra em presença de um mistério, e constitui um esforço do espírito em dissipar este mistério, respondendo a dupla questão do “por que” e do “como”” (p. 256). Mas para configurar-se como tal o acontecimento narrado tem algumas características bem específicas, tais como: a) reconta feitos primordiais, “anteriores, exteriores e heterogêneos” aos que se vive na atualidade, trata-se de algo que não cabe na história oficial, vivido num tempo regido por uma ordem diferente do tempo histórico; b) é um acontecimento “fundador” ou “explicativo”, tendo sua razão de ser na necessária explicação da realidade, seja ela natural ou humana, constatada na atualidade; c) e os atores desses acontecimentos não são seres humanos, simples mortais, eles “são seres super-humanos, vistos como deuses, ganhando a forma de animais ou de homens dotados de uma essência bem particular” (Martin, 1992, p. 255). Essa enumeração de características nos conduz a pensar no gaúcho como aquele ser que se mantém vivo na memória coletiva de toda a comunidade. Vivo e, portanto, não estagnado, sempre recuperado pelo entrecruzamento da história e da memória. Um mito vivo recontado incansavelmente, seja na oralidade seja na literatura oficial, seja pela história seja pela memória traduzida na tradição regionalista, etc.. Os feitos desse gaúcho funcionam como fundadores na constituição histórica e social do povo que ele representa e que, de certa forma, se representa nele; trata-se de um herói que surge em resposta a uma necessidade de resistência, em tempos de barbárie e de intensos conflitos armados: um herói sobre-humano, designado, mais tarde, “centauro dos pampas”, um ser metade homem e metade cavalo.

Martin comenta a constituição dos heróis mitológicos explicitando que desde a mitologia greco-romana esses heróis são freqüentemente apresentados de forma diferente dos heróis bíblicos, pois na mitologia os heróis se aproximam mais dos homens, não são criados deuses distantes em características ou ações, já que eles são “desde o princípio e antes de tudo humanos, “super-humanos”, talvez: os homens têm todas as fraquezas, todos os defeitos, todos os vícios, mas também todas as virtudes”. Esses heróis estão

“singularmente” próximos dos seres humanos, ligados ou até mesmo colados neles. Assim os “mitos refletem de fato uma época “bárbara”, anterior à “civilização” e ao mundo da cidade; eles refletem também pulsões inconscientes que se manifestam em cada um de nós, é isto que lhes confere a característica de universal” (p. 261). O gaúcho heróico pode ser incluído nessa categoria de super-humano que carrega características positivas e negativas, não se trata de um deus cultuado por uma comunidade dogmática, trata-se de um homem constituído por virtudes e defeitos, um herói instituído em situação de barbárie e que se liga ao cavalo que lhe dá condições de realização de seus empreendimentos, unido a sua parte animal ele se adapta às circunstâncias que lhe são apresentadas. Assim, o gaúcho é um homem como todos os outros e, ao mesmo tempo, é um herói que promove a instituição de uma identidade dita gaúcha.

Segundo Martin, na maioria das abordagens atuais há um ponto de convergência, trata-se do fato de que no mito os acontecimentos não são menos reais ou menos autênticos do que na realidade, a diferença entre realidade e mito é de que a primeira poderia ser confirmada por testemunhas ou por documentos, o que não ocorreria com o segundo. Dessa perspectiva, seria possível dizer que o mito não é da ordem do “imaginário”, mas sim da ordem do “imaginado” e por esta razão “não se trataria de um objeto de ciência, mas sim de crença” (Idem, Ibidem). Mas o autor apresenta uma ponderação reflexiva a propósito de tais afirmações, porque ele não acredita que se possa separar com tanta precisão sempre o que é da ordem do histórico (científico) e o que é da ordem do mitológico (popular). Para Martin “existem narrações que combinam, em seu interior, os dois elementos: a das personagens e a dos acontecimentos autênticos (autenticados por testemunhas) se misturam com outros acontecimentos ou personagens” (p.259), não obedecendo a um estatuto próprio. Enfim, não há fronteiras precisas e tão bem marcadas que separem o que é da ordem da ciência do que é da ordem do mitológico, havendo uma margem de deslocamento para um e para outro e isso produz a história e as “estórias” que conhecemos⁶⁴. É importante salientar que se entendemos o mito enquanto “narração”, portanto, um produto do discurso, não podemos concebê-lo como fechado em si mesmo, simplesmente “imaginado” com um início, um meio e um fim; pois cada vez que um fato é narrado,

⁶⁴ Martin explicita que há um lugar narrativo onde a história e a mitologia se misturam sem que se altere a ordem da qual cada uma advém, trata-se da lenda. Optamos por não trabalhar com as lendas, pois isso acarretaria um desvio dos nossos objetivos iniciais e ampliaria a extensão do *corpus* de análise.

recontado ele se re-significa e produz sentidos outros que vão além do imaginado, constituindo-se, portanto, como algo da ordem do “imaginário” que é representado via simbólico.

Compreender o mito é, sem dúvida, começar a compreender o universo simbólico da sociedade que o criou. Nicolau Sevcenko (1997), ao prefaciar a tradução do Dicionário de Mitos Literários, organizado por Pierre Brunel, define mito como algo que diz respeito à identidade de um grupo social, porque ele

é sempre a mesma coisa e ao mesmo tempo algo diferente em cada recriação. Por definição, o mito só adquire existência a partir do momento em que é vivido. Ele existe por ser, não para ser. Ele é o aqui-e-agora justamente porque o aqui-e-agora é por si só uma prisão muito estreita para a criatura humana, assim como o indivíduo é um elo que se completa na trama da comunhão com seus iguais, com a natureza e com tudo o que há, e compartilha a criação (p. XXV).

Assim, no movimento entre o diferente e o mesmo, entre o dizer e o redizer, o mito vai se ressignificando, mantendo-se vivo, constitutivo das crenças de uma sociedade que se formou em torno dele e que o criou para que produzisse o efeito heróico que o grupo buscava. O mito não é uma forma estável, ele está em constante transformação, reiterando e apagando elementos, transformando-se e acompanhando a transformação que sofre a sociedade na qual ele está inserido prioritariamente. Só assim ele consegue manter a unidade imaginária do grupo que se identifica nele e com ele, num constante processo de recriação de sua imagem.

Sevcenko (1997) concebe a literatura como um lugar de manifestação do mito nas sociedades modernas:

A literatura é hoje a fonte a partir da qual os mitos se fertilizam, brotam, da qual fluem e invadem as almas. Ela é a grande Lira do homem moderno. Enquanto ela tocar, teremos conforto para o frio, o escuro, a solidão e a insônia dos tempos hostis. Ela nos conduzirá sempre para a

vitalidade pujante dos inícios, lá de onde o poeta proclama, a cada nova vez e sempre, “o mito é o nada que é tudo”⁶⁵

É de forma poética que o autor propõe a literatura, enquanto discurso, como lugar de manifestação do mito e como fonte fecunda de sua vitalidade e de sua atualidade. A literatura não reivindica um lugar fundador do mito, mas ela funciona como lugar que mantém, recupera e reproduz aspectos do mito em diferentes momentos histórico-sociais.

A partir de toda essa reflexão a propósito do mito, da história e da literatura, que aponta para o entrecruzamento desses discursos na constituição da imagem do gaúcho, nos sentimos ainda mais convencidos da urgência da entrada do analista de discurso nesse entremeio. O analista de discurso não pode ser “surdo” aos ecos do discurso literário, porque esse discurso tem seu funcionamento garantido num lugar de entremeio, sendo constituído por elementos advindos de um imaginário social já instituído e vindo depois, numa outra instância, que é a ficcional, representar o imaginário próprio de toda uma sociedade.

Estudar a constituição de um mito implica, sem dúvida, um grande retorno ao passado, implica a busca de um ponto de “fundação” desse mito, e se a história aponta possíveis caminhos para se chegar a isso, a literatura, por sua vez, ilustra o caminho a ser percorrido. Na verdade, trata-se da busca de um ponto fundador no passado, mas um ponto que não seja necessariamente a origem de tudo; trata-se de eleger um ponto de partida que ofereça segurança e que satisfaça as exigências de análise desse trabalho; enfim, trata-se de um lugar onde tem início a constituição do gaúcho mitológico e histórico. Esse é o nosso compromisso: buscar na história e na mitologia um lugar - que é histórico e discursivo - onde se constitui e se institui a figura do gaúcho que hoje é representada no discurso da narrativa literária gauchesca. Importa dizer que isso não implica a necessária identificação de um único acontecimento histórico e/ou discursivo que detenha sob sua égide todas as mudanças de sentido que a designação gaúcho sofreu nos últimos séculos, pois acreditamos estar tratando de um processo de agregação de sentidos que é lento e gradativo, que ora oculta e ora mostra como as transformações ocorreram, nos levando a compreender sua constituição, mas não determinar seu início e seu fim.

⁶⁵ Verso de *Ulisses*, de Fernando Pessoa.

O nosso objetivo de investigar a representação de sujeito gaúcho na literatura remonta aos tempos primordiais, onde o mitológico e o histórico co-existem, faz-se necessário compreender o processo⁶⁶ em suas especificidades, em suas lacunas, em suas saturações, em suas obscuridades, em suas extravagâncias. Partimos da hipótese de que o gaúcho é uma “figura mitológica”⁶⁷ que está viva e buscamos identificar pontos que podem fazer parte da história e/ou da mitologia e que vêm ressoar no discurso da narrativa literária gauchesca. Assim como há um drama que produz a invenção do mito, a partir do qual os antropólogos analisam o complexo processo de criação do mito fundador; há, sobretudo, o processo de discursivização do mito, que o institui como tal, configurando-se na passagem do domínio do imaginário para o do simbólico, e isso interessa à Análise do Discurso.

A noção de mito fundador é trabalhada por Chauí (2000, p. 9) como

*aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.*⁶⁸

E para realizar-se como tal ele depende de uma “atemporalidade” própria que mascara o presente em prol da recuperação de um passado original e depende também de “um impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede de lidar com ela.”

Chauí diferencia *fundação* e *formação*, explicitando que a primeira é da ordem do imaginário (visando algo tido como perene), enquanto a segunda é da ordem histórica (temporal, cronológica, suscetível a transformações). O mito fundador pode ser trazido para a história, mas não pertence à ordem da história, porque situa-se “num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar” (Idem, p.10). Segundo a autora, a fundação de um mito emana da sociedade e, ao mesmo tempo, engendra essa sociedade da qual emana. Para ela, as relações que existem entre a formação e a fundação se restringem ao fato de que “o mito fundador oferece um repertório inicial de

⁶⁶ Não de criação do mito, mas o processo simbólico que nos leva a conhecê-lo, no entrecruzamento da memória coletiva e da história, onde há espaço para inconsciente e ideologia significarem no interior do discurso sobre o gaúcho.

⁶⁷ Observar a representação do gaúcho, enquanto figura mitológica que se mantém viva através de séculos de história, num corpus bem específico como é o caso do discurso literário gauchesco, implica analisar as transformações que esse gaúcho mitológico sofre.

⁶⁸ Grifo da autora.

representações da realidade”, cabendo à formação histórica reorganizá-los. Essa reorganização se dá conforme os diferentes momentos históricos que vive a sociedade de onde emanou o mito; sendo que é o trabalho da ideologia, no movimento da fundação para a história, que vai promover a perenidade do mito no interior da sociedade da qual emanou, onde ele pode aparecer “sob novas roupagens”, mas deve repetir-se indefinidamente.

Falar em fundação na perspectiva da AD é trazer a noção de fundação para o âmbito do discurso, e enquanto analistas de discurso, não nos submetemos à ilusão de que é possível determinar a origem primeira e precisa de algo, pois uma busca destas desencadearia um retrocesso em direção ao infinito, tendo em vista que tudo que existe e que é discursivizado é da ordem do já-lá, do pré-existente, do já-dito e por isso é da ordem do reconhecível e constitui sentidos para o sujeito. De fato, o que a AD nos aponta como possibilidade é a busca de um lugar que pode ser marcado como fundador, ou seja, é possível determinar um ponto fundador no interior de uma dispersão de discursos. Segundo Orlandi (1993, p. 13), o que caracteriza um discurso como fundador “é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra”. Assim, eleger um discurso como fundador é uma tentativa que fizemos de apreender “um momento de significação importante, diferenciado”. Trata-se de uma interceptação no interior de uma rede de discursos, porque existem discursos (sentidos) anteriores que passam a ser desautorizados pela instalação dessa nova “tradição”⁶⁹, muito embora essa nova tradição seja da ordem do reconhecível, pois ela comporta elementos do mesmo e do diferente, do repetível e do fundacional⁷⁰. A fundação produz o efeito do novo, porque ela rompe com o pré-existente, ocupando uma fenda e servindo-se do sentido já-lá para instalar a ruptura.

A questão que nos interessa observar diz respeito ao mito do gaúcho, fundado no interior da sociedade rio-grandense e instaurado no discurso mitológico, histórico e ficcional. É o homem, imaginariamente constituído em herói que, unido ao cavalo, vive livre pelo pampa sul-americano, nos remetendo à imagem do centauro, um ser mitológico que remonta à Grécia Antiga e que ressurgue sob outra roupagem, re-significado pela sociedade que o (re) criou e que continua o reinventando incessantemente.

⁶⁹ Na concepção de Orlandi, o acontecimento discursivo ao ocorrer já instaura sentidos que desencadeiam uma outra “tradição”.

⁷⁰ Segundo Orlandi (1993) o discurso fundador mantém uma relação muito particular com a filiação, sustentando o sentido que surge e se sustentando nele, o que produz o efeito de sentido evidente “só poderia ser assim”.

Por uma recuperação do mito do centauro

“Há uma multiplicidade de mundos reais (...) separados uns dos outros, no tempo e no espaço, e que estão em interação constante. Através desta interação, novos mundos são criados e não se pode categorizá-los separadamente, de forma rígida”. (Orlandi, 1990, p.183)

A figura mitológica do centauro remonta à Grécia Antiga, havendo um certo consenso entre os historiadores e estudiosos classicistas quanto à crença que deu origem a esse ser metade homem (cabeça, tronco e membros superiores) metade cavalo (da cintura para baixo): ele teria sido gerado da união de Íxion⁷¹, rei da Tessália, com uma nuvem (ou Nefele) que ele acreditava ser Hera⁷², a esposa de Zeus⁷³, que ele tanto desejara ter. O ser que resultou dessa união levava uma vida selvagem, habitava florestas e regiões montanhosas, caçando com pedaços de madeira e pedras, alimentando-se sempre de carne crua.

Esse primeiro centauro de que se tem notícia uniu-se às éguas da Magnésia, dando origem a toda uma comunidade de centauros (Mestica, 1993, p.55). Tal grupo ficou conhecido pelos seus costumes rígidos (e rústicos!) e pela sua brutalidade, mas sendo metade homem e metade cavalo, o centauro desejava tanto as éguas quanto as mulheres (ou ninfas). Esta última preferência tomava formas assustadoras quando os centauros ingeriam vinho, pois eram muito fracos para a bebida e, uma vez embriagados, perdiam completamente a consciência humana, deixando que o instinto animal os dominasse. Um dos mitos que envolve o centauro conta que por ocasião do casamento de Piritoo⁷⁴, rei dos Lapitas, a comunidade dos centauros foi convidada para a festa, mas um deles, de nome Êurito, ao beber do vinho tentou violar a noiva, Hipodamia, o que gerou um sangrento conflito entre centauros e Lapitas, sendo que estes últimos saíram vencedores e expulsaram

⁷¹Rei dos Lapitas que desejou a esposa de Zeus demonstrando-se ingrato para com ele que já o havia salvo de uma fossa de brasas incandescentes à qual estava condenado (Martin, 1992, p. 144).

⁷²Filha de Cronos, protetora dos casamentos e das mulheres casadas (Martin, 1992, p. 124).

⁷³Deus supremo dos Gregos, honrado por todo o conjunto de povos helênicos. Ele enganou Íxion, não permitindo que ele tivesse Hera em seus braços (Martin, 1992, p. 251).

⁷⁴Mito narrado em detalhes por Homero.

os centauros da Tessália. Segundo Martin (1992, p. 68), tal combate foi bastante representado nos templos da Antigüidade, pois simbolizava o triunfo da civilização sobre a barbárie, bem como serviu de mote para os poetas daquela época (Bulfinch, 1999, p. 156).

No interior do grupo dos centauros havia dois deles que se destacavam dos demais tanto por sua origem quanto por seu caráter; trata-se de Quíron⁷⁵ e de Folo. O primeiro nasceu da união entre Filira e Crono, enquanto o segundo é filho de Sileno e de uma ninfa dos freixos (uma Meliade). Estes dois centauros “não têm o caráter selvagem dos seus congêneres; são hospitaleiros, benfazejos, amigos dos homens e não recorrem à violência” (Grimal, 1997, p. 82), e se distinguiam ainda pela sua “sabedoria, bondade e sagacidade” (Mestica, 1993, 55). A respeito desses dois centauros são narrados também dois mitos que, segundo relata Grimal, estão interligados.

Tais mitos ressaltam as qualidades desse ser dito “monstruoso”, mas ao mesmo tempo explicitam a violência que os cercava. A história tem início por ocasião da chegada de Heracles⁷⁶ (ou Hércules, para os latinos) à casa de Folo, o herói vinha de uma caçada. O anfitrião mostrou-se hospitaleiro, servindo-lhe carne cozida, enquanto ele mesmo comia-a crua. No entanto, Heracles não se mostraria satisfeito enquanto o dono da casa não lhe servisse vinho; Folo explicou ao visitante que não poderia servir daquele vinho porque ele não lhe pertencia inteiramente, havia sido um presente de Dionísio (o deus Baco) para os centauros. Heracles insistiu e ao abrir-se a talha o aroma do vinho espalhou-se, provocando a vinda dos outros centauros enfurecidos. Os primeiros centauros a entrarem na caverna de Folo foram Ânquio e Ágrio, imediatamente mortos por Heracles. Os demais foram perseguidos, indo refugiar-se em volta de Quíron, que acabou sendo alvejado por uma flecha de Heracles⁷⁷. Quíron foi ferido, por acaso, no joelho e o próprio Heracles ao reconhecer nele um centauro bom, tentou curar-lhe o ferimento, mas a tentativa foi vã. Quíron sofreu demasiadamente, a ponto de preferir ser mortal (já que tinha nascido imortal), assim sua imortalidade passou para Prometeu (que até então cumpria seu doloroso destino como mortal) e Quíron morreu.

⁷⁵O mais conhecido de todos os centauros (Martin, 1992, p. 72). Recebeu lições de Apolo e Diana, tornando-se famoso por sua habilidade na caça, medicina, música e arte da profecia. Os mais notáveis heróis da Grécia foram seus discípulos, entre eles Esculápio (filho de Apolo) e Aquiles (um dos campeões da Guerra de Tróia). Quíron foi o mais sábio e justo dos centauros. (Bulfinch, 1999, p. 156).

⁷⁶Símbolo da força e da coragem, um dos heróis mais prestigiados da mitologia grega. Empreendeu várias lutas com os centauros. (Martin, 1992, p. 126).

⁷⁷Conhecido também como exterminador dos centauros.

São inúmeros os mitos dos centauros; importa destacar ainda os resultantes dos envoltimentos deles com divindades femininas⁷⁸. O caso mais conhecido é o do rapto de Dejanira, noiva de Heracles. Tudo se deu quando o centauro Eurito raptou Dejanira no intuito de casar-se com ela. No entanto, Heracles chega a tempo e fere o centauro mortalmente, mas este ainda tem tempo de convencer Dejanira de que seu sangue uniria a jovem eternamente a Heracles, e ela, iludida, ensopa a túnica do noivo no sangue do centauro ferido e faz com que Heracles a vista. Mas o que a jovem não sabia é que o sangue do centauro estava envenenado e a túnica colou-se imediatamente à pele de Heracles produzindo dores e uma frenética loucura, podendo o herói sossegar somente com o próprio suicídio (Robles, 1958, 144). Enfim, as tentativas de violação de mulheres constituem vários mitos que envolvem centauros; Grimal (1997) resgata ainda a tentativa de violação de Dejanira pelo centauro Nesso, bem como a tentativa dos centauros Hileu e Reco de violação da virgem Atalante, o que garante a fama de virilidade e violência para os centauros.

Diante desse quadro, podemos delimitar um lugar de fundação para o mito do centauro na mitologia grega com todas as especificidades que lhe são próprias e que fazem com que o mito permaneça vivo até a atualidade, seja via história seja pela literatura⁷⁹. Mestica (1993) busca a origem etimológica da palavra centauro em *kéntauri*, “aquele que mata os touros”. Na interpretação de Spalding (1965) tal nome significa “picadores de cavalo e matadores de touros” (p. 55), justificando sua afirmativa na anatomia dos centauros e nos costumes desse povo. Para Martinez (s.d.) a palavra centauro não apresenta uma etimologia clara e “é possível que se trate de um gentílico correspondente a determinados povos de costumes muito primitivos” (p. 91). Já Gual (s.d.) destaca outra característica própria desses seres, a de que eles se prestam “a airosas e *retozonas* cavalgadas com cenário árcaico. Possuem uma certa inocência e uma elegância natural evidente” (p. 107). Na verdade, estas definições nos levam à constituição de uma figura mítica que passa a habitar nosso imaginário enquanto ser capaz de reunir características

⁷⁸ Muito pouco se fala da fêmea do centauro, “a centáurea”, que teria existido, mas não teve muita força representativa nem histórica nem literária.

⁷⁹ Haja vista as narrativas de Homero (*Odisséia*, XXI, p. 295-304), Hesíodo (*Escudo*, p. 178-190) e Virgílio (*Georgias*, II, p. 454-457), consideradas, por Philippe Heuzé (1997, p. 151), em menor número do que deveriam, em termos de literatura greco-romana. A figura do centauro ressurgiu com mais força na literatura dos séculos XIX e XX, tanto na Europa quanto na América Latina (Séris, 1997).

animais e humanas, manifestando-as conforme a situação exige. Trata-se de um ser que, ao precisar saciar suas necessidades funcionais, caça e abate o gado para sua própria subsistência e isso lhe é facilitado pela própria forma cavalara, no entanto ele não vive só de instinto, ele tem necessidades intelectuais e afetivas, próprias do ser humano, se relacionando harmonicamente com a natureza e com os homens, desejando as mulheres e defendendo ideais de liberdade.

O centauro constitui um grupo social com costumes bem próprios, embora sejam considerados primitivos, são autênticos. Estamos tratando de um ser que é em essência contraditório, metade homem e metade cavalo, isso reflete invariavelmente em seu comportamento. Da mesma forma, segundo Spalding (1965), essa configuração física dá um estatuto especial para o centauro, pois na Antigüidade o cavalo era muito valorizado e, muito embora sua união com o homem resultasse num monstro, o centauro era aceito entre os homens devido às qualidades aprazíveis do cavalo e, sendo assim, “o centauro é o único dos monstros mitológicos ao qual eram atribuídas boas qualidades” (p. 156)

Em última instância encontramos registros de que o mito do centauro se recupera na figura do “excelente cavaleiro, (...) formando o corpo com sua montaria”⁸⁰ (Martin, 1992, p. 68), nos levando a concluir que há uma relação de continuidade do mito do centauro da Antigüidade com o da história mais recente. Atualmente, recupera-se a união do homem com o cavalo, mas não como um ser monstruoso, mas como um ente sobrenatural, dotado de poderes bem específicos, onde o cavaleiro simboliza o centauro. A relação entre o homem e o cavalo não é de uma união literalmente carnal, mas sim de complementação simbólica, onde o homem empresta seus olhos e raciocínio lógico para guiar o cavalo pelo melhor caminho a ser seguido nas galopadas diurnas; e o cavalo, por sua vez, empresta ao homem seu instinto de vidente e guia nas andanças noturnas, dotando esse ser de perfeita liberdade (Chevalier e Gheerbrant, 1998), sendo capaz de alcançar grandes distâncias em pouco tempo e de empreender golpes rápidos numa situação de luta, devido a sua destreza e agilidade.

Para Nouhaud (1997), há diferenças entre o mito do centauro grego e o mito do centauro americano, pois o primeiro é constituído pelo homem-cavalo e o segundo é uma recriação onde aparece o homem-a-cavalo. Trata-se de duas formas individuais: o primeiro

⁸⁰ Martin atualiza esta figura na imagem do motociclista.

constitui-se fisiologicamente de parte do homem e parte do cavalo, resultando num centauro; e o segundo constitui-se dos dois seres e, portanto, homem e cavalo, que unidos, constituem um centauro na sua forma simbólica e não fisiológica. A figura do cavaleiro se institui no imaginário coletivo e passa a representar o centauro mitológico, próprio da América Latina e, particularmente, próprio do Pampa, conforme podemos identificar no discurso literário, por exemplo.

É a literatura moderna⁸¹, séculos XIX e XX, que recupera a figura mítica do centauro⁸², o que vem explicitar o eterno conflito do homem com os instintos animais; é como revelar em uma figura simbólica as contradições que se geram no ponto de encontro entre o animal e o humano, a civilização e a barbárie. A presença do centauro é muito forte na literatura própria da América Latina do final do século XIX e início do século XX, quando os intelectuais buscam a formação de uma literatura local e se dão conta da representatividade da figura do centauro que remonta à mitologia grega e à conquista das Américas pelo “homem a cavalo”. Em algumas regiões, o centauro é evocado para representar o conquistador espanhol, homem de pele mui branca e barbas longas, que chega montado a cavalo com toda a imponência e suposta superioridade (como o que ocorreu no Peru e no México)⁸³; já em outras regiões, ele aparece representado pelo gaúcho (habitante do pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai), homem rude e violento, que tem a pele tostada pelo sol dos trópicos, herói nativo do pampa sul-americano que faz corpo com seu cavalo. Enfim, a literatura faz emergir a figura do centauro, atribuindo-lhe uma função simbólica de grande representatividade, recuperando nela mito e história.

A perfeita união entre homem e cavalo atravessa séculos de história e faz parte de muitas culturas, na maioria das vezes a figura do centauro está associada ao paganismo sempre em luta contra o cristianismo. No entanto, homem e cavalo unidos, também representam o cristianismo. A institucionalização desse lugar sagrado não é marcada pela figura mítica do centauro grego, mas nos remete a ele porque é marcado essencialmente pela figura do cavaleiro. Vejamos dois exemplos clássicos: 1) os cavaleiros do Apocalipse

⁸¹ Martin (1992), Sérís (1997), Nouhaud (1997).

⁸² Haja vista obras como: *O colóquio dos centauros*, de Rubén Darío; *O centauro*, de Juan Tablada; *O banho do centauro*, de Luis Urbina; *Homens de milho*, de Miguel Angel Astúrias; *Martin Fierro*, de José Hernandez.

⁸³ Segundo Galeano (1990, p. 28-29), a visão que o imperador Montezuma teve da chegada do homem branco ao México, bem como a dos Incas e dos Maias é a da chegada de um centauro, pois os homens vinham montados e tinham longas barbas, com o corpo coberto por um ponche que também se estendia sobre o cavalo formando uma só figura: a do centauro, um deus que estava chegando para salvar o povo.

que simbolizam o anúncio dos quatro terrores que deveriam assolar o Império Romano: os animais selvagens, a guerra, a fome e a peste; 2) a figura do próprio Cristo como um cavaleiro vencedor, simbolizando o triunfo da Palavra de Deus. Enfim, esses exemplos propostos por Chevalier e Gheerbrant (1998), apontam, mais uma vez para a forma contraditória que a imagem do centauro é capaz de representar, pois ora ele significa o mal ora significa o bem.

Enfim, o cavaleiro fora ou dentro de seu contexto histórico constitui-se como “um elemento da cultura universal e um tipo superior da humanidade” (Chevalier e Gheerbrant, 1998, p. 201). O fato é que o cavaleiro traz à tona diferentes representações simbólicas e essa multiplicidade de sentidos depende de diversos fatores, sejam eles temporais, espaciais ou culturais, por isso em determinado momento o cavaleiro pode significar o bem e o triunfo e em outro momento pode vir a significar a dor e o descontrole. Não podemos deixar de levar em consideração essas duas interpretações básicas explicitadas por Chevalier e Gheerbrant (1998), que acreditam que a imagem do cavaleiro é “carregada de significações ocultas”, pois a interpretação simbólica da imagem do cavaleiro vai desde a expressão “do triunfo, militar ou espiritual (...) à significação de um perfeito autodomínio e do domínio das forças naturais”, passando, em determinados momentos, a significar o contrário: a intranquilidade, o desespero e o descontrole do cavaleiro que não consegue mais dominar as forças naturais (p. 201).

A multiplicidade de sentidos que subjaz na forma do cavaleiro faz com que ele se identifique com determinados mitos pré-existentes e que desenvolva a partir daí seu caráter e seu comportamento, havendo uma visível oscilação entre o cavaleiro que é *senhor* de sua montaria e de seu mundo e aquele que é o *servo* seja *do rei* ou *de um amor* ou *uma causa* ou ainda *de sua pátria*. Entre estes dois opostos há um espaço intervalar para o qual queremos lançar nosso olhar: trata-se da constituição ilusória do cavaleiro que acredita ter autoridade e ser o *senhor* das coisas ou da situação quando na realidade não passa de um cavaleiro *servidor*. Isso se dá com base na simplicidade característica desse ser, pois para o cavaleiro sentir-se o *senhor*, não é preciso muita coisa, bastando-lhe “a posse dos meios necessários para a obtenção dos objetivos desejados” para que se considere o senhor da

situação (Chevalier e Gheerbrant, 1998). O cavaleiro é um guerreiro⁸⁴ por excelência, ele está sempre lutando por uma causa que é muito maior do que ele, ou seja, ele não é o *senhor*, mas sim um *servidor* que “se realiza na ação por uma grande causa” (p. 202). Vivendo mais essa contradição entre ser *senhor* de sua montaria e ser o *servo* da causa que defende, o cavaleiro é aquele que luta, geralmente, contra as forças do mal, ele é regido por um ideal justo ao qual se doa integralmente, sendo que às vezes se vê lutando contra uma instituição social, pois ao crer que esta instituição está violando seus ideais reúne forças para combatê-la, sem trégua, até a morte, se for preciso. O cavaleiro não teme leis, nem deuses, nem homens, ele busca sua força no idealismo e no sobrenatural, mesmo que isso tenha conseqüências trágicas, quando está decidido a lutar: nada nem ninguém o faz parar.

O centauro gaúcho: natureza e convenção

“o gaúcho não existiria sem o cavalo”
(Reverbel, 1998, p. 131)

O centauro é um ser mitológico, histórico e literário. Trata-se de um ser que aparece-desaparece-reaparece o tempo todo, sempre com diferentes funcionamentos, dependendo da época, do lugar e da cultura. Dentre estes tantos funcionamentos, estamos lançando nosso olhar sobre a constituição da imagem do gaúcho, representado na figura do centauro, que é um herói e um mito na história e na literatura do Rio Grande do Sul. Sem dúvida, estamos diante de uma forma bem específica de recuperação e, ao mesmo tempo, de transformação do mito grego⁸⁵, quando homem e cavalo constituem na figura do cavaleiro um só ser. Para analisarmos a constituição de imagens de gaúcho como herói que é humano e que é dotado de características sobre-humanas, tomadas do cavalo por um necessário empréstimo, devemos nos deter por um instante na imagem desse animal tão participativo na constituição do centauro.

Tanto na Antigüidade quanto nos tempos modernos, nos deparamos com o cavalo como um animal muito especial, sobretudo no caso do gaúcho que faz dele sua montaria, o

⁸⁴ Importa ainda dizer que “O termo *cavaleiros* (*équites*) foi escolhido por Cesar para designar o conjunto da **classe guerreira** entre os celtas (...). A escolha do termo simboliza exatamente a natureza e a função, ou seja, a própria essência da parte *militar* da sociedade céltica.” (Chevalier e Gheerbrant, 1998, p. 202)

⁸⁵ Fundado há mais de 500 anos antes de Cristo.

veículo que transporta o homem, a nave que é capaz de transpor barreiras de toda a ordem; enfim, o companheiro fiel de todas as horas. São as qualidades indiscutíveis do cavalo que unem o seu destino ao do homem, reiterando a imagem mitológica do centauro. Numa necessária atualização, já é possível conferir no dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul a presença do termo “centauro” que tem funcionamento de substantivo e de adjetivo, sendo apresentado inicialmente como “a denominação dada, no Rio Grande do Sul, aos gaúchos que, nas revoluções, peleavam⁸⁶ a cavalo”, e de forma genérica e mais atualizada é conhecido como “Hábil cavaleiro.” (Nunes, 1984, p. 102). Nessa definição começa a aparecer uma peculiaridade do centauro rio-grandense, que é o seu caráter revolucionário e guerreiro, a sua relação direta com revoluções e guerras, como é o caso da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai, por exemplo, fatos históricos determinantes na constituição e transformação do caráter desse ser mitológico⁸⁷.

Nossa hipótese inicial relaciona diretamente a figura histórica do gaúcho com a figura mitológica do centauro, um centauro que não habita as montanhas ou as florestas, mas sim o pampa sul-americano. É importante ressaltar que não se trata de reduzir a imagem do gaúcho à imagem do mito de origem grega, mas sim de observar como o mito funciona, como ele se transforma, se recria e se mantém vivo no imaginário social. Segundo Castoriadis (1982, p. 171-172), é ilusório pensar que “centauro é uma palavra que remete a um ser imaginário distinto desta palavra e que podemos definir por palavras (...) ou representar por imagens”, pois isso é muito pouco diante da dimensão mitológica que não se prende à superfície que apresenta o centauro imaginário como “uma união de partes destacadas de seres reais”. Partindo desse ponto de vista, nos deparamos com uma descrição da realidade dos centauros da mitologia grega que fica na ordem da superfície, pois o que é da ordem do simbólico e do imaginário não pode ser observado de fora em sua completude e totalidade; só quem viveu aquela experiência pôde captá-la em profundidade⁸⁸, muito embora isso se dê sob um ponto de vista bem específico.

Ao adentrarmos o domínio discursivo onde se dá o funcionamento do mito do gaúcho, via constituição do centauro dos pampas, recuperamos traços do centauro da

⁸⁶ O mesmo que lutavam.

⁸⁷ Cf. explicitado nas seções anteriores deste capítulo.

⁸⁸ Daí a importância dos relatos dos viajantes, dos testemunhos dos quais podemos dispor no caso do centauro dos pampas.

mitologia grega, mas não restringimos nossas análises a esses traços apenas, pois estamos tratando de uma reconfiguração da imagem do centauro que se produz no interior de um grupo social bem específico, o qual vivia em apuros e necessitava de um herói oriundo de nativos⁸⁹ e de mestiços que habitavam a região fronteira do sul do Brasil entre os séculos XVII e XIX. Esse grupo vivia oprimido pelos colonizadores espanhóis e portugueses, envolvido em constantes guerras pelo poder territorial das duas monarquias; mas foi o envolvimento e a interpenetração entre os dois grupos sociais que propiciou a união entre o homem e o cavalo. Na verdade, o colonizador introduziu o cavalo no pampa rio-grandense, obrigando os habitantes dessa terra às lidas campeiras, realizadas a cavalo. Nativos e mestiços foram se tornando exímios cavaleiros, buscando apreender (e abater) o gado bovino e equino que vivia livre pelos campos indivisos da época, reconstituindo, em sua forma de trabalho, a imagem do mito e recuperando a origem da designação centauro.

O cavalo empresta ao homem seu instinto de ser livre, sua velocidade, sua virilidade, sua elegância, enfim, sua majestade. Homem e cavalo, unidos, formam o centauro dos pampas, habitando esse lugar tão diferente das montanhas e florestas da mitologia grega, representando não só a união do homem com o cavalo, mas também a união desse ser unificado com a terra que habita e defende. Essa defesa do território está diretamente vinculada à demarcação de fronteiras entre os países do extremo sul da América Latina, o que manteve o gaúcho bastante ativo nas guerras e revoluções que envolveram o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai.

A imagem do centauro dos pampas que se instituiu conserva algumas características do ser mitológico descrito até então, dentre elas: as de caçador e lutador, utilizando instrumentos rudimentares (pedras ou boleadeiras, por exemplo); os hábitos alimentícios, baseados em carne (geralmente de gado) crua ou quase crua (como é o caso do churrasco que era apenas chamuscado pelo fogo); a atenção e o afeto dedicado ao cavalo, seu fiel companheiro (como se ele fizesse parte de seu próprio ser); o seu relacionamento com as mulheres que é basicamente o da atração física (o gaúcho vivia como nômade e esse comportamento não permitia o desenvolvimento da afetividade); o gosto pela bebida alcoólica que o tornava ainda mais corajoso (segundo testemunho de alguns viajantes); a

⁸⁹ Doravante o uso do termo fará referência aos grupos indígenas que já habitavam o RS (e a região do Prata, em geral) antes da chegada do colonizador.

configuração heróica que fez dele um ente sobrenatural, imortal em sua glória, mas capaz de ser alguém muito frágil ao perder a companhia de seu cavalo (sobretudo no imaginário próprio do século XX); essa última característica aproxima-o do mito de Quíron, pois ao perder seu cavalo o gaúcho perde suas pernas, passando a viver como um ser mutilado, sendo submetido a torturas insuportáveis, capazes de levá-lo a desejar a morte. Aqui é necessária uma ressalva, pois ao citarmos Quíron equiparamos o centauro gaúcho ao mais sábio e amável centauro grego, mas a história nos mostra que não foi sempre assim, pois o mito do centauro dos pampas sofreu transformações com o passar do tempo e com o desenrolar dos acontecimentos. O centauro bárbaro e violento que também constitui a história do Rio Grande do Sul é resposta às necessidades de um povo escravizado que sentia-se explorado pelo colonizador estrangeiro e o centauro hospitaleiro e generoso é aquele ser reconhecido como guerreiro honrado que defendeu as fronteiras internas (na disputa de terras entre os estancieiros) e externas (do sul do Brasil com os outros países). O que temos são imagens do centauro dos pampas, inventadas e reinventadas pelo imaginário social.

Uma das imagens do centauro dos pampas, tal como é conhecida hoje, revela o herói guerreiro e revolucionário; trata-se, sem dúvida, de uma imagem produzida pelo trabalho do imaginário social, que faz emergir, pela história e pela ficção, imagens de gaúchos que lutam por diferentes ideais e, ainda assim, representam o centauro. Exemplo disso, temos em duas representações de heróis que lutam de lados opostos nas revoluções que constituem a história do Rio Grande do Sul: o peão de estância, que representa o interesse do patrão, e o General do Império, que luta pelos interesses dos governantes; sendo que ambos representam, pelo modo de vida e de luta, a figura do centauro. Mas as formações imaginárias também se transformam, re-locam os papéis sociais do gaúcho e do não-gaúcho, ora revelando ora apagando sentidos. Para instaurar a imagem do herói centáureo, foi preciso diminuir a importância social do homem civilizado que dominava, bem como características pejorativas que o gaúcho (semi-bárbaro) representava no interior da sociedade civilizada.

Segundo as representações (históricas e literárias) a que temos acesso, o cavaleiro dos pampas é levado a assumir uma função social que reforça as relações de poder entre dominante e dominados, patrões e empregados, estancieiros e peões, proprietários e não-

proprietários de terras. Muito embora essas relações de poder tenham se dissolvido no interior da formação imaginária que os envolvia, são elas que promovem a forma contraditória de constituição do gaúcho que ora é *senhor* e ora é *servidor*. De um lado, temos a imagem de gaúcho que predominou durante séculos no discurso do *outro*: a de vagabundo, vândalo, amoral; por outro lado, temos o funcionamento da designação gaúcho, já no século XX, que passa a representar cavaleiro, guerreiro, patriota, herói regional, habitante do Rio Grande do Sul. Importa ressaltar ainda que, nesse meio tempo, agrega-se também à designação gaúcho a imagem de um outro cavaleiro: o proprietário de grandes extensões de terras e de belas montarias. Assim, o estancieiro também passa a constituir o imaginário sobre o gaúcho, sobretudo num momento em que as formações imaginárias apontam para a ilusão de igualdade entre patrões e peões de estância.

Interessa especialmente à nossa reflexão essas situações porque contribuem para pensarmos a contradição entre ser o *senhor* e o *servo*, pois o gaúcho, enquanto está montado a cavalo, acredita-se sempre ser o *senhor*, muito embora assuma a posição de *servo* e sem disso se aperceber. São as representações de formações imaginárias do gaúcho que garantem esse posicionamento diante das circunstâncias em que ele se encontra. O gaúcho, envolvido nessas formações imaginárias, acreditava-se livre; montado em seu cavalo, como aquele que (sozinho ou em bandos) vence as distâncias pelos campos indivisos, apreende gado bravo a serviço de latifundiários poderosos, sentindo-se igual ao seu patrão, muito embora esteja apenas constituindo, assim, seu meio de sobrevivência. Esse gaúcho acredita-se mesmo *senhor* de seu próprio destino? Ou isso é apenas a representação que o *outro* tem sobre o gaúcho? E se faltasse trabalho ao gaúcho? Se lhe faltasse o “arrego” que os estancieiros davam? Ele passa a ser representado como um ser marginalizado, roubando para comer. As representações de gaúcho que conhecemos nos levam a crer na imagem do gaúcho envolvido em tantas batalhas sangrentas, ele é peão e é também o soldado. Nessa representação, ele continua montado a cavalo e, então, acredita-se o *senhor* da guerra, o grande defensor de nobres ideais, dos territórios que tão bem conhece. No entanto, na maioria das vezes, não passava de um soldado a serviço de seus superiores, ora lutando do lado do Império ora contra ele, emprestando seu brio aos que se aproveitavam dele, pois vivia forçado a dar sua contribuição de homem sem propriedade.

Não podemos perder de vista o fato de que tudo o que conhecemos sobre o gaúcho é dito pela voz do outro, só temos acesso a discursos “sobre” o gaúcho, o que nos coloca numa posição cautelosa de observação das formações imaginárias que regiam as relações de poder entre dominantes e dominados. Esse imaginário que temos sobre o gaúcho é, então, uma representação que se construiu sobre o gaúcho e que não cessa de ser reinventada, até hoje.

Enfim, como peão ou como soldado, nosso imaginário alimenta a ilusão de que estando montado a cavalo, o gaúcho se acreditava ser o *senhor*, o centauro dos pampas. Este centauro dos pampas é o cavaleiro que está sempre inscrito num complexo de combate, seja por uma causa social seja por uma causa política, e a imagem de gaúcho também está relacionada a isso, pois, segundo Chevalier e Gheerbrant (1998, p. 202), “o sonho do cavaleiro revela o desejo de participar de um grande empreendimento, que se distingue por um caráter moralmente muito elevado e de certo modo sagrado”, que pode ser visualizado, no caso do gaúcho, nas aventuras da apreensão do gado xucro bem como nas batalhas revolucionárias e guerreiras.

O imaginário sobre o gaúcho instituiu diferentes sentidos para esta designação e para seu correlato “centauro dos pampas”, no decorrer do século XIX. Na época da Revolução Farroupilha, por exemplo, os gaúchos lutavam tanto do lado dos farrapos quanto do lado dos imperiais. É interessante notar que a figura do centauro aparece representada dos dois lados da trincheira, tanto no anonimato dos homens em farrapos quanto nas figuras militares nomeadas e reconhecidas pela história oficial. Por isso, ao falarmos em “centauro dos pampas”, estamos referindo o soldado raso recrutado pelos estancieiros, representado no discurso literário; bem como o homem que ocupa o mais alto posto do exército imperialista, representado pelo título imperial de “centauro dos pampas”, oferecido ao General Osório (para citar um exemplo). Esse líder militar, ao mesmo tempo em que domina os gaúchos tentava igualar-se a eles na coragem e na habilidade para a montaria e para a luta. Em Barroso (1939, p. 45-46), encontramos a seguinte descrição do General Osório:

Acostumara-se às intempéries – sol ardente ou minuanos frios; amestrara-se a romper obstáculos, a manejar armas, a defender-se com coragem e calma; aprendera a dirigir os gaúchos rudes e bravos (...) observara

índoles e costumes, e media com os passos de seu cavalo as terras da fronteira disputada.

Sem dúvida, ele era um monarquista convicto e na Guerra dos Farrapos lutou pela legalidade, defendendo os interesses do imperador, porque acreditava no Rio Grande do Sul integrando o Brasil; ele liderou tropas de gaúchos, mas não era “um gaúcho” na acepção mais corrente da época, ainda assim, foi designado “centauro” por ter lutado junto aos “centauros”. Osório viveu sessenta anos de guerras e revoluções da história do Rio Grande do Sul, sempre como uma presença ativa e, em 1868, o Governo Imperial o nomeia “Centauro dos Pampas” e lhe concede a “gran-cruz da Ordem de S. Bento de Aviz” (p.168).

Enfim, o centauro é um ser contraditório, metade homem e metade cavalo, capaz de representar o eterno conflito da condição humana entre o bem e o mal. Estamos tratando de uma designação que foi institucionalizada pelo governo imperial do Brasil como honra máxima concedida a um militar. Esta questão existencial faz do centauro um mito vivo, significativo e representativo de todo um grupo social que se identifica mais ou menos com ele.

No presente trabalho nos interessa a designação do gaúcho como Centauro dos Pampas em sua acepção mais popular, referindo o homem comum, que se torna militar por obra do destino e que aparece representado no discurso literário. Nesse caso, podemos dizer que, num primeiro momento, nos deparamos com o centauro dos pampas que se equipara aos centauros da mitologia grega que tinham fama de bárbaros e violentos; mas, num segundo momento, ele se equipara aos bons centauros; em função dessa última característica é que estabelecemos relações entre o Centauro dos Pampas e Quíron, pois ambos tiveram um destino muito semelhante. Se, por um lado, nossa compreensão da mitologia grega é limitada pelo tempo e pelo espaço, por outro lado nos deparamos com as propriedades de ser vivo do mito, de mutante e de eliminador de fronteiras temporais e espaciais. O caso do centauro dos pampas é exemplo disso, seja ele um herói nomeado pela história, seja ele um herói anônimo, que pode ser um e pode ser todos. Com o Centauro dos Pampas há uma proximidade maior, compreendemos as condições de produção, sentimos a sua presença nos lugares por onde andamos, nos relacionamos com ele, podemos penetrar no “discurso sobre” ele, enquanto uma prática cotidiana (institucionalizada ou não), e assim vivemos “as conseqüências, os resultados e o que

derivou dele”. Esse centauro dos pampas está vivo na história, na literatura e na memória recente - com suas lacunas e saturações - de todo um grupo social, que se identifica mais ou menos com ele, que pode reafirmá-lo ou negá-lo, mas que não passa por ele com indiferença.

O centauro dos pampas na literatura gauchesca

“A ordem agora é das representações. (...) Nessa nova situação, o mito continua existindo, mas sua existência está vinculada à representação literária.” (Sevcenko, 1997)

O mito do centauro ganha de fato espaço na literatura brasileira quando começa a aparecer o herói gaúcho; trata-se de um processo que vem de fora para dentro, pelo menos no tocante ao gênero narrativo, que teve início com a obra *O gaúcho*⁹⁰, de José de Alencar, que de longe, ressalta as características desse tipo bem regional. Trata-se do olhar de alguém de fora; mas, sobretudo, de um olhar urbano sobre o gaúcho, habitante do pampa.

No tocante ao Rio Grande do Sul, a imagem do “centauro dos pampas” e a do “monarca⁹¹ das coxilhas”, surgem na mesma época e praticamente se equivaliam, pois este último estabelece seu reinado pelos pampas gaúchos, fazendo de seu cavalo o seu trono maior, já prenunciando a importância da relação entre homem e cavalo. O monarca das coxilhas surge como presença constante nos versos de compositores e poetas populares (na maioria das vezes anônimos), advinda da cultura popular⁹² representada pelo cancionero popular que deu vida à literatura oral do Rio Grande do Sul, sendo mais tarde então trabalhada nos moldes da narrativa romântica⁹³.

⁹⁰ Publicado em 1870, no Rio de Janeiro.

⁹¹ Definido por Alcides Maya como homem do campo, vestido como tal e carregado de armas.

⁹² Cf. em Regina Zilberman, *A literatura n o Rio Grande do Sul* (1992); em Lisana Bertussi, *Literatura Gauchesca: do cancionero popular à modernidade* (1997). A pesquisa dessa última autora revela que o que hoje se convencionou chamar de literatura gauchesca teve origem na literatura oral da região, passando a ser formalizado na narrativa e na poesia do romantismo e evoluindo do modelo romântico para uma literatura mais de cunho realista e social própria dos tempos modernos.

⁹³ Merece destaque o conto *Monarcas*, de Alcides Maya, publicado em 1922, num a coletânea de contos denominada *Alma bárbara*. A narrativa apresenta a personagem de Neco Alves como “o tipo altaneiro de um antigo monarca das coxilhas” (p. 62).

Nosso interesse maior é o de observar a representação do gaúcho no discurso da narrativa literária, por isso vamos buscar em José de Alencar a primeira equiparação do herói gaúcho com a figura mitológica do centauro, muito embora reconheçamos que este autor faz emergir uma imagem de gaúcho vista de fora. Segundo Chaves (1999, p. 71), foi José de Alencar que concedeu ao gaúcho “a qualificação definitiva que não mais será esquecida – *centauro dos pampas*”, um ser com qualidades sobrenaturais inserido numa realidade de constantes combates, onde se fundava um lugar para o reconhecimento da legitimidade do herói, também na literatura. É nesse lugar, historicamente demarcado, que o gaúcho está autorizado a roubar⁹⁴ gado para alimentar o batalhão de soldados; a violentar mulheres em nome de sua solidão de guerreiro; a matar homens em situação de guerra ou não, acreditando estar fazendo justiça com as próprias mãos. A sucessão de revoluções e guerras que envolveram o gaúcho é que legitima o comportamento do herói, tanto na história do Rio Grande do Sul, quanto na literatura, sendo que, ao mesmo tempo, recupera sentidos já consolidados e agrega novos sentidos à designação “gaúcho”. É bom termos sempre presente que estamos trabalhando com o discurso literário e não outro, que estamos trabalhando com um discurso que tem o estatuto próprio que lhe confere o gênero ficcional; por isso, embora estabeleça relações entre o que é mitológico, o que é histórico e o que é do mundo social, o discurso literário não tem o compromisso de ser verídico. O discurso literário resgata elementos de tais domínios e eles acabam lhe emprestando a necessária verossimilhança, mas isso se dá no âmbito da representação que é primeiro imaginária e imediatamente depois simbólica. O discurso literário em questão se efetiva como uma forma de representação do que é social, mas ele não corresponde exatamente ao social propriamente dito. A literatura lança seu olhar para o mundo social para produzir “efeitos de real”.

Em termos de literatura brasileira, é na personagem de Manoel Canho, um gaúcho errante, valente e orgulhoso, que Alencar personifica o mito do centauro, explicitando a opinião da própria personagem a respeito das relações entre o homem e o cavalo:

⁹⁴ Inclusive é interessante observar que o verbo mais usado para caracterizar o ato de saquear os fazendeiros de gado, em nome das condições de vida dos soldados em tempos de revolução, era o de “requisitar” gado (cf. Meneghello, 1980), para manutenção das tropas de soldados; fazendo valer nesse momento a designação gaúcho em seu sentido pejorativo de bandido e ladrão de gado.

Na opinião de Manoel o cavalo e o homem contraíam obrigação recíproca; o cavalo de servir e transportar o homem; o homem de nutrir e defender o cavalo. Se um dos dois faltasse ao compromisso, o outro tinha o direito de romper o vínculo, o homem devia expulsar o cavalo, o cavalo devia deixar o homem. (1978, p. 33)

Assim, aparece a opinião da própria personagem que discursiviza a sua concepção de mundo, onde o sujeito gaúcho tem sua existência calcada numa necessária relação de compromisso entre homem e cavalo. Um compromisso levado aos extremos, bem ao gosto do Romantismo reinante na época. Essa imagem é reiterada pelo narrador que aparece descrevendo o gaúcho da seguinte forma:

O gaúcho tem um elemento, que é o cavalo. A pé está em seco, faltam-lhe as asas. Nele se realiza o mito da antigüidade: o homem não passa de um busto apenas; seu corpo consiste no bruto. Uni as duas naturezas incompletas: este ser híbrido é o gaúcho, o centauro da América. (1978, p. 34)

Ao designá-lo centauro, José de Alencar reúne as características humanas e animais num só ser, dando a ele atributos de ser sobrenatural, estabelecendo as devidas relações entre o gaúcho e o mito grego do centauro. É interessante observar, ainda, a relação que se estabelece, nesse discurso, entre o gaúcho do sul do Brasil e o gaúcho platino, que estão reunidos sob a designação de “centauro da América”. Embora críticos literários desqualifiquem, através dos tempos, a narrativa alencariana sobre o gaúcho, não podemos lhe negar o mérito de ter introduzido a figura do gaúcho no cenário da literatura nacional, fundando no discurso da narrativa literária um lugar para a designação de “centauro dos pampas”, atribuída ao gaúcho mitológico até hoje.

A partir daí sucedeu-se a publicação de muitas obras regionalistas que exaltavam o heroísmo do gaúcho, suas características e suas ações que fazem parte, não só do discurso literário, mas também da própria história do Rio Grande do Sul. Poderíamos elencar algumas obras importantes surgidas no período que compreende a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, inclusive são vários autores que apontam *O corsário*, de Caldre e Fião, publicado em folhetim no ano de 1849, como o marco inicial da narrativa literária sul rio-grandense e gauchesca⁹⁵. No entanto, optamos por não tomá-lo

⁹⁵ Guilhermino César (na introdução do romance), Chaves (1999), Reverbel (1998), Zilberman (op. cit.), etc.

como fundador, pois nessa obra, ainda não aparece o herói gaúcho que recupera a imagem do centauro e sim um sujeito praiano, inserido num contexto litorâneo, o que desqualifica um pouco o sujeito em questão ligado mais ao pampa platino, que é o que nos interessa observar.

A representação de sujeito que interessa à nossa pesquisa tem seu lugar de fundação na literatura de João Simões Lopes Neto, o que é praticamente um consenso na opinião da crítica literária: o herói Blau Nunes⁹⁶ aparece como um marco, um lugar de fundação e de recuperação do gaúcho mitológico, o que justifica nossa opção em trabalhar com os *Contos Gauchescos*.

É, em pleno século XX, mais precisamente em 1912, que surge a primeira publicação dos *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto. Tal obra, produzida por autor regionalista, foi aclamada pelo público a partir da década de 20. A partir de então, a imagem de Blau Nunes (e das demais personagens) instaura-se como representante do tipo autêntico do gaúcho (conforme a crítica literária), sempre identificado pela sua relação de amor com as coisas da terra do Rio Grande do Sul, envolvido em tropeadas e lutas sangrentas. Trata-se da representação de um legítimo contador de histórias (vivas, conhecidas ou legendárias), o que está diretamente vinculado às condições de produção da obra, pois Lopes Neto, como um homem urbano que era, coletou junto aos peões das estâncias, nos arredores da cidade de Pelotas, as narrativas que apresenta na voz de Blau Nunes. Isso configura o autor como um homem urbano que ouve os rumores do mundo social, revelando suas nuances no discurso ficcional. Esta obra produz deslocamentos importantes sobre a concepção romântica de homem que prevalecia até então e funda um lugar próprio para o gaúcho que é peão e é soldado; que não aceita a civilidade, mas cultua valores patrióticos, isso passa a configurar no discurso que vai se estabelecendo aos poucos no imaginário de todo um grupo social. Assim, a obra de João Simões Lopes Neto apresenta um discurso capaz de apontar para pontos de encontro entre o mito, a história e a literatura, mostrando que não é apenas em épocas bárbaras que se pode encontrar a figura do gaúcho, pois ele suplanta quaisquer elementos espaciais ou temporais e se consagra como legítimo representante de todo um grupo social.

⁹⁶ Personagem ficcional criada por João Simões Lopes Neto, narrador e protagonista de grande parte de seus contos.

Blau é um habitante do pampa em época de demarcação de fronteiras, de conflitos internos e externos, de semi-barbárie, e é descrito como forte, saudável de corpo e alma, honrado, honesto, altivo, como aquele que não se dobra diante de qualquer circunstância, apresenta as características morais básicas do sujeito gaúcho idealizado (resquícios do romantismo), mas que é capaz de olhar para o passado e questionar sua própria condição social. É interessante observar como a questão espacial e temporal pode ser deteriorada no ar ou revigorada sob o olhar de um herói quase centenário que se volta ao passado para revivê-lo, mas que olha para frente como um visionário, buscando entender o que ainda virá. Trata-se daquele homem que está sempre acompanhado de seu cavalo e de seu cão, elementos que lhe facultam poderes, recuperando a imagem mitológica do centauro, constituindo a imagem do herói gaúcho que habita o imaginário coletivo, mas que reconhece as mudanças operadas pelo tempo em sua própria imagem e na imagem que ele tinha do pampa.

A obra de Simões Lopes Neto, no presente trabalho, será considerada como fundadora, funcionando como “um verdadeiro divisor de águas” (Chaves, 1999, p. 72), pois ela consegue escapar do idealismo romântico e começa a mostrar as contradições inerentes ao sujeito gaúcho representado nesse discurso. É via um narrador que retoma fatos do passado que ressurgem o herói das revoluções platinas e gaúchas, fazendo um contraponto entre passado e presente, explicitando as diversas formas que o gaúcho encontra para construir sua própria identidade. Trata-se de observar o período das guerras e revoluções e o período que é posterior à delimitação de fronteiras (internas e externas), onde se instala a paz, recuperando imagens de gaúcho que aparece assumindo diferentes posições-sujeito, conforme as circunstâncias. No discurso literário que apresenta Blau Nunes já aparece uma série de questionamentos sobre a condição do gaúcho, prenunciando a fundação de um lugar entre o centauro e o não-centauro. Na representação da pessoa de Blau Nunes, na representação de tomada de posição desse gaúcho, já aparece o distanciamento entre a fundação do mito e os acontecimentos históricos, bem como dos acontecimentos históricos e a discursivização do mito e da história no domínio ficcional.

Influenciado pelo regionalismo simoniano, mas já propondo um contraponto, surge a obra de Aureliano de Figueiredo Pinto que trabalha com a imagem do “centauro dos pampas” e do “monarca das coxilhas” sob um outro ponto de vista: o do estancieiro e

coronel (e não mais do simples peão ou soldado). O romance *Memórias do Coronel Falcão*, de Aureliano de Figueiredo Pinto, somente publicado na década de 70, foi escrito entre 1936 e 37, representando o período histórico e revolucionário de 1923 e 1930. Trata-se de uma obra bem apreciada pela crítica, pois embora tenha surgido tardiamente revela um outro ponto de vista sobre a constituição da imagem do gaúcho, falando dos tempos de glória seguidos da derrocada do “monarca”, daquele estancieiro que perde o poder político e as terras, passando de estancieiro a chacareiro. É interessante notar como, ao perder tudo, o Coronel Falcão faz uma reflexão sobre as relações sociais e de trabalho que mantinha com seus peões, colocando-se mesmo no lugar deles, sentindo-se como um deles:

Premia-me o peito o estado de alma do peão despedido. Do pobre “mensal” que eu tantas vezes despachara. Um matungo. Duas mudas de roupa. O poncho velho emalado. O laço ordinário no quadril do matungo” (p. 151).

No entanto, tal sentimento não abala a estrutura de sua personalidade, pois mesmo desprovido de bens materiais procura manter-se no posto de monarca, o que contribui para a fixação da imagem do estancieiro como o egoísta que destrói as ilusões do gaúcho.

Da mesma forma, é possível observar que, sob o ponto de vista do estancieiro, muito embora fracassado, a imagem do centauro, discutida até o presente momento, sofre um deslizamento de sentido, passando de um ente sobrenatural dotado de super-poderes para um animal, um ser sem valor, sem nenhuma expressão:

A gente em cima do cavalo fica reduzido a centauro, a unidade, a um único ponto a deslocar-se na lauda escura das campanhas. O ronco da trovoada humilhava e oprimia. (...) Os campeiros longe, ou tranqueando ou parados, como altos triângulos de sombra, resistindo ao instinto de fuga em face do temporal, resumiam nos vultos o epítome, o esquema, o croquis, a maquete da mais primitiva e rude habitação humana. (p. 162)

A habitação humana a que se refere como rude e primitiva é a própria montaria: o homem sobre o cavalo usando um chapéu e o seu ponche, o que vem configurar a imagem do centauro, que está reduzido a uma condição de miséria e de falta de opção de vida, talvez a única habitação de que dispõe o homem que não tem terra, que não tem nada de seu, é a sua montaria. Aqui aparece uma tentativa de equiparação entre peão e estancieiro

num momento em que a condição financeira é a mesma. É só nesse momento que o Coronel se dá conta de quanta gente dependia dele para viver, quantos eram seus agregados, posteiros, sesmeiros, que viveram uma vida inteira ali sobre aquela fazenda, dedicando-se a um patrão incoseqüente, e de repente estão despejados:

Começara o êxodo dos meus sesmeiros. Que já o Banco tocava. Pequenas, complexas comitivas de expulsos, de tocados. Toda a morada humana, o humano lar em marcha. Só ficavam nas taperas o pilão e o gato. Os próprios ranchos pareciam locomover-se nas carretas cobertas de santa-fê. E o porco. A ovelha. A vaquinha. A egüinha. A cacaria toda ajuntada em 20 anos de residência fixa. E o sem destino certo da estrada real atarantava os viventes como as figurações de um novo mundo.

Podemos ler nas entrelinhas desse discurso, que prioriza a imagem do estancieiro sobre a do peão, que a representação literária do processo de desterritorialização do gaúcho se realiza como algo que vem de cima para baixo, primeiro os fazendeiros perdem tudo e, então, em forma de avalanche, levam o peão para o “corredor”⁹⁷ ou para os arrabaldes das cidades. No entanto, nos parece difícil caracterizar o estancieiro como “gaúcho”, ele vê as conseqüências de seus atos e esboça uma tentativa de comoção, mas mantém-se longe dessa realidade. O estancieiro representado no discurso literário não pode ser equiparado ao gaúcho, ele se mantém superior, ele não se concebe como tal, a formação social e ideológica é outra e ele se inscreve numa outra formação discursiva. Estar arruinado financeira e politicamente não significa igualar-se aos peões, muito embora signifique estar arruinando a vida de muita gente, de gente humilde que realmente vive o sentido autêntico de ser gaúcho, numa resignação obrigatória, sem maiores possibilidades. É interessante observar que o Coronel e estancieiro, mesmo estando em precárias condições, sentindo remorso e amargura, não perde sua virilidade vinculada à sua pretensa majestade, pois o romance assim termina: “E, à sombra do espinilho da tapera, velho como o mundo, em cuja proximidade arrancharemos, então eu sorri, com humana amargura, porém virilmente, na tarde bonita” (p. 211).

Essa primeira exploração do campo discursivo de referência nos mostra que, muito embora o gaúcho tenha a ilusão de igualdade de condições entre patrões e empregados, isso pertence à ordem do imaginário e se desmonta sob condições de produção adversas. De

⁹⁷ Estrada que tem as margens delineadas pelas cercas e aramados que delimitam as fazendas.

fato, é “num repente” que o gaúcho se dá conta do seu papel de dominado (expulso da terra) e de que cabe ao fazendeiro o papel de dominador (dono da terra). Diante desse quadro, faz-se necessário adentrarmos o universo teórico da Psicanálise, da Filosofia e da AD, mais especificamente, para compreendermos como se realizam as ilusões e as projeções do sujeito em relação a si mesmo, aos outros e ao discurso, o que mobilizará as noções de imaginário, simbólico e real.

1.2 Imaginário, simbólico e real: da Psicanálise e da Filosofia para AD

“Já que o ser se diz de várias maneiras, é preciso manter a pluralidade dos discursos e das interpretações. A filosofia compreende isso há muito tempo. (...) A imaginação trabalha o interior de todas as filosofias. A imaginação não é senão a intrusão do estranho no familiar, a posição do onírico no banal, da dúvida nas evidências.” (Védrine, 1990, p. 158)

O referencial mitológico na constituição da imagem do gaúcho está posto, numa relação que se realiza em três instâncias: a do imaginário, a do simbólico e a do real, mas como estas instâncias se relacionam na constituição de cada imagem de gaúcho? Buscamos resposta para essa questão num lugar de reflexão entre a Filosofia, a Psicanálise e a AD que, atualmente, concebem as noções de imaginário, simbólico e real como partes imprescindíveis à formação da moderna “trilogia”⁹⁸: S.I.R. ou R.S.I.⁹⁹. Buscamos definir imaginário, simbólico e real sob essas três perspectivas, observando os pontos em que as concepções se aproximam e em que momento elas se distanciam; enfim, como se inter-relacionam, para que então possamos observar o processo de criação, representação e sanção do mito no interior da sociedade.

Conforme podemos constatar, originariamente, estas noções não advêm da Filosofia, da Psicanálise ou da AD, vindo a funcionar nesses lugares enquanto resultado de

⁹⁸ Compreendida aqui como a palavra que reúne satisfatoriamente noções que ao estarem inter-relacionadas são mobilizadas juntas para a discussão de determinado tema, tal como a constituição do sujeito da psicanálise ou a concepção de mundo de determinada corrente filosófica.

⁹⁹ As duas ordens de importância cunhadas por Lacan em dois momentos diferentes da teoria.

deslizaamentos de sentido que se produziram ainda na primeira metade do século XX. Assim sendo, apresentaremos, sinteticamente, os lugares onde foram cunhadas tais noções para então compreendermos a passagem delas para a Filosofia, a Psicanálise e a AD, bem como o funcionamento que elas ganham nas respectivas áreas e, conseqüentemente, a mobilização que ganham em nosso trabalho.

Segundo a pesquisa de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, *imaginário* é um termo derivado do latim “*imago*” (imagem) e foi inicialmente utilizado pela Biologia¹⁰⁰ para definir “o mundo tal como vivido por cada espécie animal” (Roudinesco e Plon, 1998); já, *simbólico* é um termo advindo da Antropologia, o que lhe conferiu a função de atribuir valor aos elementos de uma determinada cultura (Idem); e *real* foi um termo teorizado particularmente por Émile Meyerson¹⁰¹ (1859-1933) que fundou, ainda no século XIX, a Ciência do Real, sustentando a idéia de que existia semelhança entre os objetos criados pela ciência e os objetos postulados pela percepção. Tais definições aparecem praticamente como contemporâneas entre si mesmas, mas de modo independente: em diferentes áreas do conhecimento e com diferentes objetivos. Só mais tarde elas passam a configurar um quadro teórico e metodológico unificado que é o que nos interessa estudar.

A Psicanálise¹⁰² reuniu os termos imaginário, simbólico e real no contexto de uma tópica¹⁰³, onde estas noções constituíam, de forma inseparável, uma estrutura que ajudaria a compreender a psicose humana. Seguindo a trilha de Roudinesco e Plon (1998), podemos dizer, resumidamente, que é Jacques Lacan (1901-1981) o psicanalista que recupera esses termos:

- o imaginário, num primeiro momento¹⁰⁴, é concebido como termo correlato ao “estádio do espelho”, a partir do qual o sujeito mantém uma relação dual com a imagem de seu semelhante; e, num segundo momento¹⁰⁵, a noção de imaginário

¹⁰⁰ Merecendo especial destaque o biólogo alemão Jakob von Uexküll que viveu entre 1864 e 1944.

¹⁰¹ Contemporâneo de Albert Einstein (1879-1955), que também se preocupou com as questões do real, criando a oposição clássica entre real dado e real construído.

¹⁰² Fundada por Sigmund Freud no início do século XX.

¹⁰³ A noção de tópica, em Freud, define o aparelho psíquico, onde se distinguem o inconsciente, o pré-consciente e o consciente (o que corresponde aos três lugares: o isso, o eu e o supereu). Já em Jacques Lacan, que reformula os conceitos freudianos, a noção de tópica designa a trilogia que comporta o simbólico, o imaginário e o real (Roudinesco e Plon, 1998). É esta última formulação que estamos mobilizando no presente trabalho.

¹⁰⁴ 1936.

¹⁰⁵ 1953.

passa a ser associada às noções de real e simbólico, vindo a significar “o lugar do eu por excelência, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo”. É esse segundo momento da teoria do imaginário lacaniana que nos interessa observar, porque ao definir o imaginário como um engodo ou “malogro”¹⁰⁶, ele admite o sujeito “clivado”¹⁰⁷, que tem ilusões bem próprias e necessárias a sua constituição, o que, mais tarde, vai influenciar na concepção de sujeito da AD;

- o simbólico foi definido, inicialmente, como um sistema de representações baseado na linguagem, um sistema capaz de determinar o sujeito à sua revelia, nos domínios do consciente e do inconsciente, via simbolização. Quando posto ao lado das noções de imaginário e real, o simbólico passa a significar, enquanto “função simbólica”, denominado também como “princípio inconsciente”¹⁰⁸ único em torno do qual se organiza a multiplicidade das situações particulares de cada sujeito”. É a relação entre simbólico e linguagem que vai nos interessar observar, pois é, via simbólico, que o sujeito (assim como é concebido em AD) representa a si e ao outro;
- o real¹⁰⁹, já no contexto da tópica, vai designar a realidade própria da psicose, uma realidade constituída por significantes rejeitados pelo simbólico, ou seja, uma realidade impossível de se simbolizar. O real é tudo o que escapa às esferas do imaginário e do simbólico: “uma realidade desejante que é inacessível a qualquer tipo de simbolização”. Da concepção de real, de Lacan, deriva a de “real da língua” (Milner, 1978, 1989), que comporta o possível e o impossível da língua; o que, em AD, passa a ser o “real do discurso”: lugar de dispersão e incompletude, lugar onde se constituem sujeito e sentido.

Enfim, Lacan concebeu essas três noções juntas, mas sempre apresentadas como constitutivas de uma estrutura que se organiza de forma hierarquizada no interior da tópica. A primeira forma perdurou até os anos 70 e dava primazia ao simbólico, sendo a ordem,

¹⁰⁶ Na nomenclatura de Laplanche e Pontalis (2001).

¹⁰⁷ A clivagem do “eu” foi inicialmente pensada por Freud (1927), com o objetivo clínico de tratar a psicose e a perversão, na forma de uma coexistência contraditória no interior do “eu” entre a aceitação e a recusa da realidade (Roudinesco; Plon, 1998). Já Lacan reformulou a noção de clivagem, estendendo-a à própria estrutura do indivíduo em sua relação com o outro.

¹⁰⁸ Fazendo referência aqui a uma reformulação da noção de inconsciente freudiano, significando, portanto, lugar de mediação comparável à do significante no registro da língua.

¹⁰⁹ Foi usado por Lacan (1953) por influência do termo, já utilizado em filosofia, e pelo conceito de realidade psíquica, cunhado por Freud.

então: Simbólico-Imaginário-Real¹¹⁰, representada na sigla S.I.R.. No entanto, suas reflexões o conduziram a uma lógica hierárquica um pouco diferente, o que resultou na primazia do Real sobre as demais instâncias, daí então: Real-Simbólico-Imaginário, representado na sigla R.S.I.. Importa dizer que, ao propor a união destas três instâncias, Lacan propõe a constituição de um “jogo recíproco“ (1993¹¹¹, p.89), o que ressoa muito bem no interior do quadro teórico da AD que toma essas noções como constitutivas da sua teoria do sujeito e do discurso. Sob nosso ponto de vista, em AD prevalece a relação entre simbólico, imaginário e real que dá primazia ao simbólico, porque é nele que se inscreve a ordem do discurso, nosso objeto de estudo.

É preciso ter presente que as noções de imaginário, simbólico e real, formuladas por Lacan, tinham um objetivo bem próprio: o sucesso da prática psicanalítica. Assim sendo, a AD vai deslocar estas noções para mobilizá-las na análise do discurso, onde é possível perceber a constituição do sujeito e dos sentidos.

Lacan, desde o princípio, se dá conta, que o espaço do imaginário e o do real podem se confundir, mas as distinções se tornam claras quando se observa a dimensão simbólica da manifestação de um fenômeno (1993, p. 93). Na teoria lacaniana, a passagem do imaginário para o simbólico se dá pelos traços contraditórios que fazem as duas ordens se complementarem no interior de uma estrutura maior que constitui o sujeito. A concepção de eu e de sujeito, em Lacan, é assim apresentada “o eu é referente ao outro. O eu se constitui em relação ao outro. Ele é o seu correlato. O nível no qual o outro é vivido situa exatamente o nível no qual, literalmente, o eu existe para o sujeito.” (1993, p. 63) Ou ainda “a relação do ego ao outro, a relação do sujeito a esse outro, a esse semelhante em relação ao qual inicialmente ele se formou, é uma estrutura essencial da condição humana” (p.67)

Para Lacan (1993) “o real, ou o que é percebido como tal, é o que resiste absolutamente à simbolização” (p. 82); já o simbólico é identificável como linguagem (p. 90); e o imaginário produz “uma impressão de realidade” (p.95), funcionando como algo que está presente em todo o lugar e em particular quando se trata da questão da identificação do sujeito (p. 320). Quando Lacan reflete sobre o volume das relações humanas na relação simbólica conclui que ele se constitui como “pontos de junção, pontos

¹¹⁰ É Lacan quem adota o uso das letras maiúsculas para configurar a trilogia entre as três instâncias.

¹¹¹ Relato dos seminários de Lacan proferidos entre 1953 e 1954.

de ruptura, cristas que se situam entre os diferentes domínios em que se estende a relação inter-humana, o real, o simbólico, o imaginário.” (1993, p. 314)

Afinal, em Lacan é possível observar as relações entre o sujeito e a linguagem, uma relação não-estagnada, que promove movimentos entre o determinar e o ser determinado. Para Lacan, os sujeitos sofrem a influência do que lhes é externo, considerando que eles “modelam seu próprio ser segundo o momento da cadeia significativa que os está percorrendo” (1995¹¹², p. 33); estando, de certa forma, aprisionados na ordem simbólica que os envolve e determina. Mas esse movimento de determinação se dá de forma recíproca, onde o que é determinado também determina, conforme explicita Lacan:

a função simbólica apresenta-se como um duplo movimento no sujeito: o homem faz de sua ação um objeto, mas para ela devolver em tempo hábil seu lugar fundador. Nesse equívoco, que opera a todo o instante, reside todo o progresso de uma função em que se alternam a ação e o conhecimento. (1995, p.286).

Assim, a ordem do simbólico constitui o sujeito e é por ele constituída, isso aparece mais claramente no discurso. A melhor forma de compreendermos a constituição do sujeito lacaniano é observando como se estabelecem as relações entre a ordem do simbólico, do real e do imaginário. Védrine (1990) propõe uma releitura crítica de Lacan, explicitando da seguinte forma as relações entre os três elementos da tópica: “entre o simbólico que constitui o sujeito como efeito da falta e o real que não pode ser atingido, o imaginário preenche um vazio” (p. 141). Assim sendo, é na ordem do imaginário que se instalam os conflitos próprios à constituição do sujeito, pois “no imaginário, o eu descobre seu limite e seu poder” (p. 142). Mas esse “eu” é que remete ao simbólico, à ordem do representável, mantendo, assim, a perenidade que é própria do simbólico. Quanto ao real, precisamos ter sempre presente que ele não é a realidade, podendo misturar-se ao imaginário, como uma forma de emergir na superfície, de aparecer sobre a camada mais tênue que recobre a constituição do sujeito do discurso.

Em termos de Filosofia, optamos por inventariar as noções de imaginário, simbólico e real a partir de Castoriadis (1982) que adota uma postura crítica diante da versão psicanalítica que os termos recebem. Castoriadis propõe deslizamentos de sentido sobre

¹¹² A publicação original em Francês data de 1966.

estas noções ao ponto de extrapolar o domínio da psique, próprio da Psicanálise, porque ele vincula tais noções à constituição da sociedade. Para esse autor, é o *imaginário* que assume uma posição de primazia sobre as demais noções da trilogia proposta por Lacan, pois, em Filosofia, o imaginário passa a funcionar como princípio fundador de toda a sociedade. Esse princípio fundador funciona, por exemplo, no tocante à questão do mito que se funda no interior de uma sociedade e só depois passa a constituir o domínio da história.

Castoriadis (1982)¹¹³, ao prefaciar sua obra *A instituição imaginária da sociedade*, pré-estabelece uma relação de superioridade do imaginário sobre o simbólico e o real, fornecendo-lhe um estatuto próprio de “fundador”, definindo-o como “criação incessante e essencialmente *indeterminada*”¹¹⁴ (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Assim, Castoriadis reivindica o papel de fundador para o imaginário que funciona como “criação incessante” e, inclusive, aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos. Até esse ponto estamos de acordo com Castoriadis, mas não podemos admitir a idéia de que, em essência, o imaginário não sofre determinação alguma, sem ao menos refletirmos a respeito. Vejamos: ao admitirmos a indeterminação como constitutiva do imaginário estamos destituindo-lhe das propriedades que estabelecem relações entre o sujeito e o social, estamos dando ao sujeito uma forma de autonomia que descaracteriza a noção de sujeito descentrado, dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia. Aqui, estabelece-se o primeiro distanciamento de Castoriadis: a noção de sujeito, enquanto categoria que influencia na noção de imaginário. Assim, o imaginário, no presente trabalho, tem garantido seu papel de fundador da sociedade e até de um mito no interior de uma sociedade, mas é determinado por elementos exteriores e marcado pela presença de um sujeito descentrado, dotado de inconsciente e afetado pela ideologia. A partir dessa perspectiva, propomos uma abertura maior para se pensar o imaginário como fundador, pois ele não detém mais as propriedades que o faziam indeterminado e independente (como aparece em Castoriadis), pois não pode constituir-se como fechado sobre si mesmo como algo que produz uma invenção em sua completude. Enfim, as questões do imaginário, no

¹¹³ A primeira edição é francesa e data de 1975.

¹¹⁴ Grifo nosso.

presente trabalho, estão coladas às questões do sujeito e como tal estão em constante re-significação, produzindo sentidos que são representáveis pela ordem do simbólico.

O imaginário funciona na re-significação do que é nomeado como real, o imaginário age sobre o que está posto já-lá em algum lugar. É o imaginário que cria e institui a sociedade, mas ele não tem como referente o vazio de significações, ele tem que buscar algo pré-existente, que seja reconhecível, para existir. Assim, o imaginário possui a propriedade que possibilita a criação do novo, mas ele tem como ponto de partida o velho, o já-instituído, é isso que lhe dá o diferencial e que lhe garante a existência.

Já o simbólico é concebido, por Castoriadis (1982, p. 142), como algo que, antes de tudo, “está na linguagem” e que “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico”. Para o autor, “o que é real por excelência é imediatamente simbólico em outro nível”, assim “uma convenção que valeu durante algum tempo deixa de ser pura convenção” (p.144), passando a constituir o mundo simbólico, instituindo-se como “natural” no imaginário coletivo de um determinado grupo social. O simbólico é o lugar da materialização dos efeitos produzidos pelo imaginário.

Segundo Castoriadis, não é possível determinar as fronteiras desse mundo simbólico: “a fronteira passa por qualquer lugar...”, mas entendemos que a existência de dificuldades em se determinar fronteiras do simbólico não significa que estejamos tratando de uma esfera sem fronteiras, porque elas existem e nos daremos conta disso exatamente no momento em que percebemos que estamos adentrando a esfera do real ou a do imaginário, não há uma total liberdade há sim uma interdependência.

Diante desse quadro, nos parece possível afirmar que o real e o simbólico se relacionam essencialmente por via de duas características que lhes são comuns: a produção dos sentidos é uma questão em aberto e a opacidade dos sentidos é uma questão que já está dada. Sendo que o lugar onde se visualiza isso é a linguagem, seja ela semiótica ou discursiva. É no espaço intervalar entre o simbólico e o real que o imaginário trabalha, inventando e reinventando o que é dado como real, podendo produzir deslocamentos de sentido ou reiterar sentidos pré-existentes que serão representados no simbólico. Desse ponto de vista é possível notar que a ascendência do imaginário (enquanto “fundador”) se dá de modo restrito, ele tem um papel de fundador, mas isso não faz dele um elemento independente: ele existe numa relação de interdependência com o simbólico e o real.

Castoriadis salienta ainda que “a “escolha” de um símbolo não é nunca nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória”, o que nos leva a refletir sobre o simbolismo próprio do gaúcho que, afinal de contas, caracteriza-se ao mesmo tempo por sua mobilidade e sua institucionalização; por sua determinação natural e por sua influência social; enfim, por sua constituição multi-facetada, revelada aos poucos e em seu devido tempo pelo simbólico. Para o autor, “um símbolo nem se impõe com uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real”, pois estando o simbólico estabelecido na linguagem não precisa agregar-se ao natural, mas também não pode desligar-se do histórico e do social, necessitando de referenciais já instituídos para, a partir deles, existir.

Ao estabelecer as relações existentes entre imaginário e simbólico, Castoriadis (1982, p. 154) as caracteriza como “profundas e obscuras”, pois, por um lado, “o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para ‘existir’, passar do virtual para qualquer coisa a mais”. Por outro lado, “o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária. Pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é”. Ou seja, o trabalho do imaginário no interior do simbólico é o que possibilita os deslizamentos de sentido e a construção dos efeitos de sentidos evidentes que se sobressaem nas diversas formas que a linguagem se apresenta. A interdependência entre as esferas revela-se como existencial, uma seria imperceptível sem a outra, embora seja difícil perceber o campo que cada uma delas ocupa; é no relacionamento das duas esferas que percebemos sua existência, suas especificidades e suas fronteiras.

De fato, em Castoriadis encontramos um referente que é dado pelo real e que passa pelo processo de invenção e reinvenção que é próprio do imaginário, ganhando forma e consistência via simbólico. Assim, o imaginário, o simbólico e o real têm uma existência compartilhada, produzindo representações e instituindo-as no seio das sociedades. Sob esse ponto de vista, podemos afirmar que, se hoje estamos falando em um gaúcho mítico, é porque esse processo de instauração do real teve sua fase de “invenção” (imaginária) e de “materialização” (simbólica), instituindo o sujeito gaúcho como representativo de todo um grupo social e isso passa por reformulações através dos tempos. Assim percebemos a estrutura circular que envolve as três esferas, numa infinita reconfiguração:

- o real está posto como sendo da ordem do histórico;
- o imaginário reinventa incessantemente o real;
- e o simbólico, por sua vez, representa (via linguagem) o trabalho do imaginário sobre esse real, transformando o representado em um novo real;
- o novo real é o produto do trabalho do imaginário e do simbólico;
- quando esse real se institucionaliza e é sancionado pela sociedade, passa a ser designado como real;

dando início, mais uma vez, ao processo de reinvenção, que é da esfera do imaginário, e de representação, que é da esfera do simbólico, e assim sucessivamente, reproduzindo a estrutura circular. Portanto, o real é passível de ser sempre outro, na constância da reinvenção e da representação que a esfera do imaginário e a do simbólico produzem.

Em AD, podemos observar o atravessamento das reflexões psicanalíticas e filosóficas, constituindo as noções de imaginário, simbólico e real. Talvez a AD, por ser uma disciplina de entremeio, comporte o que há de mais significativo das outras áreas do conhecimento, mobilizando as noções de imaginário, simbólico e real em prol da compreensão dos processos discursivos que revelam a constituição do sujeito e do sentido.

Quanto à noção de *imaginário*, a AD promove um deslocamento da concepção de imaginário da Psicanálise e da Filosofia, aproximando a questão da “construção do eu” (ilusão do sujeito) e a questão da instituição da sociedade (a invenção). Essa aproximação é possível porque o imaginário, em AD, está vinculado à constituição do sujeito (e, conseqüentemente, do sentido) e aos mecanismos de projeção desse sujeito na sociedade. Além da noção de imaginário, a AD propõe a noção de *Formações Imaginárias* como aquela que viabiliza a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentidos e silenciando outros.

Quando trabalhamos com a noção de imaginário, em AD, precisamos levar em consideração a premissa de que “não há relação direta entre mundo e linguagem, entre a palavra e a coisa” (Orlandi, 1996b, p. 32). Existe, sim, a ilusão de que tal relação se dá de forma direta, porque o imaginário produz esse efeito de sentido. A isso também podemos

chamar de “efeito de evidência” que se realiza quando o sujeito acredita que o discurso o remete de forma direta a uma realidade empírica. Em AD, a produção dos sentidos está vinculada à relação entre sujeito e história e isso promove a eficácia do imaginário.

No caso do gaúcho podemos observar a interferência do imaginário na instituição do “eu gaúcho” e de todo o grupo social denominado gaúcho. Isso se realiza da seguinte forma: a noção de formações imaginárias funciona, primeiro no domínio do que é individual, constituindo a imagem de gaúcho (de possível apreensão no discurso da narrativa literária gauchesca); e, depois no domínio social, funcionando na constituição da sociedade como um todo das relações sociais e ideológicas. É pela ordem do imaginário que se viabiliza a fundação de um lugar para o gaúcho e para todos os elementos que lhe são correlatos. É primeiro na ordem do imaginário que ocorrem as transformações nas relações sociais, o que pode gerar a constituição de práticas (sociais, culturais, discursivas) outras que não as já instituídas.

Assim, quando estivermos refletindo a propósito do sujeito: a) descentrado, dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia; b) representativo da sociedade na qual está inserido, ser social que assume uma posição (conforme a concepção da AD), que necessita do “efeito de evidência” - que o imaginário produz - para estabelecer as devidas relações com o outro e com as coisas do mundo; estaremos mobilizando a noção de Formação Imaginária como aquilo que designa “o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que se eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1993a, p. 82).

A representação desse processo de constituição do sujeito e de instituição da sociedade se realiza na ordem do *simbólico* (na linguagem), via discursivização. Se o simbólico representa o imaginário, é esse espaço simbólico que estabelece as possibilidades de relação entre o sujeito e o mundo (natural e social). O sujeito não se dá conta disso, mas a constituição do sujeito e do sentido depende do simbólico para se efetivar, considerando que o simbólico se manifesta pela linguagem e depende da interpretação do sujeito para significar.

Segundo Orlandi (1996b, p. 29), “a questão do sujeito e do sentido na linguagem é uma questão que faz intervir a filosofia e as ciências das formações sociais, sendo a questão do simbólico uma questão aberta, uma questão de interpretação”. A AD desloca a noção de

simbólico promovendo essa sua abertura. É na passagem da ordem do imaginário para a do simbólico que se efetiva a abertura deste último que não é dotado de um único sentido, podendo significar de diferentes maneiras, dependendo sempre da interpretação do sujeito.

Se levarmos em conta a formação histórica de nossa sociedade, notaremos que o sujeito inserido nessa realidade empírica é, ao mesmo tempo, disperso e “desejante”, o que promove a abertura do simbólico. Ocorre que esse sujeito desejante está sempre buscando a unidade e a completude (somente possíveis na ordem do imaginário), essa necessidade do sujeito estabelece uma relação conflituosa entre uma ilusória unidade e uma dispersão “real”¹¹⁵. O *real*, em AD, é concebido como o lugar que comporta aquilo que não cabe no imaginário, porque pelo real do discurso é possível ver o sujeito além do efeito ilusório de origem e controle dos sentidos. No real é possível observar a dispersão, a imperfeição, a falta, a não-linearidade, a descontinuidade, a incompletude e o contraditório que constituem sujeito e sentido, no discurso.

Essa noção de real da AD advém explicitamente da noção cunhada por Lacan, sendo da Psicanálise o mérito de primeiramente deslocar a noção do campo da Filosofia, onde a noção de real representa o que é próprio do “efeito de realidade”, podendo mesmo ser confundida com a noção de realidade empírica, própria do senso comum. Assim, a concepção de real, proposta por Castoriadis (1982), terá seu espaço, no presente trabalho, enquanto noção que pode ser mobilizada para representar uma realidade empírica, passível de ser observada no âmbito das condições de produção que são da ordem do histórico, do social e do econômico; mas quando nos depararmos com o discurso literário, que é uma forma de linguagem, mobilizaremos a noção de real própria da AD.

É quando o analista está trabalhando com as materialidades discursivas que se faz necessária a mobilização da noção de real do discurso, porque nesse lugar se realiza o movimento que estabelece as devidas relações entre o real da língua e o real da história. São essas relações que “trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux, 1997, p. 28). É esse ponto de encontro entre o possível e o impossível – por tanto tempo não admitido nos estudos da

¹¹⁵ Ao utilizarmos a noção de real grifada entre aspas estamos fazendo referência à concepção filosófica de Castoriadis que nos remete à realidade histórico-social.

linguagem – que permite a visualização do real da língua, que pode se apresentar de maneiras surpreendentes e que desestabiliza esta lógica disjuntiva ocupada pelo “positivo” de um lado e pelo “negativo” de outro. Não podemos esquecer que, em se tratando de discurso, tudo é muito relativo, porque a constituição do sentido depende de elementos que ultrapassam as fronteiras da língua sistêmica. Na verdade, a lógica que funciona no discurso não é uma lógica matemática, pois no discurso admite-se lacunas e intervalos entre um elemento da ordem lógica e outro, não há uma busca de exatidão do produto, pelo contrário busca-se a descontinuidade própria do interior do processo.

Ao admitirmos o mito do gaúcho podemos observar como ele funciona nas relações sociais e culturais representadas no discurso literário. Concebemos o mito como algo que vive, que é reinventado, que sofre transformações através dos tempos. Os mitos constituem o imaginário coletivo de um determinado grupo social, fazem-se vivos e vão se transformando, mas não se apagam, porque estão na linguagem, são representados pelo simbólico. De fato, acreditamos que o mito se materializa e se institui na linguagem, via discurso, sendo a literatura uma das possibilidades de se perenizar representações que constituíram o imaginário coletivo de um determinado grupo social num determinado momento sócio-histórico, seja ele favorável ou não à manutenção da imagem do mito.

Assim, constrói-se no discurso uma unidade ilusória, uma aparente e necessária linearidade do significante, pois, acreditamos que “o mito é presença semântica e, formado por símbolos, ele contém compreensivamente seu próprio sentido” (Durand, 1992, p. 413), ou seja, o mito não existe em si mesmo e por si só, ele depende de vários elementos exteriores para constituir-se como tal, pois se, por um lado, ele se institui na forma do discurso, materializando-se, sendo nomeado e renomeado, significando e re-significando infinitamente; por outro lado, ele produz sentidos determinados pelas condições de produção, sejam elas sociais, culturais, históricas, ideológicas. É no universo dos mitos que situamos o gaúcho, representativo de todo um grupo social e representado, como tal, na literatura.

O mito do gaúcho funda-se num lugar que é mitológico e histórico, e isto é, sem dúvida, anterior à literatura, pois trata-se de uma “invenção” que se instituiu no imaginário coletivo de todo um grupo social, vindo a materializar-se simbolicamente, em momento posterior, no discurso literário. Ele tem um funcionamento que lhe é próprio no mundo dito

“real” e tem também um funcionamento específico na literatura, que é o que nos interessa observar.

Se, conforme afirma Castoriadis (1982, p. 142), “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico”, precisamos conceber as coisas do mundo como uma rede de símbolos sancionados que são representados na linguagem e instituídos na sociedade, garantindo o funcionamento das relações de produção.

De fato, as três esferas são inseparáveis, seja na Psicanálise, na Filosofia ou na AD. Mas isso não impede que lancemos nosso olhar sobre uma ou outra esfera especificamente, pois ao demarcarmos nossa posição de analistas de discurso já fica implícito que lugar de representação nos interessa em especial. Talvez o simbólico, por sua indeterminação de fronteiras, seja uma pressuposição imprescindível que está no ponto de partida do funcionamento do real e do imaginário; bem como está no ponto de chegada, onde se recuperam os já-ditos e os já-instituídos e se efetivam os novos processos que, depois de algum tempo, serão sancionados e não mais serão novos e assim sucessivamente. Não se trata de pensarmos numa relação perfeita entre as esferas, sem falhas, sem deslocamentos de elementos, sem deslizamentos de sentido; pelo contrário, acreditamos que o simbólico seja o lugar onde é possível perceber as transformações que o movimento entre as três esferas é capaz de produzir e, com isso, passamos a ver o simbólico como aquele lugar onde o mesmo e o diferente são possíveis.

“O simbolismo não pode ser nem neutro, nem totalmente adequado, (...) porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar quaisquer signos” (Castoriadis, 1982, p. 146), já que estamos tratando de uma esfera que depende de uma linguagem já instituída para efetivar-se, o simbólico precisa obedecer a uma organização específica (que sofre atravessamentos de outras instâncias, como a ideológica, por exemplo), fundando-se sobre o que já existe. Assim acontece com o gaúcho que, hoje, consideramos um mito. O gaúcho não é desde sempre um mito, assim como não passou a ser considerado mito de uma hora para outra; trata-se de um resultado, mais ou menos acabado, do processo movido por formações imaginárias bem determinadas, pois para dizermos que estamos tratando de um mito precisamos considerar que há um real histórico fundante que lhe é anterior. É a partir desse “real” que se realiza o trabalho do imaginário, mesmo tratando-se de um real

que não é apreensível em sua totalidade e completude, é um “real” de onde se pode recuperar já-ditos e sobre ele desenvolver o novo, dando lugar à invenção. Nesse caso, o simbólico tem uma função especial, pois é através dele – que representa discursivamente a realidade empírica reinventada pelo imaginário – que se operam as recuperações dos já-ditos. Ele funciona aqui como uma esfera que corresponderia em parte a uma forma de interdiscurso, onde o todo e o não-todo estão guardados e que de lá podem ser convocados a qualquer momento, reiterando sentidos ou re-significando-os, pois o simbólico estabelece “conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, onde o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados” (Castoriadis, 1982, p. 147), dependendo da FD na qual se inscreve o sujeito do discurso.

1.3 As formações imaginárias na construção/instituição da imagem do gaúcho

“Se índios entrarem em minha história (...), não virão a cavalo, como os valentes charruas, mas sim a pé, humildes (ainda que misteriosos), pedindo trabalho”.
(*O centauro no jardim*, Moacyr Scliar).

Refletir sobre a representação do sujeito gaúcho está nos conduzindo ao adentramento numa região que antes de ser da ordem do simbólico (discurso) é da ordem do imaginário (construído e instituído). Isso nos remete a uma busca de subsídios mitológicos e históricos bastante anteriores à literatura em análise, pois existem formações imaginárias que regem as relações do gaúcho consigo mesmo, com o mundo e com o outro, que precisamos conhecer. Um profícuo começo para essa difícil tarefa nos parece ser a tentativa de se compreender as diferentes acepções que a designação gaúcho - que remonta a séculos de história (anteriores mesmo ao processo civilizatório da América, advindas, portanto, de outras línguas) – ganha no tempo e no espaço histórico, produzindo efeitos de sentido constitutivos de sua identidade, bem como “rumores sociais”, captados pelo discurso literário gauchesco produzido no século XX.

Há notícia de várias hipóteses a respeito da origem da designação “gaúcho”, que particularmente nos interessa nessa pesquisa, no entanto mencionaremos algumas possibilidades que estabelecem relações entre o habitante do pampa e a época da colonização, levando em conta que o gaúcho é um produto da colonização. É interessante observar como a origem etimológica dessa palavra, embora diversificada, em determinado momento, aponta para um efeito de sentido bem específico, vejamos: “do árabe *gaûch*, proveniente do persa *guchi*, ‘boizinho’, formado de *gau-*, ‘boi, vaca’, mais *-chi*, sufixo diminutivo, e que, por sua vez, veio do Sânscrito *gaûch-*, ‘boi, gado vacuum’; este, por seu turno, é oriundo da raiz indo-européia *gwo-*, *gwo-*, ‘boi, vaca’.” Já no castelhano antigo encontra-se a forma “*chaucho*, com sentido equivalente (do árabe *chaûch*, de *choûch*, ‘tropeiro’), a par de *gauche*; e este se documentou primeiro (século XVIII)” prevalecendo então a forma “*gaucho*” (Machado, apud Nunes, 1984, p. 211). O *gaucho* depois passou à forma atual *gaúcho*, sendo, no princípio, uma designação que nos remete a um “preador” de gado xucro e ladrão de estâncias; o que se transformou, na atualidade, numa designação que nos remete ao homem que está intimamente ligado às coisas da terra, enfim, à atividade da pecuária.

A designação gaúcho vem de um outro lugar, instaura-se aqui, recupera sentidos, transforma-se e passa a significar de diferentes formas através dos tempos, conforme reinvenção imaginária, mas na maioria das vezes nos remete às relações entre o homem e às coisas da terra, caracterizando de forma mais genérica o gaúcho como um ser essencialmente telúrico. Assim, podemos dizer que a terra coloca o gaúcho em relação com o outro e isso se dá em diferentes situações: a) relação com o estrangeiro - no envolvimento do gaúcho com as guerras de fronteiras, nas quais ele luta na defesa das fronteiras territoriais, na expectativa de garantir o território brasileiro bem demarcado; b) relação com o brasileiro proprietário - no envolvimento do gaúcho com os estancieiros, para os quais ele trabalha, seja defendendo as fronteiras de cada propriedade seja trabalhando para a manutenção dessa propriedade em pleno funcionamento (mais especificamente pela criação e transporte de gado); c) relação com o brasileiro não-proprietário – no envolvimento do gaúcho com seus pares e com outros grupos sociais marginalizados, com os quais convive em situação de cooperação, tendo em vista a histórica existência dos “bandos” de gaúchos que percorriam os campos indivisos do sul da América em busca de cavalos e gados xucros.

Só bem mais tarde, o gaúcho é representado como aquele que toma consciência desse seu envolvimento com a terra e com o outro, sendo já em tempos de civilização que se definem as formas de enraizamento e de desenraizamento do homem do campo conforme a representação histórica explícita. As relações entre o homem e a terra continuam muito vivas, mas sofrem alterações e são responsáveis por intermináveis lutas sociais, como é o caso da reforma agrária, tão discutida na atualidade.

Com a entrada dos colonizadores no pampa, sobretudo os espanhóis, foram introduzidos novos hábitos, dentre eles o da pecuária, pois os europeus trouxeram consigo o gado bovino, ovino e eqüino; tendo como porta de entrada o sul uruguaio¹¹⁶, em termos de América; e a região das missões, em termos de Rio Grande do Sul, mais especificamente. Isso se deu no início do século XVII e provocou muitas disputas entre os platinos que apreendiam e transportavam os rebanhos.

Embora haja longínquos indícios de que os índios americanos já tivessem conhecido rebanhos de cavalo, na época do descobrimento da América e do Brasil, respectivamente, os habitantes dessa terra não tinham nenhuma noção de como se trabalhava com tais animais no contexto dos países civilizados. Oficialmente, então, o cavalo e o gado bovino foram bem aceitos pelos índios, que logo se adaptaram à montaria e à lida da pecuária, desenvolvendo armas como a lança e a boleadeira, próprias para o uso de cima do cavalo, fosse nas guerras ou fosse no trabalho cotidiano com o gado (Flores, 1988, p. 9). Tanto os conquistadores bandeirantes quanto os catequizadores jesuítas aproveitavam-se da mão-de-obra indígena na criação de gado, que era destinado à alimentação, ao transporte e à tração. Os europeus ensinavam a lida campeira aos nativos e depois exploravam este serviço. Mas o rompimento dessa “aliança trabalhista” se deu com o confronto entre bandeirantes e índios que não se submetiam a escravidão imposta pelos primeiros (sobretudo na região das Missões), o que mudou o rumo da história. Grande parte dos índios foi morta e outra parte foi obrigada a fugir para sobreviver aos massacres. Isso ocorre porque o homem civilizado

¹¹⁶ É interessante notar que a realidade do pampa brasileiro é muito semelhante à do pampa uruguaio, obedecendo-se a uma seqüência temporal que devastou a cultura nativa em prol da cultura do colonizador. Segundo Galeano (1990, p. 131-132), os grandes latifundiários marginalizaram o gaúcho, destituindo-lhe de suas características próprias, tanto no Uruguai como no Brasil. A pesquisa de Galeano demonstra ainda que o pampa argentino também sofreu as conseqüências da ambição dos colonizadores, chegando a ser decretado, em 1815, que o homem do campo que não tivesse propriedades rurais era considerado servente, “com a obrigação de portar uma papeleta visada por seu patrão cada três meses. Ou era servente ou era vagabundo...” (Galeano, 1990, p. 199)

chega ao Brasil com o firme propósito de fazer história e, segundo Orlandi (1990), o nativo é visto como um ser que tem uma cultura própria, mas não uma história própria, trata-se da revelação de um ser a-histórico. O nativo tem uma lógica social diferente daquela conhecida pelos colonizadores que a julgam inferior. O nativo é tomado como integrante de um grupo social não desenvolvido, selvagem, semi-civilizado. Diante dessa fragilidade organizacional do nativo, o branco sente-se à vontade para impor-se e dominar social e culturalmente, contando a história *sobre* o nativo e não *do* nativo. Por isso, precisamos levar em consideração que os relatos dos viajantes e estrangeiros (colonizadores ou não) - dos quais dispomos para reconstituir a história dos séculos XVII e XVIII – representam o olhar do “outro” sobre o nativo e sobre o gaúcho. É esse “outro” que detém o poder da palavra, através da qual explicita suas “impressões” sobre o gaúcho, construindo todo um discurso “sobre” o gaúcho.

Com a ausência do homem, o gado ficou solto pelo território rio-grandense. Esses animais acabaram vagando pelo pampa e passaram a reproduzir-se espontaneamente e por estarem distantes do contato com o homem tornaram-se xucros e bravios, denominados na época como “gado chimarrão”. Os campos indivisos do Rio Grande do Sul passaram a ser repletos de gado “sem dono”, o que contribuiu para a instauração de um imaginário de que o território que denominamos, atualmente, de Rio Grande do Sul era “terra de ninguém”, atraindo aventureiros de todas as partes. Embora esse território tenha despertado tardiamente a curiosidade dos colonizadores (que se interessaram primeiro pela região mineira de onde se poderia extrair as riquezas do solo), quando isso aconteceu habitantes não tão bem sucedidos em São Paulo e Minas Gerais vieram ao sul em busca de “fazer fortuna”. Era, simplesmente, necessário arrebanhar o gado sulino e vendê-lo em outros lugares como São Paulo ou Minas Gerais, o lucro era certo. Além desses grupos que advinham de todas as regiões do Brasil, havia o grupo de aventureiros¹¹⁷, advindos da região do pampa uruaio e argentino, designados “gaúchos”, o que era sinônimo de bandidos e malfeitores. Os gaúchos constituíam um grupo social que vivia fora do que determinava a lei, apropriando-se do que, teoricamente, não tinha dono e que estava sempre fugindo das autoridades.

¹¹⁷ Cf. constata-se no relato de viajantes da época.

Para Flores (1988, p. 28), desde essa época constituía-se o grupo social que depois seria marginalizado tanto pelos criadores de gado e proprietários das terras quanto pelo serviço militar, o que os obrigava a viver na condição de desertores ou ainda de desempregados. Diante de tal condição, eram conhecidos por sua coragem e insubordinação, preferindo viver em situação precária, como nômades, para não serem apanhados de assalto. Esse grupo acabou sofrendo transformações e contribuindo com o processo de miscigenação já iniciado, o que ocasionou o rápido povoamento do Rio Grande do Sul.

A miscigenação racial é um fenômeno que ocorreu reconhecidamente em todo o território brasileiro e, segundo Orlandi (1990), essa mistura não é uma simples “união de diferenças”, porque ela considera o movimento cultural e étnico que se efetiva no trânsito entre essas diferenças. Para a autora, há “Trânsito. Circulação entre lugares. Movimento. Entre uns e outros. (...) Nada de cópia, ou de modelo. Delineamentos que se movem continuamente. Perfis moventes” (p.20). Assim, nomear um sujeito como “gaúcho” não significa apagar suas características próprias, sejam elas de cunho cultural ou étnico, trata-se muito mais de compreender a heterogeneidade que lhe é própria e incluí-lo numa formação ideológica determinada pelas condições sócio-históricas em que esta designação surgiu. Da mesma forma que é preciso pensar nas transformações de sentidos que as tomadas de posição do sujeito inscrito na FD gaúcha produziram sobre a designação gaúcho, através dos tempos, já que foi tantas vezes reinventada e conseqüentemente representada de diferentes maneiras.

Os habitantes da então Província do Rio Grande do Sul do século XIX, reconhecidos dentro e fora do estado, eram denominados “continentinos” ou “rio-grandenses”, numa forma de exclusão dos grupos marginalizados constituídos por gaúchos, negros, índios, etc. O processo de instauração da designação “gaúcho”, como representativa de todos os habitantes do Rio Grande do Sul, data do início do século XX, quando ocorre uma re-significação do imaginário “sobre o gaúcho”. Não se trata de falarmos do imaginário “do gaúcho”, porque não dispomos de subsídios que nos dêem condições para descrever esse imaginário, trata-se muito mais de observarmos o imaginário do homem civilizado, do intelectual que olha, urbanamente, para a figura do gaúcho e lhe confere novos significados. É a partir dessa re-significação que chamamos de “exterior ao grupo de

gaúchos” marginalizados, que o habitante do Rio Grande do Sul passa a ser designado gaúcho, sobretudo no tocante ao homem urbano, pois os habitantes do campo ainda guardam reservas quanto à massificação da utilização da designação gaúcho para por em condição de igualdade todos os habitantes do Rio Grande do Sul. Na verdade, ocorre que os sentidos pejorativos que eram atribuídos ao gaúcho durante séculos de história não foram apagados da memória (interdiscurso), eles continuam lá, talvez esquecidos por uma maioria, mas co-existindo com os novos sentidos que foram agregados a tal designação, podendo emergir a qualquer momento no interior ou fora da FD gaúcha. São os sentidos pejorativos constitutivos da memória que impedem a identificação plena do homem do campo com a designação gaúcho, pois essa identificação do sujeito vai depender da sua tomada de posição em relação à forma-sujeito gaúcha representante da FD gaúcha.

Sem dúvida, a constante situação de guerras e revoluções que o Estado viveu deixa marcas na re-significação da designação gaúcho até chegar ao ponto de generalizar-se o uso de tal designação, que deixa de caracterizar um pequeno grupo social e passa a reunir um grande número de habitantes do Rio Grande do Sul. Dentre as guerras e revoluções vividas, ganham destaque no imaginário social as que tiveram por cenário a segunda metade do século XIX, em especial a Revolução Farroupilha (no período compreendido entre 1835 e 1845) e a Guerra do Paraguai (que teve seu auge nas batalhas empreendidas na região fronteira).

Muito embora a Revolução Farroupilha tenha tido como pano de fundo as disputas territoriais com os países vizinhos (Golin, 2002), ela constitui nosso imaginário atual como o evento que marca a instauração do espírito revolucionário no sul do Brasil, pois trata-se de uma revolução civil do Estado contra o resto do país, mobilizadora de grande parte da população rio-grandense que queria fundar uma nação independente econômica e politicamente. Segundo Flores (1988, p. 60), “o objetivo principal da revolução farroupilha foi a luta pelos princípios liberais contra o autoritarismo político do governo central, inclusive dentro da própria República Rio-Grandense” e essa representação histórica de Revolução Farroupilha fez dessa luta um marco de instauração do comportamento de ser livre e insubordinado, antes próprio de um grupo social denominado gaúcho. Notadamente, esse contexto revolucionário, re-inventado constantemente pelo imaginário social, contribui com o processo de re-significação da designação gaúcho, agregando-lhe novos efeitos de

sentido, contribuindo também para o “apagamento” de efeitos de sentido pejorativos, no movimento entre o lembrar e o esquecer produzido pelo funcionamento da memória discursiva.

É importante ressaltar que foram muitas as guerras e as revoluções empreendidas pelo povo rio-grandense ao longo da história, mas não acreditamos que alguma delas, sozinha, possa configurar-se como o cenário exclusivo da transformação dos sentidos sobre a designação gaúcho, pois nenhuma delas produziu o efeito de sentido de novo e de começo como fundadora, pois estamos tratando de um processo ao longo de séculos de lutas sangrentas e não de um ponto que marque o fim da conotação pejorativa e a instauração do herói gaúcho.

O século XX, no Rio Grande do Sul, é marcado pela construção/reconstrução do imaginário social de um povo que é resultado das disputas territoriais e das miscigenações que resultaram da colonização, onde a Revolução Farroupilha é referenciada incansavelmente. Segundo Rancière (1992, p. 66) “a revolução é o acontecimento por excelência”¹¹⁸, por suas características históricas e por ter uma dinâmica própria capaz de mexer com valores políticos e morais, ideológicos e culturais, que mobiliza homens e sentidos. O rompimento com o velho produz um efeito de evidência que nos leva a crer num primeiro momento que a designação gaúcho está liberta de sua conotação pejorativa, enquanto atribuição própria ao habitante do pampa, levando o gaúcho a assumir o heroísmo em toda a sua plenitude num tempo e num lugar que são históricos, mas recuperam o tempo e o lugar do mito, via discurso. A Revolução Farroupilha, então, integra um dos acontecimentos constitutivos da história desse povo que a idealiza, sendo o processo de reinvenção imaginária que transforma a memória, apagando alguns sentidos e reiterando outros.

No entanto, esse efeito de evidência precisa ser questionado, pois acreditamos que tanto antes quanto depois da Revolução Farroupilha já havia um “confronto discursivo” envolvendo a designação gaúcho; afinal, não é de uma hora para a outra que o “gaúcho bandido” passa a “gaúcho herói”. A história, em geral, revela a face pejorativa desse sujeito: o gaúcho bandido; mas os fatos históricos também vão nos dando pistas das transformações ocorridas com esse sujeito, de tal forma que, ao mesmo tempo em que se

¹¹⁸ Fazendo referência mais especificamente à Revolução Francesa.

extingue a figura do gaúcho bandido, instaura-se a figura do gaúcho herói. De fato, há toda uma discursivização anterior, há sentidos já instituídos e há a agregação (inauguração) de sentidos outros sobre a mesma designação.

Assim, acontecimentos históricos têm o papel de acionar os dispositivos que já existiam de forma latente no interdiscurso, produzindo novos sentidos no interior da FD gaúcha. O efeito de sentido novo que marca essa passagem, essa fundação de novos sentidos para a designação gaúcho não é algo que pode ser analisado como transparente, porque ele é dotado de uma certa opacidade, já que estamos tratando de um gaúcho que passa de bandido a herói, num movimento produzido pelo imaginário e revelado pelo simbólico. Há toda uma história de confronto de sentidos que não se apaga automaticamente e para sempre. Não há como apagar total e completamente o que figurou como efeito de sentido dominante até aquele momento: a imagem de “gaúcho bandido” está lá, em algum lugar do interdiscurso e pode emergir a qualquer momento, colocando-se em conflito com o efeito de sentido dominante do “gaúcho herói”.

Importa salientar ainda que o gaúcho bandido é um ser evidentemente desprezível, aos olhos do “outro”, daquele que vem de fora e conta a história. Isso se dá pelo menos aos olhos dos colonizadores e aos olhos de todos aqueles que se inscrevem numa Formação Discursiva outra, eles são os detentores do poder seja ele manifestado na política econômica, nas formas de dominação ideológica e no próprio dom da palavra escrita, que a comunidade nativa desconhecia. O gaúcho não escreve sua própria história, ele não fala, o lugar destinado a ele é promovido pelo “outro”, o que vem da Europa (e de outras partes do Brasil), ele é observado e suas características e comportamentos são narrados pelo outro. É essa história contada pelo outro que constitui o imaginário social que temos sobre o gaúcho até hoje.

Coube ao “outro” o papel de discursivizar o gaúcho e sua história e é pela voz desse “outro” que temos acesso às tomadas de posição do sujeito no interior da FD gaúcha, ele representa uma posição social e ideológica diferente, conforme as guerras e revoluções de que participou como soldado: de cidadão à margem da sociedade civilizada passa a ocupar uma posição central, assumindo para si todos os riscos sociais e individuais. Essa é uma representação de gaúcho que se instaura entre o final do século XIX e o início do século XX, ajudando a construir todo um imaginário social sobre o gaúcho, o que é reforçado no

discurso literário que idealiza o gaúcho como herói. Não se trata mais de um sujeito à margem, mas de um sujeito representativo com o qual todo um grupo social se identifica, sendo que o auge da ruptura no discurso se dá com a adoção da designação gaúcho para nomear todo e qualquer habitante do Rio Grande do Sul. Enfim, a designação gaúcho ganha outro funcionamento no interior da FD gaúcha, bem como no discurso produzido sobre o gaúcho.

É a partir das relações de trabalho que podemos observar os diversos grupos de indivíduos denominados gaúchos no período que compreende o final do século XIX. Apesar da maior frente de trabalho ser a propiciada pela manutenção das estâncias de propriedade dos grandes pecuaristas, instaurava-se uma relação imaginária de respeito mútuo, onde cada um tinha um papel imprescindível a desempenhar. A formação imaginária que reinava na época facilitava as relações sociais, não havia desavenças entre patrão e empregado, o primeiro determinava tudo e o segundo cumpria as ordens.

Dentre estes trabalhadores gaúchos, Golin (1999) diferencia os peões, os agregados e os posteiros. Os peões eram empregados dos estancieiros que realizavam todo o tipo de tarefa e recebiam salários por isso. Os agregados eram os que recebiam determinado posto no interior da propriedade, cuidando de determinado rebanho de gado, porém não recebiam salários, tendo apenas o direito de plantarem lavouras de subsistência e de criarem algumas cabeças de gado, fornecendo na maioria das vezes uma porcentagem do produto ao patrão. E os posteiros eram uma espécie de agregado que fixava residência e formava família na propriedade do estancieiro; em geral os filhos destes se tornariam peões da estância.

Além dessa classificação por modalidade de trabalho, havia as habilidades desenvolvidas entre os peões, tais como: os campeiros, trabalhavam no pastoreio; os guasqueiros, artesãos que fabricavam artefatos de couro; alambradores ou aramadores, os construtores de cercas; os domadores ou ginetes, que adestravam animais eqüinos; e os tropeiros, que conduziam os rebanhos de um lugar ao outro; inclusive na época das charqueadas esse tipo de trabalhador teve papel essencial na economia do pampa.

Assim, com o passar do tempo, o funcionamento da designação gaúcho ganha novas proporções, abrangendo outros setores da sociedade organizada que antes se opunha a sua existência, enquanto representativa do grupo social nativo do Rio Grande do Sul. Essa designação advém da região do pampa (uruguaio e argentino) e vai avançando as fronteiras

do Rio Grande do Sul, levando o restante do Brasil a reconhecer essa designação como sinônimo de rio-grandense, reconhecendo-se aqui uma generalização que elimina definitivamente o caráter pejorativo que tal denominação produziu até meados do século XIX. É a força representativa do grupo de “gaúchos pampeanos” que acabou emprestando seu nome aos habitantes do Rio Grande do Sul, a partir do início do século XX, seja ele do meio rural ou urbano, efetivando uma formação imaginária que destaca esse grupo social e regional por suas características mais elogiáveis, tais como: a coragem a toda a prova, a honra, a honestidade, o excelente caráter, o amor pela liberdade, a irreparável hospitalidade, o patriotismo.

Século XIX: relações de amor e liberdade entre o gaúcho e a terra

“Achei aquelas terras perdidas na Estrada da Lagoinha. Por acaso. Entre o ir-e-vir de uma changa qualquer. Uma gota d’água, doutor, naquele mar de chão. Achei depressa, me aproximar foi um zás, como vê. Já estava lá havia quinze anos.” (*Mãos sujas de terra*, Josué Guimarães)

O gaúcho heróico que habita o imaginário social dos séculos XX e XXI, é estreitamente ligado à terra. Ele não se preocupa em ter a terra como sua propriedade, com documentos que comprovem isso; ele vive na terra, ele quer usufruir, ter a posse da terra, onde nasceu, cresceu e constituiu família; onde sempre trabalhou, cavalgou e amou. Como nos conta a história oficial, é dos campos pampeanos que surge o gaúcho em plena liberdade. No entanto, a situação de campos indivisos do Rio Grande do Sul (bem como do Uruguai e da Argentina) não durou por muito tempo, com a divisão das terras entre Portugal e Espanha¹¹⁹ e a demarcação de fronteiras externas entre Brasil, Argentina e Uruguai; inicia-se a luta pela posse da terra no interior do estado brasileiro. Isso faz com que a questão da distribuição de terras gere novas formas de se pensar as relações sociais e trabalhistas no interior do estado, quando o gaúcho deixa de ser o indivíduo marginalizado para ocupar uma posição de sujeito imprescindível a qualquer ação.

¹¹⁹ Cf. Tratado de Santo Idelfonso.

Quando falamos em campos indivisos não podemos deixar de mencionar que isso significa a ausência de cercas e aramados, mas não a ausência de “donos”, pois estas terras eram povoadas, desde o princípio, pelos índios que tinham seus próprios métodos de demarcação dos territórios que pertenciam a um povo ou a outro, as fronteiras eram antes simbólicas do que físicas. Mais tarde, com o desenrolar das disputas territoriais, os índios foram perdendo seu espaço. Saint-Hilaire¹²⁰ (1999, p. 161), estabelecendo uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, reflete sobre a causa indígena da seguinte forma:

Se o governo dos Estados Unidos reconhece não poder legitimamente avançar um só passo sobre as terras dos indígenas nômades sem os indenizar, com mais forte razão não deveria reconhecer como sagrado o direito dos índios guaranis às terras que ocupam há tanto tempo, cultivando-as e construindo benfeitorias?

Mas esta pergunta ficou sem uma resposta satisfatória e os indígenas, no Rio Grande do Sul, perderam muito com a colonização, limitando-se a pequenas extensões de terra, onde povos ou parte deles tentam recuperar sua identidade até hoje.

Na luta pela terra, havia, no mínimo, três grandes forças: os jesuítas (e os guaranis), os conquistadores (que detinham as propriedades particulares) e os administradores do Estado (que eram administradas por funcionários, denominadas as terras reiúnas). As duas primeiras forças receberam módulos de terra em quadra de sesmaria de campo, que tinha, em média, 13 mil hectares e muitos conseguiam várias sesmarias (Golin, 1999, p. 50). Dessa divisão de terras funda-se a estrutura agrária dos latifúndios no sul do Brasil; desde então o pampa rio-grandense passa a ser recortado em grandes propriedades rurais nas mãos de poucos proprietários.

Havia um grupo bem mais numeroso, menos favorecido economicamente, que não participou da divisão das terras e que sofria toda a sorte de discriminação. Este grupo reunia brancos aventureiros de outras regiões do Brasil (mineiros, paulistas, bahianos); mulheres (sobretudo, prostitutas do Rio de Janeiro que eram enviadas pelo governo colonial para constituírem família); descendentes de europeus (sem posses); negros escravos; índios nativos e toda a leva de descendentes da miscigenação racial que povoava aos poucos o

¹²⁰ Biólogo francês que empreendeu viagem pelo interior do Rio Grande do Sul no século XIX.

estado. Segundo Flores, a divisão de terras se dava dessa forma porque acreditava-se na época que “o pobre não tinha direito de receber terras porque a pobreza era sinal de incompetência” (1988, p. 26).

Enfim, este grande grupo, ligado às coisas da terra, passa a se abrigar sob a denominação de “gaúcho”, fosse por suas características e habilidades físicas ou fosse por seu comportamento que resgatava, de uma forma ou de outra, elementos constitutivos do que teria sido o dos gaúchos no passado. Este grupo fica desamparado pelos detentores do poder, obrigando-se a desenvolver atividades subalternas para sobreviver, pois mesmo que possuíssem datas - pequenas extensões de terra distribuídas pelo governo - acabavam sendo coagidos pelos grandes estancieiros até venderem. Assim, em sua grande maioria, passaram a trabalhar como peões para os grandes latifundiários, ou então ficam vagando pelos campos ou, ainda, lutando nas guerras. Saint-Hilaire (1999, p. 138) mostra-se indignado com as injustiças cometidas pelos grandes estancieiros e, sobretudo, pelo governo¹²¹, caracterizando como “escandaloso” o fato de “um comandante de província tornar-se, durante seu governo, possuidor de tamanha extensão de terrenos, enquanto deixava seus administrados em completo abandono”. Isabelle¹²² (1983, p. 43) também dá seu testemunho afirmando que os poderosos estancieiros da época não se contentam com as grandes extensões de terra cedidas pelo governo e “compram de seus vizinhos pobres as terras que os rodeiam e se livram assim de qualquer concorrência inoportuna”, e o autor conclui que “essa repartição de uma grande extensão da região nas mãos de um só indivíduo ou de uma só família deve retardar consideravelmente o progresso da população”. Assim ocorre a primeira forma de divisão social do Rio Grande do Sul, uma forma, diga-se de passagem, arbitrária e preconceituosa de divisão em classes sociais, o que contribuiu para a instauração da ideologia que predominou dali em diante entre os grupos sociais do pampa: os estancieiros dominadores, a elite rio-grandense; e os trabalhadores, dominados, subordinados à elite.

Já a terceira força que recebeu terras era estatal e elas foram denominadas reiúnas (porque o chefe de Estado era o Rei) e os gados advindos dessas propriedades eram denominados reiúnos; tais propriedades eram administradas por funcionários públicos.

¹²¹ Saint-Hilaire está fazendo referência à época do governo militar que dava plenos poderes aos comandantes de províncias e, mais especificamente, ao Marechal Chagas que comandava a Província das Missões.

¹²² Viajante francês que empreendeu viagem pelo interior do Rio Grande do Sul no século XIX.

A partir desses relatos que encontramos na história é interessante observar o papel desempenhado pelo historiador diante das relações de poder que se sobressaem no momento em que se narra a história, Le Goff explicita que

as estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido (1994, p. 110)

Isso nos leva a questionar: de que ponto de vista, afinal, é narrada a história do gaúcho? Do ponto de vista daqueles que detinham o poder político e econômico, pois eram eles que determinavam o que podia e devia ser dito. Tanto os viajantes estrangeiros quanto os intelectuais que assumem a posição de “historiadores”, identificavam-se, em geral com a formação discursiva da classe social e ideologicamente dominante, detendo-se, então, em seus relatos, a reproduzir o que era de interesse dessa classe dominante. Observando por este viés, um analista de discurso pode servir-se das pistas lingüísticas constitutivas da história e/ou da ficção, das lacunas, das saturações, dos espaços de contradição e dos deslizamentos de sentido produzidos por gestos e palavras daqueles que contam a história para compreender como se dá esse processo de reconstituição das condições de produção que é discursivo, mas que é, sobretudo, ideológico.

Enfim, cabe salientar que a terra produtiva era a grande riqueza do Rio Grande do Sul e desde o princípio da colonização tornou-se propriedade valiosa nas mãos de poucos. Isabelle (1983) relata que “o governo brasileiro quis de alguma maneira, remediar esse grave inconveniente (para não dizer *abuso*), fazendo uma lei proibindo a concessão ao mesmo indivíduo de mais de uma sesmaria (...), mas parece que não se cumpre rigorosamente” (p.43). Trata-se de uma situação complicada, pois os grandes estancieiros detiam o poder privado sobre suas propriedades e sobre todos os que ali trabalhassem, fossem escravos negros, fossem índios ou fossem homens livres; mas detiam também o poder político e/ou militar sobre a região onde se localizavam as estâncias. Além disso, foi a partir das divisões da área rural que foram fundadas, inicialmente as vilas, o que era de interesse do governo, e depois os centros urbanos que o Rio Grande do Sul conhece atualmente.

Embora as terras tivessem sido demarcadas e distribuídas, eram constantes os conflitos envolvendo as fronteiras territoriais e em função disso a organização das relações de trabalho se dava em torno da necessidade de defesa dos limites, o que era feito por grupos de homens armados e acostumados ao combate. Em geral, os escravos negros e os índios se detinham nos serviços de cunho doméstico ou agrícola que não oferecessem riscos, pois para a lida campeira com gado xucro e para as lutas armadas na defesa dos limites da estância, que eram atividades de alto risco, eram convocados os peões ou tropeiros, homens livres que trabalhavam na estância. Essa necessidade sócio-histórica contribui para a instituição da imagem do gaúcho valente e agressivo que o discurso histórico, mitológico e literário nos dá a conhecer atualmente.

Nesta época, patrão e empregado partilhavam a mesma formação imaginária - o que Haesbaert (1997, p. 69) denominou “mito da igualdade patrão-empregado e da democracia fundiária” - na qual se estabelecia uma ilusória igualdade social, onde o dominante não assume objetivamente sua sobreposição ao dominado, pois ideologicamente produzia-se esse efeito de sentido evidente, regulando relações pacíficas entre eles. Nesse contexto, é possível ressaltar o funcionamento dos elementos ideológicos nas relações entre patrão e empregado. A ideologia não era uma para a classe social dominante e outra para a classe social dominada, pois essas classes vivem uma relação conflituosa no interior mesmo da ideologia. A forma contraditória sob a qual se efetiva a ideologia dominante (que é a da classe dominante: os patrões) na relação de classes funciona como necessária, como reguladora das relações com a classe dominada (a dos peões), pois estabelece as formas de “contrato” entre a classe dominante e a classe dominada, garantindo as relações de trabalho.

Mas esse funcionamento ideológico que garante as relações trabalhistas entre patrões e empregados não garante a igualdade entre peões e estancieros. Nos parece complicado nomear um grupo social constituído por proletários e aristocratas e conservar as distinções que existem no interior desse grupo. Como incluir numa só designação classes sociais tão diferentes, com valores e interesses tão diversos? Ser denominado estancieiro é bem diferente do que ser designado peão de estância, são classes sociais opostas, constituindo uma luta ideológica legítima, pois mesmo que as formações imaginárias esvaneçam os vestígios dessa luta ideológica, ela existe e é constitutiva da tomada de posição de cada sujeito do discurso. Segundo Rancière (1992, p. 74) “um nome identifica,

ele não classifica”, assim o nome “gaúcho” designa um grupo de indivíduos aos quais se pode atribuir um determinado número de características comuns, ou seja, uma identidade própria; e não se pode pensá-lo como uma classe social apenas, onde se possa reunir estancieiros e peões. Há características comuns entre eles o que faz com que se estabeleça uma relação identitária, mas isso não quer dizer que façam parte de uma mesma classe social, isso é uma ilusão.

Enfim, em nosso imaginário perdura a idéia de que, em outros tempos, havia uma formação imaginária que unia estancieiros e peões, mas esse quadro modificou-se e levou à derrocada também os elementos identitários dos trabalhadores rurais subalternos, pois é assim que eles perdem seu referencial territorial, produzindo-se uma ruptura definitiva entre estancieiros e peões, sendo que os segundos perdem seus referenciais ao serem expulsos da terra que acreditavam possuir. As relações entre dominantes e dominados freqüentemente se repete e os detentores de poder saem ilesos do rompimento e logo se adaptam às novas exigências sociais e econômicas. O gaúcho (peão, tropeiro, soldado), que assumiu os interesses do estancieiro - assumindo também seus inimigos, passando a defender as fronteiras das estâncias com a mesma garra que um soldado nacionalista defende as fronteiras de sua pátria - não existe mais. As condições histórico-sociais são outras e o serviço do peão de estância não se faz mais necessário, não há fronteiras a defender: ele é dispensado pelo estancieiro, que já não precisa de peão nem de soldado. O gaúcho perde seu referencial, passa a aumentar as estatísticas de mão-de-obra desqualificada no entorno das cidades; e, ao mesmo tempo, ele perde sua identidade, não sabe mais nem mesmo quem ele é.

Hohlfeldt (1998) explica as relações trabalhistas entre estancieiro e peão, acreditando que o mito do gaúcho revela duas faces de uma mesma moeda, apresentando de um lado o grande estancieiro que se identifica com a terra e de outro o peão de estância que vive uma relação de igualdade com o patrão, pois ele defende essa terra “como se fosse sua”. O peão é um empregado que não se sente inferiorizado com sua condição e nem mesmo questiona o funcionamento das classes sociais, ele aceita sua condição e isso é tudo. Há todo um simbolismo que circunda essa relação como, por exemplo, o modo de vida comum entre os habitantes do pampa que entra em contradição com o modo de vida das cidades, promovendo uma relação de identidade entre o gaúcho e o estancieiro e uma

relação de alteridade do gaúcho com o outro que é o homem urbano, o estrangeiro. Assim, temos a imagem herói mítico (que não é nomeado especificamente), o gaúcho; e a do herói cívico, o estancieiro (o que nos remete a nomes como o do General Bento Gonçalves). A primeira imagem está vinculada aos valores morais e simbólicos, tais como a bravura e o destemor, enquanto que a imagem do segundo está vinculada ao poder, poder de comandar tropas de gaúchos nas guerras, por exemplo. Ambos vão nos remeter à imagem do exímio cavaleiro, mas nos interessa aqui observar a figura mítica do gaúcho centáureo.

O fato histórico que funda a formação imaginária predominante naquela época é o de que um precisava do outro: o patrão, embora tivesse sob seu poder escravos negros e até índios, precisava de homens livres que pudessem realizar as tropeadas mais perigosas, defender os limites de sua propriedade e seus interesses políticos, sem que representassem alguma perda maior; da mesma forma, o gaúcho, homem do campo que não tinha nenhuma propriedade, precisava de um meio de sobrevivência, sujeitando-se ao trabalho que aparecesse. Esse contexto levou muitos homens a morrerem em combate como heróis, com a sensação de dever cumprido, sem representar perda maior para os grandes estancieiros. Assim, os homens que de fato defenderam a terra que habitavam, ficaram de fora de sua partilha e não tiveram o direito de dar a sua versão da história, o que resultou no problema social que assola o estado até hoje: o da má distribuição de terras.

Quanto ao mito do gaúcho, não acreditamos nas duas faces de que fala Hohlfeldt (1998), pois a autenticidade do mito só é recuperada no gaúcho que trabalha na terra, mas que não se apropria dela; no gaúcho guerreiro que não se separa de seu cavalo (senão forçado). Instituiu-se em todo o imaginário social sobre o gaúcho a premissa de que não é o grande estancieiro que representa o mito, talvez ele, enquanto detentor de poder, funcione como contraponto, justificando a instituição de um herói que luta contra as injustiças e com isso institua-se o mito do gaúcho. A ideologia funciona pela forma da contradição que lhe é inerente e ao comportar uma forma dominante e uma forma dominada, ela garante seu funcionamento como reguladora do que é histórico e social, bem como do que é discursivizado.

Afinal, um mito funda-se por uma necessidade social e, no caso do gaúcho, ele se institui num momento em que o mundo dos nativos está degradado pela devastação massiva dos colonizadores que querem instaurar a qualquer preço o capitalismo. A história narra a

instituição do mito do gaúcho do ponto de vista que interessa aos dominantes e não do ponto de vista dos oprimidos pelo sistema, pois do ponto de vista dos oprimidos estaria estampada a última esperança de viver em paz na terra com dignidade e identidade garantidas.

Para entendermos melhor a desconstrução de uma formação imaginária que funcionou por tanto tempo, precisamos nos reportar, mais uma vez, ao ano de 1822, data em que foram suspensas as distribuições de sesmarias e o que ainda não havia sido tomado por estancieiros serviu para a colonização dos imigrantes, incentivados a desenvolverem atividades mais agrícolas do que pastoris, instaurando-se uma espécie de concorrência entre a agricultura (familiar) e a pecuária (extensiva). Tal tendência efetivou-se de fato nas duas primeiras décadas do século XX, que são marcadas pela política que incentivava a agricultura em detrimento à pecuária, pois, segundo Kliemann (1986, p.81), “desenvolvia-se o capitalismo no estado, a pecuária era relegada a segundo plano em favor da lavoura e da industrialização e as questões da terra eram resolvidas na medida que interferiam no planejamento estadual”.

Observa-se ainda que, a partir de 1850, as terras passaram a ser vendidas pelo governo, mas isso não modificou o quadro de dominação fundiária, pois, mais uma vez, o gaúcho pobre não tem condições financeiras para legalizar sua situação. Ao final do século XIX e início do século XX, associa-se a decadência da pecuária à alteração das relações de trabalho e ao avanço da política capitalista, levando o Rio Grande do Sul a fazer parte do círculo político e econômico brasileiro, onde a mão-de-obra escravista é substituída pela mão-de-obra assalariada. Assim, a última década do século XIX assiste à alteração definitiva da formação imaginária que regulava as relações sociais e de trabalho no interior do estado, aumentando o número de indivíduos constitutivos dos grupos sociais explorados, integrados, a partir de então, também, por imigrantes europeus, desiludidos pelo não cumprimento das promessas feitas pelo governo brasileiro. Todo esse processo nacional leva o gaúcho para fora do campo, separa-o do seu pampa, sendo forçado a deixar o território que acreditava ser seu. As diferenças culturais foram também determinantes no processo de desmoronamento identitário do gaúcho, pois em sua lógica bastava habitar a terra, viver nela e para ela, ter sua posse e pronto; mas o homem civilizado que passou a dominá-lo também culturalmente tinha uma lógica diferente e impôs essa lógica aos nativos

e gaúchos: seria dono da terra quem detivesse os documentos de propriedade dessa terra. Esse pequeno detalhe exclui totalmente o nativo e o gaúcho de qualquer disputa pelo seu território; ele foi expulso e nem teve direito de reclamar.

Kliemann (1986), ao estudar a história da questão agrária no Rio Grande do Sul, toma como ponto de partida as contradições surgidas com a aplicação da Lei de Terras de 1850 e explicita que

as relações de poder ligadas à terra [ocorrem] não só em nível do poder governamental mas também em outras esferas, como, por exemplo, no âmbito das relações entre sociedade política e sociedade civil e no interior das mesmas” (p. 13). (o acréscimo é nosso)

Esta historiadora investiga o que ocorre entre o fim da Velha República e o início da Nova República para compreender a situação agrária e fundiária que se apresenta na era contemporânea, vinculando o aparecimento dos problemas agrários ao capitalismo e explicitando as estratégias de dominação advindas de tal sistema. Para a autora, a substituição da concessão pela venda de terras no Rio Grande do Sul poderia ter solucionado os problemas agrários da época, mas não foi assim que tudo aconteceu. Frequentemente ocorria que, ao vender terras, o governo não observava a existência de “posseiros” no local; e os compradores, que somente visavam lucros, loteavam as terras e as vendiam a terceiros sem nenhuma preocupação com os referidos posseiros; assim, o problema crescia e restava ao último comprador solucioná-lo, o que acabava em conflito e era nesse momento que o governo intervinha, fazendo uso dos aparelhos repressores do estado (Kliemann, 1986, p. 114). De toda essa confusão resultavam outras invasões de terra, pois os posseiros, sem ter para onde ir com suas famílias, buscavam terras que pertenciam ao estado e ali se instalavam até segunda ordem, dando origem a um novo grupo social marginalizado pela sociedade: o dos “intrusos” (idem, p. 122). Essa designação utilizada pela autora constituiu o embrião do movimento social que luta pela posse da terra até hoje, buscando uma reforma agrária justa e urgente.

Já no início do século XX, a questão se agravava e os desmandos administrativos ganhavam outras proporções, pois, segundo Kliemann, nessa época não existiam mais terras devolutas para serem vendidas (ou cedidas em troca de vales emitidos pelo governo

como pagamento pelo trabalho de novos colonos que construíam as estradas), o que resultou em novas disputas por terras entre as companhias privadas de colonização, os especuladores (de posse dos vales) e os antigos colonos que possuíam títulos de concessão. A solução para esse conflito se dava mais uma vez pela interferência dos aparelhos repressores que expulsavam os colonos, dando ganho de causa, na maioria das vezes, aos especuladores e viabilizavam outras áreas de terra para as companhias de colonização.

Diante dessa realidade, os antigos colonos imigrantes e os posseiros se encontram na mesma situação: despejados. Sem outras possibilidades de sobrevivência, vieram a constituir o grupo de “intrusos”, invadindo áreas que parecessem desocupadas. Para Golin (1999, p. 104), os descendentes de gaúchos, unidos aos imigrantes pobres, aos caboclos e aos negros constituem (há mais de cem anos) as legiões de “sem terra” que atualmente se proliferam em enormes acampamentos, ocupando os latifúndios improdutivos do Rio Grande do Sul na esperança de pressionar governantes para a realização de uma reforma agrária justa. Mas, como vimos, a origem do problema da ocupação da terra pelo homem “gaúcho” vem de longa data, como um dos resultados da constante necessidade de satisfazer-se impreterivelmente os interesses do capital.

A investigação da origem da designação gaúcho e seus deslizamentos de sentido, através do tempo, nos conduziu por séculos de história, numa diversidade de discursos sobre o gaúcho, o que aponta para uma questão essencial à continuidade dessa pesquisa: afinal, o que ou quem é o gaúcho? Se nossa revisão bibliográfica inicia com “o homem que vive livre no pampa” e é finalizada por “trabalhador rural sem-terra”, como podemos apontar para uma resposta unívoca? É difícil, pois entre estas duas descrições cabem inúmeras outras, tão adequadas quanto estas. Estamos tratando de uma designação que abriga contradições, que mobiliza diferentemente a memória discursiva, produzindo diferentes efeitos de sentido. Mas quando a questão exige resposta, e isso viabilizará a continuidade conceitual e metodológica da presente pesquisa, precisamos nos restringir à necessária unidade ilusória do sentido; assim, a partir desse momento, mobilizaremos uma significação específica para a designação gaúcho. Não podemos nos prender ao senso comum contemporâneo que diz que gaúcho é todo aquele que nasce ou que vive no Rio Grande do Sul; não podemos também nos prender à definição de gaúcho como sinônimo de fazendeiro, estancieiro, latifundiário, homem de posses que cria gado; não levaremos em

conta tampouco a acepção passageira de gaúcho como adjetivo pejorativo que conotava vagabundo, ladrão, saqueador; nem podemos separar etnicamente o gaúcho como uma raça. Enfim, nesse trabalho, concebemos o gaúcho como uma designação que traz em si marcas de um processo social, histórico, político, econômico e cultural, próprio da fundação e desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Assim, optamos por tomar o gaúcho enquanto sujeito que habita nosso imaginário social: um tipo regional de brasileiro que conquistou espaço físico e simbólico na federação com o sangue derramado (voluntária e involuntariamente) nas revoluções¹²³; um herói representado ficcionalmente na figura mitológica do centauro; um homem ligado às coisas da terra, que ajudou a povoar a zona rural do estado ou que a ela esteja vinculado profissionalmente como trabalhador rural; um integrante do grupo social constituído pela miscigenação racial própria do sul do Brasil (negros, índios, descendentes de europeus) e vinculado, atualmente, às lutas sociais pelos direitos à terra e à dignidade. É esse gaúcho constitutivo de todo o imaginário de um grupo social que alimenta o mito que nos interessa observar, seja em sua constituição histórica seja em suas formas de representação no discurso da narrativa literária gauchesca.

Século XX: a expulsão do gaúcho da terra

“Eu trabalhava numa fazenda em Camaquã, mas aí despediram todos os trabalhadores mais antigos e fiquei sem ter pra onde ir. Nós era uma porção de empregado...” (*Moradores de Corredor*, Murilo Carvalho)

Diante do contexto social que a zona rural do Rio Grande do Sul viveu no século XX, como consequência de toda uma sucessão de desastrosas políticas governamentais, nossa reflexão avança, buscando compreender o deslizamento de sentido que sofreu a relação do gaúcho com a terra no decorrer do tempo, porque compreendemos que esta relação é constitutiva da imagem de formação identitária desse sujeito que estamos investigando. Inicialmente, observamos que o gaúcho é, em essência, um ser telúrico,

¹²³ Segundo Oliven (1992), isso se evidencia “de forma simbólica na bandeira do estado, que é formada por três faixas coloridas: uma verde, a outra amarela, ambas evocando as cores da bandeira nacional, separadas por uma faixa vermelha denotando o sangue que foi derramado na história do estado” (p. 58).

podendo-se inferir que homem e terra fundem-se como elementos inseparáveis na constituição de um herói, de um mito. Mas quando as condições de produção se modificam, como passa a ser representado esse sujeito? Homem empurrado para um lado e terra para outro. E é para o lado da terra que fica o cavalo que, até então, funcionava como elo de ligação entre o homem e a terra. O homem fica só. É um processo gradativo, mas nem por isso menos traumático, até acontecer o rompimento definitivo: um processo que denominaremos de “desterritorialização do gaúcho” (Haesbaert, 1997).

Para abordarmos essa questão, precisamos ingressar no campo conceitual da Geografia Humana, de onde emergem, da década de 70 em diante, as noções de “territorialização-desterritorialização-reterritorialização”, mais conhecido no meio acadêmico como T-D-R, conforme explicita Rogério Haesbaert em sua tese de doutorado, publicada em 1997, sob o título *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Ao mobilizarmos tais noções, estamos buscando compreender as relações de identidade e de alteridade entre o homem e o território que ele ocupa ou desocupa, e ao qual ele, conseqüentemente, pertence ou não-pertence.

Nossa pesquisa tem enfatizado, até o momento, a territorialização, em sua dimensão política, cultural e econômica, como algo constitutivo da identidade do gaúcho, apontando, em alguns momentos, para o caráter não-estável dessa situação. Mas a desterritorialização, vinculada à dimensão econômica, vai se insinuando como algo inevitável, conseqüência do capitalismo selvagem em massiva implantação no pampa rio-grandense (como no resto do país). É a passagem de uma categoria a outra que nos interessa observar, pois, até o presente momento, mobilizamos a fala de viajantes e historiadores para explicitar como o gaúcho é territorializado, como se constrói sua identidade, mas essa estrutura não se repete infinitamente, tendo em vista que ocorre a separação entre homem e terra. É a desterritorialização que produz o desligamento do gaúcho com sua terra, provocando o início de um processo de alteridade, quando o gaúcho não é mais um ente histórico e passa a constituir-se como um ser imaginário, mitológico.

Quando a conjuntura político-social tornou-se adversa e o proprietário, por uma série de razões, não precisou mais do peão nem do soldado, tornaram-se evidentes as condições de sem-terra do peão expulso das fazendas. E esse momento é explicado em nosso imaginário como decorrente de “um descortinamento da realidade” diante dos olhos

do peão, esse momento político e econômico coincidiu com o final do século XIX, contribuindo também com o constante processo de transformação de sentidos sobre a designação gaúcho, fortemente influenciada pelos movimento de expulsão da terra que ele acreditava ser sua e isso é representado no discurso literário em questão.

A partir da noção de territorialização e de poder simbólico, Haesbaert (1997, p. 50) cunha a noção de identidade territorial enquanto

um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica

estabelecendo, assim, na ordem do simbólico a necessária unidade do sujeito que, ao se manifestar discursivamente, fala desse lugar como um representante do grupo e como alguém que se representa nele, ocupando um espaço que é físico e que é simbólico. Haesbaert diz ainda que “territórios e fronteiras são referenciais concretos fundamentais para a construção dessas identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais”.

Por desterritorialização Haesbaert (1997, p. 117) entende “a destruição ou exclusão de antigos territórios e/ou des-integração de novos espaços numa rede econômica globalizada, onde predomina a extroversão”. O autor relaciona o processo de territorialização e de desterritorialização da seguinte forma: “se a territorialização é, sobretudo, enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada e vai reforçar mais os processos político-culturais de apropriação e domínio do que a dinâmica do capital que é, por natureza, desterritorializadora e “sem pátria”” (p. 116).

O gaúcho da história, na verdade, é aquele que contribuiu com o processo de demarcação das fronteiras, ou seja, da territorialização de todo um estado, mas que sempre foi marginalizado, não tendo direito à propriedade e isso, mais tarde, fez dele o sujeito desterritorializado que hoje ele é, constituindo o imaginário social sobre o gaúcho. A partir dessa realidade social, a literatura faz do gaúcho o herói de guerras e revoluções, faz dele o representante do mito do centauro dos pampas, o que não significa que ele tenha

existido de fato, mas ele é o resultado da “escuta” do escritor, que projeta uma imagem de gaúcho para o campo simbólico. Na ficção, então, temos acesso a uma imagem de gaúcho que viveu um processo entre ter raízes para o não ter, do ser alguém no passado para o não saber quem se é no presente, e isso inviabiliza ou pelo menos dificulta a identificação plena do sujeito com a FD na qual está inscrito.

Trata-se, pois, no presente trabalho, de observarmos no discurso da narrativa literária gauchesca - que não é a realidade sócio-histórica, mas que representa/captura “rumores” do social - num primeiro momento, a territorialização e, num segundo momento, a desterritorialização do gaúcho e como isso aparece na discursivização do sujeito, bem como nas formas de representação desse gaúcho na literatura. O processo de transformação do mundo social do gaúcho se dá de forma inevitável: há um sujeito que tem uma identidade que lhe é própria, onde ele se reconhece e reconhece o outro, onde ele consegue realizar com plenitude a unidade ilusória do sujeito da qual ele precisa para manifestar-se discursivamente. Nesse momento ele vive a territorialização, na qual sua subjetividade é reafirmada constantemente, ele acredita ocupar um lugar como seu e é daí que ele se posiciona, identificando-se com a imagem do gaúcho heróico. No entanto, elementos externos produzem mudanças, inicialmente incompreensíveis para ele, que levam esse sujeito a não-identificação plena; ele perde parte de “seu referencial de lugar”¹²⁴, não realizando mais a unidade ilusória de que tanto necessita para manifestar-se discursivamente, ele passa a constituir-se na fragmentação, pois ele se identifica com alguns elementos próprios à caracterização do gaúcho herói e se contra-identifica com outros. Estamos, então, diante de um sujeito gaúcho (ainda!), mas desterritorializado, que olha para fora de si, deparando-se com um entorno desconhecido, e, de certa forma, assustador. Isso desencadeia a construção de novas formações imaginárias que colocam em diferentes lugares padrões e empregados do universo rural gaúcho; assim o peão passa a perceber sua necessária relação com o outro. Estamos diante de um sujeito que percebe que além do que considerava “sua terra” existem outros lugares, com os quais, a princípio, ele não se identifica, mas com os quais passa a conviver e se relacionar. No presente trabalho, o processo de territorialização é observado na trajetória da personagem Blau Nunes e o

¹²⁴ Isso se dá no âmbito do discurso literário, do processo de instituição do mito, que busca na realidade social um referencial de verossimilhança, tão necessário à ficção regionalista; já que o gaúcho histórico era um bandido e que o gaúcho herói tem como referencial um espaço simbólico.

processo de desterritorialização, com a da personagem João Guedes, ambos representando imagens de gaúcho, posições-sujeito distintas nesse processo de identificação e contra-identificação.

Ao mobilizarmos as noções de territorialização e de desterritorialização, estamos também mobilizando as noções de espaço e de lugar, que não se confundem e nem podem passar despercebidas, pois são determinantes na questão identitária no caso do sujeito gaúcho. Inicialmente nos deparamos com a definição de Tuan (apud Haesbaert, 1997) que assim diferencia espaço e lugar: “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (p. 37). Assim

”espaço” é mais abstrato que “lugar”. (...) A partir da segurança e da estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

De Certeau (1994) também explora essas definições, explicitando que “um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. Cada elemento material tem seu lugar “próprio”. “Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (p. 201). Assim como Tuan, De Certeau acredita que o lugar está para a estabilidade assim como o espaço está para o movimento. O espaço, portanto, depende de categorias tais como: direcionamento, velocidade e tempo. O espaço é “de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram”. Mas De Certeau vai além dessa equiparação quando explica que “o espaço está para o lugar como a palavra falada (...) *o lugar é um espaço praticado*”. Assim, podemos conceber o espaço como algo suscetível de ambigüidade, de transformações, de afastamentos e de aproximações, ele tem a mobilidade externa que o lugar não tem, pois “diversamente do lugar, [o espaço] não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio” (Idem, *ibidem*, p. 202). Ao tratarmos da questão do gaúcho herói, representado neste trabalho pela figura de Balu Nunes, vamos nos deparar com um sujeito que acreditava ter seu lugar garantido, pois acreditava que ocupar a terra era pertencer a ela; no entanto, a conjuntura adversa vai retirar o gaúcho desse lugar em que ele se imaginava “plantado” para jogá-lo no espaço. E aí surge Guedes que não tinha

consciência disso, mas a propriedade da terra (que era dos estancieiros) é da ordem do lugar e a “ocupação” da terra (que era feita pelos peões-gaúchos) é da ordem do espaço.

Poderíamos pensar ainda que o lugar é uma apropriação simbólica e cultural do espaço, é adentrar o espaço como algo que está em constante movimento e marcar uma posição, fundando um lugar, estabilizando-o e promovendo uma espécie de coesão necessária para a instauração de uma identidade própria. O espaço abarca a multiplicidade, onde há incontáveis possibilidades de lugar que tem sua fundação condicionada a elementos de ordem subjetiva. Poderíamos equiparar espaço a território ao considerarmos que o pampa ou a campanha rio-grandense era o território gaúcho, um espaço amplo, onde não se encontravam demarcadas fronteiras estáveis e nem estavam instalados centros urbanos, estes, sim, poderiam ser considerados lugares, onde se imobilizava um ponto no espaço e se instauravam fronteiras físicas e simbólicas. Dessa forma, foi se delimitando o espaço do gaúcho, as cercas e os aramados foram fundando lugares. Ele não tinha mais a liberdade de um cavaleiro que galopa rumo ao horizonte, pois essa conotação heróica perdeu seu funcionamento e ele foi impelido a descer do cavalo, colocar os pés no chão, lutar para ocupar um lugar próprio, reduzindo-se da amplitude para a localidade, da liberdade para a propriedade.

Uma outra equiparação que podemos fazer opõe o espaço rural ao espaço urbano: o primeiro é próprio do sujeito em questão e lá se realiza a discursivização, enquanto que o espaço urbano é o que representa o estranho, o diferente, não havendo as mesmas possibilidades de subjetivação do gaúcho. Há, então, um espaço rural que constitui o imaginário social e imediatamente literário, que é onde se funda a identidade e o lugar que o gaúcho acredita ser seu, e este se opõe ao espaço urbano, com o qual se contra-identifica, pois não há lugar para ele. O espaço urbano é clivado de estranhezas, o gaúcho não consegue com ele identificar-se, não há como esse sujeito constituir-se em uma unidade, ele não se estabiliza, não funda um lugar como seu. Enfim, a discursivização a que temos acesso sobre o gaúcho faz dele um sujeito imaginário que só pode existir no espaço rural, lá ele se significa, mas ao aparecer deslocado, posto num espaço urbano, ele não recupera mais os elementos mitológicos em sua plenitude primordial, ele passa a ser “um estranho” para o “outro” e até para si mesmo. O gaúcho aparece perdido nesse espaço, ele perde seu referente de “centauro dos pampas”: foi rompida a aliança imaginária e, imediatamente,

simbólica entre homem e cavalo na terra. Esse novo gaúcho, reinventado pelo nosso imaginário, representa o gaúcho que fica girando sem rumo, buscando localizar-se em algum ponto do movimento, buscando assumir uma posição que não é mais a do herói mitológico, mas de um não-mito sem-terra, sem cavalo, sem nada. É o sujeito em descontinuidade consigo mesmo.

Capítulo 2 – Circunscrevendo o objeto de análise

2.1 Por uma reconstituição da representação das condições de produção do discurso sobre o “gaúcho”

“Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (Le Goff, 1994, p. 477)

Essa reflexão – inscrita na linha teórica que norteia os estudos em AD – que busca investigar como o sujeito gaúcho é representado no discurso da narrativa literária gauchesca, leva em consideração a importância das condições de produção do discurso bem como as representações de condições de produção que são reveladas nesse discurso no momento das análises. A noção de condições de produção (CP) já foi mencionada no desenvolvimento desse trabalho; mas é, nesse momento, que ela será mobilizada em suas especificidades, sendo colocada em relação com outras noções que desencadeiam o processo de constituição do sujeito em análise. Com esse propósito retomaremos, em especial, a noção de CP posta em relação com a de formações imaginárias, observando seu funcionamento no discurso em questão e sua interferência na constituição da imagem do sujeito gaúcho, enquanto representação.

Quando falamos de condição estamos nos referindo à circunstância, a algo que resulta de determinada “situação”, algo que não nos dá liberdade de escolha: a condição se impõe e se aceita, ela já está dada, essa é a sua propriedade essencial. A condição é anterior à produção, ela determina a constituição do produto, pois interfere no processo mesmo de produção.

Antes mesmo de falar em condição de produção de um discurso, Pêcheux (1993a) definiu *processo de produção* como “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em “circunstâncias” dadas” (p. 74), sendo estas “circunstâncias” o que ele designou como condição de produção de um discurso, estabelecendo relações inarredáveis entre *circunstância* e *processo de produção*. Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 165) afirmam que devemos nos interessar “pela emergência dos discursos em circunstâncias determinadas, o que implica uma preocupação com os usos sociais da língua”. O discurso, portanto, deve ser estudado a partir das ligações que se estabelecem

entre suas condições e seu processo de produção. Pêcheux (1993a) diz, ainda, que as CP estão para a AD assim como o *contexto* ou a *situação* está para a Lingüística; a diferença reside no fato de que em AD analisa-se o discurso, colocando-o sempre em relação com outros discursos; enquanto a Lingüística detém-se em analisar o texto como “uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma” (p. 79).

Ao estabelecer relações entre discursos, Pêcheux remete o analista também às “relações de sentido” que se produzem no movimento de vai-e-vem entre os discursos, pois é nesse movimento pendular que sentidos se agregam ao discurso ou se despreendem dele, sendo reiterados num determinado momento ou transformados num outro. Sob esse ponto de vista, tudo depende das condições nas quais o discurso é produzido, quem o produz, para quem ele fala, enfim, depende de uma série de “circunstâncias” que trazem à tona um discurso e não outro, com um enfoque e não outro; enfim, trata-se de um lugar histórico e social, no qual o sujeito assume uma posição e sob tais circunstâncias produz-se um determinado efeito de sentido e não outro.

São três os elementos estruturais essenciais que sustentam o funcionamento das CP na constituição do discurso (e, conseqüentemente, do sujeito e do sentido): o sujeito, o referente e as formações imaginárias produzidas pelo e sobre o sujeito e sobre o referente. Partindo desses três elementos, Pêcheux elege o sujeito produtor de discurso (elemento estrutural das CP) como aquele que estrutura seu discurso com vistas no que está ao seu redor, seja da ordem do consciente ou do inconsciente, respondendo de alguma forma ao que se espera dele naquele momento. Trata-se de um sujeito inserido numa determinada formação social que assume uma determinada posição, conforme as formações imaginárias que fazem com que ele atribua um papel a si mesmo e ao outro, sendo que esses elementos estruturais viabilizam o desenvolvimento do processo discursivo. Assim, é o discurso que estabelece relações entre o eu e o outro, inscritos numa determinada formação discursiva, e se realiza enquanto efeito de sentido que as CP autorizam naquele momento, naquele processo discursivo, o que pode promover um processo de identidade entre o eu e o outro como pode promover um processo de alteridade.

Um outro elemento estrutural próprio às CP é o “referente” que funciona como um “objeto imaginário” (evocado pelas formações imaginárias onde está inserido o sujeito, como um ponto de vista particular sobre a coisa de que trata o discurso). O referente

também funciona como um elemento estrutural das CP, porque mantém uma relação essencial com o sujeito produtor do discurso já que o sujeito se manifesta como alguém capaz de ocupar um lugar para falar, e o processo discursivo pressupõe que esse sujeito possa responder à questão: *sobre o que eu falo afinal?*

Os efeitos de sentido que se produzem a partir do referente também resultam de processos discursivos anteriores e, conforme diz Pêcheux (1993a, p. 85), provenientes de outras CP “que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo”. Então, da mesma forma que um discurso é sempre atravessado por outros discursos, o referente também se constitui como um “objeto imaginário” que recupera outras formações imaginárias que vêm de outros lugares para produzir efeitos de sentido no processo discursivo em questão. A partir dessa reflexão, Pêcheux chega a um ponto muito importante de sua teoria: não há como recuperarmos a origem primeira de um discurso ou mesmo o imaginário primeiro que se produziu sobre um determinado referente; tal busca seria insana e infinita, já que um discurso, um sujeito ou um referente sempre remete a algo que lhe é anterior e que sofre atravessamentos de toda a ordem.

Um estudo sobre o estatuto das CP no processo discursivo vem reiterar os princípios da teoria pecheutiana de que o sujeito não tem como controlar os sentidos que o seu discurso produz, assim como de que ele não é a origem de seu dizer. Na verdade, uma análise puramente lingüística poderia produzir a ilusão desse sujeito ser um controlador de sentidos, mas quando passamos para o domínio do discurso a ilusão se desfaz, como veremos na análise do discurso literário gauchesco em questão. É no discurso que descobrimos as posições-sujeito tomadas no interior de uma FD heterogênea que comporta as contradições constitutivas da forma-sujeito, colocando em relação, na produção do discurso, elementos de ordem interna e externa.

Essa noção de CP é essencial para propormos uma reflexão sobre a representação da constituição da imagem do gaúcho no discurso narrativo literário, porque são as CP que nos fornecem subsídios histórico-sociais para o desenvolvimento desse estudo. A noção de CP, em AD, “é o que regula a relação entre a materialidade lingüística de uma seqüência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção”, fundando, assim, “os procedimentos de constituição do *corpus* discursivo” (Courtine, 1982, p. 246). No caso do

presente trabalho, analisaremos o discurso a partir de seqüências discursivas, produzidas sob determinadas CP, que aparecem representadas no discurso ficcional.

Partimos da hipótese de que o gaúcho revelado pela ficção é um mito, mesmo sabendo que antes de ser representado na literatura como herói ele é representado pela história como bandido. Tomamos o discurso da narrativa literária gauchesca em questão como um lugar de fixação/transformação da imagem do gaúcho, mas não da criação do gaúcho, enquanto mito primitivo. É preciso levar em conta, aqui, que a criação do mito não depende da sua narração literária, porque onde ele foi criado não precisava ser recontado, bastava que fosse vivido em seu teor mitológico como algo presente. Isso não quer dizer que ele não foi discursivizado no lugar e no momento de sua criação, mas o certo é que se isso ocorreu não foi de modo organizado como uma narrativa literária é em nossa contemporaneidade. Importa dizer, então, que o gaúcho mitológico que encontramos nas narrativas literárias do século XX, por exemplo, é resultado de um processo tardio de recontagem de histórias orais sobre o herói de tempos primitivos. Ou seja, dispomos do discurso da narrativa literária gauchesca enquanto *discurso sobre o gaúcho* e não propriamente *um discurso do gaúcho*, onde temos acesso à representação literária de tomadas de posição do sujeito gaúcho que são determinadas, entre outros elementos, pelas condições de produção do discurso “sobre” e essas condições de produção, representativas da conjuntura histórico-social e política, também são representadas de uma forma ficcional no interior desse discurso, fazendo parte de sua constituição.

Diante desse quadro, é que se revela a importância da recuperação de elementos histórico-sociais para a compreensão da figura mitológica do gaúcho presente nas narrativas literárias em questão, onde as CP têm papel essencial, vindo de outro lugar (que é mitológico e é histórico) para funcionar como constitutivas no discurso ficcional. Esse papel não é desempenhado com o compromisso de completude e de transparência, mas é desempenhado de modo satisfatório porque tem sua base de sustentação em fatos que são anteriores à literatura. Nesse caso, as CP recuperam fragmentos de história discursivizados por viajantes, na maioria estrangeiros; e por historiadores, como forma de reconstituição de um todo complexo que é anterior à instauração de um imaginário social que criou e instituiu a figura mitológica do gaúcho no interior de uma sociedade que a mantém viva até

hoje. A forma de manutenção desse mito é que é discursiva e, por vezes, literária; mas a sua criação se deu em outro tempo e sob outra ordem.

Temos, assim, a constituição de imagens de gaúcho, enquanto representações de posição-sujeito, no discurso da narrativa literária gauchesca vinculada às condições de produção de tipo heterogêneas, tal como são representadas nesse discurso. A representação desse sujeito está essencialmente inscrita num domínio de saber bem específico: o da FD gaúcha, sendo que cabe a ela produzir um efeito de estabilidade. Trata-se de um sujeito representado como aquele que se identifica mais ou menos com a forma-sujeito gaúcha e está inscrito numa representação de FD que também não é homogênea e que não tem suas fronteiras arbitrariamente delimitadas, mas que mais ou menos regula o que pode e deve ser dito. Assim, nos deparamos com um lugar propício para a observação de efetivas práticas discursivas heterogêneas, onde as CP do discurso, tal como são representadas, no cruzamento dos discursos (histórico e literário), proporcionam a interferência do diferente no interior do mesmo, onde o outro fala do gaúcho; recuperando sob um olhar enviesado a história (e a ficção) desse gaúcho que conhecemos atualmente.

A história do “gaúcho” contada pelo “outro”

“Foi por tudo isso que Chiru Caré gostou
daquela campanha.
Na paz vivia como um bicho.
Na guerra era um homem.”
(Érico Veríssimo)

A designação de “gaúcho”, própria do habitante do Rio Grande do Sul na atualidade, é anterior mesmo à denominação que o estado brasileiro recebe atualmente, trata-se de uma forma histórica que tem seu referencial fundante no espaço físico e cultural do “pampa”, denominando um determinado grupo social que habitava também o além-fronteiras do território brasileiro.

Antes de falarmos do habitante do Rio Grande do Sul, devemos buscar sua origem geográfica e cultural num cenário mais amplo: o da América do Sul. Geograficamente falando, o que se convencionou chamar gaúcho (atualmente designação de todo e qualquer

habitante do Rio Grande do Sul) foi um grupo social bem específico que se fixou no pampa sul-americano. O pampa corresponde a um espaço territorial que abrange terras do Brasil, da Argentina e do Uruguai. Trata-se de um termo de origem indígena¹²⁵ que designava, inicialmente, um território plano coberto por vegetação rasteira. Essa designação é bastante anterior à invasão da América pelos europeus, numa época em que o pampa não tinha dono e sobre ele reinava absoluta a cultura indígena, tendo em vista que “grupos indígenas povoaram a bacia do Prata há mais de 12 mil anos” (Golin, 1999, p. 16). Inclusive, algumas tribos acabaram recebendo a denominação genérica de pampeanas, vivendo em uma época em que não havia fronteiras demarcadas nem divisões políticas civilizatórias. Esses índios viviam em constantes migrações conforme a conveniência de abundância de pesca, caça e coleta de alimentos silvestres, em sua cultura não havia necessidade de se visualizar fronteiras físicas, cada grupo sabia qual era o seu território. Assim, instaurava-se uma outra forma de estabelecimento de fronteiras entre as tribos, fronteiras que funcionavam muito bem, mesmo que, na maioria das vezes, fossem mais da ordem do simbólico do que do físico.

Com a ocupação do referido território pelos brasileiros¹²⁶, europeus, portugueses e espanhóis que disputavam a posse das terras, o pampa passou a significar campo ou campanha e não se limitava mais aos terrenos planos, abrangendo já outros terrenos mais acidentados (serros, banhados, etc.). No tocante ao Brasil, o pampa ocupa uma boa parte do estado do Rio Grande do Sul, e na época da chegada dos colonizadores era habitado por cerca de “95 mil indivíduos“ de origem indígena (Golin, 1999, p. 38), sendo que o modo de vida pampeano acabou se desenvolvendo em quase todo o interior do estado. Isso possibilitou um deslizamento de sentido ainda maior para a palavra pampa, que passou a designar, de forma ainda mais genérica, o meio rural do estado, fundando um espaço imaginário que vai do geográfico para o simbólico. O que num primeiro momento tinha um valor físico (territorial) passa num outro momento a agregar valores culturais (identitários), nos remetendo à forma de vida do habitante do pampa que tem seu meio de sobrevivência apoiado na pecuária e sua existência vinculada àquelas terras.

¹²⁵ Provavelmente cunhado pelos índios quíchuas, que habitavam extensa região da América do Sul.

¹²⁶ É importante salientar que aqui estamos designando como brasileiros os habitantes das outras regiões do Brasil que foram mobilizados no período de colonização do sul do país, dentre eles destacam-se os bandeirantes paulistas e os bahianos. Isso se dá em função de que o Rio Grande do sul é a última região brasileira a ser colonizada.

Assim sendo, ao dizermos “pampa” estamos situando o território onde se dá a constituição da imagem de gaúcho que estamos investigando, mas não se trata apenas de uma questão geográfica, pois ela passa à ordem do simbólico que influencia em toda a constituição de uma cultura rio-grandense, que depois se convencionou chamar “gaúcha”. Ao se falar do gaúcho há, entre os estudiosos, uma espécie de consenso em dizer que o gaúcho brasileiro é essencialmente diferente do gaúcho uruguaio ou argentino, pois embora sejam provenientes de uma mesma família, acabaram se distanciando bastante. Conforme sintetiza Reverbel (1998)

não há identidade entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. Trata-se de tipos sociais diferenciados histórica, sociológica e culturalmente. Mas há pontos de aproximação, aspectos semelhantes, contatos, interpenetrações. Afinal, a família é a mesma (p.136).

Na verdade, o modo de vida primitivo é muito semelhante e há a vinculação geopolítica de necessidade de conquista do território. No presente trabalho não temos por objetivo propor um contraponto entre o gaúcho platino e o rio-grandense, o que não impede que observemos, em determinados momentos, como o discurso da narrativa literária em questão recupera elementos próprios da interpenetração cultural que ora aproxima e ora distancia esses gaúchos, pois a imagem de gaúcho que a ficção gauchesca nos dá a conhecer é inspirada culturalmente na figura do gaúcho platino, já que o RS, historicamente, não fornece tantos elementos para a construção de tais narrativas.

O colonizador vem produzir mudanças radicais na forma de vida dos habitantes do pampa, pois em sua ânsia de dominação tenta incorporar traços culturais e ideológicos da civilização européia nos índios sul-americanos, extinguindo o modo de vida que lhes era próprio, ocupando a terra e apropriando-se dela. A invasão da América pelos europeus é marcada pela escravização dos índios que acabaram mortos em genocídios ou então isolados em aldeias ou reservas indígenas, reféns em sua própria terra. Os índios que sobreviveram acabaram contribuindo para o povoamento do Rio Grande do Sul num processo de miscigenação com negros - trazidos da África como escravos - e brancos - advindos da Europa, como colonizadores; ou oriundos de São Paulo e do norte/nordeste do

Brasil: os bandeirantes¹²⁷, já considerados brasileiros. Tal mistura de raças resultou na herança cultural que o estado conhece atualmente.

Nosso interesse recai sobre o gaúcho, habitante do pampa brasileiro, que aparece como constitutivo da história e da ficção do Rio Grande do Sul, o que nos leva a investigar como ela é contada por viajantes e por historiadores para depois, então, compreender como ela será re-significada pela literatura. Nosso ponto de partida é a presença da designação gaúcho, no final do século XVIII, nos relatos de viajantes, a partir dos quais é possível observar reiterações e alterações de sentido sobre tal designação através do tempo. Nos interessa, em especial, as alterações de sentido que são tanto de ordem gramatical quanto de ordem discursiva. Observando a trajetória que tal designação faz de uma categoria gramatical a outra (de substantivo para adjetivo e para substantivo novamente), percebemos um movimento que produz consideráveis deslizamentos de sentido; assim como percebemos que se dá a vinculação de tal designação a conotações depreciativas, em determinados momentos, e a conotações apreciativas, em outros momentos, produzindo diferentes efeitos de sentido no discurso em questão. A apreensão desses processos de deslizamentos de sentido se realiza de modo lacunar, tendo em vista que “a história, para quem analisa discursos, não são os textos em si, mas a discursividade” (Orlandi, 1990, p. 18), enquanto lugar de significação, passível de falhas e de saturações. De fato, estamos tratando de materialidades discursivas e que, portanto, são da ordem do simbólico, tendo como características próprias a incompletude e a opacidade.

É importante salientar aqui que os viajantes que narram a história são estrangeiros e, portanto, apresentam o olhar do “outro” sobre o Brasil e, conseqüentemente, sobre o Rio Grande do Sul. Trata-se do ponto de vista de quem vem de fora, de alguém que depois da “descoberta” quer “conhecer” esta terra, seus habitantes e seus costumes. É o olhar do europeu sobre o brasileiro-gaúcho, ou seja, os viajantes são sujeitos que estão inscritos, desde o princípio, no discurso próprio dos colonizadores. A história é, então, contada, num primeiro momento, pelo “outro” estrangeiro e só bem mais tarde teremos publicações de

¹²⁷ Inicialmente, a designação bandeirantes referia indivíduos que constituíam sociedades acionárias, organizadas na câmara de vereadores de São Paulo no decorrer do século XVII, que visavam capturar e prender indígenas do sul do país com o objetivo de escravizá-los (Flores, 1988, p. 16); mais tarde, tal designação passou a significar um modo de vida, o comportamento de determinados indivíduos que, mesmo não tendo participado das Bandeiras, tinha atitudes semelhantes.

historiadores, propriamente ditos, que acabam também buscando subsídios nas narrativas dos viajantes; eles estão no lugar de fundação do “discurso sobre” o brasileiro, de modo geral, e sobre o gaúcho, de modo muito específico. Portanto, ter como ponto de partida o relato dos viajantes é inevitável, e nos traz duas implicações básicas, que devem ser levadas em consideração: a primeira é de que o seu compromisso é com os europeus e não com os brasileiros, o viajante é aquele que está de passagem, “sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar a seus conterrâneos o que conseguiu perceber”, ainda assim devemos estudá-lo como “um observador alerta e privilegiado” (Leite¹²⁸, 1997, p. 10); a segunda implicação é de que freqüentemente o viajante está emitindo juízo de valor sobre o país visitado e seu povo, assim ele sobrepõe sua postura de civilizado a de não-civilizado do brasileiro, julgando seus fracassos e sucessos, como alguém superior, o que acaba gerando mal-entendidos de toda a ordem, ainda assim podemos fazer uso de seus relatos enquanto uma coleção de fragmentos de discurso que remontam à época da nossa colonização.

Perseguir a designação gaúcho através da história, seja contada pelos primeiros viajantes que cruzaram o Rio Grande do Sul e ou pelos historiadores que tentam recuperar os fatos ocorridos há muito tempo, implica estabelecer relações entre o gaúcho e os outros elementos que contribuem para sua constituição, tais como: *a terra, o gado e o cavalo*.

Definitivamente a figura do gaúcho só se constitui na integração do homem com o seu cavalo; inclusive Reverbel (1998) chega a afirmar que o gaúcho “cultua o cavalo”, é como se o cavalo também fosse um pouco herói da história do Rio Grande do Sul, afinal “o gaúcho não existiria sem o cavalo” (p. 131). É nessa relação entre o homem, o animal e o pampa que vai se caracterizando o gaúcho, aquele que trabalha na apreensão e criação de gado e que defende as fronteiras territoriais como um soldado ímpar. Essa é a imagem mitológica do gaúcho que habita o imaginário social.

Na verdade, a figura do gaúcho se constitui em função dos outros dois elementos que lhe são anteriores, pois muito antes de se introduzir a designação gaúcho no “discurso sobre” o habitante do pampa sul-americano, o homem que habitava esta terra mantinha com ela uma estreita relação de amor e respeito. É com a descoberta das terras pampeanas pelos

¹²⁸ Desenvolveu cerca de duas décadas de pesquisa sobre os livros de viagem sobre o Brasil, produzidos por mulheres estrangeiras entre os anos de 1803 e 1900.

colonizadores que se dá a introdução do cavalo na rotina dos índios nativos, conjugando-se assim, a partir do século XVI: homem-terra-cavalo-gado. Vejamos mais precisamente um relato¹²⁹ de 1704: “tendo entre o [Rio] Paraná e o [Rio] Uruguai a campanha entromidia¹³⁰ com tanta abundância de cavalos e éguas como é em todas as mais partes daquelas terras de touros e vacas” (Ribeiro Apud Cesar, 1969, p. 65).

Enfim, desde os primórdios, o Rio Grande do Sul conheceu um ser metade homem e metade cavalo que galopava pelas coxilhas e campos indivisos, e essa é a primeira referência para essa pesquisa que busca compreender os efeitos de sentido que a designação gaúcho produz através dos tempos e da história, bem como as formas pelas quais ele é representado, depois, na literatura.

2.2 O resgate dos primeiros relatos

“Dos meus - verdadeiros – casos, posso citar inúmeras testemunhas infelizmente quase todas mortas e as restantes morando longe; há algumas cujos nomes esqueci, mas cujas fisionomias guardo nos escaninhos da memória.” (*Casos do Romualdo*, João Simões Lopes Neto)

A criação e a instituição do mito do gaúcho está prioritariamente ligado aos acontecimentos sócio-históricos que o Rio Grande do Sul presenciou, numa tradição que envolve guerras e revoluções. O resgate desse passado é possível tanto pela voz dos historiadores quanto pelos relatos dos viajantes, em sua grande maioria estrangeiros, que percorriam o estado em busca de uma aventura exótica ou por interesses políticos/econômicos ou, ainda, científicos. Assim, muito do que a história oficial revela também busca sustentação na voz dos viajantes, daí o crédito que tais relatos ganham em nosso trabalho.

As principais notícias que se tem do gaúcho são advindas do discurso do outro, um olhar estrangeiro bastante significativo diante das circunstâncias da época. Trata-se de um olhar que se lança no desvendamento dos segredos de um povo ainda bastante distante do protótipo de civilização que vigorava já na Europa. Trata-se de um olhar que vem de fora e

¹²⁹ Relato de Francisco Ribeiro, dirigido à Coroa Portuguesa.

¹³⁰ O mesmo que Intermediária.

tenta descrever o integrante de um grupo social marginalizado que vivia na zona fronteiriça entre o sul do Brasil, a Argentina e o Uruguai. Estes viajantes, em sua grande maioria, tinham o claro objetivo de “conhecer” essas terras quase desabitadas, visando descobrir suas maiores riquezas tanto de ordem econômica (potencialidades!) quanto de ordem natural (as especificidades da fauna e da flora, tão peculiares), não havendo pretensões explícitas de se realizar grandes conquistas ou de participação no processo colonizador.

Esse olhar que os viajantes estrangeiros lançam sobre o gaúcho resulta em minuciosos relatos escritos, que trataremos como o “discurso sobre” o gaúcho. Esses importantes relatos nos conduzem a analisar um discurso que é produzido no movimento de fora para dentro, mas que revela os primeiros vestígios para que se re-estabeleça uma História sobre o gaúcho. Sob a égide do *discurso sobre* é possível reunir uma diversidade de posições-sujeito que apresentam diferentes versões do gaúcho, pois embora os viajantes sejam, na maioria, provenientes da Europa, eles têm particularidades ideológicas e morais que aparecem claramente na construção dos relatos que descrevem o gaúcho. Nesse discurso co-existem saberes advindos de diferentes FDs, de diferentes sistemas culturais, onde a civilização européia funciona como ponto de referência. Os viajantes têm um referente que se faz valer, que está sempre presente, apontando para as diferenças; tudo o que eles identificam como diferente ou exótico (às vezes incompreensível!) é em situação de comparação com o que se conhece em termos de Europa, de vida em sociedade organizada. O discurso dos viajantes tem como índice organizacional as oposições entre barbárie e civilização, sempre estabelecendo uma distância segura entre o que é da ordem do certo e do errado, do positivo e do negativo, onde os povos civilizados funcionam como parâmetro e têm primazia sobre os nativos, ditos bárbaros; e sobre os grupos sociais marginais, ditos semi-bárbaros.

No entanto, compreendemos esse processo como “primeiras relações entre diferentes”, onde as relações que se estabelecem, em diferentes momentos históricos, entre o gaúcho e o outro estrangeiro são relações sociais entre sujeitos diferentes que ocupam, cada um a seu turno, uma determinada posição no interior da FD na qual está inscrito prioritariamente. É desse lugar que cada um fala, que produz o seu discurso – atravessado por outros discursos - e dá sentido às coisas do mundo, conhecidas e desconhecidas. Quando o viajante relata suas impressões sobre o gaúcho, seu discurso e os efeitos de

sentido que ele produz não são resultado de um processo puramente subjetivo, porque sofreu a interferência de elementos que são exteriores ao sujeito e constituem sentido. Assim, também o discurso literário, que nos dedicamos a observar, conserva a interferência dos elementos exteriores, funcionando enquanto lugar de emergência dos “rumores” advindos do que é histórico e do que é mitológico, revelando, no discurso ficcional, diferentes imagens de gaúcho, podendo reiterar efeitos de sentidos já pré-estabelecidos ou produzir efeitos outros que não os esperados.

Assim, incursionamos pelo discurso dos viajantes levando em conta a premissa de que “os discursos estabelecem uma história” (Orlandi, 1990, p. 14) que não é, necessariamente, cronológica e/ou de cunho científico, mas que funciona como processo de produção de sentidos, que é o que realmente nos interessa observar na constituição do gaúcho. A história é uma forma de representação da realidade social e os relatos dos viajantes que selecionamos têm também um papel fundador na construção do imaginário social “sobre” o gaúcho que conhecemos atualmente. Embora os relatos dos viajantes, que se aventuraram pelo Rio Grande do Sul entre os séculos XVIII e XIX, estejam cronologicamente afastados do discurso da descoberta do Brasil, é possível observar uma espécie de recuperação da tendência em se falar dessa terra como algo a ser ainda descoberto, conhecido. Os viajantes, ao entrarem no estado com o objetivo de conhecê-lo e ao produzirem relatos escritos, posteriormente transformados em célebres publicações, seja no país de origem seja no Brasil, estão “dando a conhecer” esta terra, sobre a qual nada de concreto se sabia na Europa. Esse lugar que não passava de uma parte do denominado “Novo Mundo”, que era o continente americano como um todo, ganha espaço e constitui, na voz dos viajantes, um capítulo a parte na história da Humanidade.

Posto isso, nos perguntamos: afinal, que efeitos de sentido encontramos nesse discurso que o estrangeiro produz sobre o gaúcho? Os efeitos de sentido mais evidentes revelam um olhar curioso e surpreso que salienta diferenças de toda a ordem entre o europeu e os habitantes da América. Trata-se de um olhar que não se preocupa em historicizar a trajetória do gaúcho ou em revelar os acontecimentos históricos e discursivos que fazem dele uma figura mitológica. A preocupação que parece ser a mais evidente, por parte dos viajantes, é a de caracterizar culturalmente o outro, seja ele o índio ou o gaúcho no interior de seu meio social, suas peculiaridades e exotismos. Assim, explicitam-se ainda

mais as diferenças culturais e civilizatórias entre o sujeito que fala e o sujeito que é falado, onde um único ponto de vista pode emergir: aquele detentor do poder da palavra, sobretudo da palavra escrita. É sob o ponto de vista moral e civilizatório que o gaúcho aparece descrito na história que é possível recuperar nos relatos dos viajantes. Precisamos entender os relatos dos viajantes como discursos que produziram determinados efeitos de sentido nas condições de produção nas quais emergiram e que continuam produzindo efeitos de sentidos até hoje. Por isso o nosso gesto de leitura é possível e por isso é que podemos propor efeitos de sentidos outros sobre um discurso produzido há séculos atrás, o que pode resultar na desconstrução de evidências que funcionaram perfeitamente no decorrer da história. Talvez o fio condutor dessa parte do trabalho com a parte das análises é o “discurso sobre” o gaúcho que primeiro localizamos nos relatos dos viajantes – isso nos ajuda a compreender as condições de produção da imagem do gaúcho – e que depois aparece representado no discurso literário narrativo regionalista, em pleno século XX, reiterando e alterando sentidos, produzindo “efeitos de real”.

O gaúcho marginalizado integrante de um pequeno grupo social

Entre 1817 e 1818, Nicolau Dreys empreendeu uma viagem à, então denominada, Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, cujas impressões documentou na obra “Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul”, publicada em 1839. Nesta obra encontramos um capítulo destinado às suas impressões sobre os habitantes desta região do Brasil, grande parte deste capítulo é destinada à descrição do que ele designou como Rio-grandense ou homem do Rio Grande ou habitante do Rio Grande, descrevendo-o como “geralmente alto, robusto, bem apessoado (...) com feições viris” ((1961¹³¹, p. 149). Esta descrição genérica é bem diferente da que segue e faz referência a um grupo social bem particular denominado gaúcho, a quem o autor se refere da seguinte maneira “*Gaúchos*: expressão local a que não pretendemos dar aceção nenhuma desfavorável; a esses consagraremos umas linhas em separado” (p. 145). Entre esses dois grupos sociais, há ainda o grupo dos contrabandistas, que ganha pouca ênfase na descrição, tendo em vista

¹³¹ Edição atualizada que estamos utilizando.

serem “vagabundos, sempre armados e sempre em marcha, combatendo igualmente [aos gaúchos] os soldados, as milícias e os guardas fiscais das duas nações¹³², como também índios bravios e tigres” (p.165).

Desde o princípio da descrição, o Rio-grandense é reconhecível por sua coragem a toda prova (andando sempre bem armado); sua retidão de caráter; sua generosidade e hospitalidade com estranhos e estrangeiros (embora implacável com o inimigo); seus hábitos alimentícios; sua caracterização física e indumentária característica; bem como é destacada sua relação com o cavalo como algo que o diferencia dos habitantes de outras regiões do Brasil. É importante salientar que a grande maioria dos habitantes do estado, nesta época, localizava-se na zona rural, mesmo porque a urbanização começava a chegar lentamente. Assim, gaúchos ou não, todos viviam da pecuária, direta ou indiretamente.

Segundo Dreys, “o cavalo é feito auxiliar indispensável da vida do homem (...) o Rio-grandense folga de percorrer suas imensas planícies sempre a cavalo (...) vem a ser uma espécie de aliança que tem contraída com o cavalo” (p. 146), inclusive ele salienta que se reconhece a “posição social do habitante do Rio Grande” pelo luxo que ostenta seu cavalo. É interessante notar que ao descrever a vestimenta desse homem, Dreys destaca o uso do *ponche*¹³³ que o defende das intempéries próprias do sul do Brasil, mas o sentido do uso dessa indumentária pode ir além do convencional, pois ao estar montado a cavalo e fazendo uso do ponche, constitui a imagem de um único ser: homem e cavalo unidos.

Ao introduzir o assunto, Dreys deixa claro o preconceito reinante na época: a designação rio-grandense reúne todo o grupo que habita o estado, tais como índios (denominados selvagens), negros (escravos) e colonizadores (europeus), mas o grupo denominado gaúcho deve ser descrito separadamente, pois tal designação era carregada de sentidos pejorativos. Na verdade, ao tentar dissolver o preconceito, Dreys acaba reiterando-o na negação que faz ao dizer “não pretendemos dar acepção nenhuma desfavorável”, ou seja, todos falam desfavoravelmente desse grupo, “procuraremos nos manter neutros”, mas isso não acontece, pois ao tratar esse grupo em separado e dar-lhe características negativas,

¹³² Aqui faz-se referência à região fronteira, por onde andavam livres os denominados gaúchos e os tais contrabandistas.

¹³³ “Vestido de obrigação para o Rio-Grandense (...); ponche é o traje que mais convém aos indivíduos nômades por profissão ou por obrigação momentânea, como os viajantes. (...) ele defende o homem do frio e da chuva. (...) Debaixo do ponche, as armas do cavaleiro estão seguras e preservadas da umidade.” (Dreys, 1961, p. 147)

Dreys o descreve de forma discriminatória, reiterando o efeito de sentido que tal designação produzia na época, qual seja: um efeito totalmente pejorativo.

Para Dreys, o gaúcho tem muito em comum com o aborígene selvagem que habitava o sul desde o princípio, tendo em vista que eram “formados originariamente do contato do índio com a raça branca”, e descreve o grupo como “essa singular associação cujos membros são designados no Sul por essa denominação, a qual, todavia, perdeu nessa aplicação alguma coisa do significado desfavorável que lhe era primitivamente inerente” (p.160). Na seqüência da descrição, o gaúcho aparece como nômade, solitário, sem chefes, sem lei, sem polícia, desconhecedor da moral social européia em voga na época, conhecendo apenas o sentimento de gratidão, expressado para com quem o ajuda ou emprega, ou mesmo lhe deposita confiança¹³⁴. A todas estas características, soma-se a de grande jogador, capaz de perder tudo o que possui e nessa posição (de perdedor) “é que o gaúcho torna-se temível”, pois embora tomado de profunda mágoa “nunca se altera nele aquela superfície de impassibilidade que faz parte mais saliente de seu caráter; ele diverte-se, sofre, mata e morre com o mesmo sangue frio” (p. 161), como um bandido implacável. O viajante, ao relatar suas impressões sobre as características e o comportamento do gaúcho, deixa transparecer um misto de temor (pelo desconhecido) e de admiração pelo diferente, contribuindo, dessa forma, com a construção de todo um imaginário sobre o gaúcho.

É importante salientar que o autor não se detém em realizar comparações entre o rio-grandense e o gaúcho, mas a origem civilizada do viajante faz com que ele se identifique mais com o indivíduo designado rio-grandense e este acaba funcionando como parâmetro de onde o narrador parte para descrever o gaúcho. Assim, as descrições vão estabelecendo pontos de contato entre um e outro, como características em comum: a coragem, a liberdade, a frieza, o uso implacável de armas, a força física, a impetuosidade e, sobretudo, a relação que se estabelece entre o homem e o cavalo: “o gaúcho é ótimo cavaleiro”, identificando-se com o animal. A descrição de Dreys nos leva a crer que esse gaúcho demonstra maior destreza com o animal do que o rio-grandense “civilizado”, utilizando-o muito bem em situações de caça e de guerra, enfim: “o gaúcho a cavalo é

¹³⁴ É interessante observar aqui as relações de classe, por exemplo: empregados e patrões, nas quais o gaúcho era o dominado e os proprietários de terras e rebanhos eram os dominantes.

homem superior (...) o gaúcho a pé é homem ordinário” (p. 164). A presença do cavalo é um indício da constituição do gaúcho, é a montaria que fornece superioridade ao homem, pois se a pé ele é um homem comum ao unir-se com o cavalo ele agrega valores heróicos. Assim, a designação gaúcho refere e caracteriza, num só ser, o homem que vive no campo e que está sempre acompanhado de seu cavalo, seu fiel companheiro que lhe empresta sua altivez e majestade, tão inquestionáveis naqueles tempos.

Segundo Dreys, o gaúcho valoriza suas posses materiais apenas no momento em que quer jogar ou adquirir algo que satisfaça um capricho passageiro, não fazendo questão de reunir propriedades ou de suprir necessidades cotidianas. Esse desapego às coisas materiais parece ser uma barreira intransponível, representando uma falha de caráter incorrigível, já que os parâmetros de Dreys são outros. O viajante observa o comportamento do gaúcho como um avaliador de conduta e diante das necessidades dos homens civilizados, inseridos num contexto europeu, ter dinheiro à mão e lucrativas propriedades significa muito. Assim, em sua avaliação, a conduta do gaúcho fica muito aquém do que se esperaria de um homem de bem, Dreys não percebe que na condição de não-civilizado o gaúcho - marginalizado pela sociedade e pelo Estado - tem outros valores. O ideal de liberdade, por exemplo, é muito presente na conduta do gaúcho, mal visto, às vezes, por não valorizar os bens materiais. Segundo Dreys, o gaúcho busca formas de prazer nos jogos que conhece e no tabaco, mas é aquele que não é dado ao vício da embriaguês, procurando sempre manter-se sóbrio e, conseqüentemente, livre.

Apesar de Dreys traçar inúmeros comentários que explicitam o seu gosto pela província descrita, pelo tratamento igualitário que todos os estrangeiros recebiam ao aqui chegar, ele não deixa de mencionar a imagem que o restante do Brasil tinha sobre esta província pouco civilizada e isolada dos grandes centros já em pleno desenvolvimento. Segundo o autor, “o Rio Grande tem sido considerado como uma espécie de purgatório dos negros (...) era o destino que lhes infligia como um castigo” (p. 167), assim sendo, pode-se concluir que os elementos da população do resto do Brasil que não tivessem a conduta considerada adequada eram deportados para a referida província, vindo a habitá-la e, conseqüentemente, a povoá-la. Nessa época, estava sendo construída uma imagem tosca do Rio Grande do Sul, lugar de barbárie destinado aos nativos e aos fora-da-lei.

“Gaúcho”: de substantivo a adjetivo efêmero

Já entre 1820 e 1821 adentra as terras rio-grandenses o francês Auguste de Saint-Hilaire, um dos viajantes mais respeitados pela crítica na atualidade, que reúne suas impressões na obra “Viagem ao Rio Grande do Sul”. É importante ressaltar que este autor preocupou-se mais com a coleta e catalogação de material botânico e zoológico, observando conforme a conveniência elementos geográficos e históricos; do que com os aspectos sociais e étnicos da região, propriamente. Sendo assim, restringimos nossa pesquisa aos esparsos comentários que ele faz sobre o habitante do Rio Grande do Sul.

As primeiras anotações de Saint-Hilaire (1999)¹³⁵ sobre os aspectos sociais do Rio Grande do Sul destacam a quase total ausência da lei, segundo ele, “índios civilizados (...) e aventureiros brancos que nada possuem querem enriquecer-se à custa do saque” (p. 35), seja em território brasileiro seja em território uruguaio. A única forma da lei que exerce algum poder sobre os habitantes dessa terra é a representada pelos militares que “são senhores de uma vida ativa, que vivem montados a cavalo”, sendo grandes conhecedores dos “hábitos dos povos semi-civilizados” (p. 38). Embora o autor tenha como parâmetro a sociedade européia, dita civilizada, ele reconhece que as diferenças têm sua razão de ser. Segundo ele, neste lugar, a ordem só se estabelece por meio das armas e da violência, mas justifica que isso é resultado da influência do meio e da forma como esses homens ganham a vida, onde a morte é uma presença constante, seja lutando em guerras fronteiriças seja na matança do gado bovino para alimentação ou para comércio de suas partes. Observemos a descrição do homem dessa província:

os brasileiros são em geral prestimosos e generosos, mas o hábito de castigar os escravos embota-lhes a sensibilidade. Nesta Capitania acresce uma outra modalidade da dureza de coração – o modo impiedoso com que tratam os cavalos, oriundo da facilidade com que se adquirem tais animais, aqui, Vivem, por assim dizer, no meio de matadouros; o sangue dos animais corre sem cessar ao redor deles e desde a infância se acostumam ao espetáculo da morte e dos sofrimentos. Não é, pois, de estranhar sejam mais insensíveis que o resto de seus compatriotas (p.58).

¹³⁵ Edição atualizada que estamos utilizando.

É a partir desse quadro de violência e de íntima relação com a morte que aparece a designação gaúcho, representando uma conduta duvidosa, abrigando indivíduos de má índole que tratam a morte como algo comum, natural e sem nenhum invólucro de mistérios. Essa concepção de mundo tão diferente choca um pouco o viajante, produzindo emoções contraditórias que podem ser observadas em suas narrativas.

O gaúcho, em Saint-Hilaire, era também conhecido como ladrão de gado perigoso que nem mesmo os oficiais subordinados ao governo conseguiam deter, aliás, segundo frisa o autor, “na maioria das vezes, nem tentavam fazê-lo” (p.63). Os relatos de Saint-Hilaire vêm produzir um outro efeito de sentido sobre a designação gaúcho: de substantivo expande-se uma forma de adjetivação de cunho negativo. Exemplo disso é o de que quando um alferes¹³⁶, que era considerado confiável, lhe engana, ele o compara ao gaúcho, qualificando-o dessa forma como indivíduo que age de má fé (p.116). É em nota de rodapé que o tradutor explicita que eram “*gaúchos* ou *garuchos* os homens de maus costumes que perambulavam pelas fronteiras”, caracterizando-se assim, mais uma vez, o seu pertencimento à região do pampa, sempre envolvidos nas questões fronteiriças¹³⁷. Desse habitante fronteiriço, Saint-Hilaire apreende a imagem e assim descreve:

são notáveis por sua grande estatura, brancura da pele, tamanho e beleza dos olhos (...) um ar audacioso e resoluto, de causar admiração. Vestem-se como os habitantes dos campos de Montevidéu e têm uma aparência dos vilões de melodramas. Trazem os cabelos trançados e lenço ao redor da cabeça; um outro lenço, a que dão um nó muito solto, serve-lhes de gravata; como arma exibem uma grande faca à cinta. Com calças brancas e franjadas, não usam paletó; as mangas de camisa trazem arregaçadas, à moda dos nossos açougueiros (p. 134).

Os sentimentos contraditórios do viajante podem ser observados nessa citação onde ele não esconde sua admiração por este homem que é descrito como tão diferente e tão imprevisível. Essa forma contraditória de descrever o gaúcho se dá em função dos parâmetros utilizados pelo autor, pois ao olhar para o gaúcho ele tenta identificar traços que o aproximem dos homens civilizados, dos europeus com os quais está acostumado a conviver, haja vista os termos comparativos que ele utiliza: “uma aparência dos vilões de

¹³⁶ Posto militar que tem como seu superior imediato o tenente.

¹³⁷ Entenda-se aqui as guerras de fronteiras e o próprio contrabando.

melodramas” e “à moda dos nossos açougueiros”. Inclusive, não podemos deixar de notar como Saint-Hilaire mostra-se impressionado com a caracterização e a ação dos gaúchos, relatando assim sua admiração “nada mais comum aqui que os roubos de animais. É tão banal esse gênero de furto, que chega a ser visto como coisa legítima” e, em tempo de guerra, parece que se estabelece um ponto de contato entre o comportamento dos gaúchos e o dos militares, pois estes últimos também saqueiam as propriedades rurais sem nenhum escrúpulo e dizem agir em nome do governo, é como se estes tivessem uma autorização oficial para levar o gado das estâncias¹³⁸.

Além das já mencionadas classes sociais mais elitizadas (estancieiros, charqueadores, negociantes e militares), Saint-Hilaire menciona os índios e os brancos - que tanto servem como peões de estância como soldados nas guerras - bem como os negros escravos, observando o processo de miscigenação racial que se desenvolve nesse período.

Para o autor, o Rio Grande do Sul só oferece vantagens para seus habitantes devido à sua natureza exuberante, mas revela sua indignação com a forma de constituição desse povo, pois, para ele, são enviados para o estado os indivíduos rejeitados em outros lugares como, por exemplo, “os portugueses que se estabelecem no Brasil, quase todos são rudes e sem educação, retardam a civilização deste País em vez de fazê-la avançar” (p. 74); “os índios são geralmente os homens mais frios e indiferentes que existem no mundo” (p.164); os negros são escravos rejeitados no Rio de Janeiro (p. 47). Ainda assim, ele acredita que “esta Capitania seria de qualquer modo escola para as outras. Seria dotada de atividade, espírito militar e dum sentimento nacional que só a guerra faz nascer” (p. 74).

Saint-Hilaire indigna-se também com a falta de ambição do homem rio-grandense que não pensa no futuro; o autor, como todo o homem civilizado, mostra dificuldade em compreender como aqueles homens podem limitar-se a andar a cavalo e comer carne, mostrando-se tão satisfeitos e alheios aos prazeres que a civilização pode lhes dar. O viajante não se dá conta de que os parâmetros que norteiam sua concepção de vida e de mundo são diferentes dos parâmetros que norteiam a vida desses habitantes do sul do Brasil. O que lhe parece ilógico é perfeito para uma cultura diferente, sob condições de produção divergentes. Afinal, as ambições desses homens não têm de ser necessariamente

¹³⁸ Configura-se a partir de então o início de um quadro de decadência da aristocracia rural (que se agravará muito), pois é a classe dos estancieiros que perde com isso, já que é ela quem produz o gado para vender aos charqueadores que, por sua vez, preparam o charque e o vendem aos negociantes.

as mesmas dos homens que se deslocam da Europa para conhecê-los e até para colonizá-los.

A denominação “vaqueano” também se faz presente na narrativa de Saint-Hilaire, pois, segundo ele, todas as comitivas em viagem precisavam de um vaqueano, aquele homem conhecedor da região que serve de guia aos viajantes, também este montado a cavalo já que “não há ninguém nesta região que não seja bom cavaleiro, motivo pelo qual todo mundo faz longas viagens a cavalo.” (p.83). Enfim, o relato de Saint-Hilaire vem contribuir também com a construção do imaginário sobre o gaúcho que conhecemos atualmente, suas impressões aparecem desde a descrição inicial do habitante do Rio Grande do Sul e acabam sendo reiteradas no decorrer de todo o relato, pois a primeira impressão de Saint-Hilaire foi a do “ar de liberdade de todos os que tenho encontrado e a destreza de seus gestos, livres da languidez que caracteriza os habitantes do interior. Seus movimentos têm mais vivacidade e há menos afabilidade em suas maneiras. Em uma palavra – são mais homens” (p.28).

De “gaúcho” a peão ou a tropeiro

Alguns anos mais tarde, entre 1833 e 1834, empreenderia viagem pelo estado um outro francês, Arsène Isabelle, que relata sua experiência na obra “Viagem ao Rio Grande do Sul”, publicado na França em 1835 e traduzido para a Língua Portuguesa em 1940. Isabelle (1983)¹³⁹ parece direcionar também seu olhar muito mais às características naturais (físicas, geológicas, biológicas) da então província do sul do Brasil do que propriamente aos grupos sociais que a constituem. No entanto, ao falar da população ele acaba tecendo comentários que podem ser considerados como mais tendenciosos do que os que encontramos na narrativa de Nicolau Dreys ou de Saint-Hilaire. Assim, percebemos que Isabelle (1983) não se preocupa em conservar-se neutro, pelo contrário, ele, enquanto estrangeiro, exercita, sem nenhum pudor, seu poder de julgamento sobre os homens e os costumes desta terra, naquela época. Apesar dessa ressalva inicial sobre o estilo narrativo de Arsène Isabelle, destacamos alguns pontos de sua obra que interessam à nossa pesquisa,

¹³⁹ Edição atualizada que estamos utilizando.

ou seja, a designação ou as designações que ele dá ao indivíduo que habita o Rio Grande do Sul, quando da realização de sua expedição.

Em Isabelle (1983) encontramos uma maior liberdade no uso das designações, o que nos leva a crer que ele observa as diferenças étnicas, financeiras e ideológicas, classificando a população do Rio Grande do Sul em três grupos sociais bem marcados: os estancieiros, os peões e os viajantes ou estrangeiros, sendo que os dois primeiros, mesmo ocupando posições ideológicas divergentes, podem ser reunidos culturalmente na designação “homens do campo” ou “homens da campanha”. Ao descrever os estancieiros, o autor destaca o desejo de posse da terra e a ambição que os domina: “resulta que procuram possuir a maior extensão possível de campo; deste modo não é raro ver-se estâncias (...) de dez, vinte e trinta léguas ou mais de extensão” (p. 43). Isabelle observa ainda que eles são os detentores do poder econômico e político e que são geralmente hospitaleiros, mas não têm o hábito de dar intimidade aos estrangeiros ou viajantes que passam por suas propriedades. Segundo Isabelle, os homens do campo se protegem dos estrangeiros por temerem que eles “os obriguem a sair de seu gênero de vida rústica para porem-se ao nível da civilização” (p.47), caracterizando-os assim como amantes da liberdade e que têm a educação voltada para o “laçar e bolear animais com destreza, domar um cavalo e montá-lo com graça”, valorizando muito a vida que levam no campo.

Já no tocante aos peões, é importante destacar que as relações trabalhistas e a coragem, que lhes é própria, unem a eles o grupo social constituído por índios e, em determinadas situações, por negros escravos. Todos vivem em função de servir os interesses dos grandes estancieiros, a diferença mais aparente é que somente os peões andam a cavalo em suas lidas com o gado e que os negros, por serem escravos, sofrem humilhações de toda a ordem por parte de seus patrões (ou donos).

A designação “peão” merece aqui um comentário a parte, porque nesse contexto ela aparece como resultado de um deslizamento de sentido muito significativo, já que entre os colonizadores portugueses ela referia “o indivíduo que anda a pé” e no sul do Brasil passa a referir “justamente o contrário” (Souza, 1939, p. 306). Tanto em Portugal quanto no Brasil a designação peão conserva o efeito de sentido mais genérico, funcionando para referir o indivíduo pertencente a categoria de empregado do mais baixo escalão numa forma hierárquica pré-estabelecida. No Rio Grande do Sul ele é o indivíduo que cuida das lidas

cotidianas no campo, funcionando também como categoria de base na organização hierárquica das estâncias de criação de gado. A presença do cavalo lhe fornece um estatuto diferente, porque unido ao cavalo o peão conquista outro espaço no imaginário social de um povo, quando a designação “peão” passa a ser sinônimo da designação “gaúcho”. No imaginário, o cavalo iguala o peão ao estancieiro, pois deixa de andar a pé, passando a ter sua própria montaria e, assim, passa a ser gaúcho.

Isabelle relata que os peões passavam boa parte do tempo transportando gado, inclusive o próprio viajante encontrava, com frequência, grupos de homens nessa lida, denominando-os também “tropeiros” ou “brasileiros do campo”. Aqui aparece um duplo sentido para a designação “tropeiro” que, além de nos remeter ao peão que transporta o gado ou homem vinculado à “tropa”; nos remete à figura do homem que guiava a comitiva de um viajante, como era o caso do próprio Isabelle (p. 42).

Assim, podemos observar que as atividades desenvolvidas como próprias pelos “gaúchos”, conforme relatava Saint-Hilaire, são desenvolvidas por indivíduos que recebem a denominação de “peão”, de “tropeiro” ou de “brasileiro do campo”, nos relatos de Isabelle, e isso nos leva a constatar a pluralidade de designações que remete a uma gama de sentidos constitutiva do imaginário sobre o sujeito que estamos investigando.

Já ao descrever o grupo dos viajantes ou estrangeiros, Isabelle observa que havia viajantes nacionais e estrangeiros, caracterizando uma grande miscigenação racial no interior do Rio Grande do Sul, que resume como: “a mistura de figuras negras, brancas, cor de cobre, de azeitona, e amulatadas” (p. 42). É interessante notar que dentre estes viajantes estavam aventureiros de todas as regiões do mundo, bandeirantes paulistas, habitantes de outras regiões do pampa (argentinos, uruguaios), contrabandistas, tropeiros que transportavam gado e outras mercadorias.

Há uma única menção à designação “gaúcho”, estabelecendo comparação entre os homens do campo do Rio Grande do Sul e os “Gaúchos” argentinos e orientais, considerando que ambos andam sempre armados e valorizam bastante suas montarias, sendo que os brasileiros ostentam ainda mais luxo sobre seus cavalos do que os outros (Isabelle, 1983, p.65-66).

Para finalizar sua descrição, Isabelle reúne todos os habitantes da Província sob a designação de “Rio-Grandenses”, ressaltando qualidades deste grupo social, tais como:

coragem, cavalheirismo, hospitalidade, generosidade, força para a guerra, destreza na lida com animais, excelentes cavaleiros e “amigos das instituições livres e entusiastas da causa dos povos” (p.85).

O gaúcho em tempos de colonização

O médico alemão Roberto Avé-Lallemant adentrou o sul do Brasil no final de 1858 e como um nacionalista convicto expressou suas impressões sobre o gaúcho sempre posto em relação com o colonizador alemão. Os seus relatos estão reunidos na obra *Viagem pelo sul do Brasil*, publicado na Alemanha em 1859.

Ave-Lallemant narra com riqueza de detalhes as condições precárias em que empreendeu sua viagem, mas sempre reafirmando o objetivo de noticiar suas descobertas em terra estranha. Os elementos naturais tais como relevo e vegetação lhe chamam muito a atenção, sobretudo nas regiões fronteiriças. Ele descreve, por exemplo, a visão que tem do pampa entre Uruguaiana e Santana: “os lotes de cavalos correndo lembram condições de dispersão, guerra e destruição, como as das Repúblicas do Prata” (p. 282). Ganham destaque, também, as matas de araucárias e as grandes extensões do campo gaúcho:

Cavalgamos mais algum tempo através de matos e vargens até chegarmos ao chamado “campo”. Esse campo não é de modo algum uma superfície inteiramente plana, em que a gente julga ver um oceano congelado. Tanto pode ser plano como ondulado e até montuoso. A palavra *campo* significa uma pastagem aberta, natural, em oposição à floresta e à montanha coberta de floresta. (1953, p. 155)

Assim sua impressão sobre o campo gaúcho não se restringe às planícies fronteiriças, pois ele viajara pelo interior buscando sempre encontrar algum vestígio de colonização alemã. Do mesmo modo, lhe chama a atenção a vastidão de terras sem cercas ou aramados, pois por onde viajara “raramente se encontra impedimento em plantações ou em campos cercados” (p. 177). Não há estradas abertas, cabendo ao viandante demarcar seu próprio caminho, onde encontra poucos sinais de vida humana e de civilização:

Caracteriza-se principalmente a vasta região pelo campo, colinas com pastagens, sem povoação, quase sem casas, um êrmo, não morto, porém desconcertante, tão mais estranho quanto mais o observador se afasta da chamada estrada real. Não se tome muito ao pé da letra quando falo em região despovoada. Surgem sem dúvida povoações a oeste da Província do Rio Grande, mas tão raras, tão escondidas, que, decerto, não constituem traço característico do campo do Rio Grande. Tão pouco se podem chamar os caminhos de verdadeiros caminhos. Perto das povoações, sim; mas, no campo distante, embora tudo seja caminho, não se pode reconhecer qual o verdadeiro, se de antemão não se aprendeu a reconhecê-lo. (p. 174)

Nessas citações o campo já aparece com outra abrangência territorial, não se trata mais apenas da região do pampa, fronteira com o Uruguai e a Argentina, pois o narrador está tratando do Rio Grande do Sul como um todo, onde há lugar para povoados (área urbanizada) e para campos (área rural), para o gaúcho e para o colonizador alemão, conforme aparece em outras passagens da narrativa. Nessa última citação o viajante não consegue disfarçar seu estranhamento diante de algo tão diverso daquilo que se conhecia na Europa e, aos poucos, vamos reconhecendo o referente europeu como algo que não recobre as especificidades históricas, geográficas e culturais com as quais o viajante tem contato no interior do Rio Grande do Sul. Essa realidade produz um estado de estranhamento tão significativo que, em determinados momentos, o próprio viajante questiona suas certezas, mostrando-se desconcertado diante das diferenças que se lhe apresentam.

Muito embora fossem raras as estâncias bem constituídas nessa época, Avelallemant relata a sua passagem por algumas e assim descreve uma delas: “Um campo magnífico estendia-se sobre as colinas e dentro de espesso laranjal surgia uma linda casa de residência. Diante de mim uma fazenda bem conservada, rodeada de muitos campos divididos e de cercas, nos quais aqui e ali pastavam reses”, o que denominou como “quadro típico de uma estância riograndense” (p. 192). A beleza e o conforto oferecidos a ele lembravam a Europa e a civilização, num contexto em que o narrador se identifica como constitutivo já da chegada da civilização em oposição à barbárie característica da região. Ainda numa outra descrição de estância, semelhante a esta, ele conclui como um positivista: “em toda a fazenda se vê ordem e riqueza” (p.310) em oposição a todo o resto como desordem e pobreza.

O ponto de contato que ele estabelece entre o gaúcho e o estancieiro diz respeito à hospitalidade que lhes é característica em qualquer circunstância:

Diante da porta da segunda estância estava uma índia bem vestida que, quando lhe perguntei pelo caminho, pediu-me que apeasse e insistiu para que entrasse na casa. É clássica a hospitalidade nos longínquos campos do Rio Grande. (p. 245) (...) Os bons camponeses riograndenses, quando lhes chega um viajante, não o deixam sair sem o obsequiarem, mesmo quando só têm insignificâncias a oferecer-lhe. (p. 314)

Para o narrador essa característica do habitante do pampa rio-grandense promovia relações de apreço com os viajantes que passavam por esta região, ao contrário do que se dizia sobre os habitantes das fronteiras e da banda oriental, conhecidos como assassinos atroz, capazes de matar um viajante para tomar-lhe o ponche e a montaria; enfim, essa gente “tem aparência bastante má” (p. 288).

É interessante observar, ainda, o quanto o ponto de vista de Ave-Lallemant é visionário quando ele descreve a região fronteira que, como sabemos, viveu em constantes conflitos no decorrer do século XIX. Embora na época da estada do viajante no estado, o Rio Grande do Sul vivesse um período de paz, Ave-Lallemant identifica os pontos frágeis na linha fronteira brasileira, sobretudo às margens do Rio Uruguai, na altura de São Borja, o que serviria de cenário para a invasão dos paraguaios, configurando a Guerra do Paraguai, em 1865. Em suas palavras:

esta margem do Uruguai é um ponto vulnerável do Brasil, em cuja segurança se deve sempre pensar. Os viajantes vêem e ouvem muitas insignificâncias, muitas bagatelas aparentes que, entretanto, formam um grupo de sintomas de um estado febril e dão razão bastante para um mau prognóstico (p. 291).

Ave-Lallemant faz referência também à figura do centauro, característico do pampa, sempre colocando em contato os estancieiros, os gaúchos e os imigrantes alemães, entendendo que em determinados momentos a cultura advinda da Europa sofre a penetração da cultura gaúcha. Ele observa, especialmente, que os alemães adaptavam-se às condições típicas da região do pampa, incorporando até mesmo a figura do “centauro”:

Interessava-me encontrar uma vida alemã num campo solitário (...) Mas por trás dessa maneira inteiramente alemã, um traço de gaucharia. Um dos meninos devia ensinar-me o caminho. Enquanto arranjava seu laço, o irmão tangeu em nossa direção uma tropa de cavalos. Com a perfeita segurança de um adulto o pequeno laçou um cavalo, atirou sobre o animal sua sela riograndense e trotou para frente, sem pestanejar; o rapazote era dos pés à cabeça um gaúcho, um centauro! (p. 175)

Assim aparece a imagem do centauro vinculada a elementos positivos, como uma postura necessária para aqueles que habitam uma terra tão diferente das que o narrador conhecia. Naquele quadro pampeano, a figura do centauro era lembrada como uma habilidade a mais que os alemães (dotados de tantas qualidades aos olhos do narrador) conseguiam desenvolver com sucesso. No entanto, Ave-Lallemant mostra uma outra imagem de centauro, uma imagem mais fantástica e que está vinculada ao nativo do Rio Grande do Sul, bem como a elementos de cunho negativo, tais como o grotesco, a violência, o banditismo. Vejamos como ele descreve a cena na qual dois gaúchos adentram um bolicho de campanha:

Dois mestiços de índios, um par impressionante, ambos altos e vigorosos, de cabelos longos, espessos e negros, barba crespa, perfeitas fisionomias de índios, mas atrevidos, com pequenos ponchos e grandes esporas. Comportavam-se com desembaraço, mesmo atrevidamente e insultaram o brasileiro até que ele se esgueirou. Realmente horrorosos os dois homens, verdadeiros bandidos, e por isso mesmo me interessavam. Davam a impressão de fantásticos centauros, que tivessem amarrado seus corpos de cavalo à porta (p. 176).

Nesta citação nos deparamos com a imagem do gaúcho mitológico, um centauro fantástico, homem e cavalo constituindo um só ser, que ao mesmo tempo assusta e encanta o estrangeiro. A barbárie seduz o homem civilizado. As características exuberantes e o comportamento atípico do gaúcho (do mestiço) exercem um imenso fascínio, um poder de sedução incontrolável sobre o estrangeiro. A sedução é tamanha que a figura do gaúcho consegue suplantar, pelo menos por alguns instantes, os princípios de moral rígida que o povo civilizado cultua. Trata-se de algo muito especial, próprio do gaúcho mesmo, algo que

os alemães – bem como outros estrangeiros - não absorvem nem expressam, porque é mais do que cultural: é identitário.

Em suas andanças pelo interior da província, Avé-Lallemant teve outras oportunidades de defrontar-se com a imagem que acima aparece descrita, dando-lhe ainda outras atribuições e outras designações, tais como: “vaqueano”¹⁴⁰, “camaradas”¹⁴¹, “cavaleiros” que “pareciam animais selvagens”, dotados de “uma certa originalidade”, “que eu poderia chamar de cossacos do Rio Grande”, “gaúchos-cossacos”, “cavaleiros da aventura”, “estes tártaros do Rio Uruguai não têm casa, levam vida nômade”, “estes semi-animais são nobres”, “são genuínos cavaleiros”, “são realmente típicos esses “gaviões”, como são chamados”, “os atrevidos fronteiriços” (p. 215). Tais designações e atribuições são utilizadas pelo narrador na tentativa de explicitar melhor a imagem de gaúcho que se apresentava diante de seus olhos, às vezes como rio-grandense e outras vezes como platino. Esse último caso é referido pelo viajante para expressar seu desgosto e desprezo pelos gaúchos fronteiriços, tal concepção se formou por ocasião da passagem que ele fez do Rio Uruguai e sentiu-se explorado: “eu sentia que estava na fronteira. Toda a gente que estava comigo pareceu ordinariíssima corja” (p. 263), todos caracterizados como ladrões. Ainda, segundo o viajante, “tais bandidos sempre se conservam na fronteira, ora da Banda Oriental, ora da República Argentina, ora de entre Rios, ora de Corrientes, para poderem defender as costas, se um dia a justiça os perseguir” (p. 263). De fato, há uma confusão de impressões e sentimentos, onde se misturam características e designações próprias de um bandido e de um herói. Os sentimentos são contraditórios, a bravura encanta e assusta o observador estrangeiro. A posição de Ave-Lallemant diante da imagem do gaúcho não é clara, ele é seduzido pelos encantos próprios do homem “selvagem”, mas tem dificuldades de lidar com o diferente e posicionar-se, sobretudo, quando se sente afetado pelo comportamento inescrupuloso do homem fronteiriço.

¹⁴⁰ O vaqueano continua sendo uma presença indispensável para os que viajam pelos campos gaúchos e essa designação continua produzindo o efeito de sentido que já apresentamos na narrativa de Saint-Hilaire, pois para Ave-Lallemant “no Rio Grande, para viajar pelo caminho mais curto, é preciso ser um vaqueano” (p. 176).

¹⁴¹ “Segui, depois, através da mata, com meus dois camaradas, como é costume chamar os companheiros de viagem, livres, de qualquer classe ou cor.” (p. 187)

A dificuldade de posicionar-se frente ao gaúcho não se repete quando Ave-Lallemant apresenta seu olhar sobre os feitos da Igreja Católica no Brasil-colônia. O narrador critica duramente a ação dos jesuítas junto aos índios Guaranis, responsabilizando-os pelo massacre étnico e cultural ocorrido no sul do Brasil. Segundo ele:

num desses rostos guaranis acha-se toda a história da raça que está desaparecendo. Outrora os jesuítas reuniram esses índios e cristianizaram homens que só existiam para floresta provisória, para o campo provisório. Não lhes trouxe o cristianismo alegria para a vida, mas consolação para a morte, consolação com que afrontam o estiolamento de sua raça. Posso dizer: o povo foi levado até a dor de uma sexta-feira da Paixão, porém não ao júbilo entusiasta de uma manhã de Páscoa (p. 225).

Em meados do século XIX o narrador já tem consciência e distanciamento suficiente para observar a linha tênue que existia entre a extinção do índio e a manutenção de parte de suas características identitárias e culturais na figura do gaúcho habitante do pampa, já que o gaúcho era resultado da mestiçagem entre “as três raças, negra, índia e européia” (p. 357). E talvez seja como descendente do índio que o gaúcho represente, em determinados momentos da história, o mito do “bom selvagem”, conforme observa Ave-Lallemant:

Esse simples quadro campestre, em sua virginal pureza, lembra maravilhosamente o dia da criação, quando o senhor criou os animais do campo; quão pouco corresponde isso à expectativa dos que, em viagem sul-americana, só esperam achar sangrentas histórias de onça e cenários de florestas escuras! (p. 271)

Em toda a sua narrativa Ave-Lallemant mostra-se à vontade para falar do gaúcho, reconhecendo que palavras não conseguem reproduzir sua experiência de viagem pelo pampa: “Foi essa a vida de viagem que passei no Rio Grande (...) E essa mesma vida dura, violenta, cheia de renúncia, é maravilhosamente atraente e oferece aspectos, cuja imagem mesmo uma descrição exata não pode reproduzir (p. 332).”

O gaúcho pós-revolução: rio-grandense e brasileiro

Já no ano de 1845, findada a Revolução Farroupilha, empreendeu viagem pelo interior do Rio Grande do Sul o belga A. Baguet, que relatou suas observações na obra “Viagem ao Rio Grande do Sul”, publicada na Bélgica no ano de 1874. A edição que estamos utilizando é recente e prefaciada por Luis Antônio de Assis Brasil e Milton Carlos Costa, que consideram a obra de Baguet rica em conteúdo histórico e sociológico, não demonstrando tanta influência da filosofia naturalista que percebemos nos outros viajantes do século XIX.

Como os demais viajantes, Baguet também emite juízos de valor e deixa transparecer seu olhar de estrangeiro que se depara com uma província brasileira destruída por dez anos de guerra. Ainda assim, a narrativa de Baguet (1997) não apresenta nuances tão discriminatórias como as dos demais viajantes consultados, não demonstrando tanta preocupação em diferenciar gaúchos, peões, rio-grandenses e brasileiros, tais designações se equivalem no decorrer da narrativa, quando ele destaca as peculiaridades próprias a cada nomeação. Desde o princípio, o autor mostra simpatia pelo Brasil e pelo rio-grandense, de modo mais especial, explicitando que “o brasileiro é, em geral, muito hospitaleiro e nesta província, por mais pobre que possa ser, jamais recusaria-lhe abrigos para a noite e carne à vontade” (p. 50).

Ser peão, para Baguet, é ser aquele homem da terra que trabalha nas estâncias, sempre a cavalo cuidando do gado. No entanto, ser peão é também ser rio-grandense e ser gaúcho, assim definido:

O guia (...) era um verdadeiro *gaúcho*, um filho puro sangue¹⁴² dos Pampas. Tendo participado durante muitos anos de um grupo de revolucionários, vivera muito tempo somente de carne assada sem tempero, passando as noites ao relento. Como a maior parte de seus compatriotas, era de uma habilidade extrema em lançar o laço, as boleadeiras e o facão. (p. 62)

¹⁴² Essa qualificação de puro sangue remete ao que é próprio para cavalos que têm pureza de raça.

O gaúcho está sempre ligado ao cavalo, companheiro inseparável tanto nas tarefas cotidianas quanto em tempos de guerra. Baguet acrescenta ainda que “a inteligência do cavalo é de muita ajuda ao cavaleiro”, ele descreve essa união sem esconder sua incompreensão, já que para o autor não havia

nada de mais estranho do que o espetáculo destes *gaúchos* a cavalo, tendo por vestimenta apenas camisas e ceroulas, os pés descalços armados com enormes esporas (chilenas), deixando flutuar ao vento seu *poncho*. É com estes trajes que eles atravessam os campos em grande velocidade (...) manejando o laço e lançando gritos selvagens” (p. 64).

Baguet ainda relata a forte presença dos índios entre os gaúchos, considerando que ambos “não temem nenhum animal, por mais terrível que seja” (p. 64) e que ele têm “um conhecimento tão profundo a respeito de cavalos que (...) basta-lhes lançar um olhar sobre a tropa para distinguir se tal ou qual corcel foi domado, enumerar seus defeitos, suas qualidades e seu andar” (p.66).

Se em outros relatos encontramos o cavalo como animal em abundância no Rio Grande do Sul, na experiência de Baguet, que chega depois da Revolução Farroupilha, o cavalo já começa a configurar como um objeto caro, pois conforme relata “desde a última guerra os cavalos se tinham tornado caros e raros: outrora podia-se consegui-los por três piastras; hoje devemos pagar doze piastras” (p. 48). Assim, a constituição da imagem do gaúcho vai se reformulando, ganhando nuances mais apreciativas e valorizadas por estrangeiros e brasileiros em geral.

Há ainda que destacar que Baguet trata com a maior consideração os estancieiros que o receberam em seus dois meses de viagem pelo interior da então província, que “sempre demonstraram extrema amabilidade” para com os estrangeiros (p. 62), mas o autor mantém até o fim a distinção entre gaúchos e estancieiros.

Um olhar imperial sobre o gaúcho

Entre agosto e novembro de 1865 empreendeu viagem pelo interior do Rio Grande do Sul o genro do Imperador do Brasil, esposo da Princesa Isabel, conhecido como Conde D'Eu. Tal viagem teve inicialmente uma finalidade militar, tendo em vista que as disputas territoriais entre Brasil, Paraguai e Argentina movimentavam tropas dos três exércitos nos limites territoriais do Rio Grande do Sul. Conde D'Eu chega em tempo de assistir parte da história da Guerra do Paraguai¹⁴³, mas o que realmente nos interessa diz respeito as suas impressões de viagem que foram reunidas num livro que intitulou *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, somente prontadas para publicação entre 1919 e 1920.

As observações do Conde D'Eu são de ordem bastante abrangente, sendo que os maiores detalhamentos destacam a semi-barbárie em que viviam os habitantes da província e as dificuldades de viagem que ele passara. Do interior dessa narrativa cabe aqui salientar os pontos em que o autor apresenta as características do homem rio-grandense ou do gaúcho¹⁴⁴, seus hábitos e costumes. Desde o princípio ele refere o gaúcho como aquele que anda montado em seu cavalo pelas planícies pampeanas, designando-o “cavaleiro riograndense” (1936, p. 39), que é diferenciado do cavaleiro da cidade pela qualidade da montaria: “quanto aos tão gabados cavalos da província do Rio Grande do Sul, confesso que não os vi em Porto Alegre”.

O Conde D'Eu que está acostumado aos cavalos reais, especialmente alimentados para conduzir representantes da coroa com toda a elegância possível, se surpreende com a forma livre e despreocupada que são tratados os cavalos gaúchos, aos quais se refere da seguinte forma: “Achei-os todos muito medíocres; mas, em compensação, tive ensejo de admirar a riqueza dos arreios riograndenses, às vezes de um luxo que mal se podia imaginar” (p. 58). Ressalta-se aqui um traço cultural bem próprio do gaúcho que apresentava uma forma bem particular de valorização de sua montaria - que era alimentada pelas pastagens que cresciam naturalmente pelo pampa - exibindo-o ornamentado com peças em ouro e prata. O narrador mostra-se surpreso com a destreza do gaúcho em

¹⁴³ A Guerra do Paraguai perdurou entre 1864 e 1870, mas teve seu auge 1865.

¹⁴⁴ Conde D'Eu não apresenta diferenciação para tratar esse tipo regional, alternando entre chama-lo riograndense, gaúcho, brasileiro, etc.

enfrentar as dificuldades cotidianas montado a cavalo como é o caso das tropeadas em dias de chuva: “certamente com o intuito de abrigar os pés da chuva debaixo da capa (intuito que absolutamente não conseguia) trazia as pernas dobradas sobre a sela, de sorte que os pés lhe ficavam acima dos joelhos. É preciso um homem ter nascido gaúcho para se segurar a cavalo em tão incomoda posição.” (p. 131)

Conde D’Eu observa com muita propriedade a importância do cavalo na constituição identitária do gaúcho, explicitando-a da seguinte forma:

De fato, para ele só há no mundo três denominações, três classes de habitantes: *riograndense*, ou “filho do país”; *castelhano*, ou hispano-americano; e *bahiano*. Para o gaúcho riograndense, quer um homem tenha nascido à sua porta, na província de Santa Catarina, quer venha da Lapônia, é sempre *bahiano*. E si, para ele, o gaúcho castelhano é um rival odiado, ao menos considera-o seu igual, pois sempre é gaúcho; ao passo que o bahiano é um ser inferior, porque não maneja bolas nem laço, não se tem por “centauro” e não entende ser desonra andar a pé. (p. 103)

Esse é o lugar que o representante do Império português destina ao gaúcho: trata-se de alguém que ocupa o lugar de centauro, um homem que constitui sua identidade na união com o cavalo e que respeita seus iguais, estando sempre disposto a desafiá-lo; mas que desqualifica o homem que não tem por hábito montar a cavalo, não havendo desonra maior do que um homem andar a pé.

Ao adentrar o interior da província, Conde D’Eu observa a ausência de traços civilizatórios, pois ainda nessa época eram poucos os habitantes do pampa. Ele chega notar que sua comitiva viaja mais de oito horas seguidas sem encontrar vestígio algum de moradia ou de passagem humana e explica esse fato - que denomina como um “fenômeno” -, levando em conta a forma de distribuição das terras gaúchas, já que há um “pequeno número de proprietários que entre si possuem essa região” (p. 50).

Se a primeira associação que o Conde D’Eu faz ao gaúcho é referente ao seu relacionamento com o cavalo, podemos dizer que a segunda está ligada ao hábito de comer carne quase crua e de tomar chimarrão: “para o gaúcho a cuia e a bombilha são distrações tão indispensáveis como o charuto ou o tabaco para a maioria dos europeus” (p. 56). É interessante observar o posicionamento do Conde que, em relação aos demais viajantes, é o que mais claramente explicita o seu referente comparativo: todas as descrições tem por

parâmetro o homem europeu. Assim, o gaúcho é descrito por alguém que representa a coroa de Portugal, que vê esse tipo regional sempre em comparação ao tipo europeu, com o qual ele se identifica, opondo sempre civilização (o lugar de onde ele fala) e barbárie (o lugar do gaúcho, do indivíduo que é falado).

Conde D'Eu observa ainda o contexto em que se insere o gaúcho: o pampa povoado de gado, o campo descrito bem ao gosto dos românticos da época como “uma formação bem singular e, apesar da total ausência de árvores, não deixa a paisagem de ter certo encanto, assim iluminada pelo sol poente e animada por milhares de bois disseminados pela superfície verde e plana do campo” (p. 194). Conde D'Eu observa o gaúcho, descrevendo-o como algo bem diferente do que se conhece em Portugal, mas quando se trata de falar do estancieiro do Rio Grande do Sul aparece com mais clareza o lugar de onde fala o narrador: é o lugar de um descendente da coroa, de um proprietário de imóveis, de um homem acostumado a uma vida de opulências na corte. Assim, refere-se ele aos estancieiros: “Não posso facilmente imaginar existência mais triste que a destes estancieiros, perdidos no meio daqueles imensos campos” (p. 64) e complementa ainda “o que maior pena me causa na vida do estancieiro riograndense é o isolamento. De uma estância a outra há sempre pelo menos duas léguas, muitas vezes quatro ou mais” (p. 65). Mas além de indentificar-se com a condição financeira do estancieiro o narrador se coloca também como um representante do grupo que traz alegria aos estancieiros dessa região: “a única coisa que atenua essa solidão é a visita dos viajantes”.

Assim, o Conde D'Eu apresenta um outro olhar sobre o gaúcho, já não se trata apenas do olhar de um estrangeiro, mas também de um representante do maior poder reinante na época: o poder do Império de Portugal. Trata-se de alguém que critica a barbárie, porque fala do lugar de civilizado; mas que tem interesses próprios pelo estado e por seus habitantes, pois se outros vieram para o Rio Grande do Sul com interesses científicos, Conde D'Eu tinha interesse militar e político, é ocupando esse lugar que ele fala do gaúcho.

A relevância dos relatos históricos para esse trabalho

“A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais (...) a história é uma representação do passado.” (Pierre Nora, Apud François Dosse, 2003)

A pesquisa até então realizada nos mostra relatos de viajantes estrangeiros que lançavam seu olhar sobre o habitante do Rio Grande do Sul e não há dúvida que estamos tratando de fatos narrados por sujeitos advindos de outras culturas, é o olhar do outro sobre o nativo, sobre o mestiço, sobre o gaúcho e sobre o colonizador, mas isso é apenas uma ressalva, pois estamos tratando dos registros históricos que temos daquela época e que devem ser valorizados como tal, funcionando como uma forma de sustentáculo para a construção de todo um imaginário social sobre o gaúcho.

Embora o objetivo primeiro dos trabalhos dos viajantes não seja o de descrever o habitante da região na época de cada expedição, encontramos neles relatos que nos ajudam a reconstituir a figura histórica do gaúcho; por mais subjetivos ou tendenciosos que sejam os relatos nos deparamos com uma informação incontestável que está impregnada em cada relato e que ganha diferentes nuances de um autor ao outro, de uma época à outra, trata-se da existência do gaúcho. Posto isso, a designação gaúcho - adotada e documentada a partir da segunda metade do século XVIII – nos remete ao homem do pampa ou da campanha, muitas vezes tido como bandido e contrabandista, outras vezes ligado às coisas da terra e à lida com o gado, um amante da liberdade, ser nômade e insubordinável, vivendo solitário ou em bandos; enfim, um sujeito histórico e mítico que vem, no século XX, compor a imagem de uma figura heróica que perdura e se transforma no decorrer do tempo, mas não desaparece.

A existência do gaúcho é consenso entre os viajantes e a grande maioria dos historiadores que consultamos¹⁴⁵. No entanto, o consenso absoluto é uma ilusão e há historiadores que repudiam a tese defendida pela maioria, partindo do pressuposto de que existiu um gaúcho do pampa (Argentino e Uruguaio) e outro gaúcho Rio-Grandense. Até esse ponto existem concessões sobre possíveis diferenças entre estes dois tipos sociais, no

¹⁴⁵ Flores (1988), Klieman (1986), Golin (1987, 1999, 2002).

entanto, isso não implica numa oposição entre barbárie e civilização. Tal oposição aparece em determinadas obras, enquanto resultado de um radicalismo capaz de considerar o gaúcho herói - que se transformou num mito regionalista brasileiro - como falso¹⁴⁶. Sob nosso ponto de vista, um estudo que investiga a constituição do gaúcho não precisa, necessariamente, estabelecer oposição do tipo barbárie/civilização ou falsidade/verdade, pois na construção de todo um imaginário sobre o gaúcho os saberes históricos e mitológicos se misturam, e isso se dá de tal forma que, em pleno século XXI, é difícil explicitarmos os limites entre o que é realidade social, o que é Histórico, o que é mitológico e o que é ficção.

Como já dissemos anteriormente, consideramos os relatos de viajantes e o trabalho dos historiadores como formas de representação da realidade social (preservando suas especificidades), o que implica pensarmos nas formações discursivas e imaginárias de cada sujeito que toma uma posição para falar sobre o gaúcho. Alguns são mais influenciados pelo imaginário mitológico sobre o gaúcho outros são menos influenciados, mas o fato é que todos esses relatos vêm contribuir para a reconstituição das condições de produção do discurso sobre o gaúcho a que temos acesso atualmente, inclusive nos moldes do discurso literário, como é o caso do nosso trabalho.

É claro que quando se muda a perspectiva, modifica-se a história, co-existindo, então, tendências que tentam anular as possibilidades de se buscar na história o lugar de fundação do mito do gaúcho, bem como tendências que valorizam o imaginário mitológico gerado e instituído no seio da sociedade através de séculos de história. Não podemos deixar de considerar a existência de diferentes pontos de vista, mas também não podemos nos manter neutros, pois cada vez que nos manifestamos estamos marcando nossa posição e estamos nos filiando a essa ou àquela forma de contar a história da constituição do gaúcho, bem como das representações de gaúcho que estão instituídas no imaginário de todo um grupo social que a ele se associa histórica ou ficcionalmente.

É enquanto analistas de discurso que propomos nosso gesto de interpretação sobre a imagem de gaúcho recuperada no relato dos viajantes e no discurso da história oficial, considerando que: nosso interesse está na recuperação das condições de produção do discurso literário sobre o gaúcho no século XX; tomamos como fonte os documentos e os

¹⁴⁶ Cf. Moysés Vellinho (s.d.; 1964),

relatos que comprovam que o gaúcho histórico e lendário não é propriedade exclusiva do pampa argentino e uruguaio, seja como bandido, como herói ou como mito, ele é resultado da criação de uma sociedade que é anterior à delimitação das fronteiras, tal como se conhece hoje, a qual re-configura freqüentemente a imagem do gaúcho no interior de seu imaginário social; o gaúcho (bem como índios e mestiços) não aceitou a civilização sem oferecer resistência, lutou muito para manter seus costumes e sua identidade e isso aparece representado também na ficção. Assim, fica claro que partimos de fontes históricas que defendem uma perspectiva na qual se delineia um possível espaço num tempo primordial para a criação e a instituição do gaúcho como uma figura mítica que se mantém viva até hoje e que aparece representada na literatura gauchesca. Entendemos, portanto, que a história não pode estar desvincilhada do imaginário e do simbólico que constituíram e constituem a sociedade dita “gaúcha”, num constante processo de reinvenção.

PARTE III

Sobre o *corpus* e as análises

Capítulo 1 - O dispositivo analítico e suas implicações teórico-metodológicas

O presente trabalho tem como presença constante a preocupação com o estabelecimento de relações entre noções advindas de diferentes áreas do conhecimento científico, porque entendemos que é a partir dessas relações que se torna possível observar o ponto de “cruzamento de discursos”. Admitir esse cruzamento significa admitir que conhecimento científico não se produz de forma compartimentalizada e que as noções e conceitos não estão estagnados no tempo e no espaço. Assim, o referencial teórico que recuperamos na Parte I deste trabalho tem a função de dar sustentação às nossas análises, mas ao mesmo tempo sofre transformações ao ser exposto à condição de cruzamento com outros discursos que foram recuperados na Parte II.

Essa perspectiva colocou em relação noções próprias da AD, da Literatura, da Filosofia, da História, da Psicologia, da Sociologia, da Geografia, da Antropologia; mas é nessa Parte III que se realiza, de fato, a explicitação dessas relações, pois elas intervêm de modo fundamental no momento das análises, como podemos constatar. É por considerarmos essas relações como essenciais que optamos por dedicar a primeira seção do Capítulo 1 da Parte III à discussão das relações entre noções advindas de diferentes áreas do conhecimento, de como essas relações funcionam em nossas análises e como essas relações sinalizam o cruzamento de discursos, ora reiterando ora transformando sentidos; já a segunda seção é dedicada ao estudo dos processos de produção de sentidos desencadeado pelo cruzamento de discursos, bem como seu funcionamento específico no interior do discurso literário em análise. Finalmente, o Capítulo 2 traz, em seu bojo, a construção das análises, onde estão explicitados, no primeiro bloco: as formas de representação da subjetivação do gaúcho no interior do discurso literário em questão; e, no segundo bloco: o funcionamento das designações e descrições atribuídas ao gaúcho em sua apresentação no discurso literário, tudo à luz da Análise do Discurso.

1.1 Do referencial teórico ao dispositivo analítico

Sobre o discurso literário e a história

“A história nada mais é do que a ficção que ela mesma construiu.”

(De Certeau, 1975, p. 18)

A partir do levantamento histórico que realizamos, tendo em vista a necessidade de reconstituição das condições de produção do discurso literário em análise, constatamos a existência de algumas diferenças bem pertinentes entre a imagem de gaúcho veiculada pelo discurso histórico e a imagem de gaúcho veiculada pelo discurso literário. Para compreendermos as semelhanças e diferenças, as aproximações e distanciamentos, os pontos de cruzamento e contato entre o que é veiculado por um discurso e outro, tornou-se necessário refletirmos a propósito de duas noções essenciais para se pensar a constituição do gaúcho; trata-se das noções de representação e simulacro. Deleuze (1974) discute essas duas noções remontando a Platão, pois para esse filósofo grego importou distinguir a “coisa” mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro, considerando que essas expressões, de fato, não se equivalem entre si (p. 259). A representação, então, equivale à cópia e o simulacro equivale a algo diferente da cópia.

A noção de simulacro vem, então, nos ajudar a compreender as diferenças que percebemos entre a imagem de sujeito gaúcho presente no discurso histórico e a imagem de sujeito gaúcho presente no discurso literário, porque o simulacro funciona como uma espécie de imagem refletida num “espelho torto”, seu funcionamento subverte o modelo, sendo da ordem da dessemelhança. A diferença entre representação e simulacro é de que, enquanto a cópia é uma imagem dotada de semelhança, “o simulacro é uma imagem sem semelhança” (Idem, p. 263). Deleuze torna mais clara a noção de simulacro pela utilização da metáfora da criação do homem cristão que teria sido criado à imagem e à semelhança de Deus, mas que pelo pecado subverteu o modelo e perdeu a semelhança conservando a imagem. Assim, o homem torna-se simulacro. O exemplo do pecado é útil também para ressaltar “o caráter demoníaco do simulacro”, que insere a diferença no interior da representação, conservando ainda um “efeito de semelhança”.

Então, essa dessemelhança, já detectada, entre o que é dado como realidade social pela história oficial sobre o gaúcho e o discurso da narrativa literária em análise - o que corresponderia mais ou menos, em termos de literatura, aos “efeitos de real”, na nomenclatura adotada por Barthes - é constitutiva do simulacro que se gerou sobre a imagem do gaúcho. Tomando, então, por princípio, que estamos trabalhando com pelo menos duas imagens de gaúcho: uma veiculada pela história e outra pela literatura, é preciso levar em conta as relações de complementaridade que se estabelecem entre história e ficção, não sendo estas relações da ordem da oposição. Inclusive, isso se evidencia quando observamos as relações identitárias que se estabelecem entre uma imagem de gaúcho e outra, essas relações se realizam no domínio exterior, porque, em essência, no domínio interior mesmo da constituição dessas imagens, evidenciam-se as diferenças, as peculiaridades próprias de cada uma dessas imagens produzidas em espaços discursivos diferentes.

Essa constatação nos leva a pensar que estamos tratando de uma representação de gaúcho que é histórica e que a partir dessa representação gera-se um simulacro que é ficcional. Assim, a noção de representação fica associada àquilo que se assemelha ao original, que reproduz, que imita, como uma mimese; enquanto a noção de simulacro fica associada àquilo que subverte a ordem pré-estabelecida, o modelo, como uma forma dessemelhante de representar a coisa.

Para Deleuze, a obra de arte moderna, como é o caso da literatura, lança mão de “certos procedimentos” que permitem a apresentação de diferentes pontos de vista, de diferentes histórias, o que ultrapassa as fronteiras da representação, passando a constituir simulacros. Tais rupturas podem até produzir imagens míticas, como é o caso do gaúcho heróico, muito mais identificável com o trabalho do simulacro do que com uma representação do que é dado como original. No caso do discurso literário em análise, nos deparamos com “rumores” do mundo social que foram ouvidos pelo escritor e que, ao serem recuperados, carregam em si traços das representações de gaúcho (traços mais exteriores do que interiores), o que gera relações de identidade entre as imagens de gaúcho histórico e de gaúcho literário; mas, ao mesmo tempo, entra em funcionamento o diferente no interior do mesmo, gerando a imagem mitológica de gaúcho, que recupera traços do gaúcho histórico e transforma a imagem pejorativa em imagem heróica, via o trabalho do

imaginário. Assim, entendemos que no caso da constituição de imagens de gaúcho não é possível separar a representação – vinculada à história – e o simulacro – vinculado à literatura –, porque essas imagens que conhecemos hoje se efetivam e se instituem no cruzamento dos discursos (histórico e ficcional), pelo trabalho de invenção imaginária.

O gaúcho presente na literatura perde a existência amoral dos primórdios, deixando de lado sua origem platina para representar o habitante do Rio Grande do Sul e tem apagada sua origem bárbara (relatada pelo discurso histórico oficial) para ganhar uma existência estética em pleno século XX. O discurso literário resgata “espectros que povoam o vazio da cena” relatada pela história, suplantando qualquer forma de real e adentrando o domínio do imaginário, onde há lugar para a não-semelhança. É verdade que o simulacro de gaúcho herói não se constrói e se institui em pleno século XX, pois uma imagem que consegue conjugar semelhanças e dessemelhanças é resultado de todo um trabalho do imaginário que precisou de séculos para ser discursivizado e aceito como representativo pela sociedade mesma que o gerou. O espaço discursivo ficcional configurou-se como lugar do simulacro de gaúcho, mas essa imagem heróica e mitológica se gerou no mundo social a partir dos “rumores” ouvidos pelo escritor que materializou, à sua maneira, a escuta e a observação. Assim sendo, ao tratarmos da imagem de gaúcho veiculada pelo discurso literário em questão, estamos tratando do simulacro de gaúcho pela forma da representação que se efetiva no cruzamento de discursos.

Na verdade, é o “caráter demoníaco” do simulacro que camufla toda uma existência amoral em prol da instituição de novos sentidos sobre a imagem do gaúcho, conservando “efeitos de semelhança” entre as duas imagens. É ele também que produz o efeito de apagamento dos sentidos pejorativos sobre a designação gaúcho. Para exemplificarmos isso, podemos tomar a imagem centáurea do gaúcho que é mantida (na história e na literatura), como algo exterior, pois o diferente construído pelo simulacro é da ordem interna, é do âmbito comportamental, nesse caso. A imagem de gaúcho que se tem na representação histórica é de um bandido que, unido ao seu cavalo, se torna invencível e que, a partir do simulacro, passa a ser a de um herói que também está unido ao cavalo, constituindo o mitológico “centauro dos pampas”, mas que já é tomado como um ser de boa índole, ou seja, na essência um é bastante diferente do outro. Sem dúvida, há semelhanças entre o que ressoa do mundo social no mundo ficcional, como uma espécie de já-dito; mas,

em se tratando de simulacro, na verdade, estamos falando de “efeitos de semelhança”, porque, em essência, predominam as diferenças. De certa forma, o simulacro nega também a existência de origens bem determinadas, de modelos pré-estabelecidos, de um centro irradiador qualquer, porque ele se funda como uma forma de cintilação descentralizadora.

Então, sempre que estivermos falando nessa nova¹⁴⁷ representação de gaúcho, veiculada pelo discurso literário, estamos fazendo referência à construção de um simulacro que vem ao encontro da necessidade de reinvenção de todo um imaginário social sobre o gaúcho. Esse imaginário social, sustentado pelo discurso literário há mais de um século, transforma o gaúcho bandido em herói e em mito. É desse ponto que parte nossa pesquisa, onde, de fato se instala essa imagem de gaúcho mitológico no discurso literário que, depois, sob condições de produção adversas, vai ser desmitificada no interior mesmo desse discurso.

Nos interessa ainda observar como Deleuze (1974) busca em Platão a forma de como se obtém um simulacro:

o simulacro implica grandes dimensões, profundidades e distâncias que o *observador* não pode dominar. É porque não as domina que ele experimenta uma impressão de semelhança. O simulacro inclui em si o ponto de vista diferencial; o *observador* faz parte do próprio simulacro, que se transforma e se deforma com seu ponto de vista (p. 264)¹⁴⁸.

Essa categoria de *observador* nos interessa em especial, pois podemos aproximá-la da função discursiva de autor exercida pelo sujeito do discurso literário, como aquele que ouve os “rumores” do mundo social e os re-significa no mundo ficcional. Os pressupostos teóricos da AD nos possibilitam essa aproximação porque também a função-autor não tem o domínio completo de todos os ângulos da escuta ou da observação. A função-autor fundamenta-se na ilusão do sujeito que acredita ser a origem de seu dizer e que acredita controlar os sentidos que o seu discurso produz, muito embora não tenha esse controle, fazendo parte de todo um processo discursivo. Assim, trazendo a noção cunhada pela filosofia de Deleuze para funcionar no âmbito da análise do discurso literário em questão, podemos dizer que o simulacro passa a constituir, de modo especial, a função discursiva do

¹⁴⁷ Em contraponto à velha representação veiculada pela história oficial.

¹⁴⁸ O grifo é nosso.

sujeito, e o reverso também é verdadeiro, pois podemos, então, compreender que a função-autor também é constitutiva do simulacro; considerando sempre que as transformações produzidas pelo simulacro se dão sob determinadas condições de produção, tal como são representadas no discurso.

Sobre a função-autor

“a escritura, a princípio livre, é finalmente o elo que acorrenta o escritor a uma História que já está acorrentada” (Barthes, 1974, p. 139)

O discurso histórico “sobre” o gaúcho revela formas de representação desse sujeito pelo “outro”. Esse “outro”, num determinado momento histórico, foi o viajante estrangeiro; em um outro momento foi o historiador e, posteriormente, foi o escritor literário, doravante “autor”¹⁴⁹.

Para mobilizarmos a noção de autor e de autoria, no presente trabalho, recorremos a Foucault (1995¹⁵⁰, 1996¹⁵¹) que, inicialmente, pensa na autoria como um “lugar vazio” ou uma “função vazia” (1995, p. 107), onde o sujeito pudesse se instalar como autor de um enunciado, muito embora considerasse que o autor e o indivíduo responsabilizado como tal não coincidisse, pois haveria textos que suscitariam muito mais uma assinatura do que uma autoria, como seria o caso dos contratos, decretos, receitas, etc., para legitimarem-se como tais. Mais tarde, Foucault (1996) passa a explorar a autoria como um princípio: “princípio de rarefação de um discurso” (p. 26), a partir do qual seria possível dissipar a densidade característica do discurso, pois esse princípio funcionaria como um desaglomerador, diminuindo a espessura da trama da rede discursiva. Ainda assim, Foucault continua acreditando que falar em autor não implica, necessariamente, estar falando no indivíduo que produziu material e intelectualmente o enunciado, pois o autor é tomado como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (p. 26). A AD busca na noção de autoria

¹⁴⁹ Fazendo referência à tomada de posição de João Simões Lopes Neto e de Cyro Martins, enquanto exercício da função discursiva da autoria.

¹⁵⁰ A data do original em francês é de 1969.

¹⁵¹ A data do original em francês é de 1971.

foucaultiana a sua essência enquanto “princípio” – nesse caso, necessário e imprescindível a todo o tipo de discurso – e “origem da textualidade” (Orlandi, 1999, p. 75); e a sua essência enquanto “função do sujeito discursivo”, capaz de produzir o efeito de unidade e coerência, considerando que cada texto revela “uma nova posição do autor” (Foucault, 1996, p. 29).

Dessa forma, enquanto analistas de discurso, concebemos o autor como uma função específica do sujeito, como um lugar em que se constrói a unidade imaginária do sujeito, onde é possível identificar a coerência e a completude imaginária que a textualidade produz pelo trabalho da função-autor.

Foucault (1996) manifesta-se também sobre o caso específico do autor do texto literário, considerando-o como “aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (p. 28), considerando que em literatura “a função do autor não cessou de se reforçar” através de séculos de história. Na verdade, ao analisarmos o discurso literário estamos trabalhando com uma complexidade enunciativa e discursiva ainda maior: os mecanismos enunciativos ali representados são duplamente complexos, porque o sujeito-enunciador-escritor, inscrito numa determinada FD, exerce a função-autor produzindo seu discurso e, ao mesmo tempo, produz um efeito-sujeito-enunciador, via sua representação de sujeito ficcional, no interior do discurso, o que se apresenta aos olhos do leitor de forma não-coincidente, na maioria dos casos. Isso ocorre como uma forma de “espelhamento”, no qual percebemos semelhanças, mas não uma coincidência total. Há, de fato, um sujeito que assume uma posição, enquanto autor, para produzir uma representação de posição-sujeito no interior desse discurso, sendo que ao posicionar-se dessa forma o autor dá voz a outros sujeitos no interior de seu discurso. Assim, pela função-autor: identificamos uma posição-sujeito inserida no mundo social (responsabilizável pela produção da linguagem ficcional); e pela representação: (criada por ele) identificamos a representação de posição-sujeito, enquanto efeito-sujeito, produzida no interior do discurso.

Como já dissemos no decorrer do presente trabalho, o discurso literário não tem como função representar fielmente uma realidade posta no mundo social, muito embora, às vezes, ele funcione como aquele que assegura a instituição de uma determinada representação desse mundo social em detrimento a outras que também circulam nesse

espaço discursivo. Assim, podemos dizer que o discurso literário é resultado de um processo de observação, porque ele capta “rumores” do mundo social e os representa no mundo ficcional, também funcionando como uma forma de garantia de permanência ou desaparecimento de determinada representação que é recuperada ou apagada pelo universo ficcional e passa a integrar com maior ou menor frequência o universo do mundo social. Enfim, ao tratarmos do discurso literário estamos tratando de um discurso que tem como característica principal a “dispersão” (Orlandi, 1996c), seja por ser marcado pela dispersão de textos (a intertextualidade que representa) seja por ser notadamente marcado pela dispersão de sujeitos que o constituem (interna e externamente), caracterizando-se como um discurso essencialmente heterogêneo.

Segundo Orlandi, “há, na gênese de todo discurso, o projeto totalizante de um sujeito, projeto este que o converte em autor” (1996c, p. 55); assim, “o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto” (p. 56). A dispersão, característica própria do discurso, toma, na forma do texto, a aparência da unidade, revelando a posição do sujeito pelo lugar que ele assume (o autor), produzindo um movimento que vai do âmbito do real (dispersão) para o do imaginário (unidade).

Na verdade, quando Orlandi discute a função-autor do sujeito está explicitando que a autoria seria “uma das dimensões em que se revela a interpelação do indivíduo em sujeito”, fazendo referência à tese althusseriana, já mencionada. Para Orlandi, então, nesse lugar é possível observar os efeitos da ideologia produzindo “a aparência de unidade do sujeito e a transparência do sentido”. Tais efeitos funcionam como “evidências” e para que o analista não sucumba ao poder de sedução das ditas “evidências”, produzidas pela ideologia, é preciso que se leve em conta, pelo menos, “o processo de constituição do sujeito e a materialidade do sentido”. Isso é aplicável ao “discurso de”, tornando-se ainda mais complexo quando tratamos do “discurso sobre”, fazendo-se necessário desconstruir ainda outras evidências. Isso se dá porque quando tratamos do “discurso sobre” (o gaúcho, como é o caso do presente trabalho) estamos tratando também do “discurso de” um sujeito que assume uma posição para falar/escrever “sobre”, já que “o sujeito está, de alguma forma, inscrito no texto que produz” (Orlandi, 1996c, p. 76).

No caso do discurso literário, então, nos deparamos com o “discurso de” um escritor (contista ou romancista) que escuta, que observa e que revela sua posição ao assumir a

função-autor, vindo a revelar a representação de sujeito gaúcho que apreendeu (ou depreendeu) do mundo social, transpondo-a para o mundo ficcional, preservando “efeitos de semelhança” e introduzindo o diferente no interior do mesmo. Enfim, o texto que representa o autor pode ter vários enunciadores, como ocorre mesmo no discurso literário quando as personagens ganham voz, mas deve-se manter a unidade e a coerência que o efeito-autor produz. Assim, a autoria configura-se também como uma forma de representação do sujeito que fala sobre o “outro”, no caso sobre o gaúcho; ou seja, estamos diante de um necessário efeito-autor produzido pelo trabalho de escuta do escritor que está inscrito prioritariamente em uma FD, que é afetado pela ideologia e que, ao ouvir “os rumores” da realidade social, se posiciona e produz o texto literário, ora em análise.

Assim, uma análise do discurso da narrativa literária gauchesca, enquanto “discurso sobre” o gaúcho, à luz da AD, implica compreender as relações entre:

- a) a constituição da posição-sujeito na função-autor (discurso de);
- b) e a constituição da representação da posição-sujeito na imagem de gaúcho (discurso sobre).

Pois é na constituição da posição-sujeito na função-autor que é possível identificar a influência das condições de produção do discurso e é na constituição da representação da posição-sujeito na imagem de gaúcho que se revelam as finas camadas que compõem o processo de “simulação” da tomada de posição do sujeito representado no discurso literário que - antes de configurar a unidade e a coerência produzidas pelo princípio da autoria – explicitam o funcionamento do espaço de “simulacro” que constitui a especificidade maior do discurso ficcional.

Trata-se de um princípio necessário para qualquer discurso. A unidade do texto e do sujeito é tomada por Orlandi (1999), como resultante do desempenho de uma função discursiva do sujeito, posta ao lado das funções enunciativas de locutor e de enunciador (p. 74). A primeira função enunciativa faz emergir “aquele que se representa como “eu” no discurso” e a segunda compreende a “perspectiva que esse “eu” constrói”, sendo que cabe à terceira função, que é discursiva, exercer a “função social que esse “eu” assume enquanto produtor da linguagem” (1996c, p. 61).

Para ilustrar essa questão, tomamos o próprio processo de construção das imagens de sujeito gaúcho em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. A primeira produz efeitos de apagamento da função-autor, porque simula a tomada de posição do sujeito gaúcho que fala do lugar do “eu” no interior dos contos. A perspectiva enunciativa faz emergir um “eu” que narra os fatos, dissolvendo no interior do discurso as características da função-autor. É assim que se dá o processo de “simulação” da tomada de posição do sujeito que é dito como tal no “discurso sobre”; e, ao mesmo tempo em que se efetiva o efeito de apagamento da função-autor, emerge a ilusão de que se trata do “discurso de”; esse é o resultado do trabalho discursivo do escritor. Já a segunda revela uma necessária relação entre as funções enunciativas do sujeito falante com o propósito de produzir um efeito-sujeito-outro (diferente da imagem de gaúcho herói); ou seja, na narrativa literária que fala sobre o gaúcho em terceira pessoa do singular (“ele”), a quem não é delegado o poder da fala, transparecem (melhor) as relações entre as funções do locutor, do enunciador e do autor.

No caso específico do discurso que estamos analisando, revelam-se diferentes dimensões enunciativas que ora dão maior destaque a uma função enunciativa e ora destacam outra. Isso se dá porque, em *Contos Gauchescos*, a função-autor aparece dissolvida nas funções enunciativas desempenhadas pelo locutor/enunciador na voz de um gaúcho-herói, onde ocorre a “simulação” de tomada de posição do sujeito gaúcho, produzindo o já referido efeito de apagamento da função-autor. Já em *Porteira Fechada*, a função-autor aparece representada pelo locutor/enunciador que se revela na voz de um narrador onisciente que representa uma tomada de posição do sujeito que fala/escreve sobre o sujeito gaúcho não-herói. Esse locutor/enunciador – que denominamos narrador¹⁵² – é a figura responsável pela enunciação e ele se representa como tal no discurso. Às vezes se mostrando como o “eu” e outras vezes se ocultando na impessoalidade de quem fala sobre o gaúcho na terceira pessoa (“ele”), configurando oscilações entre o “eu” do gaúcho heróico e o “ele” do não-herói.

Para a presente pesquisa, interessa analisar as imagens de gaúcho que o discurso literário faz emergir, considerando-o como um discurso do “outro” que revela, numa

¹⁵² Tanto em Literatura quanto em AD, o narrador ou locutor não se confunde com o escritor ou com o autor; pois, em ambas as áreas, estamos tratando de diferentes funções enunciativas do sujeito.

constituição imaginária, a construção de uma imagem de gaúcho que advém do social, produzindo “efeitos de real” na ficção. Ainda que o discurso literário não tenha compromissos com a realidade social, ele recupera os “rumores” advindos de lá, produzindo um simulacro de herói gaúcho na ficção.

A cadeia discursiva do que estamos tomando como “discurso sobre o gaúcho” abrange vários espaços discursivos, esses espaços estão concatenados; por isso a importância de conhecermos as representações de gaúcho que se revelam no discurso dos viajantes ou dos historiadores: elas nos ajudam a compreender as condições de produção do discurso sobre o gaúcho produzido pela literatura, as reiteraões e as transformações de sentido operadas sobre a designação gaúcho. Conforme explicitamos em todo o desenvolvimento, tomamos o discurso histórico posto em relação com o discurso ficcional, sem constituir, no entanto, qualquer forma de oposição, considerando que eles se complementam na árdua tarefa de nos dar a conhecer representações do gaúcho que habitam nosso imaginário, considerando que há “efeitos de semelhança” entre uma imagem e outra.

Ao destacar-se como evidente a presença de um “eu” gaúcho, em *Contos Gauchescos*, e de um “ele” gaúcho, em *Porteira Fechada*, torna-se imprescindível direcionar nossa investigação para a representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso literário. Percorrer este caminho nos possibilitará a entrada em questões relativas às designações e às descrições atribuídas ao gaúcho no decorrer das narrativas literárias consideradas, pois a partir delas o estudo da paráfrase e da metáfora ganha um novo redimensionamento. Em função disso, dividimos em dois blocos nossa proposta de análise: o primeiro, que investiga a representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso das narrativas literárias gauchescas consideradas; e o segundo, que investiga os processos de produção de sentido (paráfrase e metáfora) nas formas de designação e de descrição do gaúcho no discurso das narrativas literárias gauchescas consideradas¹⁵³.

¹⁵³ Cf. Capítulo 2 da Parte III.

Sobre o dispositivo analítico em AD

A elaboração do dispositivo analítico próprio à presente pesquisa leva em consideração que em AD existe uma peculiaridade que extrapola à simples relação entre teoria e análise; trata-se de uma disciplina constituída por uma rede de conceitos (ou noções) para as quais cada análise específica traz sua contribuição. Dessa forma, um dispositivo de análise em AD é construído especificamente para cada análise, para determinados objetivos, para cada *corpus*, para cada pesquisa. Ou seja, não se trata de estabelecer relações entre teoria e prática de análise, mas de realizar o “movimento pendular”, que vai da teoria para análise e da análise para a teoria, questionando, reformulando e re-significando, não apenas o objeto de análise, mas também as noções teóricas mobilizadas no trabalho.

Ao trabalharmos determinadas noções, teoricamente, já estávamos estabelecendo relações com as análises, porque teoria e análise não estão separadas. E é no momento da análise, propriamente dita, que emergem as possibilidades de respostas aos questionamentos iniciais, porque a forma de tratamento que o *corpus* recebe não advém de uma região estagnada ou cristalizada do conhecimento científico, podendo sempre alterar-se.

Com base nessa premissa, passamos a refletir sobre as possibilidades de desconstrução dos efeitos de sentidos evidentes que instituem e mantêm a imagem de sujeito gaúcho que conhecemos atualmente, via discurso literário. Inicialmente, temos que conhecer os efeitos de sentido evidentes, nos envolvermos com eles, enquanto leitores desse discurso; e depois, então, ocuparmos nossa posição de analistas de discurso, investindo na desconstrução desses efeitos e na implantação de um “gesto de interpretação” outro que não o (ilusoriamente) previsto por tal prática discursiva.

Sobre o corpus

Diante das obras escolhidas de João Simões Lopes Neto e de Cyro Martins, nosso primeiro ímpeto foi o de observar as formas de designação e de descrição que apresentam o gaúcho, pois elas permeiam toda a narrativa literária gauchesca e aparecem como construtoras da imagem do gaúcho nesse espaço discursivo. No entanto, a representação das formas de subjetivação presente no *corpus* desafiaram a delimitação de fronteiras que propomos ao buscarmos designações e descrições próprias ao gaúcho. Nos deparamos, numa primeira leitura do *corpus*, com as pistas lingüísticas que a forma da apresentação do sujeito nos oferece, enquanto superfície, que é lingüística (e imediatamente discursiva); mas tais pistas pareciam apontar para diferentes direções, provocando inquietação no analista, que buscava regularidades dispersas; e gerando um desconforto metodológico insustentável. De fato, havia algo essencial emergindo desse *corpus*, algo que palpitava no interior das seqüências discursivas mais significativas: a representação das formas de subjetivação do gaúcho nesse espaço discursivo considerado.

A hipótese inicial continua valendo, mas o caminho para chegarmos até o desenvolvimento dessa hipótese sofreu modificações, pois fez-se necessário deslocarmos um pouco o foco, indo buscar, no que é anterior à designação e à descrição, o lugar onde a imagem de gaúcho se efetiva, o lugar onde é possível apreender as formas de representação da constituição do sujeito, enquanto “efeito de real” que leva o leitor a crer que há manifestações de subjetividade do gaúcho no interior das narrativas literárias em questão. É uma reflexão sobre os processos de produção dos efeitos de sentido evidentes no discurso literário “sobre” o gaúcho - que aparece sob as marcas da subjetivação lingüística, sob a égide de reiteraões e transformações, observáveis via designação e descrição – que nos conduz à desconstrução de evidências em prol da implantação de um gesto de interpretação que leve em conta elementos outros que não os meramente lingüísticos.

Dado esse primeiro passo em direção à construção do dispositivo analítico, que se constitui aos poucos, passamos a inventariar o *corpus* em busca das seqüências discursivas que melhor explicitam os processos de produção de sentido no discurso em consideração, dentre os quais mereceram destaque a paráfrase e a metáfora. A leitura do *corpus* opera mudanças na focalização analítica e a forte presença das marcas lingüísticas de

representação das formas de subjetivação do gaúcho nos conduzem a refletir sobre o que significa o gaúcho ser dito “eu” e ser dito “ele”, no discurso literário considerado. É assim que o gaúcho é representado: ora na primeira pessoa do singular “eu”, como aquele que fala de si mesmo; ora é representado na terceira pessoa do singular “ele”, como alguém que é falado pelo outro. Esse fato nos intrigou demais, tendo em vista que não há um sujeito gaúcho que se subjetiva no discurso literário que é um discurso “sobre” e não um discurso “de”. No discurso “sobre” emergem apenas as representações daquele que escreve sobre o gaúcho, daquele que ouve os “rumores” do que é social e constrói uma narrativa capaz de produzir “efeitos de real”, como é o caso da representação das formas de subjetivação do gaúcho que, em determinados momentos, parece ganhar a palavra, mas isso não passa de uma ilusão, pois ele é sempre falado pelo “outro”. Isso tudo redimensionou a pesquisa, reestruturando todo nosso dispositivo analítico, conforme segue.

O discurso literário, então, é tomado como um discurso “sobre” o gaúcho: é do lugar do outro, impreterivelmente, que sempre se fala desse sujeito. No entanto, nos deparamos com a presença do “eu”, em determinado momento sócio-histórico, tal como é representado no discurso em questão; e do “ele”, em um momento diferente, o que nos intriga e nos conduz a refletir sobre as possibilidades de mobilização da noção de sujeito, própria da AD, para a explicitação dessa representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso da narrativa literária considerada. Essa reflexão nos leva a crer que, em se tratando de representação, produção de “efeitos de real” ou de “efeitos de semelhança”, devemos promover um deslocamento que propicia a tomada do aparato teórico da AD como algo que penetra na “simulação” proposta pelo escritor, considerando que a função discursiva de sujeito que assume a autoria (o escritor) está também inserida num contexto imaginário que é sócio-histórico e que o insere numa dada representação de FD gaúcha, onde o analista de discurso se infiltra para desvendar os caminhos que o escritor utiliza para produzir determinados efeitos de sentidos e não outros.

Assim, mesmo trabalhando com o discurso “sobre” o gaúcho, vamos aplicar à análise da representação das formas de subjetivação do gaúcho as mesmas noções que se aplicam às investigações próprias às análises de constituição do sujeito “de” discurso, propriamente dito. Essa é uma das possibilidades de se adentrar, desconstruir e compreender como se constrói a imagem de gaúcho presente no discurso da narrativa

literária em questão. Teoricamente falando, temos uma imagem de sujeito gaúcho, representativa de todo um grupo social denominado gaúcho, essa imagem produz o efeito de unidade do sujeito e do sentido que ele produz no discurso; mas, metodologicamente, podemos investigar como se constrói, de fato, essa representação de forma-sujeito que o discurso da narrativa literária gauchesca nos dá a conhecer como única e completa na forma de texto, mas que enquanto discurso é dispersa e fragmentada. Enfim, acreditamos que a análise das formas de representação de subjetivação no discurso literário em questão nos fornecerá mais subsídios para a compreensão dos processos de produção dos sentidos, o que será analisado via designações e descrições atribuídas ao gaúcho no referido discurso.

Importa ainda destacar que as nossas análises não se realizam de forma linear, tendo em vista que apenas selecionamos algumas seqüências discursivas dispersas no interior das narrativas literárias consideradas, porque de alguma maneira elas subsidiam nossas afirmações. Dessa forma, no decorrer das análises nos deparamos com as idas e vindas de seqüências discursivas que se alternam no interior da discussão, que ora aparecem para ilustrar uma questão e ora re-aparecem em função de outras questões, sempre reforçando a realização de nosso objetivo de investigar a constituição da imagem de sujeito gaúcho no interior das narrativas literárias gauchescas em análise.

1.2 Os processos de produção do sentido: a paráfrase e a metáfora

“Repetir repetir – até ficar diferente.”
(Manoel de Barros)

A produção de sentidos sobre imagens e representações

Ao considerarmos o processo de constituição de imagens de gaúcho no discurso literário como uma forma de reinvenção do imaginário sobre o gaúcho, estamos também considerando que essas imagens são representadas enquanto posições-sujeito que se relacionam com a forma-sujeito gaúcho imaginariamente instituída, o que nos leva a constatar que não há uma imagem única de gaúcho nesse ou naquele discurso. Assim, faz-se necessário trabalharmos com a construção de diferentes representações de gaúcho que

correspondem à produção de simulacros e que estão diretamente ligadas às diferentes representações de CP, a partir das quais se constituem os efeitos de sentidos evidentes, tanto no mundo social quanto no mundo ficcional, reinventando incansavelmente o imaginário social sobre o gaúcho.

De fato, é sob determinadas representações de CP que se sobressaem determinadas formas de se designar o gaúcho, num movimento que se produz pela memória, o que faz lembrar alguns sentidos e esquecer outros, o que reitera ou desloca efeitos de sentidos dados como evidentes. Importa destacar que quando estamos trabalhando com a noção de memória em AD não estamos separando a construção de uma imagem exterior e a sua modificação através de elementos essenciais interiores¹⁵⁴, porque, compreendemos que, em termos de memória, não há uma pré-seleção de elementos, havendo, nesse caso, a interferência tanto do domínio exterior (CP e ideologia) quanto do domínio interior (inconsciente e imaginário).

Nosso objetivo, nesse momento, é explicitar como, ao modificarem-se as representações de CP, os saberes que constituíam uma gama de designações próprias ao gaúcho ganham um outro funcionamento, reconfiguram-se no interior da FD dominante, tal como é representada no discurso literário em questão. Ao estabelecermos as necessárias relações entre o discurso histórico¹⁵⁵ e o discurso literário gauchesco em análise, as principais constatações são de que:

- a) alguns saberes desaparecem (temporariamente), existindo de forma latente no domínio do interdiscurso, como é o caso, por exemplo, das designações de cunho pejorativo: “contrabandista”¹⁵⁶ e/ou “saqueador”;
- b) outros saberes permanecem presentes, mas produzem outros efeitos de sentido, pois estão sob o atravessamento de saberes advindos de outras FDs secundárias, como é o caso, por exemplo, da designação “rio-grandense” e/ou “gaúcho” que, embora, historicamente representassem duas classes

¹⁵⁴ Cf. premissa de Deleuze (1974) que separa representação e simulacro dessa forma.

¹⁵⁵ Conforme explicitado no Capítulo 2 da Parte II.

¹⁵⁶ Em *Contos Gauchescos*, de J.S.L. N., aparecem reminiscências dessa designação como uma categoria de sujeito em extinção, pois no conto *O Contrabandista* o protagonista é morto por forças policiais governamentais.

sociais diferentes, posteriormente passaram a configurar uma relação quase sinonímica;

- c) outros saberes, ainda, permanecem carregando os mesmos sentidos, cristalizando alguns sentidos em detrimento de outros. Embora isso não ocorra de forma completa e total, podemos perceber sua ocorrência no caso da designação “centauro” que representa a figura mítica do homem unido ao cavalo e que revela na figura do “centauro dos pampas”, a reiteração de sentidos advindos da mitologia grega e os deslizamentos de sentido produzidos pelos elementos que lhe são constitutivos, tais como: as CP, as formações imaginárias, etc. Há um referente que permanece, subsistindo a uma série de deslizamentos e até mesmo ao processo de desmitificação, seja no âmbito histórico seja no âmbito ficcional;
- d) e existem, também, as designações que podemos considerar “novas”, porque trazem à tona saberes que antes eram interditados no interior da FD gaúcha. Nesse caso, enunciativamente¹⁵⁷ elas representam o novo, mas discursivamente já eram pré-existentes em nível de interdiscurso, passando a funcionar a partir das modificações que as CP promoveram no interior da FD dominante. Exemplo disso, é o caso da designação “gaúcho de a pé”, que é produzida em contraponto à designação de “centauro”, num espaço discursivo (e imaginário) em que é permitido enunciar a imagem de sujeito gaúcho já destituída de sua parte eqüina. Se antes só era concebível a imagem do mito centáureo de gaúcho no discurso literário, nesse segundo momento (que estamos marcando como tal), é esfacelada a imagem do centauro e o gaúcho perde sua parte cavalar, abrindo espaço para a aparição de imagens antes interditadas como é o caso do gaúcho de a pé. O “gaúcho de a pé”, representado na figura de Guedes, não significa a fundação de novos sentidos, pois ele sempre existiu; nem a inauguração de uma nova fase imaginária, mas representa a possibilidade (que é nova) de materialização discursiva e enunciativa de um saber que antes era interditado. A imagem

¹⁵⁷ Aqui, estamos fazendo referência à noção de acontecimento enunciativo (Indursky, 2002), conforme explicitado na seção 2 da Parte I.

dominante e mais veiculada pelo discurso sobre o gaúcho era a do Centauro dos Pampas, não havendo lugar para disposições em contrário, sobretudo no tocante ao discurso literário.

A noção de CP é crucial para este trabalho, porque podemos observar que conforme as CP se alteram (historicamente falando) no mundo social, elas vão sendo reinventadas também no mundo ficcional. Assim, as alterações das CP são representadas como modificadoras do modo de apresentação de saberes da FD gaúcha, pois a partir de determinadas CP alguns sentidos são autorizados e outros interditados, o que vai se modificando incessantemente e produzindo outras representações de gaúcho no interior do discurso literário. Isso ocorre porque as representações de CP revelam transformações sociais que, conseqüentemente, são representadas no discurso literário, produzindo o “efeito de real”. Essas transformações podem ser melhor identificadas no interior da representação da FD dominante, tomada como heterogênea, onde é possível o surgimento de representações de novas posições-sujeito na realidade do mundo social e passam a ser representadas em outros espaços discursivos, como é o caso do literário, produzindo novas representações de FD e novas representações de posições-sujeito.

Temos, portanto, representações de sujeito gaúcho, dentre as quais destacamos a representação mitológica e a não-mitológica, considerando que há deslizamentos de sentidos, influenciados pelo social. Os ruídos sociais, apreendidos pelo discurso literário, promovem re-acomodações das representações de sujeito, modificando os efeitos de sentidos que vão desde o gaúcho centáureo até o gaúcho de a pé, mesmo que isso se realize pela simulação promovida pela especificidade do discurso literário, que permite a vazão de alguns sentidos num determinado momento e a interdição de outros. Assim, é possível percebermos que a FD gaúcha é representada no discurso literário em questão como heterogênea, comportando o mesmo e o diferente, onde emergem representações diversas de sujeito gaúcho. Há, ainda, que considerar a interferência das representações de saberes de outras FDs que funcionam como secundárias (advindas do domínio do interdiscurso) que vêm constituir a gama de saberes dessa representação de FD dominante (heterogênea), pela forma do atravessamento. Nesse caso, as representações de CP também têm importante papel a cumprir, pois os saberes advindos de outras FDs dependem das CP para

funcionarem de uma forma e não de outra no interior da FD dominante. Exemplo disso pode ser observado no caso do atravessamento de saberes advindos da FD militar, que aparece, no discurso literário em questão, representada como uma FD secundária, na constituição da representação literária de FD gaúcha (tomada como dominante). Isso pode ser observado na representação própria do discurso histórico e no “cruzamento de discursos” (o histórico e o ficcional) que se evidencia no discurso literário em análise, conforme segue:

- 1) em tempos de guerras e revoluções que envolviam a demarcação das fronteiras¹⁵⁸, os saberes da FD militar atravessam a FD gaúcha, tal como elas são representadas no discurso histórico, no sentido de força que tenta reprimir a efetivação dos caracteres pejorativos do gaúcho (contrabandista, saqueador, etc.), funcionando enquanto Aparelho Ideológico de Estado na busca de disciplinarização e modificação de conduta. No cruzamento de discursos, produzido pelo trabalho do discurso ficcional, vamos encontrar a representação da FD gaúcha (dominante) revelando a presença de saberes provenientes da FD militar (secundária), funcionando como responsável pela transformação do bárbaro gaúcho em exímio soldado. É no cruzamento de discursos que deslizam os sentidos, construindo e reconstruindo imagens de gaúcho. Muito embora a representação de FD militar continue funcionando como secundária no âmbito da representação literária de FD gaúcha, ela contribui de modo contundente para a instituição do simulacro de gaúcho herói de guerras e revoluções que conhecemos atualmente, via literatura;
- 2) feito o recrutamento desse gaúcho para lutar nas guerras e revoluções já mencionadas, os saberes da FD militar atravessam a representação histórica de FD gaúcha no sentido de utilizarem a força física do gaúcho guerreiro, fornecendo-lhe em troca o estatuto de soldado. Esse funcionamento se efetiva muito bem no cruzamento de discursos, porque consegue apagar (pela forma do esquecimento) os caracteres pejorativos do gaúcho e consegue instituir (pela forma da memória) o comportamento de cavaleiro guerreiro, próprio do simulacro. As fronteiras da

¹⁵⁸ Cf. Revolução Farroupilha, enquanto tentativa de delimitação de fronteiras internas, e a Guerra do Paraguai, enquanto tentativa de delimitação de fronteiras externas.

representação literária de FD gaúcha, portanto, são flexíveis, cabendo em seu interior saberes-outros, advindos do interdiscurso. Não temos garantias reais ou históricas de que o gaúcho bandido transformou-se de fato e de direito num exímio soldado, mas temos representações de gaúchos que habitam nosso imaginário e é a partir do trabalho da memória e do discurso literário, que é produzido em torno desse imaginário de gaúcho, que somos conduzidos a esquecer e a lembrar, conforme convier à formação imaginária na qual nos inserimos. No cruzamento de discursos, produzido pelo discurso literário em análise, nos deparamos com o simulacro de herói gaúcho, representado na personagem de Blau, que revela a tomada de posição do sujeito que luta junto aos militares, acreditando-se centauro, acreditando ser um deles, acreditando-se ser um herói.

- 3) Já em tempos de paz (no século XX), os saberes da FD militar atravessam a representação histórica de FD gaúcha no sentido de tentar recuperar os elementos de coerção, que lhe eram imprimidos no princípio, e voltam a significar Aparelhos Ideológicos (Repressores) do Estado, reprimindo ações do gaúcho, representado nesse momento como mais revoltado com sua condição financeira. No cruzamento de discursos, promovido pelo discurso literário, começa a aparecer a imagem do anti-herói, ficcionalmente constituído, que vê no aparelho repressor uma válvula de escape para sua situação de miséria. Estamos falando do simulacro de gaúcho representado na figura de Guedes, que faz emergir no discurso literário a representação de uma posição-sujeito advinda do mundo social. Guedes, então, é o simulacro de uma posição-sujeito inscrita na FD gaúcha, que funciona no mundo social como dominante, nela é que se representa ficcionalmente o sujeito gaúcho que, sob representações de CP adversas, deixa-se dominar pela força militar. A prisão de Guedes vem representar a emergência de sentidos até então interditados no interior da representação literária da FD gaúcha; trata-se da admissão de sentidos contraditórios que sempre co-existiram, pois não é apenas no século XX que gaúchos são presos e humilhados por militares, mas é só nesse momento que isso passa a ser representado no discurso literário; é só nesse momento que a literatura admite a imagem de gaúcho desvinculada da imagem do centauro, do mito, abrindo

espaço para o não-mito, enquanto constitutivo da representação de uma forma-sujeito gaúcha que admite diferentes posições-sujeito em seu interior.

Cada um desses funcionamentos deve ser observado sempre em relação ao já-dito que o sustenta no espaço discursivo que estamos analisando, pois há toda uma memória que funciona no momento da efetivação desses saberes, o que aparece representado no discurso literário em análise.

Na verdade, o funcionamento de saberes da FD militar no interior de outra FD não é algo raro, até porque ela representa a intervenção de um Aparelho Ideológico de Estado que se instituiu na sociedade civilizada capitalista como mantenedor da ordem. O que ocorre com a representação literária da FD gaúcha é especial por dois motivos: primeiro, porque estamos tratando de um espaço discursivo ficcional que promove deslocamentos de sentidos sobre a FD gaúcha que funciona no mundo social e, segundo, porque estamos tratando da representação de gaúcho veiculada pelo discurso literário, de onde emerge uma outra forma de organização social, onde as regras militares dos homens civilizados não têm nem o mesmo sentido nem o mesmo valor. Assim, o elemento ideológico se destaca como determinante de sentidos e nos remete a processos discursivos anteriores que emergiram sob condições de produção diferentes. Mesmo que tais saberes deixem de funcionar no interior de uma determinada FD, o seu lugar de funcionamento fica marcado, porque eles abriram espaço para novas tomadas de posição, o que poderá ser observado em processos discursivos dispersos no tempo e no espaço, onde emergem reiteraões de determinados sentidos e apagamentos de outros. No âmbito da representação, observamos o mesmo processo em pleno funcionamento.

Assim, nos deparamos com a representação literária da FD gaúcha como heterogênea em relação às outras FDs e também em relação a si mesma. No mundo social há um interdiscurso, de onde advêm as FDs, e no mundo ficcional nos deparamos com representações desse mundo social. Temos, então, uma representação de FD gaúcha heterogênea, que aparece como atravessada por representações de saberes de outras FDs. Nosso trabalho de analista é observar como isso se realiza no discurso literário gauchesco em questão, onde emergem as designações e descrições do gaúcho que significam de uma

forma no mundo social; mas que são representadas de outra forma no discurso da história e ainda de outra forma no discurso da ficção. Tomamos como parâmetro, inicialmente, as representações de CP advindas do discurso histórico para podermos observar como essas CP são representadas no discurso literário. Há um necessário cruzamento desses discursos, das representações de saberes da FD gaúcha na história e das representações de saberes da FD gaúcha na literatura, fortemente atravessada por saberes de outras FDs.

É preciso levar em conta que além da interferência da representação literária de FD militar, podemos observar também a interferência da representação literária da FD dos estancieiros, pois em *Contos Gauchescos* é possível identificar o funcionamento de Formações Imaginárias que estabeleciam relações de igualdade entre os donos da terra (estancieiros) e os peões de estância (gaúchos), o que é muito diferente da realidade histórico-social. Assim, no discurso literário, as relações de produção entre patrões e empregados da área rural do RS aparecem funcionando sob a égide de Formações Imaginárias, representadas nesse discurso, enquanto relações de igualdade entre eles. A partir dessa representação, percebe-se que ambos tomam posições a partir da ilusão de estarem compartilhando os mesmos saberes, (a mesma ideologia) e que, portanto, estavam igualmente inscritos na FD gaúcha. Trata-se da representação de uma ilusão produzida pelas Formações Imaginárias, pois patrões e empregados, mesmo que se inscrevam num mesmo domínio de saberes sempre estarão representando posições-sujeito diferentes, pois são afetados diferentemente pela ideologia, o que mantém a relação de desigualdade nesse espaço discursivo. Assim, não podemos nos deixar envolver pela representação de uma ilusão comum a fazendeiros e gaúchos, considerando que temos: o fazendeiro, de um lado, e o peão, de outro. Esses lugares, pré-determinados pelo estado das coisas, pré-determinados por algo muito maior já no âmbito do sistema capitalista em plena implantação e desenvolvimento na área rural. Assim, configuravam-se pela tomada de posição de cada um: o patrão como dominante e o empregado como dominado, no interior das relações de classe, o que num outro momento sócio-histórico vai emergir e ser representado também no discurso literário.

Para tratarmos dessas relações de força, estamos levando em conta que elas se realizam pela forma da contradição inerente à luta ideológica entre duas classes sociais antagônicas que não é “simétrica” (Pêcheux, 1995). De fato, cada classe tem uma forma

própria de luta social e, portanto, não é no âmbito da categoria de “sociedade” que se estabelecem as lutas de classe, mas sim sob os domínios do “Estado” que funcionam “como espaço, como terreno dessa luta” (p. 147). É assim que acontece nas relações entre fazendeiros e gaúchos que, antes de constituírem uma sociedade, cumprem o papel social histórico e ideologicamente determinado. Em última instância, podemos dizer que é o Estado que distribui a terra de modo desigual, favorecendo o funcionamento das relações antagônicas e contraditórias entre patrões e empregados¹⁵⁹.

Ocorre, então, que assim como estamos trabalhando com representação literária de sujeito gaúcho e de FD gaúcha estamos também trabalhando com representações das CP. São as representações literárias de CP que revelam, em meados do século XX, a imagem de um gaúcho que assiste ao desmonte das Formações Imaginárias que norteavam sua existência e diante desse desmonte já não consegue mais se identificar plenamente com a imagem de gaúcho que tinha de si mesmo. É a modificação desse quadro conjuntural que promove a produção de novos sentidos no interior da representação literária de FD gaúcha. É nesse momento que designações e sentidos, que antes eram interditados, começam a emergir, isso revela uma representação de sujeito gaúcho diferente, a representação de uma posição-sujeito que é ideológica e discursiva, promovendo um “acontecimento enunciativo”¹⁶⁰, diretamente vinculado à expressão “gaúcho de a pé”.

Essa produção de novos efeitos de sentido nos interessa, de maneira especial, porque eles vão configurar a re-estruturação do discurso sobre o gaúcho e a emergência do diferente no interior do mesmo, o que promove uma reconfiguração bastante importante deste domínio de saber, mas isso não implica na ultrapassagem de fronteiras da FD gaúcha, tal como ela é representada no discurso literário em questão. Diante da necessidade de apreensão dessas representações do mundo social que aparecem no discurso literário “sobre” o gaúcho, buscamos os processos de produção de sentidos no discurso como uma via de acesso a essas representações que nos ajudam a compreender a constituição do sujeito gaúcho nesse discurso.

¹⁵⁹ Isso é constatado tanto na representação histórica quanto na representação literária a que tivemos acesso durante a pesquisa.

¹⁶⁰ Aqui, estamos fazendo referência à noção de acontecimento enunciativo (Indursky, 2002), conforme explicitado na seção 2 da Parte I.

Os processos de produção de sentido

A questão referente à produção do sentido aparece, inicialmente, discutida por Pêcheux & Fuchs (1993, p. 169-170) que entendem que esta produção se dá via processos discursivos, dentre os quais destacam “as relações de paráfrase”, denominadas ainda “famílias parafrásticas” ou “matriz do sentido”. As relações de paráfrase coexistem no interdiscurso e vêm à tona conforme sua inscrição em uma FD ou outra. Ou seja, eles já apontam para a premissa de que o sentido não está inscrito, prioritariamente, em nenhuma FD, ele está no interdiscurso, o lugar onde estão virtualmente os sentidos. Eles estão lá, mas só vão significar ao inscrever-se numa determinada FD e isso não depende de escolhas particulares do sujeito. Muito embora sujeito e sentido constituam-se no discurso a partir da necessária ilusão de que o sujeito é a “fonte do sentido”, é na relação de paráfrase que o discurso se efetiva como produtor de sentidos, porque é essa relação que mantém em movimento a cadeia discursiva, o que pode ser observado, mais especificamente, na horizontalidade própria do intradiscurso.

O fato é que o sujeito, como é concebido pela AD, acredita ser aquele que produz o novo, o factual, posicionando-se num lugar onde o seu discurso é o que promove um acontecimento; é a FD que regula as relações desse sujeito com o discurso e conseqüentemente com o sentido, mesmo que o sujeito não se dê conta disso ao produzir seu discurso. Assim, muito embora saibamos que essa ilusão é necessária para a constituição do sujeito, sabemos também que ao manifestar-se o sujeito só se constitui como tal porque seu dizer se inscreve de alguma forma na ordem da repetibilidade, afetado pela ideologia e sob a égide de uma determinada FD, onde o já-dito aparece reformulado e estabelece relações de paráfrase no interior do discurso que o sujeito produz. É pela constante recorrência a referentes reconhecíveis que o sujeito, com o seu dizer, pode contribuir com a cristalização do sentido ou pode desencadear um processo de re-significação do já-dito.

Já em Pêcheux (1995, p. 263), vamos encontrar a produção de sentidos “exclusivamente” associada às relações de metáfora, enquanto efeitos de substituição, parafrases e formações de sinônimos

das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem.

Assim, o processo parafrástico que nos interessa observar no interior da cadeia discursiva passa a ser visto como constitutivo das relações de metáfora, expandindo seu campo de atuação na produção de sentidos. Se até então a paráfrase estava associada à ordem do repetível e do já-dito, ao ser tratada como constitutiva das relações de metáfora ela ganha um outro estatuto, pois na análise das relações de metáfora podemos nos deparar com rompimentos e instauração de sentidos outros que não os esperados. Dessa forma, o processo parafrástico de produção dos sentidos no discurso pode reiterar (atuando na instância do mesmo) ou transformar (atuando na instância do novo) os sentidos.

Embora Pêcheux não tenha se dedicado, especificamente, a discutir as possibilidades de emergência do diferente no interior das fronteiras de uma determinada FD, ao falar em relações de metáfora ele aponta para essa possibilidade, indicando novos caminhos para a evolução da teoria. Para Pêcheux, o lugar da metáfora não é exclusividade dos limites impostos por uma FD, já que “a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso” (1995, p. 263), podendo intervir de diferentes formas no interior de diferentes FDs.

Courtine (1981) propõe a reformulação da noção de paráfrase de Pêcheux, buscando sair do âmbito da estrutura sintática e acreditando que a paráfrase discursiva vai além de uma relação de substituição e sinonímia, ou seja, não se trata apenas de uma questão de identidade semântica. Pêcheux concebe a formação discursiva como um conjunto de regularidades que pode ser apreendido pelo analista de discurso e Courtine propõe que se observe as relações existentes entre regularidades de diferentes formações discursivas, modificando as relações de identidade, onde o diferente pode estar no interior do mesmo. Para Courtine, a paráfrase discursiva pode sair da homogeneidade, considerando possível a co-existência de “zonas discursivas heterogêneas” onde localizam-se “processos discursivos inerentes a FDs antagônicas” (p. 97). Assim, em Courtine encontramos a noção de paráfrase discursiva que suplanta as fronteiras da FD, expandindo as análises para o âmbito do interdiscurso.

É em um dos últimos trabalhos de Pêcheux (1999)¹⁶¹, onde ele discute o papel da memória, que aparece a questão da recorrência de um mesmo item lexical ou de um mesmo enunciado vinculado à metáfora e não apenas à paráfrase. Nesse texto, Pêcheux aponta para a possibilidade de

uma divisão da identidade material do item: sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva (p. 53)

inaugurando, nesse espaço discursivo, um lugar para o diferente no interior do mesmo, como “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (p.53).

Quanto às possibilidades de análise dos processos parafrásticos, o autor não compara nem contrapõe paráfrase lingüística e paráfrase discursiva, ele propõe a observação do funcionamento parafrástico das unidades lingüísticas no discurso. Tais unidades constituem-se enquanto “marcas” lingüísticas no interior da cadeia intradiscursiva que pode ser observada na superfície do discurso, como é o caso das designações e das descrições.

Falar em paráfrase como constitutiva das relações de metáfora não imobiliza as possibilidades de se estabelecer relações existentes entre “matriz de sentido” e “fonte do sentido”, funcionando no interior mesmo do processo parafrástico. Pelo contrário, essas categorias nos ajudam a compreender como se instauram determinados efeitos de sentidos, ora reiterando ora rompendo com o já-dito. Assim, a primeira está associada, lingüisticamente, a um deslizamento sobre a noção de literariedade; e, discursivamente, à parafrase que é atravessada pelo ideológico, na qual o sentido só é dominante quando inscrito numa FD, tendo como referente o dado, a estrutura. A segunda está associada à constituição do sujeito, pois não se pode separar a constituição de sujeito e de sentido no discurso. Nesse ponto é que funciona o esquecimento nº 1, proposto por Pêcheux, enquanto ilusão do sujeito de estar produzindo o sentido, de ser a fonte, de ser a origem do fato significante. Acreditando-se na fonte do sentido, o sujeito posiciona-se como aquele que rompe com o que está pré-estabelecido, acreditando-se como instaurador do novo, do

¹⁶¹ O original é de 1983.

diferente; não se dando conta de que o discurso que ele produz é resultado das relações de paráfrase.

Já em Orlandi (1996a), vamos encontrar uma retomada das noções de “matriz de sentido” e “fonte de sentido”, a partir das quais ela discute as relações entre homogeneidade e heterogeneidade pelo contraponto que estabelece entre as noções de paráfrase e de polissemia, enquanto dois processos fundamentais na linguagem, articulando através deles o mesmo e o diferente no discurso. Assim, há um jogo entre repetibilidade e ruptura, no qual paráfrase e polissemia se constituem mutuamente. As relações não são de exclusão, mas sim de dominância, pois elas estão postas em constante tensão.

A paráfrase e a polissemia, do ponto de vista da AD, constituem-se enquanto processos que resultam na produção de sentidos. E, dessa perspectiva, não podemos admitir a existência de um “sentido literal” e de outros sentidos que derivem do primeiro. Não há um centro, há, sim, um efeito de sentido literal necessário para o controle da dispersão. Assim, a reflexão de Orlandi contribui para pensarmos na multiplicidade de sentidos possíveis, pois eles estão na ordem do interdiscurso e cada um vai se realizar na FD em que se inscreve num momento dado, enquanto efeito de sentido. Segundo Orlandi (1996a)

Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. (p. 144)

Esta margem é da ordem do interdiscurso e a possibilidade de um sentido sair da margem para vir ao centro para funcionar no discurso é via FD. Assim, os efeitos de sentido, cada um em seu tempo e lugar, passam da margem para o centro, deslocando-se dessa forma, sucessivamente, no discurso; o que implica tanto na reiteração de sentidos já instituídos quanto na re-significação que instaura novos efeitos de sentido no interior do já-dito. Orlandi explicita ainda que esse movimento comporta tanto a emergência de um acontecimento discursivo (que extrapola as fronteiras de uma FD) quanto de um acontecimento enunciativo (que se realiza no interior mesmo da FD). A FD, ao ser concebida como heterogênea, comporta o mesmo e o diferente, o que, para Orlandi, vai possibilitar um encaminhamento do parafrástico para o polissêmico. Esse polissêmico, por

sua vez, é muito mais do que o diferente: é o processo que abre possibilidades outras no interior do mesmo. Orlandi estabelece as relações entre paráfrase e polissemia, vinculando à paráfrase “o mesmo” e à polissemia “o diferente”, mas é na tensão entre paráfrase e polissemia que se observa como se realizam “os movimentos de sentido”, no discurso. Assim, nos deparamos com dois processos: um que prevê a homogeneidade da repetição e outro que prevê a heterogeneidade do diferente.

Serrani (1997), numa releitura destes autores, apresenta uma definição para paráfrase enquanto “ressonância”. Para a autora:

Uma relação semântica não-estável, que não decorre de alguma qualidade própria das frases que possa ser diretamente observada (...) não pode ser concebida como uma relação de validade universal, pois sendo a produção de sentidos no discurso o lugar, por excelência, do mal-entendido, da disputa, não cabe pressupor qualquer consenso a priori entre os protagonistas da linguagem (p.43).

Dessa definição de Serrani nos interessa observar a propriedade da não-estabilidade que garante o movimento próprio da paráfrase que, ao mesmo tempo, recupera e recria sentidos. Se estamos trabalhando no âmbito do discurso, não podemos buscar respostas para nossas indagações sobre o processo parafrástico no âmbito restrito das frases, pois a constituição dos sentidos é determinada por uma série de outros elementos que suplantam a linearidade da estrutura lingüística. Embora os sentidos pré-existam em nível de interdiscurso, eles não se equivalem universalmente porque só vêm à tona quando reivindicados por uma determinada FD, sob determinadas CP. Assim, a paráfrase é um processo que pressupõe a pluralidade de sentidos, mas que determina a alternância deles conforme a FD na qual está inscrito o sujeito produtor de discurso, considerando que esse sujeito toma uma posição frente às CP de seu discurso, como já estava posto em Pêcheux (1995).

E a partir desta definição que a autora propõe a sua noção de ressonância de significação, onde a ressonância entre as “unidades lingüísticas” configura a paráfrase. Essa ressonância é da ordem do interdiscurso e “tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido” (p.47). A autora chama a esse processo de ressonância porque acredita que a

significação, em termos parafrásticos, “é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua”, onde uma unidade lingüística interfere na constituição da outra e vice-versa, produzindo outros efeitos de sentido. Embora a ressonância seja da ordem do interdiscurso, ela se concretiza na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas, passível, portanto, de ser analisada também em nível de intradiscurso.

Para Serrani (1997), as ressonâncias de significação podem se dar em torno de “unidades específicas” e em torno de “modos de dizer”. Este primeiro funcionamento parafrástico diz respeito “a unidades tais como itens lexicais, frases nominais, etc”.. E o segundo diz respeito “ao estudo dos efeitos de sentido produzidos pela repetição, em nível de interdiscurso, de construções sintático-enunciativas na estruturação de um discurso determinado” (p.47). O primeiro funcionamento, proposto por Serrani, nos parece mais adequado para a explicitação e comprovação dos resultados das análises; pois, sob tal perspectiva, acreditamos ser possível a observação dos funcionamentos parafrásticos no discurso literário gauchesco em questão, enquanto “processo discursivo”. Afinal, no tocante ao nosso *corpus* de análise, é em nível de *intradiscurso*, que podem ser identificadas as designações que o gaúcho recebe no *discurso* literário, enquanto “unidades lingüísticas no discurso” (nomes e sintagmas nominais). Estas não serão analisadas isoladamente, pois são advindas do *interdiscurso*, de onde nos posicionamos também para entender o seu funcionamento nas relações discursivas que, embora de forma não-linear, aparecem no momento da análise das descrições que representam imagens de gaúcho no discurso literário.

Assim sendo, cabe aqui mencionar o trabalho de Rosário (2002) que, em sua dissertação de mestrado¹⁶², apresenta um avanço teórico para a noção de “ressonância discursiva”, explicitando que ela não será observada apenas no interdiscurso, conforme propõe Serrani; mas no interior mesmo do processo discursivo, via intradiscurso. Rosário (2002) propõe, então, que se analisem as ressonâncias discursivas e intradiscursivas em um

¹⁶² Estamos fazendo referência à dissertação de mestrado de Heloisa Monteiro Rosário: “Relações de tensão entre imprensa e estado: uma análise do discurso jornalístico-político de *Zero-Hora* sobre o governo Olívio Dutra no estado do Rio Grande do Sul”, defendida na UFRGS, em 2002.

dado discurso¹⁶³ e seus efeitos de sentidos, o que pode ser viabilizado pela mobilização da noção de *rede de formulações*. A autora busca na noção de “rede de formulações” - proposta por Courtine (1982) como “um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações, que constituem as tantas reformulações possíveis de [E]¹⁶⁴” - os pressupostos teóricos para propor a extrapolação do âmbito do interdiscurso, que aparece como dominante também na explicitação da noção de “ressonância”, proposta por Serrani. Para Rosário (2002), observar o processo de ressonância discursiva implica a apreensão das “redes de formulações” que são observáveis em nível de “processo discursivo”, “intradiscurso” e “interdiscurso”. Assim, Rosário (2002) propõe que sejam analisadas as redes de formulações discursivas e intradiscursivas, apresentando um deslocamento da noção courtiniana que se restringia ao interdiscurso. A partir dessa concepção, então, temos a possibilidade de realizar a análise em três níveis: 1) nível do interdiscurso, onde é possível observar a “rede de formulações interdiscursiva” e a “ressonância interdiscursiva”, no âmbito da verticalidade; 2) nível do processo discursivo, onde é possível observar a “rede de formulações discursivas” e a “ressonância discursiva”, no âmbito da verticalidade; 3) nível do intradiscurso, onde é possível observar a “rede de formulações intradiscursiva” e a “ressonância intradiscursiva”, no âmbito da horizontalidade.

Assim, o retorno do mesmo, ao analisarmos o funcionamento das designações e das descrições do gaúcho nesse espaço discursivo específico, será observado a partir da mobilização das noções até aqui discutidas, numa tentativa de reconstituição desse lugar de onde se fala “sobre” o gaúcho, sendo que nas lacunas e nas saturações podem emergir efeitos de sentidos outros que não os esperados.

Para a presente pesquisa, estamos levando em consideração todos esses trabalhos sobre a paráfrase, mas merecerá especial destaque a concepção que explicita em seu interior a presença do mesmo e do diferente, como aquela que prevê, no interior mesmo da paráfrase, “as relações de metáfora” (Pêcheux, 1995), puxando para o interior mesmo do processo de produção dos sentidos o que cabe a ele (como homogeneidade) e o que vai

¹⁶³ A autora analisa o discurso jornalítico-político, mas acreditamos que o avanço teórico que ela propõe é aplicável a outros tipos de discurso, como é o caso do literário.

¹⁶⁴ Enunciado, que consiste numa “forma ou esquema geral, que governa a ‘repetibilidade’ no seio de uma *rede de formulações*” (1982, p. 250). Assim, temos o enunciado como a unidade de análise no âmbito da horizontalidade, própria da FD; e temos a rede de formulações no âmbito da verticalidade, própria à interdiscursividade. Tradução nossa.

modificar os sentidos (como heterogeneidade). Acreditamos, portanto, que, embora a paráfrase realize um retorno ao mesmo espaço dizível, ela não funciona apenas reiterando sentidos já ditos, pois quando isso ocorre estamos nos deparando com um efeito de sentido de reiteração, um efeito de evidência (constitutivo, mas não único); bem como a noção de paráfrase não deve ser tomada em contraponto à de polissemia, pois opondo essas duas noções, mesmo em relação de tensão, estamos jogando para fora da paráfrase a possibilidade de produção de sentidos outros que não os esperados. É pela sutileza da forma de produzir sentidos, pela qual a paráfrase funciona, que ela nos interessa tanto, pois ao tratarmos das designações que são atribuídas ao gaúcho, estamos tratando de algo maior do que uma família parafrástica, pois estamos pensando num conjunto de elementos que trazem em si mesmos a propriedade de reiterar e transformar (re-significar) os sentidos já instituídos. É esse movimento que queremos observar via parafraseagem discursiva, como aquele processo que comporta as relações de metáfora.

Portanto, nesse trabalho, a paráfrase não se identifica com o dizer a mesma coisa com outras palavras, mas se identifica com a constituição de sentidos que podem ser diferentes. Trata-se de um processo que prevê a presença do um e do outro, onde sujeito e sentido se constituem como elementos de uma formação discursiva heterogênea, na qual o mesmo e o diferente co-existem não só em relação de predominância ou de ressonância, mas, sobretudo, em relação de alteridade. O ressoar dos sentidos, então, será tomado em nossas análises como algo capaz de produzir ecos pela paráfrase, mas também capaz de produzir outros efeitos de sentido no interior do mesmo, conforme observaremos pelas análises.

Designação e referente: uma relação necessária na produção dos sentidos

As noções de designação e referência estão imediatamente coladas à noção de sentido na constituição do discurso. Para tratarmos dessas noções, inicialmente, remetemos à reflexão do filósofo alemão Gottlob Frege que, no final do século XIX, pensa sobre a constituição do sentido e da referência, estabelecendo as devidas relações entre elas no

plano lingüístico e filosófico; para, num segundo momento, observarmos como essas noções vêm funcionar no quadro teórico e metodológico da AD.

É no intuito de distinguir o objeto e suas propriedades no âmbito da lógica que Frege adentrou o plano lingüístico, enquanto lugar de repercussão da distinção que ele propôs para as noções de sentido e referência, como uma forma de decomposição para a noção de conteúdo. Ao tratar de sentido e referência, Frege separa o que é objetivo do que é subjetivo na linguagem, propondo que no âmbito do objetivo sejam postas as noções de sentido e de referência e no âmbito do subjetivo seja posta a noção de representação. Isso se dá porque Frege (1978, p. 61-62), enquanto lógico e matemático, busca produzir o efeito da precisão teórica e metodológica que a objetividade é capaz de produzir, deixando de lado a questão da subjetividade que ele acredita ser do âmbito do psicologismo.

É na noção de igualdade entre os termos que Frege encontra um espaço para a diferença, explorando as formas de apresentação que um mesmo objeto pode ganhar: o objeto é um só, funcionando como referente, mas a forma de apresentação que lhe é dada pode produzir sentidos diferentes. Assim, o que Frege pensava a propósito do referente vem funcionar na AD pela forma dos efeitos de sentido que se produzem sobre um mesmo referente, sendo as expressões da linguagem que estabelecem as relações de diferença e de identidade entre sentido e referência.

A relação básica que Frege (1978, p. 66-67) estabelece entre sentido, referência e designação funciona da seguinte forma: um nome¹⁶⁵ “exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos o seu sentido e designamos sua referência”. Assim, a designação funciona como “um objeto perceptível” e o sentido como “um modo de apresentar um objeto enquanto a serviço, de modo igual, daqueles que falam uma dada língua” (Guimarães, 1995, p. 27). Assim, a relação entre o sentido e a referência se constitui como uma necessidade de subsistência, pois o sentido é aquele elemento da significação que leva os sujeitos a conhecerem o referente. O sentido é diferente da representação e também não é o próprio objeto, mas ele tem um modo de apresentar o objeto. Esta apresentação se dá de tal forma que nos leva a conhecer a referência, ou pelo

¹⁶⁵ O termo usado por Frege é “nome próprio” e abrange tanto uma palavra quanto uma expressão, um sinal, uma combinação de sinais, etc.

menos um modo de ver este objeto referido pelo sentido; e este, por sua vez, existe em função de atribuir significação a objetos de referência.

Enfim, a designação “elucida a referência” que um nome traz à baila, “mas de uma maneira sempre parcial” (Frege, 1978, p. 63). Isso nos interessa, enquanto analistas de discurso, porque acreditamos que um nome refere e designa, mas não comporta a multiplicidade de sentidos que um objeto pode produzir, ainda assim, o nome se relaciona com o objeto pela mediação que o sentido exerce. Da mesma forma ocorre com uma referência que não tem apenas um nome para designá-la, podendo, então, um objeto ser referido e designado por diferentes nomes, onde são mantidos ou modificados os sentidos postos como referenciais. No caso do presente trabalho podemos exemplificar isso de duas maneiras:

- 1) tomamos como referência a imagem de “gaúcho centauro” para observar como esse referente é nomeado de diferentes formas mantendo a conotação heróica e mitológica sobre o referente. Temos, então, relações de identidade semântica entre um efeito de sentido instituído como referencial e outros efeitos de sentidos, que, pela modalidade sinonímica da paráfrase, funcionam como mantenedores de um sentido em detrimento de outros. Para isso elegemos as designações “vaqueano” e “tapejara”¹⁶⁶, como aquelas que recuperam efeitos de sentidos reiteradores da imagem do gaúcho heróico e mitológico que é de uma coragem a toda prova e vive unido ao seu cavalo, com o qual percorre imensidões de campo pelo interior do Rio Grande do Sul. A primeira designação recupera a força física desse ser metade homem e metade cavalo, enquanto a segunda recupera os valores morais¹⁶⁷, tão importantes para a manutenção da imagem do herói;
- 2) tomamos como referência “o gaúcho centauro” para observar como esse referente é nomeado de diferentes maneiras, em diferentes momentos do

¹⁶⁶ Essas designações foram tomadas tal como significam na parte introdutória dos *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto.

¹⁶⁷ Uma análise mais detalhada sobre essas duas designações pode ser encontrada no segundo Capítulo dessa Parte III.

discurso literário e com diferentes significações. O referente é mantido, mas os efeitos de sentidos são outros, quando modificam-se as relações entre o sentido instituído como referencial e os outros efeitos de sentidos. Nesse caso, as relações não são mais de identidade e sim de alteridade. Para isso, elegemos a designação “gaúcho de a pé”¹⁶⁸ que emerge no discurso literário gauchesco em meados do século XX, produzindo sentidos muito diferentes do que produzia a designação “gauchito teso”¹⁶⁹, por exemplo, num contexto ficcional que nos remete ao século XIX, mas ambos têm como referente a figura mitológica do centauro gaúcho. O “gauchito teso” é o herói, montado a cavalo; enquanto o “gaúcho de a pé” é aquele que perdeu a parte eqüina, perdendo também as atribuições heróicas que lhe eram conferidas. O referente está posto em algum lugar, seja ele do âmbito do mundo social, do histórico ou do literário; o fato é que modificam-se as designações e transformam-se os sentidos, mas esse referencial continua lá, pois a imagem de “gaúcho de a pé” passa a existir numa relação de contraponto com a imagem do gaúcho montado a cavalo.

Esses dois exemplos dão uma amostra de como funcionam os processos de produção do sentido via paráfrase que comporta a metáfora: temos tanto o processo sinonímico quanto o processo de substituição nas formas que cada um deles assume por paráfrase, onde reitera-se e altera-se o sentido, mas não a referência. É assim também que – no interior da diversidade - diferentes designações podem estar carregadas com um mesmo sentido ou com sentidos diferentes, o que não modifica o objeto e sim as formas de apresentação (e de representação!) desse objeto.

Numa releitura de Frege, Guimarães (1995) traz para o campo discursivo e discute as noções de “*sentido e referência*” a partir dos princípios de “diferença e identidade”, onde é preciso “distinguir o modo pelo qual uma expressão (um nome próprio) designa algo (seu sentido) do objeto designado (sua referência)” (p. 27). Para Guimarães, a discussão de

¹⁶⁸ Cf. em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.

¹⁶⁹ Cf. em *Contos Gauchescos*, de Simões Lopes Neto, conto “No manantial”.

Frege (no campo da lógica) contribui para os estudos da linguagem quando ele demonstra “a necessidade de encontrar as múltiplas maneiras porque o pensamento se apresenta” e este é ponto de identificação entre estes dois autores, pois para Guimarães “tratar a linguagem é, assim, buscar o mesmo nas múltiplas formas. A forma é, então, uma aparência” (p. 28).

Apesar de passar pelas teorizações de Austin, Searle, Davidson e até Ducrot, Guimarães (1995) identifica-se com as noções de sentido e referência que colocam em relação linguagem e objeto de um modo bem particular. Para este autor, “o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem” (p. 74), mas esse processo de produção não se realiza de forma linear, trata-se da constituição do objeto por uma “relação de discursos”, na qual a materialidade do objeto se dá através do confronto desses discursos. Esse ponto de vista interessa ao nosso trabalho porque ele trata a designação como algo que mantém uma relação instável entre o objeto e a linguagem, já que ela se realiza num lugar de “cruzamentos de discursos”, onde memória e atualidade se encontram, no interdiscurso. Esse encontro pode resultar num “acontecimento discursivo” (cf. Pêcheux, 1997) ou num “acontecimento enunciativo” (cf. Indursky, 2002), enquanto diferentes modos de emergência de diferentes sentidos no interior do mesmo.

É por estar previsto este cruzamento de discursos que podemos observar a presença do diferente no interior do mesmo, numa alternância de efeitos de sentido determinada pela FD na qual se efetua a designação. Dessa forma, a designação vai receber um sentido num determinado momento, numa determinada FD e, ao mesmo tempo, vai estar silenciando outros sentidos possíveis. Para Guimarães, o processo de designação serve para designar e para não designar, pois uma designação instala-se “num lugar de estabilidade referencial e produz um sentido pelo apagamento de outros” (p. 75), o que pode produzir um rompimento com as fronteiras da FD dominante ou um (re)aparecimento de outro sentido no interior da FD dominante.

Guimarães (2000) apresenta a noção de designação como um processo de significação instável, enquanto processo de identificação e não de classificação, considerando que a designação deve produzir a unicidade e a inequivocidade do referente, pelo menos no tocante a um determinado universo discursivo.

Isso nos leva a compreender a univocidade como um efeito de sentido necessário, que não destitui do processo de designação a característica de produtor de sentidos diversos, pois uma análise discursiva das designações é capaz de explicitar o que é da ordem do repetível e o que é da ordem da polissemia. Quando a designação em questão é um nome comum, a constituição do efeito de sentido vai ter seu funcionamento garantido pela FD e pela posição-sujeito assumida naquele momento sócio-histórico.

Para Guimarães (s.d.), o que promove o funcionamento das designações é o interdiscurso, enquanto memória, e não um referente específico que relaciona a palavra à coisa. Concordamos plenamente com essa afirmação de Guimarães, porque nossa reflexão sobre o funcionamento parafrástico das designações leva em conta que o referente existe, mas não o toma como um ponto de partida que tem seu sentido bem controlado, um sentido “literal” do qual derivem outras designações e outros sentidos. Trazendo as considerações de Guimarães para o âmbito da AD, podemos dizer que a existência do referente está ligada a um funcionamento bem específico a partir do qual funda-se um lugar onde se produz um efeito de sentido marcado pela possibilidade de sinonímia ou de substituição ou até de transformação (metáfora). Assim, as relações (de co-existência, de interdição, de interdependência, etc.) que se estabelecem entre as designações é que desencadeiam os processos de significação no discurso. Não há, portanto, uma relação direta entre o referente e o nome, de forma completa, total, homogênea e estabilizada, porque esta relação é da ordem do movimento.

O fato é que o referente está lá em algum lugar do interdiscurso, o que permite que a designação produza uma multiplicidade de sentidos, tomemos como exemplo a designação “posteiro”¹⁷⁰ que, no dicionário da Língua Portuguesa, significa “Homem que mora no limite ou divisa de uma fazenda. O vigia do gado.”¹⁷¹; e no dicionário regionalista significa “Agregado de estância que mora geralmente nos limites do campo, o qual é incumbido de zelar pelas cercas, cuidar do gado, não permitir invasão de estranhos, ajudar nos rodeios e executar outras tarefas”¹⁷². Essas duas definições funcionam aqui como parâmetro, como sentidos instituídos sobre essa designação, mas nossa análise explicita como os processos de produção de sentido extrapolam qualquer previsão, sobretudo no âmbito da ficção, onde

¹⁷⁰ Esta designação está sendo analisada conforme a sua ocorrência em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.

¹⁷¹ HOLANDA (1986, p. 1372).

¹⁷² NUNES (1984, p. 392).

são expandidas as possibilidades de significação. Vejamos dois modos de produção de sentidos:

a) uma designação produz determinados efeitos de sentidos no interior de uma FD e outros no interior de outra FD; isso pode emergir discursivamente no mesmo momento histórico ou em diferentes momentos. No caso da designação “posteiro”, que recupera o referente “gaúcho”, no interior do discurso literário gauchesco em análise, temos seu funcionamento no interior da representação literária da FD dos estancieiros e seu funcionamento na representação da FD gaúcha. Podemos observar que, no interior da primeira representação de FD, a designação “posteiro” vai significar o homem que cuida dos interesses do estancieiro/patrão, que defende as fronteiras de suas terras, sem maiores custos; já, no interior da segunda representação de FD, a mesma designação vai significar ter uma terra para trabalhar e morar, ter o respeito dos seus pares e o respeito do outro (estancieiro), ou seja, defender as fronteiras da terra do estancieiro significa defender terras que acredita serem suas. Esses efeitos de sentidos garantem as relações entre patrões e empregados (tal como são representadas no discurso literário), sendo que estes últimos acreditam-se mais do que empregados. São as formações imaginárias que garantem uma relação de igualdade entre essas duas classes sociais, apagando o funcionamento da ideologia, que, num outro momento, emerge com força total, colocando em relação de oposição gaúchos e estancieiros, conforme é representado no discurso literário em análise.

Quando o “posteiro” é expulso do campo do estancieiro, muda o quadro conjuntural, há o desmonte das formações imaginárias e transformam-se as representações instituídas até então. Tanto a representação literária de FD dos estancieiros quanto a representação de FD gaúcha encontram-se num outro momento histórico-social e isso modifica os efeitos de sentidos que a designação “posteiro” carrega: para os estancieiros, que não precisam mais dos serviços daquele homem, ter um posteiro em suas terras vai significar ter um problema, um incômodo do qual é preciso ver-se livre logo; para os gaúchos, ser “posteiro” vai significar estar expulso das terras que acreditava serem suas, vai significar estar

desempregado, sem ter para onde ir. Essa designação marca então diferentes formas de representação no interior do discurso literário: trata-se de uma única designação, mas ela produz diferentes efeitos de sentidos, aponta para diferentes posições-sujeito inscritas em FD heterogênea.

b) uma designação produz determinados efeitos de sentidos, sob determinadas circunstâncias, e outros efeitos de sentidos, sob circunstâncias adversas, e isso pode ocorrer no interior mesmo de uma única FD, que é tomada como heterogênea. No caso da designação “posteiro”, que recupera o referente “gaúcho”, temos seu funcionamento diferenciado em dois momentos histórico-sociais, tal como são representados pelo discurso literário, o que não significa a extrapolação das fronteiras da representação literária de FD gaúcha. O primeiro momento histórico-social recuperado pelo discurso literário faz referência ao século XIX, período representado ficcionalmente como aquele em que foram demarcadas as fronteiras do Rio Grande do Sul e das estâncias de criação de gado em seu interior, configurando uma época em que o trabalho e a função social do “posteiro” eram essenciais; já o segundo momento histórico-social, recuperado pelo discurso literário, traz a representação de um período marcado pelo êxodo rural e pela expulsão dos posteiros das estâncias (meados do século XX), haja vista que as propriedades rurais já tinham as fronteiras bem marcadas, a documentação oficializada, não havendo mais necessidade do trabalho do “posteiro”, considerando que sua função social desaparece. Esse desaparecimento é representado literariamente, explicitando que a função social deixa de existir, mas os sujeitos que desempenhavam essa função continuam existindo e buscam uma re-territorialização e uma re-identificação com o referente que tinham até então.

Esta não-estabilidade é que garante a constituição do sujeito, enquanto tomada de posição no interior de uma FD heterogênea, colocando-se em relação com o outro; e garante a constituição do sentido em relação a outras possibilidades de sentido no interior da cadeia discursiva. É assim também que ocorre no âmbito das representações literárias.

Assim, nos deparamos com o fato de que a alternância entre as designações se dá através das diferentes posições de sujeito que emergem no discurso; cada uma delas vai instalar um determinado sentido apagando/silenciando os demais possíveis. Essa tomada de

posição por parte do sujeito do discurso, ou a representação de tomada de posição como é o caso específico do discurso em análise, leva em conta uma série de elementos exteriores, dentre os quais destacamos as condições de produção que, no caso do discurso literário sobre o gaúcho, determinam o aparecimento, o desaparecimento e o reaparecimento de designações. Isso pode ser explicitado pela análise da designação “gaúcho de a pé”, que representa imaginariamente uma tomada de posição do gaúcho que perde seu cavalo: trata-se da emergência de outros sentidos sobre a designação gaúcho que até então nos remetia à imagem do “centauro mitológico”, uma imagem encoberta por mistérios e por todo um histórico de fundação do lugar do gaúcho herói, o que encobre por muito tempo a situação de “gaúcho de a pé” (co-existente desde sempre) e que interdita (enquanto pode) o aparecimento dessa designação no discurso. O gaúcho de a pé é contemporâneo ao centauro dos pampas, mas as condições de produção, as formações ideológicas e imaginárias funcionaram de tal forma que uma imagem se sobrepôs a outra, tanto no âmbito do discurso político, quanto no discurso histórico ou mesmo ficcional; houve uma interdição temporária, mas não houve um apagamento e essa designação reaparece com toda a força num dado momento, promovendo um acontecimento enunciativo no interior da representação literária de FD gaúcha, heterogeneamente constituída. Sem dúvida, há um efeito de sentido instituído como referencial que está posto em algum lugar do interdiscurso, mas não se trata de um sentido literal, pois ele sofre alterações e comporta uma multiplicidade de sentidos. Há um lugar definido como fundador, mas este estatuto de fundador não garante a recuperação de todo ou de parte do efeito de sentido inaugural, pois as designações coexistem em termos de interdiscurso e alternam-se em termos de FD, sendo que ao parafrasear e ao ressoar as designações vão também se ressignificando, produzindo sentidos outros e até reinventando o próprio referente¹⁷³. Para Indursky (1999), é a existência de diferentes designações no mesmo espaço discursivo que promove a constante construção/reconstrução discursiva do próprio referente.

A partir de todas essas considerações a propósito das noções de referente e designação, importa destacar que, no presente trabalho, entendemos por designação a palavra, termo ou expressão que produz o efeito de nomear, indicar, qualificar algo ou

¹⁷³ Poderíamos tomar como exemplo disso, na atualidade, a marcha “de a pé” dos trabalhadores rurais sem-terra pelo interior do Rio Grande do Sul, que reinventa o referente de gaúcho seja ele em sua acepção heróica de “Centauro dos Pampas” seja ele em sua acepção marginalizada de “gaúcho de a pé”.

alguém. Nesse sentido, o substantivo (comum ou próprio) é, por excelência, a forma que designa as coisas, muito embora o processo de designação não se restrinja somente ao substantivo, pois acreditamos que designar pode significar ainda atribuir qualidades ou funções à coisa ou ao indivíduo designado. Assim, tomamos o ato de designar como uma forma sinônímica do ato de nomear, considerando que este ato tem também a propriedade de formalizar a existência de algo ou de alguém, inclusive juridicamente, o que possibilita o desencadeamento do processo de identificação e, conseqüentemente, de diferenciação. Embora a designação e o ser ou objeto designado não sejam exatamente a mesma coisa, há uma relação de correspondência entre eles, há pontos de contato que fazem com que a palavra represente o ser ou objeto que ela designa, sendo que isso se dá de forma parcial e incompleta.

Designação e descrição: da paráfrase que comporta a metáfora

“É impossível descrever uma totalidade
e toda a descrição é seletiva”
(Paul Veyne, 1995, p. 29)

A designação, assim como a concebemos, contribui para a descrição do ser ou objeto designado, sobretudo quando ela funciona no interior do processo de caracterização do referido objeto. Às vezes, a designação funciona como descrição; isso ocorre, sobretudo, nos casos em que um nome comum aparece qualificando e/ou identificando um outro nome (comum ou próprio). A fim de ilustrarmos a questão, apresentamos um exemplo de identificação e qualificação do sujeito, onde um nome comum funciona na identificação do nome próprio, ao mesmo tempo em que lhe atribui qualidades, sendo que ambos estão designando e já descrevendo o sujeito: “- Patrício, apresento-te Blau, o vaqueano.” (Lopes Neto, 1992, p. 11) ou “E o Juca Picumã, que era o vaqueano...” (p. 69). O nome “o vaqueano” determina o nome próprio, inscrevendo-o na FD gaúcha; identifica o sujeito como gaúcho e desencadeia uma série de desdobramentos predicativos que já constituem a sua descrição. Enfim, por intermédio do funcionamento do termo “o vaqueano”, enquanto identificador e qualificador, o nome próprio ganha uma forma móvel na produção dos

efeitos de sentido. É dessa prerrogativa que advém nosso interesse em observar as designações e as descrições que configuram a imagem do gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca, na necessária relação que existe entre elas, enquanto constitutivas do processo parafrástico que comporta a sinonímia e a metáfora.

As relações entre designação e descrição são garantidas pelo funcionamento da noção de referência, pois ambas dependem dessa noção para se efetivarem no discurso. Assim, como está posto (desde Platão), que a existência de um discurso pressupõe a existência de algo sobre o qual versará o discurso, está posto também que para que haja designação e descrição é preciso que haja um referente. Esse referente funciona como um objeto que está posto num determinado lugar, sob determinadas condições e por isso pode ser designado e descrito no discurso. A partir da reflexão de Frege sobre sentido e referência, o filósofo matemático Bertrand Russell incursionou no universo da linguagem para propor uma reflexão sobre as descrições que, em seu trabalho, aparecem como definidas ou indefinidas.

Do trabalho de Russell nos interessa particularmente duas de suas conclusões filosóficas sobre a descrição. A primeira diz que “a relação entre objeto e descrição não é de um-para-um: há inumeráveis descrições corretas de qualquer objeto dado” (1981, p. 136); o que pode ser reformulado para nosso estudo como as inúmeras possibilidades de se dizer algo sobre um objeto. Isso pode ser exemplificado na representação literária de gaúcho que emerge na narrativa de João Simões Lopes Neto, sob a forma da descrição:

- 1) na voz do narrador que introduz a figura de Blau Nunes como o gaúcho exemplar: “sucedeu que foi meu constante guia e segundo o benquisto tapejara Blau Nunes, desempenado arcabouço de oitenta e oito anos, todos os dentes, vista aguda, e ouvido fino, mantendo seu aprumo de furriel farroupilha, que foi, de Bento Gonçalves, e de marinheiro improvisado, em que deu baixa, ferido, de Tamandaré.” (p. 12)
- 2) na voz do próprio Blau Nunes: “EU TROPEAVA, nesse tempo. Duma feita que viajava de escoteiro, com a guaica empanzinada de onças de ouro... (p.13) Não bulia uma folha; o silêncio, nas sombras do arvoredo,

metia respeito... que medo, não, que não entra em peito de gaúcho. (p. 17)”¹⁷⁴

“O meu padrinho era um gaúcho mui sorro e acostumado na guerra, desde o tempo das Missões, e que mesmo dormindo estava com meio ouvido, escutando, e meio olho, vendo...; mesmo ressonando não desgrudava pelo menos dois dedos dos copos da serpentina... (p. 93) O Major Bento Gonçalves formando a cavalaria, agüentava como um taura as cargas do inimigo... (p. 96)”¹⁷⁵

“JÁ UM ROR DE VEZES tenho dito - e provo – que fui ordenança do meu General Bento Gonçalves (p. 113) Ela [a mulher] só não pôde mudar o preceito de honra deles [os gaúchos]: brigavam, de morte, mas como guascas de lei: eram leais, sempre! (p.119)”¹⁷⁶

Esses exemplos de descrição referenciam o mesmo objeto: o gaúcho dos tempos das guerras e revoluções, sua bravura e seu destemor, mesmo as descrições sendo diferentes vão revelar efeitos de sentidos sinonímicos, confirmando o que pensava Russel. Mas isso não é simplesmente uma questão de lógica, já que a AD nos mostra que efeitos de sentidos sinonímicos não revelam exatamente a mesma coisa com outras palavras, tendo em vista que a produção de efeitos de sentidos depende também de elementos exteriores que interferem na constituição do sentido e que podem até modificar a constituição do objeto que serviu como referente¹⁷⁷.

Já a segunda conclusão do matemático é sobre a *descrição definida*, “que consiste em várias palavras, cujos significados já estão fixados, e das quais resulta o que quer que seja tomado como “significado” da descrição” (p. 166); o que pode ser reformulado para o nosso estudo sob a forma de como as palavras são carregadas de sentidos instituídos, mas que co-existem, na instância do interdiscurso, pois o significado da descrição vai depender da inscrição de determinados efeitos de sentidos no âmbito de uma determinada FD, onde uma descrição significa dessa forma e não daquela porque está determinada pelas CP, pelas

¹⁷⁴ Do conto “Trezentas Onças”.

¹⁷⁵ Do conto “O anjo da vitória”.

¹⁷⁶ Do conto “Duelo de Farrapos”.

¹⁷⁷ A propósito dessa questão ver também a Parte III: as análises que revelam a constituição de redes de formulações intradiscursivas.

FIs, etc. Isso pode ser exemplificado a partir das descrições acima apresentadas, pois elas revelam a representação literária de gaúcho, de um sujeito que representa uma tomada de posição no interior da FD gaúcha, enquanto lugar de fixação de alguns sentidos em detrimento de outros que funcionam em outros domínios de saber.

Ao explicitar o tipo de relação lógica que existe entre o objeto e a descrição, Russel demonstra que a “idéia” que se tem do objeto não é idêntica a esse objeto, tendo em vista que um único objeto está sujeito a muitas descrições; em decorrência dessa propriedade do objeto, nos deparamos com a multiplicidade de sentidos que dele pode emanar. Implica ainda ressaltar que Russell já apontava para um dos pontos mais trabalhados pela Análise do Discurso, na atualidade, que é a impossibilidade de se ter um sentido literal e outros sentidos periféricos sobre um determinado objeto (discursivo), pois Russell já percebia que nessa multiplicidade de descrições que podem existir sobre um mesmo objeto não há “uma entidade central” capaz de reunir as “idéias” que existem sobre o objeto; existe sim uma diversidade de “idéias” capazes de descreverem o objeto.

Ainda ao explicitar o que entende por “descrição definida”, Russell resalta a importância do princípio de “unicidade”¹⁷⁸, que se converte no necessário efeito de unicidade do sentido em conformidade com as atuais prerrogativas da AD. Esse princípio de “unicidade” nos conduz a pensar nos elementos que determinam o sentido do nome¹⁷⁹, produzindo o efeito de especificidade, o que ele exemplifica com a utilização do artigo definido “o (a)”. A determinação, em Russell, aparece na forma da descrição definida como algo capaz de singularizar e de particularizar um objeto (ou nome), referenciado-o em suas especificidades, sem a preocupação de equipará-lo a outros ou de universalizá-lo. Isso pode ser exemplificado com expressões que introduzem as descrições, tal como aparece em “o benquisto tapejara”.

Guimarães (2001) reflete sobre as relações existentes entre a designação e a descrição, mas, por trabalhar com o mapa, enquanto discurso, que se configura sob a forma da designação (de lugares e de pessoas), ele aponta a descrição como algo que vai além do ato de nomear. Para esse autor, a designação não comporta elementos temporais típicos na narração ou na descrição, pois os nomes que constituem o mapa (enquanto textualidade)

¹⁷⁸ Que não está presente na noção de “descrição indefinida”, noção que não será abordada nesse trabalho.

¹⁷⁹ Entendido aqui no sentido aristotélico de substância.

existem no presente. Tal existência carrega uma memória (toda a história da cidade e das pessoas) e aponta para um futuro (em estado latente), funcionando como constitutiva de determinados sentidos no tempo presente. Já a narração e a descrição estabelecem relações bem específicas com o tempo, pois a primeira relaciona passado e presente de forma sucessiva e a segunda relaciona passado, presente e futuro de forma simultânea¹⁸⁰.

As análises propostas por Guimarães, do ponto de vista enunciativo-discursivo, apresentam importantes elementos para pensarmos as relações entre designação e descrição, sobretudo, porque ele explicita que estas relações nem sempre se realizam de modo contínuo, já que, na maioria dos casos, a segunda depende da possibilidade de expansão que os limites da primeira permitem. Isso ocorre no interior de uma determinada FD e, no caso das representações literárias que estamos analisando, ocorre da seguinte forma: uma designação que tem como referente o gaúcho mitológico (centauro), como é o caso de “vaqueano”, por exemplo, admite algumas descrições a respeito desse sujeito, mas interdita outras: o vaqueano, impreterivelmente deve estar montado a cavalo, não podendo ser descrito como “gaúcho de a pé”. Mas, para o nosso trabalho, importa conjugar de forma bem específica as conclusões de Guimarães e a concepção de descrição proposta por Orlandi (1989), afim de que as noções de designação e de descrição funcionem metodologicamente junto ao nosso *corpus* de análise, nos conduzindo a um aprofundamento maior sobre elementos próprios à discursividade em detrimento dos elementos próprios às questões da enunciação.

Posto isso, precisamos compreender a concepção de Orlandi (1989) que entende a descrição como um processo enunciativo. Suas reflexões versam a respeito da descrição, onde ela busca observar as relações existentes entre a descrição e as marcas de indeterminação no discurso onde se dá o contato entre segmentos culturais diversos, haja vista o discurso na cidade e no campo¹⁸¹. A autora percebe que a enunciação não se restringe à narrativa, podendo constituir-se, também, no campo da descrição. Assim, a descrição, por si só, é considerada como um modo de enunciação, onde importa essencialmente “caracterizar o funcionamento discursivo da descrição” (p. 113), que não é

¹⁸⁰ Recupera-se aqui a noção de descrição como processo enunciativo (cf. Orlandi, 1989).

¹⁸¹ Como esse trabalho tem a contribuição de Eduardo Guimarães e Fernando Tarallo, ele acaba ganhando uma conotação mais enunciativo-discursiva.

somente da ordem da enunciação, mas também da ordem da “representação”, vista em seu caráter constitutivo e transformador.

Segundo Orlandi (1989), a descrição trabalha com os “objetos e seres considerados em sua simultaneidade visando os próprios processos, como espetáculos” (p.113), não se reduzindo a um enumerar de coisas. Pelo contrário, consiste em construir “uma relação de interlocução, regulada e objetivada pela situação discursiva na qual se produz” (p. 116). A descrição tenta “suspender o curso do tempo e contribui para instalar a narrativa no espaço” (p. 116), rompendo, dessa forma, com a regularidade temporal própria da narrativa, a fim de instaurar uma nova ordem temporal que lhe é própria. A descrição tem seu funcionamento garantido mesmo sendo posta num lugar de não-coincidência entre tempo, espaço e objeto, sendo possível determiná-los quando se revela que o diferente pode ser visto no interior do mesmo. Nesse sentido, especificamente, a descrição aparece como constitutiva do discurso da narrativa literária gauchesca em análise nesse trabalho, não ocupando nem posição subalterna nem posição superior, mas funcionando como essencial, junto às designações, na constituição e na instauração dos sentidos que nos conduzem à configuração de uma imagem própria do gaúcho.

A partir disso, podemos pensar também a descrição como parte constitutiva da materialidade discursiva, suplantando a linearidade do campo enunciativo. Sob essa perspectiva, a descrição aparece inscrita, num primeiro momento, na ordem do interdiscurso, de onde podemos observá-la como dotada de uma “atemporalidade”, podendo vir a significar em qualquer tempo e lugar. Mas isso não ocorre de forma aleatória, pois o seu “aparecimento” vai depender de pelo menos dois fatores essenciais: a presença de uma designação de referência (ou algo equivalente) e de uma FD que esteja inscrita, sempre se levando em conta as condições de produção em que ela se realiza. O fato é que precisamos tomar a descrição como uma modalidade discursiva com um funcionamento bem próprio, já que ela é muito mais voltada para a questão espacial do que temporal (como é o caso da narrativa, por exemplo) e as condições de produção dessa modalidade discursiva vão determinar onde e quando tal descrição significa, bem como a formação ideológica vai determinar onde ela pode e deve ser dita no interior de uma determinada FD.

Para Orlandi (1994), uma vez que a “coisa” está nomeada, a descrição vem avaliar a sua existência material, garantindo e atestando formalmente essa existência; assim, a

descrição, enquanto processo enunciativo, legitima a designação. A descrição expande e discursiviza a multiplicidade de sentidos que a designação conota; no entanto, isso não significa que um estudo sobre a designação e a descrição do gaúcho, por exemplo, consiga recuperar uma imagem total e completa do sujeito, podemos até apreender uma multiplicidade de sentidos, mas não a completude da coisa.

A descrição, enquanto modalidade discursiva, pode recuperar diversas faces de um mesmo objeto, onde designação e descrição funcionam num movimento de compactação e descompactação de sentidos, conforme a situação discursiva. Esse movimento, embora, na maioria dos casos, tenha como ponto de partida a designação, não deve reduzir a descrição a uma forma simples de “desenvolvimento” da designação já-dita; do mesmo modo que a designação não deverá funcionar apenas como um desencadeador (pretexto) da descrição, porque no ato de designar já está contido o de descrever e vice-versa. Assim, a relação entre designação e descrição, além de se estabelecer de modo descontínuo, funciona (de forma incontestável) no interior do processo parafrástico de constituição do sentido, seja reiterando sentidos (sinonímia) seja transformando sentidos (metáfora).

A designação e a descrição na produção dos efeitos de sentidos

Todas as reflexões que apresentamos até o momento devem contribuir, entre outras coisas, para uma melhor compreensão do mecanismo discursivo da paráfrase, que comporta em seu interior as relações de metáfora e que, portanto, não precisa buscar outros processos (como o polissêmico em oposição à paráfrase) para produzir o novo, o diferente no discurso. Partindo dessa premissa, tomamos o discurso da narrativa literária gauchesca como algo que está sempre em processo com a produção dos sentidos em pleno desenvolvimento, considerando-o como um processo a partir do qual é possível observar a constante reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho, introduzindo a presença do diferente no interior do mesmo, apresentando tanto os sentidos reiterados (referenciais necessários) quanto os transformados (modificações necessárias).

As noções de designação e de descrição mantêm uma relação indireta com o referente e, portanto, trazem, em si mesmas, modos de apresentação desse referente que, no

caso desse trabalho, é o gaúcho mitológico. Assim, a importância da noção de “relação” que está posta, já em Platão e Aristóteles, atualiza-se também nesse trabalho, pois aliados à essa noção vamos tentar compreender o processo de constituição das imagens de gaúcho na narrativa literária gauchesca. É com base nas “relações” que se constroem os discursos que estão em funcionamento na configuração desse gaúcho mitológico e heróico, que aparece na narrativa literária gauchesca.

A descrição, geralmente, é rica em detalhes, ela apresenta um olhar de fora, caracterizando da melhor forma o “discurso sobre” o gaúcho; a descrição toma por base a superfície, onde se produzem os efeitos de unicidade do sujeito ou os efeitos de totalidade do objeto que a designação produz por excelência. É no interior da descrição que se pode considerar os aspectos temporais, espaciais e de posição do sujeito. Concordamos com Orlandi quando a autora diz que a descrição visa a “tornar visível, lisível seu objeto” (1994, p. 50), destacando as características específicas que lhe fornecem as propriedades de autenticidade e legitimidade. Nesse caso, estamos tratando da representação de um sujeito: o gaúcho, que recebe várias designações e várias descrições, sendo, portanto, representado numa superfície discursiva descritível que compreende uma diversidade de sentidos e que pode ser observada a partir do processo de parafraseagem.

Orlandi (1994) ressalta, ainda, que a descrição, enquanto modo de enunciação, caracteriza-se por seu caráter de determinação, e é delegado a ela o poder de “precisar” e manter “sob controle” um discurso que pode produzir o efeito de transparência que está ligado ao efeito de estabilidade (cf. esquecimento nº 2, em Pêcheux). Para a autora, é a propriedade de determinar da descrição que causa a “ilusão referencial: a que nos faz crer na objetividade da linguagem” (1994, p. 50). Ou seja, a determinação, pela descrição, causa-nos a ilusão de transparência e de objetividade “tanto da percepção (é isto que observo, que vejo) como da linguagem (é isto que é)” (1994, p. 55). Ela considera, ainda, que é “sobre o mecanismo da determinação que se assenta o efeito de evidência produzido pela ideologia e a conseqüente impressão de literalidade, o sentimento da unicidade do sentido permanente” (1994, p. 50). Segundo Orlandi:

Ela [a descrição] trabalha o fato de que a palavra não é a coisa. É uma forma de pôr o sujeito na relação com a objetividade do mundo, o sentido da referência, ou seja, o de que a palavra não é a coisa, mas tem o poder de

simular, de parecer ser. Ela faz funcionar a relação entre interior/exterior. (1994, p. 56)

A descrição não deixa de ser uma forma de nomear a coisa descrita, talvez uma forma mais responsável, mais complexa, e que busca mostrar vários ângulos do mesmo objeto ou até mesmo do sujeito descrito sob determinadas condições de produção. Parece que a descrição parte do princípio mesmo de que a palavra não é a coisa e por isso ela parte de uma referência, mas não se restringe a ela; a descrição avança mais na produção de efeitos de sentidos diversos no discurso, buscando recobrir o objeto por todos os seus ângulos com maior veemência e precisão do que a designação. Assim, a descrição aparece funcionando como desencadeadora do processo de “determinação discursiva” que incide sobre um nome com o objetivo de “saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar seqüências discursivas afetadas por determinadas FDs” (Indursky, 1997, p. 177).

A descrição “é de natureza contemplativa”, o que estabelece limitações para que aconteça uma interlocução participativa (Orlandi, 1989, p. 113), como aquela que ocorre naturalmente na narrativa; isso nos leva a deslocar a descrição do seu lugar de categoria enunciativa para a categoria discursiva, onde se realizam os “efeitos de sentidos entre interlocutores”. A contemplação, ainda assim, é um processo importante na produção dos sentidos, pois é capaz de produzir a ilusão de se estar apreendendo “a multiplicidade de sentidos de um mesmo objeto” (Maffesoli, 1996, p.125). Essas propriedades da descrição é que expandem a capacidade de representação da designação, pois ao nomear um sujeito ou um objeto recupera-se, virtualmente (em nível de interdiscurso), em uma palavra ou expressão, possíveis características que advenham dele; enquanto que na descrição essa recuperação aparece discursivizada (inscrita numa FD determinada). Dizendo de outra forma: na descrição aparece a singularidade, a particularidade, a especificidade do objeto que está sendo descrito de forma determinada. A descrição tenta controlar os sentidos. Por isso, a diferenciação entre descrição definida e indefinida, proposta por Russell, nos interessa, sendo que optaremos por trabalhar apenas com a descrição que tem propriedades determinantes. É a descrição definida que está em constante relação com a referência e a designação, enquanto mecanismo controlador dos efeitos de sentido que se produzem no discurso.

A descrição em relação à designação utiliza-se de mais palavras para dizer (representar/simular) a coisa, para dizer que é na relação com as outras coisas que ela significa. A descrição configura-se como uma forma de controlar os sentidos que estão virtualmente dispersos na designação e no referente, isso se realiza num movimento contraditório no qual a descrição é capaz de recuperar mais elementos do que uma designação e, ao mesmo tempo, controla os sentidos através do “silenciamento” de outros elementos que não devem ou não podem ser ditos naquele momento, no âmbito daquele discurso, mas que estão virtualmente presentes na instância do interdiscurso.

Para estudarmos a constituição do gaúcho no discurso da narrativa literária, buscamos as formas como ele é designado e como ele é descrito em duas obras literárias: *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e *Porteira Fechada*, de Cyro Martins, enquanto obras representativas do discurso da narrativa literária, em dois momentos histórico-ficcionais distintos. Uma primeira leitura dessas obras nos mostra que designação e descrição são as duas formas discursivas mais salientes em termos de representação de imagens do sujeito gaúcho, que é o que nos interessa observar. A análise desse espaço discursivo que estamos realizando destaca recortes discursivos que levam em conta o fato de que há discurso antes e depois do que está em análise e que um recorte é uma escolha particular que vem responder às nossas questões, aos objetivos do analista. Isso implica tomar as obras literárias, já mencionadas, em sua descontinuidade, onde seqüências discursivas bem determinadas constituem um *corpus*, enquanto representativo do todo. Assim, investigar a constituição da imagem do gaúcho na narrativa literária é tomar um recorte bem específico (que poderia ser outro), trazendo à tona designações e descrições; e analisar os processos de produção do sentido, sejam eles da ordem da paráfrase, enquanto sinonímia ou enquanto metáfora.

CAPÍTULO 2 – Construindo as análises

2.1 A representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso literário gauchesco

Para refletirmos sobre a representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso literário gauchesco, aqui analisado, não estamos considerando a noção de representação enquanto cópia ou reprodução, mas como algo que simboliza uma presença, ou seja, a presença do gaúcho é representada pelos pronomes pessoais “eu” e “ele”, como algo produzido no e pelo imaginário. Estamos levando em conta, também, as peculiaridades do discurso da narrativa literária enquanto discurso “sobre” o gaúcho e não discurso “do” gaúcho. É importante ter isso sempre presente porque, em determinados momentos, esse discurso produz a ilusão de se tratar de um movimento de alternância entre o “discurso de” (representado na obra de João Simões Lopes Neto), quando o gaúcho é representado se subjetivando, dizendo “eu”, o que não passa de uma representação proposta pelo autor; e o “discurso sobre” (representado na obra de Cyro Martins), quando ocorre a representação do gaúcho na terceira pessoa: “ele”, conforme opção do autor. Ao representar o gaúcho dizendo “eu”, o autor busca produzir o efeito de sentido de que o gaúcho está tomando a palavra e falando por si mesmo; já na representação do sujeito gaúcho que é dito “ele” nos deparamos com um efeito de sentido que evidencia a presença de um sujeito que não fala, sendo falado pelo “outro”. É levando em conta que estamos tratando de um discurso “sobre”, que vamos desconstruir esses efeitos de sentidos da evidência, explicitando que não há alternância entre o “discurso de” e o “discurso sobre”, pois mesmo quando o gaúcho é representado enquanto “eu”, ele se constitui como uma forma de representação e não como um sujeito que toma uma posição para subjetivar-se.

Ao considerarmos o discurso da narrativa literária gauchesca dessa forma, podemos buscar a desconstrução dessa dicotomia, separando de um lado as pistas lingüísticas sistematizáveis e identificáveis como tais e de outro lado os procedimentos discursivos que possibilitam a intervenção de elementos não-lingüísticos na constituição dos sentidos. Talvez ao observarmos o movimento entre essa pretensa objetividade e esse inevitável efeito de subjetividade seja possível observarmos a atualização da norma na superfície do

discurso e através dela possamos atingir o lugar da não-evidência do sentido, onde os efeitos produzidos pelo referido movimento possam ser desconstruídos.

Diante dessas especificidades, próprias do discurso literário, nos propomos a analisar a representação das formas de subjetivação do gaúcho, nesse discurso, a partir das modalidades de identificação do sujeito, propostas por Michel Pêcheux. Embora esse sujeito não tome uma posição, de fato, ele é representado nesse discurso como alguém que se posiciona, como alguém que está inscrito na FD gaúcha, se identificando mais ou menos com ela. Temos consciência de que esse é um efeito produzido pelo autor, mas a desconstrução desse efeito poderá nos levar a compreender as relações que existem entre as diferentes representações de subjetividade do gaúcho no discurso literário e a construção imaginária do gaúcho que constitui o imaginário social, sustentada pelas condições histórico-sociais onde ela se produz.

A representação de subjetividade do gaúcho nas narrativas literárias, em análise, aponta para diferentes direções e isso se deve, essencialmente, às condições de produção que se refletem em cada uma das narrativas. A primeira narrativa que estamos analisando, produzida no início do século XX, recupera elementos de um passado de glórias, a imagem do gaúcho está associada ao herói e ao centauro dos pampas; já a segunda, produzida em meados do século XX, se relaciona com o momento sócio-histórico que lhe é contemporâneo, no qual o gaúcho já não é mais associado à imagem do herói dos campos indivisos do sul do Brasil, pois ele advém de um processo de exclusão social, quando ele é expulso da terra que acreditava ser sua, perde junto com a terra seu cavalo, sua identidade de centauro. Enfim, a primeira representação, na qual o gaúcho é dito “eu”, nos remete à imagem do mito do gaúcho; enquanto a segunda, na qual o gaúcho é dito “ele”, nos remete à imagem do não-mito. Embora a literatura gauchesca não tenha nenhum compromisso com o mundo social, onde a figura do gaúcho se institui historicamente, ela se relaciona com os acontecimentos histórico-sociais. O discurso da literatura, portanto, resulta de uma escuta fina dos “rumores” produzidos no mundo social e os reproduz com outras roupagens no mundo ficcional, construindo simulacros.

O funcionamento das representações do sujeito como “tomadas de posição”

Ao partirmos do efeito de sentido evidente, indo em direção à não-evidência dos sentidos, precisamos levar em conta o que está posto lingüisticamente e como isso vai produzir sentidos no discurso em análise. Para tanto, nos propomos analisar a representação das formas de subjetivação do sujeito gaúcho no discurso literário gauchesco. Assim, temos que observar as duas formas de subjetivação que são representadas no espaço discursivo em análise: a primeira, na qual o sujeito é dito “eu”, produzindo determinados efeitos de sentido; e a segunda, na qual o sujeito é dito “ele”, produzindo efeitos outros no discurso.

De um lado, sob condições de produção representadas como favoráveis à construção da representação de um herói¹⁸², nos deparamos com a representação do sujeito que é dito “eu”, produzindo, efetivamente, o efeito de sentido de evidência de que estamos diante de um sujeito gaúcho que assume a posição de herói e diz “eu”. Essa representação nos remete a um sujeito que toma a palavra para falar do passado, um passado heróico e glorioso. Esse é o efeito que o discurso literário em questão produz, sustentado pelos efeitos de semelhança produzido a partir dos referenciais históricos presentes nas narrativas em questão.

De fato, ao optar pela utilização do “eu” em detrimento de outras formas de subjetivação que poderiam representar o gaúcho, o autor já está apontando para uma determinada direção dos sentidos. Quando o sujeito gaúcho representado enquanto herói é marcado pela utilização do “eu”, é mobilizada uma das marcas lingüístico-discursivas da tomada de posição de um sujeito que é representado do lugar em que se instala a imagem do mito no discurso ficcional. Esse gaúcho, tão representativo, é dito em “eu” e representa a posição-sujeito que se realiza plenamente como sujeito de seu discurso. Essa ilusão se produz com a sorrateira instalação das dessemelhanças próprias à constituição do simulacro; ou seja, mesmo mantendo os referenciais históricos de guerras e revoluções, o gaúcho já não é mais o bandido saqueador e violento da época das guerras de fronteiras (representado pelo discurso histórico); o gaúcho do discurso literário não se assemelha, em sua essência, ao fora da lei historicamente reconhecido como tal, pois ele é travestido em

¹⁸²Essas condições incluem a representação histórica de lutas sangrentas nas quais o gaúcho lutou durante séculos e a necessidade de reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho que o transformou num mito.

herói das causas sulinas, o que instala a diferença no interior do mesmo, satisfazendo à necessidade de reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho.

Por outro lado, sob a representação de condições de produção adversas¹⁸³, nos deparamos com a representação do sujeito gaúcho que é dito em “ele”, a partir da qual não se realiza mais o efeito de sentido heróico que tal designação conotava anteriormente quando o gaúcho fora dito em “eu”. A representação de sujeito, dito em “ele”, faz emergir a representação de um sujeito que já não se posiciona como herói gaúcho, porque já não tem mais condições sociais, históricas ou econômicas para realizar-se como tal. Trata-se, então, da emergência da representação de uma outra posição-sujeito nesse discurso ficcional onde se revelam outras condições de produção. Ao representar o gaúcho como “ele”, o discurso literário produz um efeito de sentido evidente de sujeito gaúcho que não se identifica plenamente com o herói do passado de glórias instalado pelo simulacro já mencionado; pois, trata-se agora da representação de um gaúcho sem-terra, sem-cavalo, sem-identidade heróica, onde se instalam fortes dessemelhanças também em nível de exterioridade, extinguindo as semelhanças e modificando a imagem de gaúcho. Nesse momento, então, o gaúcho é representado como aquele que não fala de si mesmo, que é falado pelo “outro”, onde o “ele” marca, também, a efetivação do discurso “sobre” o gaúcho.

Em Pêcheux (1995), encontramos subsídios teóricos e analíticos que nos ajudam a refletir sobre os processos de subjetivação do sujeito. Já exploramos essa teorização na construção do dispositivo teórico dessa pesquisa e, nesse momento, nos deteremos em mobilizá-la analiticamente, conforme segue. Estamos trabalhando com o discurso da narrativa literária gauchesca “sobre” o gaúcho, no qual nos deparamos com representações de gaúcho e, conseqüentemente, com representações de posições-sujeito inscritas na FD gaúcha, tal como é representada nesse discurso. Essa especificidade do nosso objeto de análise nos leva a trabalhar com “representações das formas de subjetivação” e não com os próprios processos de subjetivação teorizados por Pêcheux, ao trabalhar com o discurso político. Assim sendo, precisamos deslocar os elementos teóricos para que funcionem de

¹⁸³ Essas condições adversas incluem a representação social que se tem da situação de miséria do homem do campo, habitante do RS, e a insustentabilidade da imagem de um gaúcho mitológico, pois já não é mais possível manter os “efeitos de semelhança” exteriores à construção da imagem de gaúcho, porque ele muda em essência (seu comportamento) e em sua exterioridade, sendo incapaz de representar a figura do centauro, por exemplo.

acordo com as especificidades da natureza do discurso literário onde só há lugar para as representações. O autor, ao produzir o discurso literário, simula a constituição de um sujeito gaúcho como aquele que toma uma posição, pois é essa simulação que garante a produção do efeito-sujeito tão necessário para a efetivação da ilusória unidade de significação do texto literário. Diante desse quadro, faz-se necessário explicitarmos que o autor produz algo muito mais complexo do que representações de gaúcho, pois ele está produzindo simulacros que mantêm “efeitos de semelhança” mais ou menos identificáveis, mas introduz o diferente, as dessemelhanças, primeiro entre o que é histórico e o que é ficcional e depois entre o que é ficcional sob dadas representações de condições de produção e o que é ficcional sob representações de condições de produção outras.

Nas representações das formas de subjetivação presentes no discurso da narrativa literária em questão, nos deparamos com a representação de pelo menos duas posições-sujeito: uma representativa da “tomada de posição” do sujeito gaúcho dito em “eu”, como aquele que representa o mito, como aquele que se identifica plenamente com a forma-sujeito correspondente à FD gaúcha; e outra, que representa a “tomada de posição” de um sujeito gaúcho dito em “ele”, como aquele que não representa mais plenamente o mito, porque não se identifica plenamente a ele. O sujeito dito em “eu” vai corresponder ao que chamaremos de Representação da Posição Sujeito 1 (RPS1), o que se aproxima da modalidade de identificação plena, proposta por Pêcheux; já o sujeito que é dito em “ele” vai corresponder ao que chamaremos de Representação da Posição Sujeito 2 (RPS2), sendo que essa estabelece relações de contra-identificação com a RPS1. A presença dessas duas representações de posições-sujeito no espaço discursivo literário em questão confirma nossa expectativa de que a representação de gaúcho que aparece no discurso da narrativa literária gauchesca recupera elementos próprios do mundo social, constituindo um simulacro de gaúcho que toma posições no interior da FD gaúcha (heterogênea), tal como é representada nesse espaço discursivo, enquanto domínio de saber a partir do qual são possíveis diferentes tomadas de posição. Assim, a introdução do diferente (pela RPS2) não extrapola os limites do domínio de saber da FD gaúcha, heterogeneamente constituída, bem como não se opõe à representação da sua forma-sujeito, pois a relação de contra-identificação se estabelece com a RPS1 e se realiza no interior mesmo da FD gaúcha, tal como é representada nesse espaço discursivo.

Elegemos duas seqüências discursivas que exemplificam a representação das formas de subjetivação do sujeito gaúcho em cada domínio discursivo; considerando, conforme já explicitado, que essas representações são produzidas sob diferentes representações de condições de produção, que refletem conjunturas político-históricas igualmente diversas:

RPS1 - “*Eu [Blau Nunes] tropeava, nesse tempo. Duma feita que viajava de escoteiro, com a guaiaca empanzinada de onças de ouro (...)*” (Lopes Neto, p. 13)

– “Eh-pucha! Patrício, *eu sou* mui rude (idem, p. 18)

RPS2 – “*Não levava nada para casa, nem dinheiro, nem carne, nem esperanças. Nada mais fizera, naquela volteada, do que sestar e pousar nas fazendas, onde reparou que sua presença deixara de ser agradável a patrões e mensuais. Era mesmo um velho sorumbático, não contava ‘causos’, não fazia pagodes e já não tinha forças para ajudar nas lidas do campo.*” (Martins, p. 70)
 - “*Guedes, o homem de olhar bom, barbudo e encurvado (...) meditava na sua história, no destroço de sua vida. Cada anoitecer o encontrava mais desgraçado.*” (idem, p. 98)

Na primeira seqüência, encontramos a representação do sujeito bem marcada pelo pronome pessoal do caso reto em primeira pessoa, “eu”, marcador da simulação da presença de um sujeito, pois nessa SD o autor simula que Blau Nunes produz o discurso, que ele fala, que ele se subjetiva na língua. O ser dito pelo autor em “eu” produz, nessa seqüência discursiva, o efeito de sentido de evidência de que esse sujeito gaúcho, aqui representado, faz emergir a imagem do herói mitológico, pois por essa representação é narrada sua própria história de glórias: Blau Nunes representa o herói que *tropeava* e *viajava* a cavalo pelos campos indivisos do RS, recuperando a imagem mítica do centauro que era, de fato, *mui rude*.

Já na segunda seqüência discursiva, encontramos o deslocamento da representação da posição-sujeito do mito para o não-mito, marcado pela utilização da terceira pessoa do singular “ele”. O autor descreve “ele”, Guedes, como uma representação de sujeito posto

em relação de resistência à imagem de gaúcho mitológico instalada pelo simulacro literário do início do século XX, representado na narrativa de João Simões Lopes Neto como “eu”. Guedes representa a posição de sujeito gaúcho que não está mais em condições de identificar-se com um pretense passado de glórias (distante e imaginário!) já que o passado recente desestrutura e reinventa esse imaginário, levando-o a representar o homem do campo expulso da terra que acreditava ser sua, destituindo-o de sua própria identidade.

Em Guedes, temos uma representação de gaúcho não-mito, feita através de adjetivações que aparecem de forma explícita, mostrando-o como um sujeito que é vítima de seu próprio destino, como um sujeito fragmentado, posto em contraponto com a tomada de posição de Blau, que representa um gaúcho heróico, dono de seu próprio destino, sendo que, na verdade, nenhuma dessas representações tem o compromisso de corresponder a uma ou outra representação histórica de gaúcho, o que nos leva a constatar que as imagens do mito e do não-mito gaúcho são próprias ao discurso ficcional “sobre” o gaúcho que conhecemos.

As diferentes representações das formas de subjetivação desse gaúcho representado na personagem de Blau como mito e na personagem de Guedes como o não-mito podem ser melhor explicitadas por uma análise mais detalhada das seqüências discursivas acima apresentadas.

Na primeira seqüência discursiva, nos deparamos com a RPS1, na qual Blau é dito em “eu”, e representa uma tomada de posição, na qual parece identificar-se plenamente com a forma-sujeito gaúcha, o que é marcado:

- a) pelo pronome explícito “*Eu*”, que marca uma forma de assumir o seu próprio modo de ser, o que também está implícito na conjugação dos verbos (eu) *tropeava*, (eu) *viajava*;
- b) pela escolha dos verbos que nos remetem à figura mitológica do centauro, já que quem *tropeava* e *viajava*, em meados do século XIX (época à qual o autor faz referência), pelo interior do Rio Grande do Sul, deveria estar montado a cavalo, pois tal atividade só era possível com uma boa montaria;
- c) pelo tempo verbal utilizado (de forma predominante), pois trata-se do pretérito imperfeito do modo indicativo que produz um efeito de narrativa que recupera

fatos do passado, mas que não são fatos estanques, prontos e acabados, como a utilização do pretérito perfeito poderia conotar. Os fatos narrados em *Contos Gauchescos* são dados como representativos de uma história de lutas e glórias, vividos pelo gaúcho mitológico, mas trata-se de uma forma de narrar a história que produz o efeito de sentido de que, até o momento da discursivização dessa narrativa, ela não tinha chegado ao fim, como se o mito do gaúcho estivesse sempre se renovando em cada “causo”, contado por Blau.

Já na segunda seqüência discursiva, nos deparamos com a RPS2, onde o gaúcho é dito “ele” e representa a posição-sujeito do não-mito, apontando para uma contra-identificação com a RPS1, e isso é marcado:

- a) pela citação do nome: (ele) *Guedes*; e pelo uso do pronome possessivo que substitui o pronome pessoal “ele” em: *sua presença, sua desgraça, sua vida* (dele, Guedes).
- b) pela conjugação dos verbos na terceira pessoa do singular, ora marcados pela forma afirmativa: (ele) *era*, (ele) *meditava*, o *encontrava* (ele); ora marcado pela negativa: (ele) não *levava*, (ele) nada mais *fizera*, (ele) não *contava* causos, (ele) não *fazia* pagodes, (ele) não *tinha* forças;
- c) pela negação do próprio modo de ser (ele) *reparou que deixara de ser*, que aparece temporalmente marcado pelo futuro do pretérito, pois a representação de sua subjetividade estaria num outro lugar que não é o presente; é nesse lugar onde se explicita a representação de um “ele” que percebe ter deixado de ser algo, ter deixado de ser o “eu” que representava a posição do mito, passando a ser o “ele” que representa o não-mito. Falar do domínio discursivo do não-mito é também fazer referência ao domínio discursivo do mito do gaúcho de outro tempo e de outro lugar. Há algo que é anterior a essa forma de manifestação marcada pelo “ele”, o dizer “eu” está em algum lugar da memória discursiva. Na representação de Guedes não aparece a sua identificação plena com a posição-sujeito do herói gaúcho, mas é possível percebermos que se reconhece a existência dessa posição no seu discurso, marcando um momento do passado

que já não existe mais. Nesse passado, era possível ocupar a RPS1, mas no tempo presente e sob diferentes representações de CP já não se inscreve mais na posição do mito, pois a RPS1 representa um tempo de glórias (do passado) e a RPS2 representa um tempo (presente) de inglorias. Essas condições de produção representadas como adversas produzem uma reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho, fazendo emergir a representação de posições-sujeito divergentes, sendo que no discurso literário isso se revela no confronto entre as Representações de Posições-Sujeito (RPS).

Guedes também “não *contava* causos”, pois lhe faltava a voz para dizer “eu”, para subjetivar-se e contar causos. O que marca sua diferença em relação a Blau Nunes, que é o protagonista dos *Contos Gauchescos*, uma forma antológica que reúne, supostamente, os “causos” contados nos “galpões de estância”. Mais uma vez, nos deparamos com o funcionamento da memória discursiva, pois, embora a posição-sujeito representada em Guedes seja outra, ela não é alheia à tomada de posição-sujeito representada em Blau. Assim, o simulacro instalado na produção da imagem de gaúcho mitológico não se desvanece com a desmitificação desse herói no discurso da narrativa literária gauchesca, mas ele ganha uma nova significação, funcionando como um referente que sofre uma invasão de dessemelhanças tão grande que chega mesmo a modificar a imagem primeiramente instituída.

Ao ser dito “eu”, Blau Nunes é investido de poder (pela função-autor do discurso literário), simulando falar de si mesmo e por si mesmo. Essa forma de representação do dizer do gaúcho confere a sua imagem uma certa autenticidade, pois o que está sendo veiculado pela língua contribui para a cristalização de dizeres que são da ordem do repetível, que revivificam o mito do gaúcho que faz parte do já-dito da mitologia e da história. É a forma exterior advinda da mitologia e da história que mantém os efeitos de semelhança próprios do simulacro, mesmo que haja mudanças internas, a imagem prevalece. Já, o ser dito “ele”, em João Guedes, transforma esta representação do gaúcho em objeto sobre o qual se fala; aí ele não fala de si mesmo, ele silencia diante do diferente, da não realização do mito. Mas esse silêncio não é denso e compacto o suficiente para

conter a invasão de vestígios da memória discursiva (e do simulacro) que estabelece relações entre a posição-sujeito representada em Blau e a posição-sujeito representada em Guedes. Isso pode ser percebido mais explicitamente na RPS2, na qual aparece a posição de sujeito em que Guedes é inscrito e na qual há, freqüentemente, referências ao passado heróico do gaúcho, o que alimenta suas esperanças. Em Guedes, percebemos que a representação da conjuntura diverge daquela representada em Blau, mas isso não impede a explicitação de elementos da memória que comparam o presente avassalador e o passado glorioso (que, na verdade, não é histórico, mas é imaginário). As condições de produção, ao apresentarem-se como adversas, vão produzir uma outra representação, na qual não é possível dizer “eu”, mas isso não remete, necessariamente, ao rompimento da RPS2 com o meio de onde ela emerge, ou seja, com o que está pré-estabelecido no domínio de saber da representação de FD gaúcha, que é entendida como heterogênea. Assim, acreditamos estar diante de uma representação de posição-sujeito do gaúcho não-mito que produz a modalidade de contra-identificação com a representação da posição-sujeito do gaúcho mitológico, o que aponta para uma representação de sujeito gaúcho que caminha para o processo de desmitificação do herói gaúcho, pelo menos no que diz respeito ao espaço discursivo em que estamos trabalhando.

As representações de diferentes posições-sujeito que constituem a forma-sujeito gaúcho (simulada como tal pela função-autor) como fragmentada, explicitam-se como inscritas no domínio da FD gaúcha heterogênea, que também constitui o quadro de representações do discurso literário em questão. Assim, na RPS1, nos deparamos com uma posição-sujeito (construída pela função-autor e pelo simulacro como tal) que recupera e instala a imagem do mito gaúcho, como aquele que se identifica plenamente com a representação da forma-sujeito que corresponde à representação da FD gaúcha, que comporta saberes próprios à constituição de um sujeito heróico. Já na RPS2, vamos nos deparar com uma outra posição-sujeito (construída pela função-autor e pelo reverso do simulacro como tal) que apresenta o gaúcho não-mito, pois ele representa um sujeito que não se identifica plenamente com a RPS1, muito embora se identifique ainda com a forma-sujeito da FD gaúcha, representada nesse discurso: trata-se de uma modalidade de identificação que se aproxima da modalidade de contra-identificação, proposta por Pêcheux (1995). Isso se dá porque o discurso que se produz sobre “ele” está embasado em diferentes

representações de condições sociais e históricas (e imaginárias!), a partir das quais faz-se necessário uma reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho, pois já não há mais como aceitar o invólucro sagrado do mito em tempos tão profanos; não há como se constituir um sujeito herói gaúcho sob condições tão adversas. Em se tratando da discursividade, não há como homogeneizar os saberes de uma FD, dita gaúcha e representada como tal, que já sofreu atravessamentos de saberes advindos de outros lugares, como é o caso da FD dos proprietários rurais, por exemplo, que funcionou na instauração de um imaginário social revelado na discursivização da ideologia dominante que expulsou o gaúcho da terra que ele acreditava ser sua.

Na verdade, a interpelação ideológica representada na figura de Guedes revela formações imaginárias diferentes daquelas que envolviam a posição-sujeito que Blau representa. Em Guedes está representada uma posição-sujeito de gaúcho que vive na mais absoluta condição de miséria - expulso da terra onde vivera uma vida inteira, destituído de seu bem maior: o cavalo. Essa representação, sem dúvida, faz emergir uma modalidade de identificação diferente daquela que se realiza na RPS1; mas, ao mesmo tempo, revela o não desligamento por completo da RPS2 dos saberes próprios da representação de FD gaúcha, onde está inscrita prioritariamente.

Como demonstram as análises, existem fortes relações entre a RPS1 de Blau e RPS2 de Guedes, porque a RPS2 se constitui em relação à RPS1: a imagem do não-mito se constitui em relação à imagem do mito gaúcho. A RPS1 é aquela que se institui anteriormente à RPS2, é aquela que é primeiro instalada pelo simulacro, com a qual a RPS2 se identifica; ainda que de modo descontínuo, imperfeito, não-completo, não-pleno; e com as quais outras representações de posições-sujeito se relacionam no interior da forma-sujeito gaúcha. Assim, estamos diante de duas representações de posições-sujeito divergentes entre si, que se relacionam de diferentes formas com a formação ideológica dominante, mas que se relacionam, ainda com a mesma representação de forma-sujeito, inscrevendo-se imaginariamente de diferentes modos na FD gaúcha, que comporta uma diversidade de saberes, constituindo-se como heterogênea e dotada de fronteiras instáveis, tal como é representada nesse discurso.

De um lado, então, temos a representação de um herói mitológico gaúcho, a RPS1, onde vamos reconhecer a representação daquele gaúcho que se subjetiva, dizendo “eu”,

porque ali se reproduz a imagem de um sujeito que está sob o efeito de formações imaginárias que instituem para ele o papel social de herói, de centauro dos pampas, que é livre para fazer e dizer o que quiser. Mesmo que não tenhamos acesso ao “discurso de”, recuperado pela forma escrita, não podemos desconsiderar o trabalho da ideologia, promovendo um espaço no discurso literário para que se represente o herói que fala de si mesmo e de seus feitos. Na verdade, isso representa, no discurso literário em questão, a instalação do já-lá, advindo da mitologia e da história; trata-se da instalação do lugar do mesmo, do repetível, de onde pode ou não emergir o diferente, em diversas dosagens e em diversos momentos. Na posição-sujeito representada em Blau Nunes, visualizamos uma verve retórica própria dos grandes aventureiros que narram com orgulho seus feitos heróicos, não faltando palavras para a expansão de sua subjetividade. Blau representa, então, uma forma de revelação da identidade mítica do gaúcho no espaço discursivo literário, e assim se responde, na literatura, à expectativa de instalação (e manutenção) de um mito que já era constitutivo do imaginário coletivo de todo um grupo social. O habitante do Rio Grande do Sul, que até hoje é denominado gaúcho, corresponde ao imaginário coletivo que prevê a evidente ilusão de unidade, esta unidade só se efetiva via mito, pois o sujeito discursivizado não corresponde ao gaúcho constituído na dispersão étnica e cultural que lhe é constitutiva e que evoca raízes em índios, negros, espanhóis, portugueses, etc. Talvez esta seja uma das funções do mito: produzir a necessária ilusão de unidade do sujeito, o gaúcho Blau Nunes representa uma unidade, aliás, uma unidade bastante significativa, pelo menos o efeito de sentido evidente produzido pela representação da posição-sujeito de Blau Nunes é esse.

De outro lado, temos a representação da posição-sujeito de João Guedes que já não viabiliza a realização completa da estrutura do mito do centauro dos pampas, o “ele” gaúcho está sob outras representações de condições de produção, não tem onde morar, onde trabalhar, onde cavalgar, e isso o leva a representar uma outra posição-sujeito, aquela do sujeito desterritorializado. Os elementos advindos da exterioridade funcionam como modificadores, tanto do trabalho da ideologia quanto da efetivação das formações imaginárias, mas isso não chega a “jogar” o sujeito para fora da FD gaúcha, tal como ela é representada no discurso literário, pois ela, sendo tomada como heterogênea, admite em seu interior a representação de diferentes posições-sujeito: desde a representação da imagem

mítica do gaúcho até a representação de sua desmitificação, pelo menos é o que podemos observar no espaço discursivo da narrativa literária em questão. Na verdade, o discurso histórico sobre o gaúcho nos mostra que esse sujeito já era um sem-terra desde sempre, o que equivale a dizer que a instalação do imaginário gaúcho mitológico já ocorre em tempos de desterritorialização. Assim, o que ocorre com a representação de gaúcho em Guedes é uma recuperação tardia de uma situação de exclusão que o imaginário social, em termos de discurso ficcional, não representou em outros tempos.

Assim, temos que tomar o discurso da narrativa literária em questão como espaço de contradição, onde co-existem diferentes representações do mundo social no domínio do ficcional. Há o gaúcho mitológico-heróico, representado pela personagem de Blau Nunes; e a representação do gaúcho desmitificado, que não se realiza como mito, sob condições de produção tão adversas, mas que tem como ponto de partida um passado imaginariamente mitológico que funciona como referencial, o que é representado na personagem de João Guedes. A fundação de novos efeitos de sentido e efeitos de sujeito busca sustentação no repetível, o que no caso de Guedes aparece sob a forma da recuperação do passado de glória, num trabalho da memória e do imaginário, que fornecem referentes, a partir dos quais é possível propor o diferente. Diante do inesperado, do indesejável, do inaceitável, a posição que Guedes representa mostra um sujeito saudosista, submerso numa atmosfera nostálgica; é nesse lugar que se representa sua posição-sujeito, buscando no passado alguma sustentação, pois, no presente, ele não pode ser dito “eu” (identificação plena) e, portanto, é dito “ele” (contra-identificação). Na verdade, dizer literariamente o gaúcho em “eu” num determinado momento e dizer o gaúcho em “ele” num outro momento são formas lingüístico-discursivas que revelam nuances das diferentes imagens de gaúcho representadas no discurso ficcional. Tais imagens não são geradas no âmbito do lingüístico-discursivo, mas são representadas nesse âmbito, a partir do qual é possível aprender elementos constitutivos dos processos de identificação e de contra-identificação do sujeito ali representado.

Essa co-existência de duas representações de posições-sujeito, deve ser tomada como uma forma possível de desdobramento da representação literária de forma-sujeito do gaúcho, que corresponde à representação de FD gaúcha heterogênea. Nosso recorte discursivo nos permite esse gesto de interpretação, mas isso não significa que não existam

outras tomadas de posição do gaúcho representadas no espaço discursivo em questão, pois a forma-sujeito é fragmentada no interior de uma FD heterogênea, podendo comportar muitas outras posições-sujeito que não as explicitadas em nosso trabalho.

Representações de CP nas formas de subjetivação do gaúcho

Nessa análise discursiva demonstramos como é possível realizar um deslocamento de sentidos sobre as formas lingüísticas que representam a emergência do sujeito no discurso. O deslocamento se dá pela desconstrução do par opositivo “eu” (sujeito) versus “ele” (não-sujeito) que determinava o sentido instituído como único para cada um dos pronomes. O deslocamento que propomos dá lugar a efetivação de outros sentidos ao “eu” e ao “ele”, que passam a significar enquanto formas intercambiáveis, onde o “eu” pode significar “ele”; mais do que isso, pois nesse deslocamento o “eu” e o “ele” significam formas de representação das posições-sujeito, que têm um referencial social, mas que apenas representam o gaúcho no discurso ficcional. Esse deslocamento é possível pela mobilização das noções de história e memória, conforme as concebemos em AD, porque a partir dessa mobilização saímos do terreno das sistematizações lingüísticas para adentrarmos, de fato, o terreno das materialidades discursivas que se constituem pela interferência da exterioridade e da historicidade.

A utilização do “eu” (pela função-autor), para dizer o gaúcho, explicita o funcionamento da memória na constituição dos sentidos, considerando que a memória é ao mesmo tempo saturada e lacunar, funcionando no movimento entre o lembrar e o esquecer no discurso. Isso se dá da seguinte forma: ao ser dito em “eu”, o gaúcho representado no discurso literário produz um efeito de evidência de que é o gaúcho que fala. Nesse efeito, recupera-se toda a ilusão subjetiva do sujeito, trazendo à atualidade - pela memória - os elementos heróicos que fazem dele um corajoso cavaleiro e um destemido guerreiro (efeito de sentido produzido pelo simulacro). Ao mesmo tempo, o “eu” representa duas formas de apagamento: a primeira apaga os vestígios de uma memória que recuperaria, entre outros elementos, aqueles essenciais que fariam emergir uma imagem de gaúcho bandido¹⁸⁴; e a

¹⁸⁴ Cf. efeitos de sentidos produzidos em outros espaços discursivos, como é o caso do discurso histórico.

segunda que apaga os elementos exteriores que nos remetem à forma pela qual a imagem do gaúcho herói foi instaurada: pelo outro (ou pelo imaginário do outro que, em se tratando de discurso literário, inscreve-se também na FD gaúcha ao assumir a função-autor).

No decorrer dessa pesquisa, explicitamos, insistentemente, que o gaúcho é falado pelo outro tanto nos domínios da história (oficial e extra-oficial) quanto no domínio da literatura e isso só confirma nossa hipótese de que o dizer “eu”, na voz de Blau Nunes, não significa dar-lhe o poder da palavra, muito embora esse dizer “eu” produza um efeito de sentido dessa natureza. Dizer “eu”, sob tais condições de produção, equivale a dizer “ele”, pois estamos tratando do discurso literário “sobre” o gaúcho.

Assim, entendemos que os efeitos de sentidos evidentes apreendidos na análise da representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso analisado é produzido sob determinadas representações de CP, a partir de determinadas formações imaginárias e sob o atravessamento de uma FI dominante. Os fatos que advêm da história e da memória revelam que, em determinado momento sócio-histórico, interessou ao homem civilizado, que detinha o poder da palavra (bem como o cultural, o econômico, etc.), promover uma imagem heróica no interior do Rio Grande do Sul. Para realizar tal intento foram recuperados alguns elementos próprios do gaúcho semi-bárbaro e muitos outros foram, necessariamente, esquecidos. Tal processo de invenção imaginária gerou um quadro de representações (de CP, de FD, de FI) que emergem no discurso literário gauchesco. Isso será mais trabalhado na análise das designações e das descrições, onde os efeitos de sentido evidentes que se produzem na narrativa em primeira pessoa divergem dos que são produzidos em terceira pessoa, influenciando também nas formas de designação e de descrição do gaúcho representado nesse espaço discursivo.

Isso significa que a marca lingüística “eu” não pode conotar, simplesmente, uma marca de subjetividade, posta em oposição à marca lingüística “ele” que conotaria também uma completa dessubjetivação do sujeito, tendo em vista que o “ele”, na teoria da enunciação, por exemplo, é a marca da não-pessoa. Estamos trabalhando com a teoria não-subjetivista da subjetividade, proposta por Michel Pêcheux, a partir da qual entendemos que dizer “eu” é produzir um efeito de unidade do sujeito e do sentido apresentado no discurso (como ocorre nos *Contos Gauchescos*); mas esse “eu” apenas representa essa posição-sujeito. Blau, sendo dito “eu”, é sempre falado pelo outro, mas quando isso ocorre se

realiza um efeito de sentido evidente de que “o gaúcho” toma a palavra para contar os “causos” que vivenciou ou ouviu alguém contar. Ao ser dito “eu”, como alguém que conta causos, Blau Nunes é (ilusoriamente) responsabilizado pelo seu dizer e dizer “eu” é testemunhar, é provar o que diz pela enunciação que faz do sujeito uma unidade que é a origem e o controlador dos sentidos. Já Guedes é descrito pelo outro como aquele que não conta mais “causos”. Assim, é preciso ter clareza de que, em nosso trabalho, o gaúcho é sempre um “ele” falado pelo outro. Enfim, o gaúcho é falado pelo outro e ora isso não pode ser identificado apenas pelo recrutamento de elementos meramente lingüísticos e ora isso aparece no lingüístico, produzindo um outro efeito como é o caso da RPS2, onde a representação do sujeito gaúcho emerge lingüisticamente no “ele”.

Por isso, falamos nas relações entre mundo social e mundo ficcional como produtoras de “efeitos de real” no discurso literário: o que advém do mundo social funciona de outro modo no discurso ficcional. Isso produz “efeitos de real”, o que nos leva a crer que a representação das formas de subjetivação aqui investigadas revelam traços significativos da constituição identitária do gaúcho, não como um reflexo da realidade empírica, mas como um modo possível de se olhar para o mundo social e de se ouvir os “rumores” que ele produz.

Dessa forma, ao levarmos em consideração outros elementos que não os puramente lingüísticos, chegaremos a uma representação de “sujeito gaúcho” que se efetiva através do “ele”, é como se o “eu” se travestisse no “ele”, o sujeito deixa-se dizer, mas isso não impede que ele seja analisado como representação de uma forma de subjetivação, o que acontece é a ampliação do espaço de representação das formas de subjetivação via o silêncio constitutivo de sentidos, porque o calar de Guedes produz uma multiplicidade de sentidos que vai desencadear o processo de desmitificação do gaúcho nesse espaço discursivo. Certamente, há uma FD, dita gaúcha, da qual a função-autor se apropria e sobre a qual ela produz uma simulação de FD, na qual inscreve a representação do sujeito gaúcho do discurso literário.

É preciso levar em consideração que estamos tratando de uma representação de sujeito que se posiciona como o homem do campo/homem da guerra, uma representação de gaúcho ligado à uma instituição simbólica mitológica que está discursivizada, cristalizada e calcada no imaginário social, mas que é contada pelo outro. Na língua mesmo, isso pode ser

indizível, afinal, a efetivação do mito depende da representação do sujeito origem e centro do seu dizer. Como tratar, lingüisticamente, com a ausência (temporária) da palavra? É no discurso que o silêncio também constitui sentidos, estamos tratando desse silêncio que sofre a sobreposição da palavra do outro, enquanto lugar de produção de sentidos, lugar onde se desencadeia o processo de desmitificação do gaúcho no discurso literário em questão. Trata-se de um silêncio que se instala na representação do sujeito que é recoberto por palavras do outro. A representação do sujeito está lá, mas não fala, ele é falado, talvez seja via exterioridade e historicidade que se possa explicitar isso que aparece na sintaxe pela forma como ele é dito.

O gaúcho é uma forma-sujeito que está dada histórica e discursivamente, na qual Blau Nunes e João Guedes representam posições-sujeito que se inscrevem na FD gaúcha heterogênea, também representada no discurso literário em questão. Estamos tratando do discurso literário gauchesco que, em diferentes momentos e sob diferentes condições de produção, faz emergir uma representação de sujeito que assume uma certa posição e não outra. Se, como diz Pêcheux (1997, p. 56),

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço,

há um importante elo de ligação entre a posição-sujeito representada em Blau Nunes e a posição-sujeito representada em João Guedes. O primeiro sofre os efeitos das filiações sócio-históricas de quem produziu o discurso sobre ele; já o segundo, além de sofrer os efeitos dessa filiação, sofre também com o efeito das representações de condições de produção adversas e do já-dito sobre o gaúcho (perceptível no cruzamento de discursos), o que produz importantes deslocamentos no interior do espaço discursivo considerado. A representação de sujeito gaúcho é outra, ele é afetado ideológica e inconscientemente, ele não se identifica plenamente; de fato, ele se contra-identifica com a RPS1 sem, contudo, desidentificar-se com a FD gaúcha. A representação de identidade gaúcha pode ser reconhecida no discurso literário pela voz do outro, seja com vistas ao passado primordial,

onde se funda a imagem do mito; seja com vistas ao passado recente, onde se desconstrói tal imagem.

Não se trata, portanto, de se observar Blau e Guedes, simplesmente; nem é o caso de se realizar uma comparação que mostre um e outro de maneira estanque. Entre as duas narrativas há um movimento produzido nas relações entre história e memória que produzem efeitos de sentidos evidentes, primeiro no âmbito lingüístico e depois no âmbito discursivo, indo do efeito evidente da mitificação do gaúcho ao de sua desmitificação. Trata-se de vislumbrar um discurso que possibilita a manutenção do mito, que pode aparecer como uma totalidade apreensível na posição-sujeito representada por Blau ou na sua não-totalidade apreensível na posição-sujeito representada em Guedes. De fato, estamos trabalhando com dois momentos discursivos (mas no interior de um mesmo domínio discursivo) e nos dois casos estamos falando da representação das formas de subjetivação do gaúcho, sendo que Blau narra fatos e, por isso, aos poucos vai revelando suas características através das ações recontadas pelo “eu”; enquanto Guedes, que aparece calado, é descrito em blocos mais densos, como veremos na análise da apresentação de cada um deles, que traz em seu bojo finas camadas de historicidade que se recobrem e se descobrem, num movimento que nos leva a conhecer uma gama de efeitos-sujeito produzidos nesse discurso.

O enfoque que estamos apresentando sobre a análise do discurso literário gauchesco traz, em si, a possibilidade de observarmos a constituição da representação do sujeito gaúcho em dois momentos histórico-sociais representados como divergentes, o que enriquece a reflexão. No próprio processo do dizer e do não-dizer “eu”, do falar e do calar na representação do gaúcho significam, cada um a seu tempo, marcando um momento histórico; mais do que isso marcando uma posição; são atitudes singulares que se convertem em posições simbólicas, representativas de todo um grupo social, materializando-se no discurso literário.

O sujeito é representado, nesse mundo imaginário, como aquele que assume a posição que lhe é possível ideologicamente naquele momento histórico e é pela horizontalidade do intradiscurso que adentramos o discurso, buscando compreender sua constituição, enquanto processo discursivo. Há um espaço discursivo no qual se encontra Blau Nunes e João Guedes, cada um deve ser concebido como uma forma de representação das formas de subjetivação do gaúcho no discurso literário em questão, como parte

constitutiva do processo de constituição do efeito-sujeito, produzido nesse discurso, onde há espaço para o já-dito e para o novo, para a lembrança e para o esquecimento, para o que é histórico e o que é ficcional.

O efeito-sujeito no discurso sobre o gaúcho

Pensar em efeito-sujeito quando se trata da representação do gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca é pensar na representação que temos sobre um sujeito que advém do mundo social, e que de lá vem produzir “efeitos de real” nesse espaço discursivo ficcional. Não se trata simplesmente de pensar um gaúcho mitológico “no campo” e um gaúcho desmitificado “expulso do campo”; não é apenas um deslocamento espacial “da terra para fora da terra”; trata-se de algo mais complexo: é adentrar o caos do não-lugar, da não-palavra, da não-identidade, que é primeiro social e depois representada no ficcional. Pois como já explicitamos, a imagem de gaúcho mitológico veiculada pelo discurso literário gauchesco foi gerada em tempos de desterritorialização, mas isso só passa a ser representado na literatura bem mais tarde. Aí, o silêncio se sobrepõe e significa, tanto ao calar quanto ao permitir que o sujeito seja falado pelo outro, extrapola-se aqui a questão lingüística e avança-se pelo discursivo, rumo a uma melhor compreensão dessa representação de sujeito que é dito em “eu” e é dito em “ele”, que dá a impressão de que tem e não tem lugar, mas que representa, no espaço discursivo literário considerado, posições-sujeito, seja pela palavra seja pela ausência dela. Trata-se do imaginário lingüístico e do modo como ele é apanhado pelo simbólico.

Não podemos perder de vista a forma como se constitui o discurso sobre o gaúcho, pois enquanto personagem histórica e mitológica ele não fala. O gaúcho não produz o seu discurso e não são seus pares que falam sobre ele, pois a reconstituição histórica, mitológica e literária da imagem desse gaúcho a que temos acesso é feita pela voz do outro. Trata-se de uma voz que nos remete a viajantes (estrangeiros ou não), historiadores (mais ou menos autorizados) e a escritores (que o transformam em personagem literária), enquanto representantes da sociedade civilizada, que assumem diferentes posições-sujeito para de seus lugares falarem sobre a figura do gaúcho. São esses homens civilizados,

inscritos, em geral, em outras FDs, que, no exercício da função-autor, detêm o poder da palavra para falarem sobre o gaúcho.

Vale reafirmar que o discurso da narrativa literária gauchesca é um “discurso sobre” o gaúcho, enquanto lugar onde se produz o efeito-sujeito gaúcho. Quando Blau é “eu”, ele representa o gaúcho que ganha a palavra e realiza-se então o efeito de unidade do sujeito (o herói), ocorre a efetivação ilusória (ou imaginária) do mito no discurso. O gaúcho não possuía o poder da palavra escrita, por isso não encontramos registros do discurso do gaúcho falando sobre si mesmo. Talvez esse seja um dos maiores indícios para pensarmos o gaúcho como um indivíduo desprovido de toda a forma de “capital”¹⁸⁵, seja ele lingüístico, cultural, territorial ou moral, próprios à civilização que conhecemos.

A esfera social e cultural do gaúcho é outra, os valores são totalmente diferentes, mas ocorre que essas diferenças são, freqüentemente, submetidas a avaliações de toda ordem: os viajantes estrangeiros, por exemplo, tomam como parâmetro a civilização européia e não aceitam e nem compreendem essa lógica tão diferente; o historiador, por sua vez, produz um gesto de interpretação que pode tanto supervalorizar a cultura gaúcha como pode reduzi-la a um conglomerado de fatos históricos; e aos escritores cabe ouvir os “rumores”, produzidos pela cultura popular, pelos relatos dos viajantes, pelos historiadores e pelos outros escritores, para, então, representarem o gaúcho no domínio do discurso ficcional, contribuindo para a produção do simulacro. Enfim, são os olhares do “outro” que se lançam sobre o gaúcho, os responsáveis por tudo o que se conhece atualmente sobre ele.

Por não possuir nada de seu e, contraditoriamente, imaginar-se o dono da terra e da sua liberdade, a imagem de gaúcho que temos, via literatura, é daquele sujeito que se deixa envolver pela ideologia dominante e pelas formações imaginárias que se geram no meio social que ele convive. É imbuído de uma lógica cultural bem particular que o gaúcho passa a constituir, em separado, o imaginário social da sociedade civilizada, mas ele não vai fazer parte do modelo capitalista que se instala aos poucos no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul, pelo menos não sem oferecer certa resistência. Esse é um dos fatores que vai desconstruir o efeito de unidade do sujeito na história sobre o gaúcho, e isso também passa a ser representado no discurso literário que já abre um espaço, embora tardiamente, para a representação de uma posição-sujeito que desmitifica a imagem do gaúcho herói.

¹⁸⁵ No sentido de Bourdieu (1996).

O discurso da narrativa literária gauchesca produz no fio do discurso, nas representações das formas de subjetivação de Blau e de Guedes, um efeito de sentido evidente que alterna a construção/desconstrução de um mito na memória coletiva; a identificação plena/contra-identificação do sujeito no discurso; a imagem do herói/anti-herói na literatura; o passado de glórias/o presente decadente na história; a felicidade no campo/a tristeza na cidade; o homem a cavalo associado à vida/o homem de a pé associado à morte; a mitificação/desmitificação do gaúcho. Trata-se, pois, de observarmos nesse discurso o desmembramento dessas oposições que funcionam como uma lógica óbvia. Embora tenhamos as CP funcionando para reiterar os efeitos de sentido evidentes, a análise do discurso nos mostra que não passam de ilusão, não há um gaúcho mitológico e outro desmitificado: há uma representação de gaúcho que perpassa o fio do discurso literário gauchesco e há posições-sujeito que ele representa/assume no interior da FD gaúcha. Há, na verdade, uma ilusão referencial, onde se instituiu a imagem do gaúcho mitológico, e essa ilusão funciona como lugar de instalação de uma posição-sujeito outra, que extrapola as formações imaginárias que mantinham essa imagem, mesmo sob representações de CP insustentáveis¹⁸⁶, para revelar a face de um gaúcho desmitificado, que foi expulso da terra, que perdeu seu cavalo; reservando ao mito do gaúcho um lugar no passado primordial, a partir do qual ele será sempre recontado e revivificado no seio do grupo social que o gerou.

O direcionamento de nossa reflexão já começa a apontar para um espaço, onde se pode discutir a propósito das representações e dos simulacros, onde não se aceitam divisões entre dentro/fora ou interior/exterior, buscando nos processos de produção de sentidos no discurso um lugar para que o diferente funcione no interior do mesmo, como constitutivo e não como “objeto estranho”.

¹⁸⁶ Referimo-nos, aqui, ao processo de des-territorialização do gaúcho, que se desenvolveu desde a chegada dos colonizadores, mas que só ganhou espaço no discurso literário no final do século XIX e no século XX.

2.2 O funcionamento das designações e das descrições na apresentação do gaúcho no discurso literário

O discurso literário gauchesco em análise nesse trabalho é repleto de designações e descrições que revelam imagens de gaúcho que povoam o imaginário de todo um grupo social, mas há uma parte bem específica das materialidades discursivas selecionadas que é privilegiada, nesse sentido, trata-se da *apresentação*. Em *Contos Gauchescos* temos a apresentação do gaúcho condensada em um bloco discursivo que introduz as narrativas, o que acaba sendo reiterado no interior de toda a obra; já em *Porteira Fechada*, não dispomos desse bloco discursivo introdutório, sendo que a apresentação do gaúcho vai se desvelando aos poucos no interior da narrativa.

Embora cada uma das obras revele peculiaridades em nível lingüístico, estilístico, enunciativo e discursivo - que marcam com clareza um imaginário lingüístico-cultural específico - elas constituem um mesmo espaço discursivo e revelam, via designação e descrição, imagens de gaúcho que nos interessam observar. Assim, tomaremos, inicialmente, cada imagem em separado: o que é revelado em Blau Nunes, como a imagem do mito, e o que é revelado em João Guedes, como a imagem do não-mito; e, posteriormente, então, analisaremos as relações que se estabelecem entre o mito e o não-mito no discurso literário em questão.

Blau Nunes

Os *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, constituem um conjunto de 20 narrativas curtas de cunho regionalista que apresentam os feitos e bravuras vividas no decorrer do século XIX pela personagem central: Blau Nunes. Essa obra, publicada há quase um século, já é considerada um cânone do gênero no Rio Grande do Sul, circulando como tal nas escolas e universidades, passando a habitar o imaginário social como representativo da imagem heróica de gaúcho e um imaginário lingüístico que caracteriza lingüisticamente certa FD. Os contos são precedidos de uma apresentação em bloco que designa e descreve Blau Nunes que, no desenrolar dos contos, tomará a palavra, ganhando a função de narrador, apresentando-se e explicitando as relações que o gaúcho

mantém com os demais segmentos sociais que o circundam. Assim, a figura do gaúcho é introduzida pelo primeiro enunciado da parte destinada à apresentação da seguinte forma:

SD1 - PATRÍCIO, apresento-te BLAU, o vaqueano. (p. 11)

A apresentação se dá em tom de diálogo, como numa conversa informal, na qual o narrador chama a atenção do leitor, denominado patrício¹⁸⁷, para a figura de Blau. Trata-se de uma apresentação convencionalmente utilizada entre os habitantes do pampa na época, iniciada pela indicação do nome próprio da personagem: Blau. Esse nome que inicia a obra recupera, nos leitores, a imagem do gaúcho; porque, atualmente, as relações entre o nome Blau e a designação gaúcho já estão instituídas no interior de todo o grupo social. Essa informação advém do interdiscurso (enquanto memória), pois ao tomarmos um exemplar do discurso da narrativa literária gauchesca sob o título de *Contos Gauchescos*, adentramos a ordem do já-lá, quando vêm à tona as condições de produção desse discurso, os sujeitos e os sentidos que o constituem. Sob essa perspectiva, mencionar o nome Blau é muito mais do que fazer referência à obra de João Simões Lopes Neto, pois esse nome é carregado de significações que se repetem e que se transformam, mas que têm um referente inequívoco: o gaúcho.

Inicialmente, então, o autor opta por apresentá-lo apenas pelo primeiro nome, enfatizando, portanto, o efeito de sentido da “individualização” (Guimarães, s/d, p. 24) desse sujeito que, depois se saberia, não seria mesmo representante de uma família especificamente, mas sim de todo um grupo social, de toda uma região. É somente num momento posterior que surge o sobrenome, nome de família que aparece num segundo plano, mais como um complemento necessário - formal e jurídico - do que como uma referência à família.

O nome Blau de sobrenome Nunes, a partir da obra de João Simões Lopes Neto, tem todo um percurso sócio-cultural que lhe é próprio, ele passa a configurar o próprio simulacro de gaúcho que busca na representação do discurso histórico elementos para construir uma imagem de gaúcho heróico, passando a constituir o imaginário de toda uma sociedade e reverenciar todo um passado glorioso que, na verdade, só existiu em nível de imaginário. Enfim, o nome Blau tem sua própria história.

¹⁸⁷ Aquele que habita o estado do Rio Grande do Sul (coestaduano) e que toma o estado como sua pátria.

O autor menciona o nome da personagem no momento da apresentação, sendo raro o retorno do nome próprio no interior dos contos. Isso se dá porque o nome próprio da personagem tem um funcionamento na apresentação e outro no interior dos contos: num primeiro momento ele é apresentado ao leitor, sendo falado pelo autor; e, num segundo momento, ele toma a palavra para narrar suas bravatas, é ele quem fala de si e dos outros. É nele que se produz - no decorrer da apresentação e de todos os contos narrados - o efeito de sentido de unicidade, tão necessário para a identificação da personagem e para a “inequívocidade do referente” que aqui se nomeia. A partir da apresentação, inicia-se um processo de caracterização da personagem, individualizando-a através de nome próprio e preparando o terreno (e o leitor) para a constituição de “um processo social de subjetivação” (Guimarães, s/d., p. 21) do gaúcho, representado em Blau. Isto acontece inicialmente via mecanismo de designação, ganhando desenvolvimento e expansão via o mecanismo de descrição no qual a adjetivação tem importante função. São esses dois mecanismos que põem em funcionamento a constituição da representação de sujeito no discurso da narrativa literária gauchesca. De fato, se por um lado aparece o nome próprio produzindo um efeito de unicidade do sujeito, ali representada, enquanto ilusão necessária; por outro lado, a Análise do Discurso possibilita a observação das formas de descontinuidade do sujeito consigo mesmo, onde são reveladas as imagens de gaúcho, observáveis no decorrer da apresentação e das narrativas, como veremos no decorrer dessas análises.

Ainda na busca do efeito de unicidade, e talvez de completude, o nome de Blau recebe um aposto: o vaqueano¹⁸⁸. Esse substantivo assume proporções muito superiores às proporções de um sobrenome, de um nome de família, pois ele funciona como determinante sobre o nome Blau, incluindo-o num grupo social bem específico, com funções bem específicas, apontando, desde o princípio, para uma representação de FD gaúcha na qual ele estaria prioritariamente inscrito e da qual se faria um representante autêntico através de sua história de vida que recupera elementos historicamente reconhecidos como constitutivos e que apaga outros elementos que produziriam efeitos de sentidos contraditórios para a construção de uma imagem de gaúcho herói.

¹⁸⁸ Vocábulo advindo da Língua Espanhola falada na América.

Para incursionarmos na multiplicidade de sentidos que a designação “vaqueano” (e muitas outras) podem produzir no discurso da narrativa literária gauchesca, optamos por eleger o dicionário como uma porta de entrada para a compreensão desse discurso. Não se trata apenas de uma consulta a um dicionário comum da Língua Portuguesa falada no Brasil, pois não é assim que a AD procede; trata-se da consulta a um dicionário de termos regionais, onde tudo está voltado ao falar típico do Rio Grande do Sul. Segundo Nunes (2001), o dicionário funciona como um lugar de observação do léxico, não se restringindo ao papel de um instrumento de normatização, mas constituindo-se como “um objeto discursivo” (p. 101). No caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o levantamento do que é próprio do popular, do domínio de um falante do interior de um estado brasileiro, trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região. Esse tipo de objeto discursivo também carrega as representações próprias das relações sociais que se efetivam num espaço bem determinado: o campo gaúcho. É enquanto “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (Nunes, 2001, p. 101), que podemos qualificar como “bastante fechada”, que o dicionário de termos regionalistas funciona como um ponto de partida possível para o processo de compreensão do discurso da narrativa literária gauchesca no tocante a algumas designações e descrições que são atribuídas ao gaúcho e que não nos são tão familiares.

Estamos tratando de um discurso que, supostamente, teria sido produzido no espaço campestre e rural do Rio Grande do Sul na época da colonização e da monarquia portuguesa no Brasil, o que aparece representado no discurso histórico oficial (que conhecemos atualmente) e que é parte constitutiva do imaginário social produzido e instituído pela literatura regionalista que estamos analisando, sendo que esse último espaço discursivo revela um ponto de vista imaginário, urbano e civilizado sobre o gaúcho. Parte dessa multiplicidade de designações, descrições e significações é captada pelo dicionário que distribui os sentidos a fim de identificar o espaço e os sujeitos do campo gaúcho, daí a importância de consulta desse instrumento discursivo em momentos específicos da análise.

Iniciemos pelo primeiro atributo de Blau: “vaqueano”, que é uma designação que apresenta uma caracterização genérica para o homem do Rio Grande do Sul, definido como aquele “que conhece *perfeitamente*¹⁸⁹ os caminhos e atalhos de uma região podendo servir

¹⁸⁹ O itálico é nosso.

de guia aos que precisam percorrê-la. Pessoa que tem prática, habilidade, destreza, para *qualquer* trabalho ou arte.”¹⁹⁰. Assim, a primeira característica atribuída a Blau pela designação de “o vaqueano” - bem determinada pelo artigo e, portanto, destacando esse sujeito entre os demais vaqueanos da época – é estatutária, pois ele é o representante de toda a classe de vaqueanos. Ele alcança o estatuto de sujeito representativo e os outros devem identificar-se com ele. Ser “vaqueano” e ser “o vaqueano” é reunir num único sujeito inúmeras qualidades, e isso nos remete ao necessário efeito de unicidade do sujeito, bem como ao efeito de completude que advém da definição de vaqueano aqui apresentada. A presença do advérbio de modo “perfeitamente”, na definição do dicionário, nos conduz à caracterização desse sujeito, enquanto ser único, completo, total, somente comparável a um deus ou a um herói. Aí está um referente discursivo para “Blau, o vaqueano”: um herói.

A definição dicionarizada contribui para nossa reflexão no sentido de que ela traz uma representação de vaqueano, enquanto aquele homem que representa o grupo social no qual está inserido; mas são os elementos exteriores e próprios do discurso ficcional que vêm comprovar a caracterização de Blau como um homem que, por seus atos e palavras, revela a imagem do gaúcho perfeito e completo. No discurso literário, o vaqueano Blau Nunes deve ser reconhecido por todos como um herói, pois nesse discurso se dá um processo de apagamento de elementos sócio-históricos que faziam de todo o habitante do pampa um vaqueano, como um modo de sobrevivência; ou seja, historicamente falando, ser vaqueano é ter condições de sobrevivência e trânsito no interior do Rio Grande do Sul entre o século XVII e XIX, enquanto no discurso literário ser “o vaqueano” é ser único, é ser um herói representativo de todo o imaginário coletivo sobre o gaúcho. Trata-se de uma re-significação da designação que colabora com a reinvenção de todo um imaginário social sobre o gaúcho que se deu no mundo ficcional no início do século XX. Em última instância, “o vaqueano” deve ser entendido como uma designação que parafraseia a designação gaúcho, promovendo o funcionamento do referente na cadeia discursiva, sempre levando em conta as especificidades do discurso histórico e as especificidades do discurso literário. Estamos tratando de narrativas que relatam fatos passados (que misturam realidade e ficção) no decorrer do século XIX, quando o homem que habitava os campos indivisos do Rio Grande do Sul tinha necessidades específicas para sua sobrevivência, dentre elas

¹⁹⁰ Cf. NUNES, Z. C.; NUNES, R.C. 1984. p. 522.

“conhecer perfeitamente [ou quase] a região” por onde andava e estar sempre pronto para “qualquer trabalho”.

Ainda na apresentação, aparecem outras designações para o gaúcho, caracterizando a paráfrase como sinonímia e como metáfora, num movimento de ressonância, sem a presença explícita de um referente completo, mas de um referente em constante movimento de constituição. Isso é característico do nome próprio, ele é resultado de um dever jurídico: o pai deve nomear o filho logo que este nasce, registra-se esse nome em cartório (Guimarães s.d.), mas até que ponto esse bebê é um referente para o nome? Inclusive, inúmeras vezes ele é chamado de bebê e não pelo seu nome. Conforme esse sujeito vai crescendo, se desenvolvendo, escrevendo sua história, vai se constituindo o referente e o nome, num processo que não é estático e nem previsível, mas de constituição mútua, que até pode produzir o efeito de completude quando se narra uma história de vida. Blau é apresentado como um homem de 88 anos de idade, sua história de vida produz o efeito de um referente rígido para o nome que lhe é atribuído. Vejamos a seqüência discursiva em que Blau é apresentado com seu sobrenome:

SD2 - E, por circunstâncias de caráter pessoal, decorrentes da amizade e da confiança, sucedeu que foi meu constante *guia e segundo o benquista tapejara Blau Nunes, desempenado arcabouço de oitenta e oito anos, todos os dentes, vista aguda, e ouvido fino*, mantendo o seu aprumo de *furriel farroupilha*, que foi, de Bento Gonçalves, e *de marinheiro improvisado*¹⁹¹, em que deu baixa, ferido, de Tamandaré. (p. 12)

O efeito de unicidade do sujeito aqui se dá via o nome completo e a história de vida do sujeito quase centenário, não se tratando de um homem comum, pois a descrição física que ele recebe revela um algo a mais: “desempenado arcabouço de oitenta e oito anos, todos os dentes, vista aguda, e ouvido fino”. De fato, a imagem de Blau, aos oitenta e oito anos, não é algo comum, pois a partir dessa descrição nos deparamos com um homem forte, com uma postura ereta, com a parte de cima do corpo em perfeitas condições. É interessante observar que o narrador só menciona aqui a estrutura física de Blau, dando mais destaque ao tórax e aos órgãos dos sentidos, abstendo-se em relação ao restante,

¹⁹¹ O itálico destaca as designações trabalhadas nesse momento da análise.

deixando em aberto a descrição do restante, sobretudo dos membros inferiores. Essa imagem apenas do dorso do homem nos remete à imagem do “Centauro dos Pampas”, com essa metade homem e uma outra metade que poderia ser a do cavalo, pois esse animal era a companhia inseparável do gaúcho. É o “desempenado arcabouço” que o homem empresta ao cavalo ao constituir com ele a figura do centauro, assim como são imprescindíveis a esse ser sobrenatural os sentidos bem aguçados, tais como: a visão e a audição. Já a caracterização do gaúcho como alguém que tem “todos os dentes”, nos remete a um atestado de boa saúde, como se o tempo não deixasse suas marcas no corpo do herói. Estamos diante de mais um elemento que une o homem e o cavalo, pois é do senso comum que um dos primeiros passos na observação das condições de saúde do animal é a inspeção de sua dentição, tendo em vista que o cavalo velho e doente perde os dentes. E não podemos esquecer também que essa mesma técnica de observação dentária era utilizada na aquisição de escravos, pois uma dentição saudável era garantia de um escravo forte para o trabalho, o que nos remete à imagem do gaúcho herói vinculada ao período de escravidão no Brasil.

Assim, estamos diante de uma descrição de Blau que aponta para a representação da imagem do gaúcho herói como o “Centauro dos Pampas”. Essa imagem veiculada pelo discurso literário recupera traços da imagem do gaúcho veiculado pelo discurso histórico, mas não o representa de forma igual, produzindo o simulacro de gaúcho de que falávamos anteriormente. O discurso ficcional parafraseia o discurso histórico em muitos aspectos, mas não de forma sinonímica e sim de metaforicamente, transformando sentidos.

É importante destacar ainda, nesse recorte discursivo, como se realiza o processo parafrástico sobre as designações atribuídas ao sujeito. Quando Blau é denominado “guia e segundo” ocorre a paráfrase de “vaqueano” que retoma o todo pela parte, tendo em vista que ser guia é uma das atribuições de um vaqueano, bem como “segundo” que é “aquele que é auxiliar e companheiro de confiança de alguém, a sua segunda pessoa”¹⁹², que reitera as características do vaqueano, constituindo, assim, uma paráfrase.

Já quando ele é denominado “benquistado tapejara”, temos contato com o vocábulo de origem indígena (tupi ou guarani). O vocábulo é composto por *tapé*, caminho, e *yara*, senhor, ou seja: senhor dos caminhos. Sob essa designação temos a paráfrase que retoma a

¹⁹² Cf. HOLANDA, 1986, p.1.562.

parte pelo todo, pois ser vaqueano é uma das atribuições de um tapejara, que, além disso, é sinônimo de “valente, destemido, guapo, valoroso”¹⁹³. A designação tapejara introduz novos efeitos de sentidos no interior da paráfrase de gaúcho, produzindo “efeitos metafóricos” sobre essa designação, pois a escolha da palavra indígena produz um deslocamento de sentido que é também constitutivo do sujeito, enquanto dispersão; ou seja, Blau é um vaqueano e muito mais. Ao ser designado *tapejara* ele aparece como alguém que mantém uma relação mística e natural com as coisas da terra, como “o índio” que é dono da terra por onde anda, e é ainda ratificado pelo adjetivo “benquisto” que deixa implícita a condição social do sujeito: conhecido e reconhecido por todos em função de suas qualidades já mencionadas. Assim, o gaúcho que fora representado no discurso histórico como “homem de má índole” passa a ser representado no discurso literário como “homem de boa índole”, mesmo que se preservem suas características de violento e rude, há uma reconstrução discursiva da imagem desse gaúcho, deslocando os sentidos que lhe são atribuídos do plano negativo para o positivo.

Se nos detivermos um pouco mais na designação tapejara observaremos que além de, na horizontalidade, ressoar a designação apresentada anteriormente – vaqueano -, num movimento de retomada; essa designação, ao ser observada na verticalidade que o interdiscurso proporciona, nos leva a constatar que há a imbricação de uma designação advinda de outra FD, qual seja a FD indígena, e que significa no interior da FD gaúcha, enquanto FD dominante, tal como é representada no discurso literário em questão. Para entendermos melhor isso, consideramos a seguinte hipótese: digamos que todas as designações atribuídas ao sujeito gaúcho que se conhece estejam no interdiscurso, de maneira latente ou silenciada, mas estão lá; e suponhamos que o sujeito em questão, para constituir sua necessária unidade, está inscrito numa FD que lhe é própria, então como se dá ao mesmo tempo a ressonância parafrástica entre as designações e a intervenção de uma FD em outra? Trata-se de aceitarmos a FD enquanto heterogênea a si própria, onde o interdiscurso funciona como um grande “guarda-chuva” que abriga inúmeras FDs, sendo que enunciados de uma podem imbricar-se em outras e constituir novos sentidos. No caso do gaúcho, denominado tapejara, temos uma designação advinda da representação literária de FD indígena, trazendo atribuições nobres ao gaúcho, justificando inclusive sua relação

¹⁹³ Cf. NUNES, Z. C.; NUNES, R.C., 1984. p. 477.

telúrica e seu misticismo, já instituído no imaginário social sobre o gaúcho. Poderíamos dizer ainda que a designação tapejara não faz do gaúcho um índio de arco e flecha, como ocorre na FD indígena; mas faz dele um exímio cavaleiro, de sentidos aguçados e extrema agilidade, instituindo um outro funcionamento para essa designação, no qual ressoam alguns sentidos e silenciam-se outros, isso faz do gaúcho um sujeito constituído por outros sujeitos, caracterizando a multiplicidade de sentidos que cada palavra carrega e a não-coincidência entre as palavras e as coisas.

Buscando as demais designações, nos deparamos com a instituição de outras possibilidades de sentido e o atravessamento de outras representações de FDs na constituição da imagem de gaúcho herói. Isso se dá, por exemplo, quando Blau é denominado “furriel¹⁹⁴ farroupilha” e “marinheiro improvisado”, pois a partir de tais designações constituem-se novas posições que este sujeito assume, caracterizando a dispersão que lhe é própria. Tais designações são de cunho militar bem específico do Exército do período colonial e imperialista; trata-se, mais uma vez, da interferência de outra FD na constituição da imagem de sujeito gaúcho veiculada pelo discurso literário, desta vez a FD militar. A primeira designação tem um caráter mais oficial e está bem determinada, tratando-se da identificação de Blau como militar na Revolução Farroupilha que ocorreu no Rio Grande do Sul por volta de 1835, o que é ratificado pela citação do nome de Bento Gonçalves, herói revolucionário da época. Já a segunda designação é mais incipiente e aparece para reiterar a versatilidade desse sujeito representado em Blau, pois além de vaqueano, tapejara, revolucionário militar, foi também marinheiro improvisado: um sujeito capaz de adaptar-se às mais diversas situações, representando posições-sujeito que se alternam conforme se altera a conjuntura. Assim, Blau é representado como o gaúcho que fala ora de um lugar, ora de outro.

Após tais designações, o narrador, finalmente, identifica Blau através de um conjunto de designações capazes de configurar de uma só vez o gaúcho, como podemos notar na seqüência discursiva que descreve e qualifica o sujeito:

SD3 - Genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (hoje tão modificado), era Blau o guasca sadio. (p. 12)

¹⁹⁴ Posto do Exército Militar Brasileiro do Período Colonial e Imperial que ficava entre o Segundo Sargento e o Cabo.

Esta seqüência reitera em significação as designações já discutidas e traz algo a mais no tocante ao aspecto temporal próprio da descrição, por isso o abordaremos de forma especial. Nesse caso, não podemos nos restringir à observação do visível movimento parafrástico que tais designações e qualificações evocam, pois trata-se de um enunciado que extrapola esse âmbito, funcionando como um todo que traz à baila duas questões essencialmente diferentes das já analisadas até aqui: a questão temporal – que relaciona o passado narrado à atualidade da produção discursiva - e a questão da autoria e da representação – que relaciona duas vozes: a do autor e a da representação de gaúcho.

No caso da primeira questão, temos o narrador que afirma e reitera que Blau é natural do Rio Grande do Sul e que preserva as características que são próprias a um gaúcho herói idealizado, ali apresentado; mas, ao mesmo tempo, tenta mostrar a presença do diferente no interior do mesmo e para isso utiliza-se de um recurso estilístico e lingüístico muito significativo: o parêntese. Esse recurso vai contribuir com a suspensão temporal que a descrição pretende fazer no interior da narrativa. Não se está mais narrando a história de glórias de Blau, pois isso pertence a uma outra ordem temporal: isso é passado. A descrição, por si só, busca estabelecer relações entre passado e presente, apontando para um futuro possível. Nesse caso do parêntese há uma dupla suspensão temporal e uma reitera a outra: a descrição por um lado e o enunciado posto entre parêntese por outro. O parêntese serve também para explicitar a distância que existe entre os fatos (representados como advindos da história) e as condições de produção desse discurso literário produzido no início do século XX, conjugando, assim, o idêntico e o diferente num só enunciado, caracterizando a suspensão temporal. Isso nos leva a constatar o efeito de unicidade do sujeito, posto pela designação, se re-configura no momento da descrição, onde se abrem possibilidades de sentidos para a constituição da imagem de Blau: um “Genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (...) era Blau o guasca sadio” que pode ser visto “Hoje tão modificado”, numa forma de suspensão temporal que justapõe o antigo e o atual, o tradicional e o moderno, o positivo e o negativo, a idealização e a realidade. A imagem de gaúcho representada em Blau recupera a RPS1 inscrita na FD gaúcha, tal como é representada no discurso literário em questão, mas ela precisa ser vista como heterogênea a si mesma, onde a questão temporal pode ficar em suspenso, onde é possível observar as

divergências que lhe são constitutivas, pois é dotada de fronteiras flexíveis, aceitando existir em regiões conflituosas.

A segunda questão que queremos abordar diz respeito à descrição do gaúcho como o “guasca sadio”. O autor produz uma transformação de sentidos sobre o item lexical “guasca”, que nos interessa analisar como representativa de um processo metafórico bem específico, no qual o item lexical é utilizado homonimamente (com grafia e pronúncia idênticas), mas produzindo diferentes efeitos de sentidos. O autor, ao utilizar o item lexical “guasca”, produz divergências de sentidos com a utilização usual do mesmo item lexical na linguagem gauchesca. Ocorre a parafraseagem que, ao mesmo tempo, reitera e transforma sentidos. “Guasca”, originariamente, é uma corda de couro de gado bovino, bastante tradicional no interior do Rio Grande do Sul, feita artesanalmente pelos peões de estância (também denominados guasqueiros); trata-se de um artefato muito rústico, mas muito forte e resistente que serve para amarrar objetos e para manear animais xucros e bravios. Assim sendo, notamos a recuperação, por parte do autor, de um item lexical próprio do linguajar gauchesco, que remete às lidas campeiras e ao modo de vida do gaúcho; estando o item lexical, portanto, carregado de sentidos e marcado ideológica e historicamente, mas ele sofre transformações ao ser utilizado pela voz desse “outro” (o autor), um homem urbano, que descreve o gaúcho. Para uma melhor explicitação das divergências entre a utilização do item lexical “guasca” no linguajar gauchesco e na voz do autor da obra ficcional que versa sobre o gaúcho, apresentamos uma SD retirada dos contos, que apresentam Blau como narrador:

SD4 – Começou assim: fui escalado para o esquadrão que devia escoltar aquele estadão todo. Quando a força apresentou-se ao General Caxias, o velho olhou... olhou... e não disse nada. Cada um, firme como um tarumã; as guascas, das melhores, as garras, bem postas, os metais; reluzindo; os fletes tosados a preceito, a cascaria aparada... (ChI, p. 60)

Na SD4 temos a utilização do item lexical “guasca” na representação da voz do gaúcho que, além de ser peão de estância, também é o soldado que serve ao Imperador, mantendo suas características de gaúcho bem armado e bem montado. “Guasca”, nesse contexto, significa a corda artesanal que acompanha sempre o gaúcho, seja nas lidas com os animais, seja num possível confronto com os inimigos.

É pela comparação entre a SD3 e a SD4 que podemos observar as diferentes funções enunciativas, emergindo no interior do discurso literário e produzindo diferentes sentidos. Sem dúvida, o autor vai buscar o item lexical “guasca” no linguajar gauchesco, mas é do ponto de vista de um homem urbano que olha de fora as coisas do gaúcho e o seu modo de vida que ele descreve Blau, na apresentação de sua obra, como o “guasca sadio”; recuperando nessa designação as características de força, valentia e rudeza, que se emprega primeiro à “guasca” e depois ao “guasca”.

Ainda, na apresentação, merece destaque um enunciado do tipo conclusivo e reiterador de sentidos:

SD5 - (...) entre o Blau – moço, militar – e o Blau – velho, paisano -, ficou estendida uma longa estrada semeada de recordações – casos, dizia -, que de vez em quando o vaqueano recontava, como quem estende ao sol, para arejar, roupas guardadas ao fundo de uma arca. (p. 12)

Para finalizar a apresentação da personagem Blau Nunes e introduzir o leitor nas narrativas, o autor usa o recurso da repetição para enfatizar o que considera essencial. Ele estabelece as devidas relações entre o tempo em que supostamente teria conhecido Blau “moço, militar”, época em que vivera tantas aventuras e o tempo em que são narradas as histórias com Blau “velho, paisano”. É este elo temporal que assegura a verossimilhança, a aproximação da ficção com a realidade social, constituindo a reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho na literatura. Assim, parafraseando a caracterização dada anteriormente e silenciando a posição-sujeito que explicitava essa diferença temporal como pejorativa na constituição da imagem de gaúcho aqui apresentada, o narrador reafirma conter nesta obra o resultado de toda uma vida, de um modelo de conduta e de existência que, em certos aspectos, transforma a imagem de gaúcho veiculada pelo discurso da história oficial.

E, ao chegar ao final da apresentação, o narrador explicita que a designação que recupera todas as outras atribuídas ao gaúcho Blau, contador de histórias, é a de vaqueano. É ele, o vaqueano, apresentado inicialmente que ganha a palavra para narrar os contos da coletânea. É como se nessa designação pudessem estar contidas todas as outras, sobressaindo-se algumas características do gaúcho sobre as demais. Assim sendo, vem à

tona a tensão que existe em todo o processo de significação, onde recuperam-se alguns sentidos e instauram-se outros, num movimento de constante reconfiguração.

O gaúcho apresentado pelo narrador de João Simões Lopes Neto na personagem Blau Nunes se constitui no discurso literário gauchesco num movimento que alterna unicidade, que a textualidade exige, e a descontinuidade do sujeito, própria da discursividade. O efeito de unicidade do sujeito é instaurado na forma ilusória de identificação do gaúcho como ser único e indivisível que pode ser representado numa imagem compacta; enquanto que o efeito de descontinuidade do sujeito seria uma forma de sair dessa ilusão produzida pelo efeito de transparência da linguagem, onde se observam os deslocamentos do sujeito que o gaúcho representa no interior do discurso “sobre” que estamos analisando. No entanto, as duas formas contribuem para a instituição da imagem de Blau, tanto no momento em que ela funciona como representante de um ser superior, na imagem própria do mito, do herói; quanto no momento em que se sobressai a descontinuidade na imagem própria do homem comum, do mortal. A AD nos possibilita explicitar isso, porque concebe a língua em sua opacidade e o discurso como um espaço de contradição, sendo que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Esse estudo das designações e das descrições que o gaúcho recebe nos possibilitou perceber como se realiza a relação de tensão entre os sentidos que se repetem (pela paráfrase) e se re-significam (pela metáfora), tendo em vista que parafrasear é fazer um movimento que vai do já-dito para o que será dito, reitera sentidos e cria sentidos, num gesto de transformação e de acréscimo.

Percebemos, ainda, o quanto são importantes as representações imaginárias das ações, dos valores morais e das relações que o sujeito mantém com o mundo em que está inserido para a sua constituição enquanto imagem que responde à necessidade de reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho. Trata-se de uma representação com a qual todo um grupo social passa a se identificar, tendo em vista que são apagados os aspectos pejorativos e mantida a imagem externa, o que é próprio do simulacro. No entanto, ao propormos deslocamentos de efeitos de sentidos, estamos levando em conta que: “não há identificação plenamente bem sucedida” (Pêcheux, 1997, p. 56), havendo sim um espaço para os deslizamentos de sentidos que comporta a imagem do gaúcho bandido, a imagem do gaúcho herói, a imagem do gaúcho de a pé, entre outras. Isso pode ser observado a partir

da noção de posição-sujeito, porque ela aponta para possibilidades de deslocamento dos sentidos sobre a constituição da imagem de sujeito-gaúcho, seja ele representante de um passado histórico de barbáries, de um mitológico (e imaginário) passado de glórias, já apontando para um lugar presente e desmistificado no interior do discurso ficcional, mantendo a inscrição do sujeito na mesma FD, apresentando apenas posicionamentos de sujeito divergentes.

Na verdade, exploramos alguns enunciados da apresentação que trazem designações e descrições atribuídas a Blau, tendo em vista que eles estabelecem relações entre a personagem e a conjuntura na qual ele está inserido. Tais relações podem ligar o presente da enunciação ao passado (de glórias) e ao futuro (de sonhos), instituindo, aos poucos, rituais de continuidade no discurso literário em questão. Isso ocorre numa tentativa de anulação do processo histórico que lhe é inerente; tal anulação se realiza no âmbito do imaginário no interior das narrativas. De fato, o discurso produzido pelas narrativas literárias gauchescas, que veiculam a imagem do mito gaúcho, ganha um funcionamento próprio e essencial na reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho, mantendo uma imagem exterior de gaúcho centáureo que advém do discurso histórico, relacionando-se ainda mais com a história via citação de acontecimentos históricos, personalidades importantes e datas precisas, reconhecíveis, via interdiscurso. Mas esse discurso deve ser sempre considerado como ficcional, pois ele tem um estatuto que lhe é próprio, sendo produzido por uma suposta personagem que enuncia num tempo histórico dado, imobilizado pela narrativa num estatuto que lhe é próprio e reiterado pela memória.

De fato, a apresentação inicial do gaúcho aparece condensada na antecipação propiciada por esta forma de introdução dos contos que é feita por um narrador, e essa antecipação nos fornece um quadro suficientemente denso de informações capaz de revelar a imagem de gaúcho que esse discurso veicula. Mas a apresentação não se restringe a esse bloco, ela se estende no interior dos contos quando é, supostamente, dado a Blau o poder da palavra, quando ele passa a designar e a descrever a si mesmo e ao outro como representação de gaúcho que é dito “eu”.

Para observarmos as formas de designação e de descrição atribuídas ao gaúcho representado na personagem de Blau, enquanto constitutivos da imagem heróica desse sujeito, selecionamos algumas seqüências discursivas que integram os contos gauchescos e

que revelam outras faces da imagem de gaúcho representada em Blau. Essas outras faces são reveladas pela cosmovisão constitutiva da identidade do gaúcho herói, dentre as quais destacamos: a representação imaginária de gaúcho que norteia a constituição identitária de Blau (revelação da imagem que ele tem de si mesmo); a representação imaginária que o gaúcho tem do “outro” (revelando a representação de formações imaginárias que regem as relações entre o gaúcho e os militares, entre o gaúcho e os estancieros); a representação imaginária de Blau sobre os outros gaúchos (revelando as relações de paridade); a representação imaginária de Blau sobre seus inimigos (revelando as relações de oposição).

As seqüências discursivas (SDs) selecionadas para explicitação das representações de sujeito e visão de mundo que constituem a imagem de gaúcho herói presente em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, fazem parte dos seguintes contos: Trezentas Onças (TO), Chasque do Imperador (ChI), Os cabelos da china (CCh), O anjo da vitória (AV) e Duelo de Farrapos (DF). As siglas entre parênteses e o número da página, registrados ao final de cada SD citada, funcionam como indicadores do conto de onde foi extraída a SD em questão.

A representação que o gaúcho tem de si mesmo

Nos contos narrados por Blau Nunes emerge, aos poucos, a visão de mundo que ele representa, a imagem de gaúcho que ele ajuda a instituir no imaginário social de todo um povo, pois é pelo discurso literário gauchesco que vamos conhecer o simulacro do gaúcho herói, com as semelhanças e dessemelhanças, que lhe são próprias, quando ele é posto em relação de comparação com a representação de gaúcho instituída pelo discurso histórico. Essa comparação ocorre, num ato de leitura comum, de modo inconsciente, pois tudo o que se conhece sobre a história do gaúcho vai se conjugar com a imagem de gaúcho que vai se construindo no espaço discursivo da literatura regionalista. Observemos, então, nessas cinco SDs que seguem¹⁹⁵, a marca da RPS1 na constante presença do “eu”¹⁹⁶, as

¹⁹⁵ Sobretudo os enunciados grifados.

¹⁹⁶ Nesse momento das análises não nos deteremos em analisar a forma de representação da subjetivação do gaúcho, pois acreditamos que isso já foi suficientemente discutido na seção anterior. Assim, apenas grifamos essas presenças do “eu” no interior das SDs como forma de reconhecermos a sua importância na construção e instituição da imagem do gaúcho herói no imaginário social sobre o gaúcho produzido na e pela literatura de cunho gauchesco.

designações que constróem a imagem do gaúcho como “eu” herói e as descrições que situam esse gaúcho num tempo heróico e num espaço, reconhecidamente, mitológico:

SD6 – *EU TROPEAVA*, nesse tempo. Duma feita que viajava de *escoteiro*, com a guaiaca empanzinada de onças de ouro... (...) *Eu era mui pobre* – e ainda hoje, é como vancê sabe... -; estava começando a vida (...) Não bulia uma folha; o silêncio, nas sombras do arvoredo, metia respeito... que medo, não, que não entra em peito de *gaúcho*. (...) Eh-pucha! Patrício, *eu sou mui rude*... a gente vê caras, não vê corações...; pois o meu dentro do peito, naquela hora, estava como um espinilho ao sol, num descampado, no pino do meio-dia: era luz de Deus por todos os lados!... (TO, p. 13-18)

SD7 - QUANDO foi *do cerco de Uruguaiana pelos paraguaios em 65 e o Imperador Pedro II veio cá, com toda a frota da sua comitiva, andei* muito por esses meios, como *vaqueano*, como *chasque*, como *confiança* dele; *era eu* que encilhava-lhe o cavalo, que dormia atravessado na porta do quarto dele, que carregava os papéis dele e as armas dele. (...) O senhor imperador vai ficar mal servido: *sou um gaúcho mui cru*; mas para cumprir ordens e dar o pelego, *tão bom haverá, melhor que eu, não!* (...) *Fiz meia-volta e fui tomar o meu lugar*; o esquadrão desfilou, apresentando armas e fomos acampar. Logo a rapaziada criou-me de perguntas... mas *eu, soldado velho*, contei um par de rodelas, queimei campo a boche, mas não afrouxei nada de conversa; não vê!... (ChI, p. 60-63)

SD8 - Ninguém falava. A rapaziada era de dar e tomar, e – sem desfazer em vancê, que está presente -, *eu era do fandango... e devo dizer, que nesse tempo, fui mondongo meio duro de pelar...* (...) *O meu esquadrão* marchou para a fronteira, depois andamos de Herodes para Pilatos, até que no combate das Tunas... fomos topar com os antigos companheiros de divisão. Brigamos muito, nesse dia. Aí ganhei minhas batatas de *sargento*. (CCh, p. 69-78)

SD9 - Sem querer fiquei vendo as forças que iam-se movendo e se distanciando... e num tirão, quando ia montar estava sozinho, abandonado, *gaudério e gaúcho*, sem ninguém pra me cuidar!... (...) Comi do ruim... Vê vancê que *eu era guri e já corria mundo...* (AV, p. 98)

SD10 - JÁ UM ROR DE VEZES tenho dito – e provo – que *fui ordenança do meu general Bento Gonçalves*. (...) *A gente como eu é bicho bruto* e os graúdos não dão confiança de explicar as cousas, por isso é que eu não sei muitas delas: tenência não me faltava; mas como é que eu ia saber as de adentro dos segredos?... (DF, p. 113-117)

As designações que o gaúcho recebe, enquanto representação do herói que fala de si mesmo, na literatura de João Simões Lopes Neto, em sua grande maioria estão presentes no interior dessas SDs, revelando, por um lado, características sobre-humanas como: a bravura, o destemor, a probidade moral e a rudeza do centauro que vivia em tropeadas (cf. SD6) ou em batalhas (as demais SDs), sempre destacando suas características mais distintivas: o *escoteiro* e *vaqueano*, o *gaúcho*; e, por outro lado, características que aproximam o gaúcho do homem comum, dependente de um patrão/estancieiro ou de um superior militar, o que destaca as características de subserviência do sujeito *mui pobre e mui rude, chasque*¹⁹⁷ e *homem de confiança do Imperador, gaúcho mui cru* e cumpridor de ordens superiores, *soldado velho* e espertalhão, sargento do exército, *gaudério e gaúcho* que teve de aprender a se virar sozinho desde menino, *ordenança* do General revolucionário. Assim, configura-se a imagem do mito que não é um deus superior, mas sim um homem que, por suas atitudes se destaca entre os demais, sem deixar de ser um deles. No caso do gaúcho, o que vale é a luta, é estar montado a cavalo, não importando o lado da trincheira que se está ocupando, pois no caso do Blau Nunes ocorre que ora ele é homem de confiança do Imperador (na Guerra do Paraguai) e ora ele é ordenança de Bento Gonçalves (na Revolução Farroupilha), herói revolucionário que lutava contra o poder do Império. A construção da imagem do gaúcho herói no discurso literário não segue à risca um modelo ideológico que separa os que lutam do lado do governo e os que lutam contra essa forma de poder e de dominação; trata-se de um herói regional; representante de um grupo social que busca, ainda que tardiamente, a construção e instituição de um imaginário heróico para seus ante-passados. Na verdade, ao se falar de “gaúcho”, o mito ou o herói, instala-se um sentido evidente, funcionando como único, mas as análises demonstram que há outros efeitos de sentidos sob essa imagem de estabilidade referencial, o que Indursky (1995, p. 145) denominou de diferentes “níveis referenciais”, ao analisar a designação “povo”. Assim, ao falarmos do herói gaúcho, representado no discurso ficcional gauchesco, estamos falando do gaúcho peão de estância (portanto, sem-terra), do centauro (homem rude e violento), do gaúcho vaqueano (que serve aos demais), do gaúcho militar (que ora luta ao lado dos imperialistas e ora luta ao lado dos republicanos), entre outros. Cada um

¹⁹⁷ Mensageiro.

desses “gaúchos” está referenciando uma situação diferente, pois a conjuntura exige dele diferentes posturas e, portanto, evidenciam-se diferentes níveis referenciais, que se sobressaem uns aos outros conforme a situação exige.

Nas SDs selecionadas encontramos a descrição de cenários próprios do pampa gaúcho das épocas das guerras e revoluções, personagens verídicos, acontecimentos e datas históricas marcantes que funcionam como o referencial necessário para que reconheçamos na narrativa as semelhanças entre o gaúcho do discurso histórico e o gaúcho do discurso literário e para que aceitemos as dessemelhanças que aparecem, de modo sub-reptício, instituindo-se como naturais no imaginário social que construímos sobre o gaúcho. Nesse ponto da análise é que se reconhece a descrição como um processo discursivo que funciona como um algo a mais, pois ela já não funciona apenas como um coadjuvante na realização da narrativa literária: a descrição é constitutiva de efeitos de sentidos, ela estabelece as relações entre interlocutores e estabelece relações entre diferentes discursos (o histórico e o literário, por exemplo). A descrição também nos ajuda a compreender e a justificar como se instauram os diferentes efeitos de sentido sob a aparência do mesmo, pois a cada descrição de gaúcho temos a retomada da imagem do herói mitológico, mas não do mesmo nível referencial; desvelando-se, então, o processo metafórico de constituição dos efeitos de sentido que se produz pelo trabalho do imaginário do sujeito do discurso, neste caso o autor, que está prioritariamente inscrito numa determinada FD.

A representação que o gaúcho tem do outro

Ao narrar os contos, Blau Nunes representa o gaúcho heróico que sobreviveu a todas as tropeadas e a todas as batalhas vividas no século XIX e é no decorrer das narrativas que se explicitam as relações que ele mantinha com o “outro”. Esse outro era:

o estancieiro

SD11 - *EU TROPEAVA*, nesse tempo. Duma feita que viajava de *escoteiro*, com a guaiaca empanzinada de onças de ouro (...) *Eu era mui pobre* – e ainda hoje, é como vancê sabe... -; estava começando a vida e o

dinheiro era do *meu patrão, um charqueador, sujeito de contas mui limpas e brabo como uma manga de pedras...* (...) Obrigado! Não senhor – respondi – não é doença; é que sucedeu-me uma desgraça: perdi uma dinheirama *do meu patrão...* (TO, p. 13-14)

Na SD11 podemos notar como se constrói o efeito de sentido evidente de que o gaúcho ali representado tinha tudo sob controle até o momento em que ocorre algo não previsto e se desfaz a ilusão de riqueza que move o trabalho do peão gaúcho que carrega muito dinheiro, um dinheiro que não lhe pertence e que pode ser o causador de sua desgraça. É pela forma de designar e de descrever o patrão, que em Blau Nunes se explicita o tipo de relação pré-estabelecida socialmente. Trata-se de uma relação de respeito, humildade e temor. Embora não apareça nenhum elemento hierárquico como constitutivo, podemos perceber que ao confirmar-se a perda do dinheiro estaria desfeita a relação de respeito e igualdade, quando o patrão/estancieiro julgaria o gaúcho como um ladrão qualquer. Por um instante, o gaúcho se dá conta de sua condição, mas ainda assim representa o seu papel de herói, porque quando recupera o dinheiro tudo volta a ser como era antes e volta a imperar a formação imaginária que abrigava patrão e empregado numa relação de igualdade e respeito mútuo.

a autoridade militar

SD12 – QUANDO foi do cerco de Uruguaiana pelos paraguaios em 65 e o Imperador Pedro II veio cá, com toda a frota da sua comitiva, andei muito por esses meios, como *vaqueano*, como *chasque*, como *confiança* dele; *era eu* que encilhava-lhe o cavalo, que dormia atravessado na porta do quarto dele, que carregava os papéis dele e as armas dele. (...) - O senhor imperador vai ficar mal servido: *sou um gaúcho mui cru*; mas para cumprir ordens e dar o pelego, *tão bom haverá, melhor que eu, não!* (...) ...fui eu que uma madrugada levei a vossa excelência um ofício reservado, pra sua mão própria... e tive que lanhar uns quantos *baianos abelhudos*¹⁹⁸ que entenderam de me tomar o papel... (...) *Fiz meia-volta e fui tomar o meu lugar*; o esquadrão desfilou, apresentando armas e fomos acampar. Logo a rapaziada crivou-me de perguntas... mas *eu, soldado velho*, contei um par de rodela, queimei campo a boche, mas não afrouxei nada de conversa; não vê!... (ChI, p. 60-63)

¹⁹⁸ Os baianos abelhudos são classificados como os inimigos, aqueles que são de fora do Rio Grande do Sul, representantes ou não do Império.

SD13 - JÁ UM ROR DE VEZES tenho dito – e provo – que *fui ordenança do meu general Bento Gonçalves. (...) A gente como eu é bicho bruto* e os graúdos não dão confiança de explicar as cousas, por isso é que eu não sei muitas delas: tenência não me faltava; mas como é que eu ia saber as de adentro dos segredos?... (DF, p. 113-117)

Aqui podemos observar um contraponto entre orgulho e humildade, pois o gaúcho conhece seu lugar diante de uma autoridade, a hierarquia é percebida e aceita como legítima, onde o mais civilizado domina o menos civilizado: ao mesmo tempo em que o humilde gaúcho serve à autoridade ele tem orgulho de ocupar esse lugar, sentindo-se valorizado em seu posto militar, pois esse posto é o lugar social que ele ocupa para demonstrar suas qualidades numa outra forma de organização social, destacar-se entre os demais. Parece que a subserviência à civilização e à hierarquia militar faz parte do imaginário sobre o gaúcho, é a forma de representá-lo como aquele que faz parte desse grupo que domina, mas enaltece sua existência centáurea.

os militares (seus pares)

SD14 - *Cada um*, firme como um tarumã; as guascas, das melhores, as garras, bem-postas, os metais, reluzindo; os fletes tosados a preceito, a cascaria aparada... e em cima de tudo, - tirante eu – *uma indiada macanuda*, capaz de bolear a perna e descascar o facão até pra Cristo, salvo seja!... (...) O *tenente* que nos comandava, relanceou os olhos como numa sufocação e berrou: - Firme! (...) - Como não?!... Desde 45, no Ponche Verde; fui eu que uma madrugada levei a vossa excelência um ofício reservado, pra sua mão própria... e tive que lanhar uns quantos *baianos abelhudos* que entenderam de me tomar o papel... (...) Numa cidade onde pousamos, o imperador foi hospedado em casa de um fulano, sujeito pesado, porém *mui gauchão*. (ChI, p. 60-65)

Pelas designações e descrições, podemos perceber que a representação de relações entre o gaúcho e os militares, seus companheiros em tempos de guerras e revoluções, é de amizade, respeito e admiração. Isso se dá porque as representações de condições de produção desse momento sócio-histórico favorecem a instituição desse sentido positivo que coloca o gaúcho ocupando uma representação de posição-sujeito no domínio militar. Trata-se, então, de um gaúcho que ocupa uma posição nas forças armadas nacionais como

cumpridor de ordens e que junto a seus pares considera-se modesto enaltecendo aos outros, valorizando a qualidade de seus companheiros em detrimento dos inimigos que enfrentam.

o gaúcho

SD15 - *Quem me ensinou a courear uma égua, a preceito, estaquear o couro, cortar, lonquear, amaciar de mordaça, o quanto, quanto...; e depois tirar os tentos, desde os mais largos até os fininhos, como cerda de porco, e menos, quem me ensinou a trançar, foi um tal Juca Picumã, um chiru já madurázio, e que tinha mãos de anjo para trabalho de guasqueiro, desde fazer um sovêu campeiro até o mais fino preparo para um recau de luxo, mestraço, que era, em armar qualquer roseta, bombas, botões e tranças de mil feitos. (...) Este índio Juca era um homem de passar, uma noite inteira comendo carne e mateando, contanto que estivesse acoc'rado em cima quase dos tições, curtindo-se na fumaça quente... Era até por causa desta catinga que chamavam-lhe – picumã. (...) E o Juca Picumã, que era o vaqueano, tomava a ponta e metia-nos por aquela enredada de galhos e cipós e lá íamos, mato adentro, roçando nos paus, afastando os espinhos e batendo a mosquitada, que nos carneava... (...) Dessa vereda o vaqueano foi pendendo para a esquerda; de repente batemos na barranca do arroio (...) (...) Num campestrezinho paramos; o capitão mandou apear, rédea na mão, tudo pronto ao primeiro grito. (CCh, p. 67-69)*

A relação do gaúcho com o outro gaúcho é tributária, ele apresenta o outro como aquele que dá o exemplo, que ensina, como fonte e reflexo de si mesmo. Para o gaúcho poder confiar em outro gaúcho é algo muito importante, mas sentir que as autoridades (militares, por exemplo) confiam no gaúcho, seja como vaqueano, seja como soldado é motivo de muito orgulho. O sucesso de um gaúcho numa determinada tarefa representa o sucesso de todo um grupo social, do qual ele é parte integrante.

o inimigo

SD 16 - ...fui eu que uma madrugada levei a vossa excelência um ofício reservado, pra sua mão própria... e tive que lanhar uns quantos *baianos abelhudos* que entenderam de me tomar o papel... (ChI, p. 62)

SD17 - *O meu padrinho era um gaúcho mui sorro e acostumado na guerra, desde o tempo das Missões, e que mesmo dormindo estava com meio ouvido, escutando, e meio olho, vendo...; mesmo ressonando não desgrudava pelo menos dois dedos dos copos da serpentina... (...) O Major Bento Gonçalves formando a cavalaria, agüentava como um taura as*

cargas do inimigo, para ir entretendo, e dar tempo a nossa gente de quadrar-se, unida. (...) *Os castelhanos*, mui arditos, logo que aqueceu o sol tocaram fogo nos macegais onde estava o carretame; o vento ajudou, e enquanto eles carcheavam a seu gosto, uma fumaça braba tapou tudo, do nosso lado!... (AV, p. 93-96)

SD18 - Ah! Se vancê visse *a indiada daquele tempo... cada gadelhudo...* Ah! Bom!... Mas, *como quera*, onde se encontrasse, a nossa gente entropilhava-se bem com a deles. E mesmo era ordem dos sup'riores. (DF, p. 114)

O gaúcho se coloca em relação de oposição com o inimigo, apresentando o outro com inferiores qualidades morais, mas igualmente forte fisicamente. Ou seja, o gaúcho enfrenta inimigos à altura de suas forças, ele enfrenta, portanto, dificuldades, e na maioria das vezes sai vencedor, demonstrando sua superioridade moral e física. Apresentar um inimigo forte e poderoso e, ainda assim, apresentar o gaúcho como vencedor da maioria das batalhas, revela mais uma especificidade do herói, enquanto ser superior que enfrenta as dificuldades, sagrando-se vencedor na maioria das vezes.

É pela análise dessas SDs selecionadas do interior dos *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, que explicitamos imagens de gaúcho representativas da posição-sujeito gaúcho-herói que habita o imaginário social de toda uma sociedade. Trata-se de um passado, um passado narrado pelo discurso ficcional que constitui também a história de um povo. Esse povo entende que a esse passado sucederam-se mudanças e transformações e que, com o desenrolar do século XX, instaurou-se uma era de abertura de possibilidades e de espaços para outras posições-sujeito gaúcho passarem a constituir a história e a ficção. É em prol da observação da instauração de nova posições-sujeito gaúcho que analisaremos SDs selecionadas da obra *Porteira Fechada*, de Cyro Martins, que apresenta imagens de gaúcho representativas da posição-sujeito gaúcho não-herói, conforme segue.

João Guedes

O romance *Porteira Fechada*, de Cyro Martins, não apresenta a personagem principal numa sessão especial ou introdutória, a apresentação se dá de forma fragmentada no interior da narrativa e aparece na voz do narrador, das outras personagens ou mesmo na voz do próprio João Guedes (o que ocorre apenas uma vez)¹⁹⁹. Em contraponto à narrativa simoniana, nos deparamos com uma personagem que não toma a palavra para narrar sua vida, pois o imaginário social no qual está inserida é habitado pela imagem de um gaúcho que em muito difere de Blau Nunes, seja pela representação das condições de produção desse discurso seja pela posição-sujeito que ocupa e é representada no interior da narrativa.

A narrativa revela, aos poucos, quadros típicos do interior do Rio Grande do Sul em pleno século XX, revelando imagens que resgatam, sob um prisma social, uma representação da história de lutas pela terra e pela sobrevivência do homem do campo, relatando a saga do gaúcho durante a primeira metade do século XX como a de um gaúcho que carrega a história de um passado sangrento e um imaginário de glórias e heroísmos; mas que, no presente, não encontra condições de representar nem o histórico nem o imaginário, muito embora não esteja alheio às representações que lhe antecedem no passado. Guedes representa o gaúcho que perde seu referente, seu lugar, sua identidade, sua voz; mas não está desvinculado da imagem do gaúcho representado por Blau. Na verdade, Guedes é representado como aquele que insistia em permanecer nas fazendas, mas já não podia mais fazer parte delas e é pela observação das redes de formulações discursivas e intradiscursivas que se constata esse efeito de sentido. É estabelecendo relações entre duas obras literárias, na verticalidade própria do processo discursivo, que se torna possível estabelecer as ligações entre esses dois momentos distintos no interior da própria narrativa (*Porteira Fechada*) – no âmbito da horizontalidade própria ao intradiscorso. Constitui-se, assim, uma rede discursiva própria ao discurso da narrativa literária gauchesca, presente, primeiramente no universo ficcional produzido por João Simões Lopes Neto e, depois, naquele produzido por Cyro Martins, que se relaciona o tempo todo com o primeiro momento.

¹⁹⁹ Isso em termos de apresentação, pois a voz de Guedes aparece, ainda que timidamente, em outras ocasiões, onde funciona como coadjuvante em diálogos corriqueiros.

Esse contraponto pode ser melhor visualizado na explicitação de duas SDs, uma que apresenta a descrição de Guedes no campo, em contraste com a sua descrição dele na cidade:

SD19 – Guedes planejava capinar nesse dia o eito de batata doce, ameaçado de invasão pelo ervaçal. E também, antes que o inverno embrabecesse, barrear o rancho, pelo menos as paredes que davam para o sul. Enfim, ocupação não faltava. Mas *felizmente ainda se achava com força para qualquer trabalho, por pesado que fosse.* (p. 17)²⁰⁰

SD20 - Nada mais fizera, naquela volteada, do que se sentar e pousar nas fazendas (...) Era mesmo um velho sorumbático, não contava ‘causos’, não fazia pagodes e *já não tinha mais forças para ajudar nas lidas do campo.*” (p. 70)

Nessas duas SDs temos que destacar a presença do item lexical *força*, que num primeiro momento atribui características próprias ao gaúcho que é homem do campo e que, portanto, tem “força para qualquer trabalho”; e, num segundo momento, lhe destitui de suas qualidades principais, pois “já não tinha mais forças para ajudar nas lidas do campo”. Temos, então, a presença de um mesmo item lexical produzindo diferentes efeitos de sentido, no interior da mesma narrativa literária, ou seja no âmbito do intradiscurso, explicitando uma forma de “ressonância intradiscursiva” (cf. Rosário, 2002). Esse é um exemplo perceptível na horizontalidade do discurso, mas a ressonância discursiva pode ser observada também no âmbito do “processo discursivo”, enquanto verticalidade. Nesse caso, trata-se do domínio discursivo que estamos analisando: o da narrativa literária gauchesca. Na saga do gaúcho desterritorializado, representada na figura de João Guedes, encontramos reminiscências da figura do gaúcho representado em Blau, num outro tempo, produzindo um efeito de “ressonância mútua que significa na verticalidade do discurso”, conforme segue:

SD 21 – Só se animavam quando um ou outro evocava uma história da vida de “dantes”. Esse “dantes”, tão freqüente na boca daqueles derrotados, parecia se referir a um período mais longínquo do que o era realmente, a uma época que pertencera a poucos, aos escolhidos pela sorte, a uma era de larguezas inacreditáveis, de abundância, de bravura, de vitórias, vivida por homens guapos! (p. 63)

²⁰⁰ O grifo é nosso.

Nessa SD percebe-se que mesmo sob uma conjuntura adversa - representada em *Porteira Fechada* - há um espaço de emergência para o referencial – posto em *Contos Gauchescos* -, para o gaúcho heróico de outros tempos, que constitui a verticalidade do discurso literário, mesmo que seja pela forma nostálgica da lembrança do que já não existe mais. Importa explicitar, nesse momento, que, quando tratamos da verticalidade discursiva, estamos entendendo que essa verticalidade é própria do “processo discursivo”, levando em conta que na verticalidade do processo discursivo encontramos um conjunto de formulações tão desniveladas quanto àquelas próprias ao âmbito do interdiscurso – que também está no âmbito da verticalidade - mas que são constitutivas de um determinado domínio discursivo, funcionando, portanto, sobre um eixo próprio, conforme teoriza Rosário (2002) a propósito do discurso jornalístico-político.

A partir desses dois exemplos, podemos dizer que estamos diante de um discurso que se constitui a partir de “redes de formulações” que podem aparecer no intradiscurso – na horizontalidade própria de uma obra literária - ou no processo discursivo que põe em relação diferentes obras literárias – na verticalidade própria do discurso literário.

Nesse discurso, então, emerge a diferença no interior do mesmo, quando se repete um item lexical e se transforma o efeito de sentido que ele produz; bem como quando o “velho” vem constituir outros sentidos no interior do “novo”, como é o caso das “larguezas inacreditáveis”, da era de “abundância”, de “bravura”, de “vitórias”, que sob uma conjuntura adversa alavancam a dor e o sofrimento, representados na imagem de Guedes.

Vale também explicitar uma outra SD de *Porteira Fechada* que se relaciona com uma SD constitutiva da apresentação de Blau Nunes (que não foi analisada), a título de explicitação do processo de constituição de uma rede discursiva própria ao domínio do discurso da narrativa literária gauchesca, que coloca no mesmo processo discursivo as duas materialidades em questão. Eis a formulação: “*Fazia-me ele a impressão de um perene tarumã verdejante, rijo para o machado e para o raio, e abrigando dentro do tronco cernoso enxames de abelhas, nos galhos ninhos de pombas...*” (Contos Gauchescos, 1997, p. 12), o que compara o gaúcho a uma árvore forte, frondosa, de firmeza inigualável que suporta a fúria do raio e das abelhas sem se deixar abater e, ao mesmo tempo, traz em seus galhos os ninhos de pombas que simbolizam a paz e a liberdade, em plena reprodução. Em

Porteira Fechada, temos também uma comparação de Guedes com a árvore conforme segue:

SD22 – o gaúcho assemelhava-se a uma árvore velha meio desenraizada por uma tormenta. (p. 23)

Essa SD revela a situação de Guedes logo após saber que estava expulso do campo, que não era mais bem-vindo na terra que acreditava ser sua. Trata-se ainda do gaúcho comparado a uma árvore, mas sob condições adversas a árvore também é outra; ocorre aqui, então uma parafraseagem metafórica sobre imagem do gaúcho comparado a uma árvore no discurso ficcional, que pode produzir diferentes efeitos de sentido. Ocorre, sem dúvida, a recorrência ao mesmo referente: a árvore. Repete-se o item lexical, mas o efeito de sentido que se produz é outro.

A apresentação de João Guedes não obedece à ordem cronológica ou espacial em que os fatos ocorreram; é como um caleidoscópio em que se juntam e se separam imagens recortadas de diferentes lugares, constituindo fragmentos móveis de discurso que ora formam uma imagem do gaúcho ora formam outra. Tanto as designações quanto as descrições são da ordem do movimento, onde os sentidos se modificam e vão configurando uma imagem do gaúcho que não é aquela representada em Blau, mas que é também imagem do gaúcho. Assim, podemos identificar movimentos de paráfrase que reiteram sentidos (sinonímia) e que transformam sentidos (metáforas) que estão instalados no interior da representação de FD gaúcha e trazem à tona a representação de uma posição-sujeito diferente da de Blau, mas configurando sempre uma rede discursiva de formulações que podem estar inscritas no âmbito do discurso ou do intradiscurso.

Na verdade, a primeira alusão feita ao nome de João Guedes se dá pelo anúncio de sua morte na voz de uma personagem secundária, na seguinte seqüência discursiva:

SD23 - Que horror, meu velho, acharam *o compadre Guedes morto*, lá na beira da sanga! (p. 13)²⁰¹

Essa primeira alusão evoca o nome de família Guedes, optando pela não-individualização do sujeito, o que simplifica a designação e refere o sujeito como um pai de família (o que ele de fato era), mas, além disso, o nome de família generaliza sua condição

²⁰¹ Grifo nosso.

com as demais personagens dessa história, pois ele é visto aqui como um representante de todos os pais de família que podem ser Guedes, da Silva ou dos Santos, as condições de vida (e de morte!), ali representadas, são as mesmas. Esse tipo de generalização o aproxima dos demais e é reiterada pela referência íntima e afetuosa que faz de Guedes “o compadre”. Ao ser denominado compadre estreitam-se as relações entre as personagens que falam de Guedes, há uma sensibilização geral, ele é visto como um amigo, um companheiro, alguém com quem todos compartilham o destino, esse alguém é representado como aquele que não suportou a pressão social e psicológica e buscou uma saída no suicídio. Esse é um contraponto importante que se estabelece entre Blau e Guedes, pois enquanto Blau é mencionado quase como um monumento vivo, um representante de gaúcho com quase 90 anos de vida (em perfeitas condições físicas e psicológicas), Guedes é um homem razoavelmente jovem que não consegue manter-se vivo em condições tão adversas, Guedes é relacionado à fraqueza física e psicológica, enquanto resultado da desterritorialização do gaúcho; enfim, é a representação simbólica da morte do gaúcho, enquanto mito.

A primeira descrição que traz à tona a imagem do gaúcho, propriamente, aparece no segundo capítulo, a partir da designação com nome e sobrenome: João Guedes. Isso se dá na voz do narrador:

SD24 - João Guedes, um dos assíduos freqüentadores do boliche do capitão, *mudara-se da campanha havia três anos. Três anos de pobreza bastaram para o degradar. Ao morrer não tinha vintém nos bolsos e fazia dois meses que saíra da cadeia, onde estivera preso por roubo de ovelha (p. 16)*²⁰²

Nesse capítulo tem início um retrospecto da vida de Guedes, constituído por flaches que alternam vida e morte, passado e presente, campo e cidade, herói e anti-herói, mitificação e desmitificação. Tais contrapontos o colocam sempre em relação à imagem de gaúcho representada em Blau Nunes, conforme veremos.

Essa apresentação da personagem recupera o nome completo, numa tentativa secundária de individualização do sujeito: João Guedes, que não é mais o compadre Guedes que está morto, nem é o João Ninguém, um homem sem nome, isto é, ele não é um qualquer. Trata-se de João Guedes, “freguês assíduo” de um boliche de periferia, o que

²⁰² Grifo nosso.

aponta para a possibilidade de se estar tratando de um homem viciado em bebidas alcoólicas. Ou seja, a primeira descrição de João Guedes aponta para um sujeito que está à margem do socialmente admissível, tratando-o como um bêbado, uma vítima das condições de vida da cidade, do seu próprio destino, o que é reafirmado várias vezes no desenvolvimento da narrativa. Essa é a descrição do tempo presente que está, desde o princípio, ligada às descrições que remetem ao passado, o que se dá pelo enunciado “mudara-se da campanha havia três anos”, o que é anterior a esses três anos de cidade é diferente, é um passado vivido no campo e com frequência nos remeterá ao tempo de glórias (aquele representado em Blau Nunes).

O narrador resume estes três anos de cidade em: “Três anos de pobreza na cidade bastaram para o degradar”, quando um passado recente se transforma em condição de produção do presente, um presente que estabelece relações entre os novos elementos constitutivos dessa representação de sujeito, tais como: cidade/pobreza/degradação; isso está em oposição aos elementos que faziam parte do imaginário de passado de glórias: campo/riqueza/heroísmo, o que é reconhecido na imagem de Blau. Assim, constatamos que o discurso literário produzido em meados do século XX mantém relações diretas com o imaginário social gerado e instituído pelo discurso literário do início do século, fazendo referências sempre a esse passado, já não se relacionando com o passado veiculado pelo discurso histórico, com o qual a narrativa simoniana se relaciona. Essa constatação nos conduz a analisar a representação de posição-sujeito de gaúcho de Guedes sempre posta em relação com a representação de posição-sujeito de gaúcho de Blau, o que afasta os referenciais históricos de passado e mantém cada vez mais a desmitificação da imagem de gaúcho no âmbito do imaginário. Assim, a interferência do discurso histórico na narrativa de Cyro Martins se dá muito mais no tempo presente, como aquele que fornece as condições de produção do discurso ficcional e, conseqüentemente, de reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho.

O quadro de oposições vai se explicitando no decorrer da narrativa e uma das oposições que aparece com bastante frequência, reiterada e parafraseada, é a que se estabelece entre campo e cidade. A cidade é representada como o elemento capaz de degradar o sujeito ao extremo, não deixando opção nenhuma de reconstrução identitária ao homem do campo, tal como é representado nesse discurso. A vida na cidade faz de Guedes

um homem desprovido de qualquer resquício de dignidade, fazendo dele um homem desprovido de recursos materiais e de esperanças de um futuro melhor. É como se esse tempo de degradação do sujeito apagasse de seu discurso qualquer possibilidade de futuro, fazendo de sua subjetivação algo interdito, algo que o aflige e só se encerra com a morte.

A imagem de João Guedes, desde o início da narrativa, é representativa de todo um grupo social que perdeu seu espaço no campo e se amontoa nas cidades, gente que veio para a cidade antes e depois dele. Essa representação fica bem explícita quando o narrador compara a história de Guedes com a de outros gaúchos:

*SD 25 - A história de sua desgraça se confunde com a da maioria dos que povoam a aldeia de Boa Ventura, uma cidadezinha distante, triste e precocemente envelhecida, situada nos confins da fronteira do Brasil com o Uruguai (p. 16)*²⁰³

Guedes agora é referido pela “história de sua desgraça”. Ele deixou para trás sua história de vida, de vida campeira de gaúcho, pois não se trata mais de uma história de vida, mas sim da história de sua desgraça, que é dele, mas que poderia ser de qualquer um, ela se confunde com a dos outros gaúchos que ao saírem do campo não encontraram outro lugar ou outras condições de sobrevivência. Todo o grupo de gaúchos aqui é parafraseado por “a maioria dos que povoam a aldeia de Boa Ventura”, a partir do que se recupera uma gama de sentidos que fazem parte do passado no campo e que se re-significa no tempo presente da vida na cidade. O campo, aqui mencionado, pode ser identificado com a região do pampa rio-grandense, pois a própria cidade fictícia fica “situada nos confins da fronteira do Brasil com o Uruguai”. Se tomarmos como referência o gaúcho mitológico representado em Blau Nunes e o cenário onde são narrados os seus casos, podemos identificar a paráfrase na forma de metáfora, retomando os elementos externos, mas transformando os sentidos. Trata-se ainda do “pampa”, que agora tem zona urbana; que é região fronteira, mas com condições de sobrevivência muito precárias; região essa muito próxima e, ao mesmo tempo, tão distante da zona rural, marcada historicamente como cenário de guerras e revoluções, onde o gaúcho fez história de vida e agora faz história de desgraça. Essa referência espacial não é casual, pois trata-se de uma região que foi palco de inúmeras batalhas pela demarcação das fronteiras, espaço onde a representação de posição-sujeito de Blau recupera

²⁰³ Grifo nosso.

fatos heróicos e mitológicos, no qual o gaúcho se destaca pela sua bravura; isso reforça a metáfora explicitando a relação de contraponto entre o mito e o não-mito, entre o campo e a cidade.

Payer (2001), ao observar a produção discursiva da cidade sobre o campo no discurso da mídia, identifica aspectos estruturais que podem ser analisados na constituição de uma posição discursiva determinada. Dentre estes aspectos merece destaque a reincidência de “avaliações só positivas ou só negativas, tanto sobre o campo quanto sobre a cidade” (p. 165), sendo que isso se estende para outros discursos, como é o caso do discurso literário em questão. É fato que o discurso sobre o gaúcho que apresenta a imagem de Guedes como reveladora da clara oposição entre campo e cidade, como dois universos distantes: o campo como o lugar das glórias e a cidade como o lugar da degradação. Isso aparece como uma evidência, tanto no tocante à questão espacial quanto no tocante à questão temporal, na qual se opõe o passado – associado à vida no campo – e o presente – associado à vida na cidade. Trata-se de um efeito de sentido evidente produzido pelo discurso sobre o gaúcho, um discurso produzido fora do campo, pois, conforme explicitamos, o gaúcho é falado pelo outro, o escritor que vai denominá-lo homem do campo, o que não significa que ele se denominaria dessa forma. De fato, as análises estão nos mostrando que estamos tratando de um imaginário social criado de fora para dentro e o seu funcionamento está garantido muito mais no espaço urbano do que no espaço rural, onde os sentidos vão se transformando.

Boa Ventura é uma cidade fictícia representada por um nome próprio que, ironicamente, recupera, via senso comum, tudo o que poderia haver de bom num recomeço de vida como é o caso de todo o homem do campo que vem para a cidade. Mas, nesse contexto, constitui-se como um nome que não tem memória, é um nome que contribui para o apagamento do que é anterior a essa “aventura” ou “ventura” na qual o homem do campo incursiona ao vir “povoar” a cidade. O gaúcho vem povoar a cidade, ocupá-la, mas isso não significa que ele faça dessa ocupação algo “venturoso”, ou que faça da cidade o seu novo lar, a sua residência. A representação que temos nesse discurso é de que a família do gaúcho mora ali, mas ele continua resistindo às condições de produção, continua sendo o gaúcho vinculado às coisas do campo, pois essa representação de posição-sujeito de Guedes revela uma imagem de gaúcho que tem seu universo discursivo de referência situado no

campo, naquele campo imaginário, pleno de realizações heróicas, e é lá que ele se posiciona. Na verdade, esse gaúcho ocupa o lugar que lhe é possível ocupar fisicamente, mas quando se trata da passagem do físico para o simbólico, as coisas se tornam mais complicadas, parece que está tudo fora de lugar, por isso é tão difícil a discursivização. Isso pode ser observado na subjetivação de Guedes e na sua produção discursiva que será apresentada ainda nessa sessão de análises.

No imaginário social que se produziu sobre o gaúcho, o lugar destinado a ele é o campo e tão somente o campo. Nesse imaginário, a vida do gaúcho está diretamente vinculada às relações de trabalho e de amizade com seus pares, é o universo de guerras e batalhas que fazem dele um mito; é o trabalho nas estâncias que constrói seus valores, que edifica seus sonhos, que constitui sua subjetividade. Ao ser expulso desse lugar, que é dado como seu, vê-se obrigado a andar rumo à cidade: o espaço virtualmente possível. No entanto, a cidade constitui-se como um lugar vazio de significações, ela assusta, desestrutura o imaginário que prevalecera por tanto tempo. O homem urbano também não sabe lidar com isso e, ao ver o homem rural vindo para a cidade, desconstrói-se o imaginário social que imperava até então. Essa desestabilização de sentidos que pareciam cristalizados leva o homem urbano a, novamente, reinventar a imagem de gaúcho, o que pode ser percebido na representação de posição-sujeito de Guedes.

Para o homem urbano - que podemos denominar “gaúcho urbano”, pois em meados do século XX, quando foi produzido o romance em questão, a designação gaúcho já funcionava como aquela que designa todos os habitantes do Rio Grande do Sul – o homem rural é vítima da sociedade capitalista e ao vir para a cidade só encontra o caos. Assim, sob o prisma do gaúcho urbano, a posição-sujeito de gaúcho (rural), representada em Guedes, não se identifica com os elementos próprios da urbanidade, ele não consegue subjetivar-se no momento em que está des-territorializado. É como se João Guedes não conseguisse adentrar o universo simbólico e discursivo da cidade. A mudança das condições sócio-históricas de produção do discurso representada como o que interfere diretamente na constituição do sujeito e dos sentidos, ou seja, estando sob condições adversas não há um posicionamento do sujeito, ele sofre um bloqueio e não se subjetiva, calando-se diante do diferente, assim, ele passa a ser falado pelo outro (pelo gaúcho urbano que assume a função discursiva da autoria da obra literária).

É interessante observar como há uma mudança na ordem própria da mobilidade de fronteiras que são espaciais, mas que mexem com toda a constituição do imaginário social sobre o gaúcho. Trata-se da passagem das fronteiras visíveis (cercas e aramados que repartem o pampa) para as invisíveis (que separam o rural do urbano), sendo que estas últimas operam mudanças mais profundas porque têm seu funcionamento garantido na ordem do simbólico. Não há cercas nem muros que separem o espaço do campo e o espaço da cidade, essas fronteiras estão mais ou menos pré-estabelecidas, mas são móveis, podendo ser recortadas ou dilatadas conforme a constituição de cada região. Ainda assim, essas fronteiras são simbolicamente reconhecidas, rural e urbano não se confundem nem se misturam em sua essência ou em seus referentes.

É essa fronteira invisível, essencialmente simbólica, tal como é representada no discurso literário em questão, que impede o homem do campo de pertencer à cidade, de subjetivar-se nesse lugar, de produzir discursos, de constituir-se como sujeito. No entanto, há uma ressalva importante a destacar: a fronteira invisível que separa o campo e a cidade, por ser da ordem do simbólico não é tão densa e nem tão compacta como pretendia ser, ela é suscetível de falhas. Assim, é possível perceber que, entre o campo e a cidade, existem furos, vãos de passagem, onde o sujeito circula de forma bem particular e até de modo inconsciente, onde ele pode até vir a fundar um outro espaço que não é só do campo e nem só da cidade. As representações de gaúcho (seja ele urbano ou rural) se dão num espaço discursivo (literário ou não) repleto de furos, onde se articulam de forma irregular o passado e o presente, os saberes próprios do campo e os próprios da cidade, onde o processo de des-territorialização, ao ser re-significado pelos sujeitos, pode desencadear um processo de re-territorialização. É interessante observar que, pelo discurso histórico, conhecemos a representação de um gaúcho que sempre viveu em condição de des-territorialização, uma condição que o discurso literário fez questão de reinventar no âmbito do imaginário, colocando isso como uma opção do herói, do mito; o que é revelado na representação de posição-sujeito de Blau Nunes. Mas essa reinvenção também já foi modificada, e a des-territorialização apagada ressurgiu com toda a força, como ocorre com a representação de posição-sujeito de João Guedes que é o sem-terra que vai para a cidade, porque no campo não há mais lugar para ele. Os sentidos se transformam, mas não desaparecem, podendo sempre retornar, re-significar as práticas discursivas. O imaginário

social representado em Guedes é o da des-territorialização, da insegurança, do temor diante do desconhecido, do não-lugar, da ausência da voz, do desmantelamento da identidade que lhe era própria (mesmo que imaginariamente). Guedes representa a PS2, de que falávamos na sessão de análise das formas de subjetivação, mas ele é apresentado como aquele que não consegue se conformar com sua situação, que não aceita a expulsão da terra, a perda do cavalo e ainda se imagina gaúcho, ligado fortemente às coisas do pampa.

Blau Nunes e João Guedes habitam o imaginário social sobre o gaúcho, cada um em seu tempo e lugar, representando as diferentes posições-sujeito que constituem a representação literária de FD gaúcha na qual se inscreve Blau Nunes e o próprio João Guedes, sobressaindo-se no espaço discursivo da ficção também os atravessamentos de saberes advindos de outras representações de FDs. Estes saberes, advindos do interdiscurso, vêm alimentar a constituição da imagem do mito e do não-mito. Isso pode ser observado na constituição de Blau e de Guedes: o primeiro teve suas características heróicas revigoradas pelos saberes de FDs (tais como a indígena e a militar); e o segundo, ao sofrer interferência de saberes advindos de FDs urbanas, teve reforçado seu estado de degradação, exemplo disso é a contribuição do “boliche do capitão”, estabelecimento de um ex-militar, também degradado pela vida na cidade, desviado de função. Assim, temos a intervenção de saberes advindos da FD militar no discurso sobre o gaúcho Guedes, mas o efeito de sentido que se produz agora é bastante diferente do que se produziu em Blau. O movimento discursivo é o mesmo, mas o resultado é diferente; no primeiro caso, a FD militar contribui para a instauração da mítica do gaúcho; e, no segundo caso, o que advém da FD militar contribui para a degradação moral de Guedes, nos conduzindo à observação da desmitificação da imagem do gaúcho no discurso da narrativa literária gauchesca.

A FD gaúcha, tal como é representada nesse discurso, sofre interferência de saberes outros que não advêm simplesmente dessa ou daquela FD que constitui as práticas discursivas da cidade, porque a cidade é muito mais do que isso, ela extrapola os limites próprios às representações de FDs; ela é um espaço repleto de práticas interdiscursivas, um lugar que aceita as contradições como constitutivas de sentido. A cidade aparece representada como o lugar que abriga com naturalidade o diferente, recebendo diferentes sujeitos que carregam diferentes memórias discursivas, todas jogadas para o interdiscurso

de onde podem ressurgir a qualquer momento, conforme a invocação do sujeito, ali representado.

A representação de universo social e discursivo do gaúcho, produzida pela ficção em análise, apresenta o gaúcho como um ser estabilizado em sua vida no campo; e, só bem mais tarde, passa a reconhecer a existência de um gaúcho pobre e sem-terra que vai para a cidade, desencadeando uma re-configuração do imaginário sobre o gaúcho. Quando se rompe o que estava pré-estabelecido entrecruzam-se imaginários desestabilizados, numa forma irregular de re-configuração. São postos em relação, então, o imaginário social que o homem urbano tem sobre o homem do campo; sobre o próprio campo; sobre as relações do homem do campo com o campo; sobre as relações do homem do campo com a cidade; sobre as relações do homem do campo com o homem urbano; etc.. Isso forma uma rede de representações que, aos poucos, vai produzindo a imagem do não-mito gaúcho que conhecemos atualmente, mas que não apaga a imagem do mito que se produziu anteriormente.

Assim, voltando ao romance de Cyro Martins, podemos dizer que, cronologicamente, a narrativa tem início com o encontro entre Guedes e um grande estancieiro da região da campanha rio-grandense que teria adquirido as terras em que João Guedes trabalhava como arrendatário há anos, trata-se de Julio Bica que faz uma visita ao gaúcho para dizer-lhe secamente:

SD26 - Então, já sabe que lhe botei pra fora daqui? (p. 18)

Esse enunciado funciona como desencadeador de toda a trama narrativa, ele é o complicador da situação pacífica em que vivia Guedes; e é este enunciado que representa o xeque-mate do jogo de relações entre patrões e empregados na área rural. Havia uma relação imaginária de igualdade e cavalheirismo entre estancieiros e arrendatários, e isso aparece no discurso literário que veicula a imagem do mito gaúcho. Mas, ao ser “posto pra fora”, Guedes recupera a condição de sem-terra do gaúcho - uma condição interdita imaginária e discursivamente durante muito tempo -, revelando uma face plena em oposições que também constitui as relações sociais entre estancieiro e peão, que pode ser

resumida na forma de oposição mais indissolúvel que a nossa sociedade capitalista conhece: a de proprietário x a de não-proprietário. A posição de proprietário está vinculada ao poder econômico, social e político, o que legitima o ato de expulsar o não-proprietário. Podemos observar o efeito de certeza e convicção, produzido pelas palavras do estancieiro que dá a notícia da expulsão ao gaúcho indagando-o, como se isso já fosse coisa do passado, fato consumado, somente o gaúcho não sabia disso ainda. Esse enunciado faz vir à tona a condição de proprietário do estancieiro, até então silenciada pelas relações trabalhistas vigentes no imaginário gaúcho; essa condição modifica o sentido da designação “arrendatário”, que até então poderia ser parafraseada por designações do tipo “agregado”, “posteiro”, “peão parador”, etc.

O arrendatário, no senso comum, é aquele homem que constitui uma modalidade de inquilinato próprio da zona rural, ele aluga e usufrui uma propriedade ou parte dela, “aquele que toma de arrendamento” (Holanda, 1986, p. 172). Esse sistema era bastante comum no início do século XX, pois o arrendatário cuidava das terras do estancieiro e ainda lhe oferecia algum pagamento fosse em dinheiro, ou em gado ou em mão-de-obra; mas, em geral, o gaúcho arrendatário era designado também como agregado ou posteiro.

O agregado é mais especificamente definido no vocabulário regionalista como “pessoa pobre que se estabelece em terras alheias, com autorização do respectivo dono, sem pagar arrendamento, mas com determinadas obrigações” (Nunes, 1984, p. 21), ou seja, o gaúcho é qualificado como “pessoa pobre”, alguém que não paga em dinheiro vivo pelo arrendamento, mas paga com seu trabalho e com sua fidelidade a toda prova, pois trabalha para o estancieiro em troca de um lugar para morar, cuidando do gado, ajudando em todo o tipo de serviço do campo e, sobretudo, defende as fronteiras da estância como quem defende o que é seu de verdade. Ao expulsar Guedes, João Bica utiliza-se de várias justificativas, sendo que uma delas está explicitada na seguinte SD:

SD27 - Além disso, *posteiro não se usava mais*. (p. 20)

O *posteiro* é uma modalidade de agregado que tem funções bem específicas, pois “mora geralmente nos limites dos campos, o qual é incumbido de zelar pelas cercas, cuidar

do gado, não permitir invasão de estranhos” (Nunes, 1984, p. 392). Até o momento em que a expulsão do gaúcho da terra passa a fazer parte do imaginário social sobre o gaúcho, a designação *posteiro* conotava homem trabalhador, digno, fiel, defensor da propriedade do patrão contra qualquer tipo de invasor; mas, depois da expulsão, o *posteiro* passa a integrar o grupo dos que estão fora da propriedade e, portanto, ele passa a ser visto como um invasor em potencial, a designação agrega sentidos outros. O item lexical *posteiro*, mantém-se inalterado em sua grafia e pronúncia, mas se metamorfoseia em sua significação; pois o *posteiro* que antes era um aliado, agora é tido como um inimigo em potencial e, portanto, não é mais bem-vindo no campo. Se o *posteiro* insistir em ficar, será tratado como invasor²⁰⁴, sendo que o poder econômico garante ao proprietário da terra o direito de expulsá-lo à força de seus domínios. Mas quem garante o direito a uma vida digna ao homem do campo que serviu o estancieiro durante toda a sua vida? Quem garante o seu direito ao trabalho e à moradia? Quem garante sua identidade de homem do campo?

O enunciado que expulsa Guedes, apresentado na voz de Júlio Bica, o novo proprietário da terra, funciona como desencadeador do processo de desmoronamento da identidade de gaúcho representada na personagem de Guedes, assim descrito pelo narrador:

SD28 – Enrolou o cigarro lentamente, *vendo tudo nublado dentro e fora de si*. Nunca fora desses que gostam de andar com a tarecama de um lado para o outro. Mesmo quando solteiro, *sempre fez questão de ser peão parador*. E agora, ter que se botar na estrada, de repente, naquela altura da vida! Que rumo tomar? (p. 21)²⁰⁵

Ao ser representado como aquele que está “vendo tudo nublado dentro e fora de si”, Guedes representa o sentimento de perda do seu lugar, de confusão interior, de perda de sua identidade. Ele já não era o gaúcho dos campos indivisos do RS (o que era representado em Blau), mas ele vivia no campo e ali estava “aquerenciado”: esse era o seu lugar, onde “sempre fez questão de ser peão parador”.

É o processo de expulsão do homem do campo, representado no discurso literário em questão, que funciona como desencadeador da parafraseagem metafórica que ocorre com

²⁰⁴ Ver um exemplo disso no romance *Estrada nova*, do Cyro Martins.

²⁰⁵ Grifo nosso.

a designação *posteiro* no interior desse domínio discursivo. A ficção mostra o estancieiro como aquele que faz uso de seu poder econômico e expulsa o gaúcho do campo que diz lhe pertencer, produzindo sentidos outros sobre a designação de *arrendatário/agregado/posteiro/peão parador* tais como: *intruso, invasor, homem sem recursos, alguém que ocupa uma terra que não lhe pertence*; com essa transformação de sentidos sobre designações tão corriqueiras, é roubado do gaúcho o direito a uma identidade própria. As relações opositivas entre o estancieiro e o gaúcho produzem uma outra imagem de gaúcho que passará a habitar o imaginário de toda nossa sociedade. Isso pode ser visualizado nos recortes discursivos que seguem:

SD29 – [ESTANCIEIRO] - Júlio Bica era *um dos fazendeiros mais fortes do município* e homem muito falado. Vinha se expandindo assombrosamente nos últimos tempos, a ponto de dobrar a extensão do campo em pouco mais de dois anos. Sendo *moço e ambicioso*, imaginava-se aonde poderia chegar se continuasse nesse tranco. (p. 18)

SD30 – [GAÚCHO] - Guedes aturdiu-se com a nova, ficando a bolapé na conversa. De tantos anos que morava ali, *quase se esquecera que aquele pedacinho de campo não lhe pertencia, que ele não passava dum simples arrendatário*. (p. 18)

SD31 – [ESTANCIEIRO] - (...) sentimentalismos não abalariam em nada o seu plano: *forçar o arrendatário a desocupar o campo o quanto antes*. (p. 19)

SD32 – [GAÚCHO] - Estava tão *aquerenciado* naquele lugar, que nem sabia de que jeito haveria de montar a cavalo e sair pelo mundo a campear *morada nova*. (p. 19)

SD33 – [ESTANCIEIRO X GAÚCHO = CAMPO E GADO](...) [o fazendeiro sabia que o gaúcho] não cederia o lugar a ninguém. Para isso dispunha dum argumento poderoso, que todos respeitam na campanha, ricos e pobres; aquele campo seria incluído na internada de boi! E internada de boi se respeita, porque esse bicho é delicado, não engorda com barulho, com trânsito... Além disso, *posteiro não se usava mais*. Pra

quê? Uma estância como a sua, toda tapada²⁰⁶, marchava linda com três ou quatro *peões*. E isso mesmo porque era caprichoso, gostava de tudo bem arreglado. A rigor, até dois *mensuais* bastavam. (p. 20)

Essas seqüências discursivas explicitam a representação literária da relação de oposição entre dominante (fazendeiro) e dominado (gaúcho), na qual o primeiro manda e o segundo obedece. Tais seqüências também contribuem para a apresentação e caracterização de João Guedes que é posto em relação com o outro, e é essa relação de alteridade que desencadeia todo o processo de re-configuração da imagem do gaúcho *no movimento do estar dentro e do estar fora do campo*. Trata-se de um processo de alteridade em pleno desenvolvimento que substitui aos poucos a relação de identidade que havia entre o fazendeiro e o gaúcho nos tempos de glória representados na figura de Blau Nunes. A partir da imagem de Blau, podemos reconstituir todo o imaginário social que instituído no início do século XX, recuperando os séculos de batalhas sangrentas sob a roupagem de tempos de heroísmo e de identificação plena entre fazendeiros e gaúchos; já a imagem de Guedes nos remete à representação de um rompimento dessa relação de identificação plena, quando um sujeito altera a constituição do outro, pois o estancieiro expulsa o peão da terra. Esse ato de expulsão faz desmoronar todo o imaginário social que existia até então, desencadeando todo um processo de reinvenção do imaginário sobre o gaúcho, a partir do qual alguns sentidos são esquecidos, outros são re-atualizados e outros, novos, ainda, passem a se agregar às designações que revelam a representação de gaúcho no discurso literário.

Esse processo de alteridade, representado como tal no discurso literário em questão, pode ser melhor observado se explorarmos cada uma dessas seqüências discursivas onde se alternam a posição do fazendeiro e do gaúcho, num movimento de re-configuração da imagem de um e de outro.

Na primeira seqüência, temos a descrição do estancieiro, que é visto a partir do poder econômico que ele detém, seus interesses particulares e sua capacidade de passar por cima de qualquer valor moral ou sentimental para conseguir mais terra. Ao ressaltar as características de superioridade do proprietário da terra, a narrativa acentua a condição de vítima do gaúcho, ali representado. A personagem de Júlio Bica representa a classe social

²⁰⁶ Toda cercada e bem cercada em oposição ao passado de campos indivisos, sem cercas ou aramados.

dos poderosos ruralistas que varreram os campos do Rio Grande do Sul, expulsando os trabalhadores, ampliando seus domínios territoriais e povoando os campos com gado bovino. O resgate desse fato histórico, embora tardio, revela a representação literária de uma condição social de marginalização do gaúcho que advém dos tempos primordiais, conforme constatamos no cruzamento desses discursos (da história e da ficção).

Na segunda seqüência, aparece o contraponto à apresentação do fazendeiro com a descrição da reação de Guedes ao contato com o outro. Num primeiro momento, sua reação é de alguém que não entende o que está acontecendo, o que gera uma confusão mental, misturando sentimentos e valores que estavam enraizados naquele pedaço de chão, valores que agora estão em suspenso. Mas, num segundo momento, Guedes aparece representado como sujeito que se depara com a dura realidade: aquela terra não lhe pertence, nunca lhe pertencera e agora ele está sendo expulso dali. O tempo aparece como o elemento que solidifica a relação do homem com a terra, sendo que no imaginário representado em Guedes essa relação tinha dimensões praticamente naturais, levando-o a esquecer sua condição de não-proprietário ou de simples arrendatário. O outro funciona, nessa representação, como aquele que explicita essa relação entre patrão e empregado, entre superiores e subalternos, entre o proprietário e o não-proprietário.

Na terceira seqüência, percebemos a representação de um resquício de solidariedade do estancieiro para com o gaúcho, algo que remontaria a tempos passados quando as relações de trabalho edificavam-se sob um imaginário de igualdade, mas isso logo é apagado pela necessidade de poder. Isso se dá pela necessidade de recuperação do referente que está posto discursivamente e instituído no imaginário coletivo, um referente que lhe precede na cadeia discursiva. O estancieiro é representado como aquele que enxota o gaúcho em nome de sua ambição, usando seu poder econômico para “forçar” a saída do gaúcho do campo, numa tentativa de extinguir de seus domínios a classe de “arrendatário”, que fôra um trabalhador a serviço da estância e que agora não passa de alguém que “ocupa” um espaço sobre o qual não tem direito algum. O proprietário tem pressa, não se importa com o outro, descarta-se dele simplesmente.

A quarta seqüência mostra uma representação de posição-sujeito gaúcho pela imagem de Guedes que está tomado pelo sentimento simples de quem trabalha na terra e

deposita nela todas as suas esperanças, reiterando a importância do elemento terra na constituição do sujeito, onde a questão espacial ganha grande proporção. O fato de Guedes estar “aquereciado”²⁰⁷ nos remete a uma equiparação com o animal (bovino ou equino) que vive no campo, pois esse adjetivo de uso regional remete inicialmente ao animal que está “acostumado a viver em determinado lugar” (Nunes, 1984, p. 38), o que é posteriormente estendido às pessoas que são tomadas por este sentimento. É importante salientar que ao equiparmos o gaúcho a um animal não estamos comparando-o com um animal, mas sim tentando explorar a sua constituição enquanto representação de posição-sujeito que tem um referente calcado na imagem mitológica do “Centauro dos Pampas”, pois sua metade animal é que o une com tanta força a terra, não se tratando apenas de uma união física entre cavaleiro e cavalo no campo, mas também de uma união que adentra a instância do simbólico, é uma forma bem própria de ver o mundo, quando as duas partes fazem parte daquele ambiente e só se constituem naquele lugar que lhes é próprio. Ao ser desligado da terra, a representação de posição-sujeito de gaúcho perde o seu referencial de lugar e em Guedes está representada a perda da ilusão constitutiva do sujeito, colocando-o à deriva da produção discursiva, enfim, ele é representado calado, dito pelo outro. Isso é reiterado pelo enunciado “nem sabia de que jeito haveria de montar a cavalo e sair pelo mundo a campear morada nova”. Montar a cavalo é constituir a imagem do centauro, mas o centauro existe naquele lugar, como constituí-lo fora dali? Como o centauro poderia sair à procura de um outro lugar? Aquele lugar é o seu lugar, é ali que ele se constitui, a perda espacial faz desmoronar a imagem do “Centauro dos Pampas”, tendo início ali uma crise identitária que se implanta no núcleo da imagem de gaúcho mitológico, conhecida até então como predominante.

A quinta seqüência explicita as relações entre estancieiros e gaúchos, recuperando os posicionamentos apresentados nas seqüências anteriores como uma forma de fechamento, onde se explicita a argumentação que prevalece no discurso. Nessa seqüência observamos que, num primeiro momento, aparecem destacados os pontos até onde se aproximam e a partir de onde se distanciam estancieiros e gaúchos; e, num segundo momento, aparecem as justificativas do estancieiro para o rompimento das relações cordiais e trabalhistas que existiam até a expulsão providenciada por ele; conforme segue.

²⁰⁷ Vocábulo advindo do espanhol platino.

O primeiro ponto é o de distanciamento entre o fazendeiro e o gaúcho, pois o proprietário aparece representado como aquele que está determinado a não ter mais ninguém sobre suas terras, opondo claramente sua posição de proprietário a de não-proprietário do gaúcho. O segundo ponto aproxima estancieiros e gaúchos sob a égide do “argumento poderoso” que é a criação de gado, algo que “todos respeitam na campanha, ricos e pobres”. O boi está acima de qualquer coisa - “porque esse bicho é delicado, não engorda com barulho, com trânsito...” - até mesmo do ser humano. Os estancieiros representados como os “ricos” e os gaúchos representados como os “pobres”; sob o ponto de vista dos primeiros, os últimos respeitam e cedem o seu lugar aos bois, mas qual seria o posicionamento do gaúcho se lhe fosse facultado o direito de opinar?

A representação de posição-sujeito do estancieiro revela uma forma de inconformidade com a realidade que a ele se apresenta, ele tem de convencer o gaúcho a sair de sua propriedade e convencer a si mesmo de que está fazendo a coisa certa. Essa representação justifica sua atitude em algo bem maior do que sua vontade, desresponsabilizando-o um pouco pelos danos por ele causados. O discurso histórico revela que o estancieiro expulsa o homem do campo em decorrência da chegada de uma forma de progresso, sustentada por uma legislação trabalhista em implantação. Ele precisa acreditar na necessidade de inovação na forma de administrar suas propriedades, a fim de obter maiores lucros e excluir dela o que parecia tradicionalmente correto e de uma hora para a outra passou a ser entendido como defasado. Os tempos são outros e com a instituição definitiva das fronteiras entre uma propriedade e outra, a função do posteiro fica desvirtuada: “posteiro não se usava mais. Pra quê?”, além do mais ele manteria “três ou quatro peões”, muito embora “a rigor, até dois mensuais bastavam”. Assim, o posteiro está completamente fora das lidas campeiras, os peões poderiam ser chamados a trabalhar eventualmente, mas ainda seriam sujeitos com antecedentes plantados em tempos passados, o correto mesmo seria contratar os “mensuais”, trabalhadores assalariados que não causariam nenhuma desconformidade com as leis trabalhistas que estariam entrando em vigor, pois receberiam um salário mensal e não teriam nenhum direito sobre a terra. Enfim, o estancieiro é representado como aquele que estava sempre ganhando em esperteza e em poder econômico, aumentando suas margens de lucro e o seu conforto jurídico.

O discurso que funda o surgimento da imagem de gaúcho, enquanto homem do campo, apresenta um imaginário social que tem por base a defesa dos ideais de liberdade vinculados à terra: fossem eles de cunho social: o amor pelo pampa aberto sem cercas e aramados; fossem eles de cunho político: as guerras que garantiam as fronteiras do país livres dos estrangeiros. No período inicial da colonização do RS, as únicas fronteiras que o habitante do sul do Brasil conhecia eram as que o separava do estrangeiro, do castelhano; ou seja, eram fronteiras móveis que estavam sempre em disputa e essas fronteiras não eram empecilho para as andanças do gaúcho (cf. imagem veiculada pelo discurso histórico) que não se restringia ao pampa brasileiro, andando livre em toda a região platina. Esse imaginário se modificou com a ocupação do interior do Estado e é na instância do simbólico que isso se materializa. A presença do outro impõe limites, as fronteiras internacionais são fixadas definitivamente, começam a se estabelecer as fronteiras entre uma propriedade e outra, o campo indiviso que outrora fôra de todos e de ninguém, passava a constituir o sistema capitalista vigente no mundo ocidental, as terras passaram a ser divididas como fatias de um bolo saboroso, ganhando contornos de cercas e aramados, não sobrando nem migalhas para o trabalhador do campo, para o gaúcho, conforme ele é representado no cruzamento entre os discursos histórico e literário.

Mas, historicamente, a noção de propriedade que se aplica aqui não era de uso corrente entre os primitivos habitantes dessa terra (os índios), nessa representação eles aparecem atordoados com tantos acontecimentos, passando de senhores da terra para servidores dos novos donos da terra. O gaúcho, ali representado, também não valoriza documentos de posse ou o equivalente, contentando-se em “ocupar” a terra sem reivindicar seu direito de propriedade, continuou lutando pelos ideais que acreditava serem os seus. Enfim, o gaúcho subsiste a esse processo, adaptando-se a um espaço mais delimitado, onde pode construir sua identidade desenvolvendo a atividade de peão de estância, posteiro, etc.. As fronteiras impostas pelo governo e pelos proprietários incomodam o gaúcho, vindo a produzir importantes deslizamentos de sentidos sobre sua constituição identitária, mas os transtornos são ainda da ordem do visível, do que está materializado no espaço reconhecível. Mesmo entre cercas e aramados o gaúcho continua trabalhando no campo, montado em seu cavalo, lidando com o gado.

Quando este processo de delimitação de fronteiras finalmente parecia estar estabilizado, tem início outro processo de reestruturação espacial e mais uma vez as fronteiras ganham mobilidade e a subjetividade do gaúcho fica em suspenso, pois nesse momento não se trata de uma materialidade visível como é a cerca que delimita propriedades rurais, agora o gaúcho é representado como expulso para fora do campo e se faz necessária uma re-configuração de fronteiras que é da ordem do invisível. Essa passagem do que era visível para o invisível dificulta a constituição identitária do gaúcho, ele se vê fora do campo aberto e fora da estância (onde viveu toda a vida) e todos os corredores²⁰⁸ apontam e conduzem para a cidade. Essa é a representação de posição-sujeito gaúcho que identificamos na personagem de João Guedes.

De fato, torna-se imprescindível que levemos em consideração as representações de condições de produção a partir das quais se configura a imagem do gaúcho representado em João Guedes. Ele nos é apresentado como o gaúcho que vive numa época de escassez, miséria no campo e na cidade, quando já não luta em guerras, o transporte ferroviário e rodoviário passa a substituir os tropeiros, quando o trabalho do guerreiro e do peão ou posteiro é dispensado. Trata-se da recuperação de rumores advindos do mundo social que revela os reflexos do fim da economia escravista e da passagem para a economia de mão-de-obra assalariada; do final das revoluções civis envolvendo o estado, quando a civilidade se instaura definitivamente no Rio Grande do Sul e começam a vigorar as leis trabalhistas²⁰⁹ que levam a um deslocamento de sentido sobre as formações imaginárias que funcionavam como reguladoras das relações ideológicas entre patrões e empregados, até então. Assim, os grandes estancieiros preferem contratar um capataz e alguns peões, expulsando todo e qualquer tipo de posteiro, agregado ou arrendatário que estivesse instalado com a família sobre suas posses. Dessa forma, o patrão é representado como aquele que acredita evitar qualquer batalha judicial, fazendeiros acabavam expulsando o gaúcho do campo, des-territorializando-o definitivamente, deixando-o sem opção de sobrevivência.

Em *Porteira Fechada* encontramos representada (e romanceada) a saga de uma família que vive este momento histórico, aqui João Guedes é falado, seja pelo narrador seja

²⁰⁸ “Estrada que atravessa campos de criação, deles separada por cercas em ambos os lados.” (Nunes, 1984, p. 129).

²⁰⁹ Cf. Klieman (1986).

por outras personagens, silencia-se sua voz, explicitando-se sempre o rompimento forçado do gaúcho com o campo. O gaúcho adentra uma crise identitária que põe em suspenso todas as suas crenças, os seus valores, a sua subjetividade. Embora tivesse sido obrigado a morar na cidade, ele insistia em continuar trabalhando nas lidas campeiras como diarista no entorno da cidade até que se reconheça definitivamente sua degradação física e moral:

SD35 - Não levava nada para casa, nem dinheiro, nem carne, nem esperanças. Nada mais fizera, naquela volteada, do que sestar e pousar nas fazendas, onde reparou que sua presença deixara de ser agradável a patrões e mensuais. Era mesmo um velho sorumbático, não contava ‘causos’, não fazia pagodes e já não tinha forças para ajudar nas lidas do campo.” (p. 70)

João Guedes é a representação daquele gaúcho que não aceita o destino de desterrado, não aceita ter sido expulso do pedacinho de terra que “ocupava” com sua família, ele retira seu corpo e suas coisas do campo, ele sai do campo, mas não deixa de pertencer a ele. João Guedes representa a PS2, conforme já explicitamos, mas não se identifica com essa posição, ele ainda está muito ligado às coisas do campo e do passado de glórias do gaúcho. Ao deixar o campo, tudo o que encontra pela frente é o “não”: negam-lhe trabalho, moradia, respeito, dignidade; negam-lhe um lugar onde possa subjetivar-se, de onde possa falar. Ele não tem para onde ir, não tem com quem contar, e no discurso, percebemos que ele não tem o que falar. Esse fato o diferencia essencialmente de Blau, aqui está o deslocamento: o gaúcho que outrora contava causos e bravatas passa a ser silencioso e deixa-se falar pelo outro. O movimento entre o dizer e o não-dizer aponta para um lugar onde o não-dizer representa o diferente, o lugar onde potencialmente se fundaria o novo, pois se Guedes falasse certamente daria um depoimento bastante divergente do de Blau Nunes. No entanto, esse lugar torna-se o não-lugar, de onde ecoa um silêncio desesperador que só acaba com a morte.

Os três anos na cidade bastaram para transformar João Guedes num “velho sorumbático”, sem forças para a lida no campo, mas isso não significa que ele tivesse muita idade e por isso estivesse em decadência física, havia sim uma sombra sobre seus olhos que não o deixava ver o mundo com a alegria dantes, a decepção de ter sido separado de sua terra elimina de seu discurso a palavra esperança. Essa descrição de Guedes revela a

profunda depressão que a cidade produziu sobre a representação literária do gaúcho, em Guedes encontramos um sujeito que não conseguia pertencer à cidade nem ao campo, não conseguia aceitar essa situação que havia fugido ao seu controle. A tristeza o domina e impossibilita sua manifestação física, como no caso do trabalho junto a “patrões e mensuais”; e discursiva, como no caso de sua subjetivação, pois “já não contava ‘causos’, não fazia pagodes²¹⁰”. Ele entra num processo de estagnação, já não trabalha e já não fala.

Assim, mesmo que se desconstrua o efeito de evidente oposição entre o campo e a cidade, percebe-se a relação de tensão entre os elementos discursivos de referência e os sujeitos do campo; do discurso do campo e do discurso da cidade. As bordas de um espaço e de outro se mesclam e se interpenetram, mas o núcleo duro ainda perdura, se mantém vivo, produzindo conflitos. Sob esse aspecto é interessante referir a reflexão de Payer (2001) que propõe que se reconheça “a multiplicidade de memórias discursivas” que constituem o sujeito que migra do campo para a cidade. De fato, acreditamos que a desconstrução dos efeitos de sentido evidentes nos permite compreender essa imagem de gaúcho veiculada pelo discurso literário como uma possibilidade no seio da multiplicidade de imagens de gaúcho que pode ser reconhecida no imaginário social sobre o gaúcho que se re-configura incessantemente, porque ele é tomado como um sujeito que pode representar “outros modos de relação com os distintos universos rurais e urbanos, que fazem parte de nossa história e de nossa memória social” (Idem, p. 173), que são diferentes, polissêmicos e contraditórios e, portanto, não se sustentam numa simples relação de oposição.

Do mito ao não-mito gaúcho: para além da desconstrução do par opositivo

O que a desconstrução não é? É tudo!

O que é a desconstrução? É nada!

(Derrida, 1996, p.24)

Desde o início deste trabalho, destacamos a hipótese de que estaríamos tratando de pelo menos duas imagens de gaúcho: uma representativa do mito e outra do não-mito e as análises demonstram que, realmente, estas imagens co-existem no espaço discursivo

²¹⁰ No sentido de brincadeiras, zombarias, festas.

literário, mas a maior revelação que as análises nos proporcionaram está na forma de coexistência dessas imagens que re-locam os papéis sociais, que desconstróem as formas opositivas evidentes, que admitem o diferente no interior do mesmo, que estabelecem as devidas relações entre o imaginário e o simbólico. Encontramos em Derrida (1996) uma interessante reflexão sobre a palavra “desconstrução”; essa palavra permeia nosso trabalho e, nesse momento, assume papel de alta pertinência, necessitando, portanto, de uma melhor definição. No discurso desse filósofo, “desconstrução” funciona como um deslocamento sobre a noção de “destruição”. Tal deslocamento faz a palavra significar “mais que destruir”, sendo preciso “compreender como um “conjunto” tinha se construído e, para isso, reconstruí-lo” (p. 21). Para Derrida, “a desconstrução não é nem uma *análise* nem uma *crítica*” (p. 22), o que podemos reformular para nossos propósitos, acrescentando que a desconstrução, enquanto um “acontecimento”²¹¹ é singular e pode fornecer elementos para uma análise do discurso. Assim, não estamos tratando da destruição de uma imagem mitológica do gaúcho em prol da instauração de uma imagem do gaúcho não-mito, pois a noção de desconstrução (da imagem do mito, por exemplo) implica duas outras noções: uma pré-existente, a construção; e outra, necessariamente posterior, a re-construção. Fazendo uso dessa última noção é que podemos ir além da desconstrução de um “par opositivo” promovendo uma “inversão hierárquica”²¹², via um deslocamento em sua essência, de onde desmoronam sentidos já cristalizados em prol da instauração de novos sentidos. Assim, a noção de desconstrução é tomada aqui em dois momentos: no primeiro momento, tentamos promover a inversão das evidências para as não-evidências, desconstruindo sentidos cristalizados e, no segundo momento, tivemos a pretensão de promover uma reconstrução da imagem literária do gaúcho, essa reconstrução aceita a multiplicidade de sentidos que se produz sobre as imagens de gaúcho, representadas no discurso literário em questão.

Observamos a caracterização de cada posição-sujeito (do mito e do não-mito) e como elas são representadas no discurso literário gauchesco em questão; observamos a importância das representações de condições de produção do discurso e do simulacro que nele se funda; observamos os pontos de aproximação e distanciamento entre o discurso da

²¹¹ Cf. Derrida (1996, p.22).

²¹² Cf. Derrida (2001, p. 46-54), a propósito do par opositivo significado/significante.

história e o discurso da literatura; enfim, observamos que, por trás do que acreditamos ser nossa realidade social cotidiana, está trabalhando o imaginário que inventa e reinventa incessantemente o que simboliza “o ser gaúcho” de que estamos falando. Analisamos Blau e Guedes, representações de posição-sujeito e, há, sem dúvida, algo que rege essa coexistência, há uma representação de FD dominante: a gaúcha, mas já nos demos conta de que não é possível determinar até que ponto se sustenta a existência de um gaúcho heróico e principia a existência um gaúcho degradado, porque não podemos fazer uma separação estanque entre o mito e o não-mito gaúcho no interior do discurso literário gauchesco em análise.

A análise lingüística, sem dúvida, mostrou-se como uma importante porta de entrada para a desconstrução do discurso, na busca de respostas para nossas questões, mas foram as discursividades que nos conduziram para além da desconstrução do par opositivo mito/não-mito gaúcho.

Selecionamos, ainda, duas seqüências discursivas, uma da voz de Blau Nunes e outra da voz de João Guedes, e aqui é preciso levar em conta que em todo o romance *Porteira Fechada* aparece apenas uma fala produzida por João Guedes, que é sempre falado pelo outro. Diferentemente de Blau, em Guedes a subjetividade emerge de repente num tom de desabafo, trata-se do momento em que ele fala, expondo sua condição, pois ao dizer “eu” num único momento em toda a narrativa ele resume todo o seu “eu”, não há mais o que dizer, pois a representação da posição-sujeito do gaúcho em Guedes revela a condição de alguém que já teria dito tudo o que podia, mais do que isso, tudo o que devia. As seqüências discursivas selecionadas para esse momento da análise nos levam a refletir sobre a necessidade de sustentação material para a reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho, pois a representação de posição-sujeito do gaúcho busca na esfera financeira, material e moral uma forma de existência. Vejamos no contraponto:

SD36 - [Blau Nunes]: “Eu era mui pobre – e ainda hoje, é como vancê sabe... – estava começando a vida” (TO, p.14)

SD37 - [João Guedes] “- Pois eu aqui estou. – disse Guedes – Faz pouquinhos dias que me mudei. Morei toda a vida na campanha. Não me dou no povo. Estou aqui por necessidade, porque não achei para onde ir.” (*Porteira Fechada*, p. 52)

Inicialmente, é preciso relembrar as seções de análises anteriores, onde temos em Blau Nunes, a representação de gaúcho que fala, que se subjetiva narrando fatos heróicos, dos quais supostamente teria sido protagonista, um sujeito valorizado por seus superiores, seja nas lidas do campo seja nas lutas armadas da guerra; e onde temos em João Guedes, a representação do sujeito que cala, que manifesta sua inconformidade no silêncio, deixando-se falar pelo outro. A constituição de ambos se dá sob a égide da adjetivação, sendo que o primeiro fixa seu discurso sobre a narrativa de suas ações e o discurso do segundo fixa-se sobre a descrição, conforme podemos observar na voz de um narrador. Isso nos leva, num primeiro momento, a pensar em contrastes, mas se buscarmos outros lugares discursivos nos quais se destaquem outras temáticas, como, por exemplo, a dos valores materiais, encontraremos SDs que produzem outros efeitos de sentido. Isso se dá, por exemplo, na análise do contraponto acima apresentado, onde as imagens de Blau Nunes e João Guedes são reveladas pelo uso da palavra, da forma de representação da subjetividade na primeira pessoa, quando são ditos “eu” e nos deparamos com duas representações de posição-sujeito do gaúcho que falam de diferentes lugares imaginários, mas sob condições sociais muito semelhantes: a pobreza do gaúcho. Essa constatação nos leva a refletir sobre as seguintes questões: Não estávamos falando de um gaúcho que ora é herói e ora é marginalizado? Do mito e do não-mito? Como entendermos então a situação de pobreza representada sob condições de produção tão diferentes?

É a forma de reinvenção do imaginário sobre o gaúcho que apresenta diferentes abordagens para a questão material, trata-se de efeitos de sentidos diferentes: Blau dizer-se pobre significa “x” e João Guedes dizer aparentemente o mesmo pode significar “y”. Para explicarmos melhor, faremos uso de uma das metodologias de análise proposta por Orlandi (1994) que sugere a entrada no discurso pela sintaxe. É pela busca das pistas lingüísticas que adentraremos a discursividade, enquanto processo de constituição dos sentidos. Assim fizemos uso da sintaxe discursiva como uma porta de entrada do discurso, quando os elementos lingüísticos são vistos como atravessados por elementos próprios da exterioridade e da historicidade.

Tomemos inicialmente a forma lingüística pela qual apresenta-se a RPS1 na SD selecionada: temos o sujeito da oração principal representado pelo pronome pessoal em primeira pessoa do singular do caso reto “eu”, seguido do verbo de ligação “ser”,

conjugado no pretérito imperfeito do indicativo, este verbo de ligação estabelece as relações diretas entre o sujeito e o predicado que tem como núcleo central o adjetivo “pobre”, precedido do advérbio intensificador “mui”. Se nos detivermos apenas nessa oração, já estaremos diante de uma pista concreta de que o efeito de evidência que a representação de gaúcho produz, enquanto a de sujeito herói, pode ser desconstruído no que supostamente seriam suas próprias palavras, pois ele narra fatos passados que fizeram dele um herói, mas em determinados momentos ele se reconhece na condição de subalterno, de homem pobre, muito pobre. No entanto, a interferência da historicidade do discurso nos leva a observar que além de bem marcada a subjetivação própria do herói Blau, temos o verbo “ser” que conota superioridade sobre o “ter”, por exemplo. Numa lógica própria à construção e à instituição de mitos, a existência é muito superior numa escala de valores do que a posse de bens materiais. Ou seja, o discurso está muito marcado pela presença do heroísmo, *ser mui pobre*, ainda mais no passado, perde a importância, diante de outras ações próprias do herói em sua existência e em sua trajetória de feitos gloriosos.

Dando continuidade à análise lingüístico-discursiva, não podemos deixar de observar a oração coordenada que segue justificando sua condição de (representação de) sujeito, o que poderíamos ler da seguinte forma “Eu era mui pobre, estava começando a vida”, onde o verbo “estar” conjugado no pretérito imperfeito do indicativo vai significar estado de tempo indeterminado: pode ter se modificado em seguida como pode ter se prolongado, deixando em aberto, então, uma expectativa de ter havido progressos financeiros com o decorrer do tempo, enfim um herói estaria acima de tudo isso.

Se avançarmos mais um pouco e sairmos da análise lingüístico-discursiva e observarmos como a representação das condições de produção interfere na produção do sentido, observaremos que na RPS1 (em Blau) ser pobre na juventude é algo natural, pois essa condição funciona como algo que enobrece o homem, pois incita-o a lutar e a fixar sua imagem de herói também nesse campo de significação: era pobre, lutou e venceu, caso contrário não estaria aqui a contar bravatas. Assim, a construção imaginária da figura do gaúcho mitológico no discurso literário gauchesco em questão produz uma intensificação dos efeitos de sentido que fazem do sujeito um herói regionalmente reconhecido.

Voltando à análise da SD em questão, nos deparamos com uma ressalva, uma oração intercalada que interpela o interlocutor, denominando-o de “vancê”, estabelecendo

relações entre passado e presente, fazendo uma referência ao momento em que é narrado o fato (marcado pelo “hoje”). Ou seja, presentifica-se a narrativa e o sujeito representado em “eu” aproxima-se do interlocutor “vancê”, fazendo, também, uma concessão ao interlocutor ali representado, o que pode ser parafraseado da seguinte forma: perceba que eu era pobre e que isso não mudou minha atitude, sou um mortal como você, mas sou honrado, corajoso e posso ser considerado um referencial. Mas há um detalhe importante no final desta intercalação, trata-se da presença de reticências, é como se elas abrissem um espaço para o interlocutor julgar o nível de pobreza que assola aquele sujeito que fala, que efeito de sentido essa pobreza produz na constituição da imagem do gaúcho herói, a responsabilidade de julgamento para se saber se o gaúcho é ainda pobre ou não, se ter sido pobre influenciou ou não em sua conduta, passa ao interlocutor. A ambigüidade invade o campo de significação: o que é ser pobre pra mim? O que é ser pobre pra você? Que importância têm os bens materiais para um herói? Que herói é esse? Julgue você mesmo.

Já na SD37 que selecionamos de *Porteira Fechada*, nos deparamos com a fala de João Guedes, enquanto RPS2, quando é apreendido o único momento de sua subjetivação em toda a narrativa, é quando ele fala de si mesmo, de seu lugar, de sua condição de miséria. Do ponto de vista lingüístico-discursivo, podemos notar as diferenças entre as SDs selecionadas para a análise, pois se na SD36 advinda de *Contos Gauchescos* o ponto de partida foi o verbo “ser”, marcando a importância da existência do sujeito, aqui teremos o núcleo da análise sobre o verbo “estar”, marcando o lugar que esta RPS2 ocupa, quando seu estado tem maior importância do que sua existência. Mas é no âmbito da discursividade que encontramos subsídios para a compreensão da constituição das imagens de gaúcho representadas por Blau e Guedes, pois embora ambos façam questão de estabelecer referências entre passado e presente, e isso está marcado lingüisticamente, a questão da pobreza lhes é comum, o que os diferencia essencialmente de outras classes sociais como é o caso dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terra com os quais eles se relacionam de forma desigual. Ambos são pobres, mas em diferentes conjunturas: no caso de Blau, a pobreza não impede a constituição da imagem de gaúcho herói; mas no caso de Guedes, a pobreza é algo determinante na constituição da imagem de gaúcho que agora passa a representar o não-mito. O primeiro vive no campo, na terra que acredita ser sua; já o segundo é expulso dessa terra e não consegue se realizar como herói; esse processo se

explica levando-se em consideração que se trata de tempos diversos, conjunturas muito diferentes, a partir das quais instituem-se imagens de gaúcho bastante distintas.

A SD37 produzida pela RPS2 inicia por uma oração conclusiva, como se o sujeito, marcado pelo pronome pessoal do caso reto na primeira pessoa do singular “eu”, estivesse dando continuidade a uma fala já iniciada em outro tempo e lugar, esse efeito de continuidade se realiza no leitor porque ocorre a intervenção de saberes advindos do interdiscurso, onde está a fala do herói gaúcho, a fala de Blau que narra suas histórias de glória. A imagem de Guedes se institui em relação à imagem de Blau, porque só existe o gaúcho de a pé, contituído como tal, porque antes existiu a imagem do centauro dos pampas. É a discursividade que ampara a constituição do diferente no interior do mesmo, quando as duas imagens são constitutivas da FD gaúcha, mas representam diferentes posições-sujeito que se relacionam entre si sem romper com a forma-sujeito gaúcha. É no âmbito da exterioridade que observarmos como a determinação do lugar é importante para a constituição das imagens de gaúcho que estamos analisando, porque há um lugar próprio para a constituição da imagem do herói gaúcho e fora dele não há como se realizar tal constituição: esse lugar é o campo. No caso do não-herói percebemos o quanto a expulsão do seu lugar, da sua terra interrompe o processo de constituição heróica, isso está representado e tão bem marcado em Guedes que vive um tempo presente fora do campo por falta de opção. O único momento em que ele se subjetiva, ele está na cidade, um lugar que não lhe é próprio e talvez o início da SD37 se dê via uma oração conclusiva em função de que este é o fim, ele conclui sua própria história, depois disso é só silêncio, a degradação total e, finalmente, a morte. Guedes teve seu lugar bem demarcado no campo e esse é o ponto de aproximação entre a RPS1 e a RPS2, pois nisso Guedes se assemelhava a Blau, cada qual a seu tempo ocupava a posição-sujeito de gaúcho, mas as condições adversas produzem diferentes efeitos de sentido no interior de um mesmo discurso. Há, na verdade, uma incessante reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho no e pelo discurso literário gauchesco, onde co-existem imagens de gaúcho, repletas de contradições, onde é possível encontrar o mocinho e o bandido, o defensor do território nacional e o contrabandista, o herói e o não-herói.

Além da forte referência ao espaço próprio do gaúcho, nos deparamos com a questão temporal bem marcada: ao referir-se à cidade “Faz pouquinhos dias que me mudei”

e “Não me dou no povo”; enquanto ao referir-se ao campo “Morei toda a vida na campanha”. O campo representa que ele tinha tudo, uma vida inteira, mais do que sua vida, agora medíocre, mas a vida do herói gaúcho fazendo referência a RPS1 com a qual se relaciona constantemente. Na RPS1 o gaúcho tinha um lugar de onde falar, mas na cidade não tem nada, o que leva a RPS2 a representar uma posição onde não há o que falar. E encerra-se sua fala na re-elaboração da primeira oração, agora na ordem direta com uma oração explicativa, que explicita sua condição de representante de uma posição-sujeito de gaúcho que não é herói, porque as condições de realização dessa imagem são adversas: “Estou aqui por necessidade, porque não tenho para onde ir”. É como se fosse um monólogo, como se ele estivesse fazendo uma reflexão, ele não estabelece nenhuma relação com o interlocutor²¹³, aparece representada nessa fala a última reflexão sobre o seu passado e o seu presente, sem perspectivas de um futuro, concluindo que ele representa na RPS2 a condição de des-territorialização do gaúcho. Trata-se de uma reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho que coloca o sujeito numa situação periclitante, onde não há como identificar-se plenamente com o lugar que lhe era próprio, porque ele foi jogado pra fora desse lugar; da mesma forma, que ele se dá conta de que está num outro lugar com o qual não consegue se identificar, pois foi jogado nesse lugar e isso não se dá por um movimento seu. Desse modo, não há como subjetivar-se nesse novo lugar em que ele se encontra.

É interessante observar ainda a pontuação da SD37; trata-se de um período composto por orações curtas, de estruturação simples, bastante entrecortadas pelo ponto final, nos remetendo a uma fragmentação do discurso e, conseqüentemente, do sujeito que o produz, pois são pausas abruptas, que intercalam a fala de um sujeito que tenta reconstituir a sua subjetividade, unindo passado e presente, sem chegar a uma saída digna para o gaúcho. Diria melhor, da RPS2 vê distanciar-se a RPS1, o referencial está posto num outro momento e num outro lugar; se antes existia o mito, agora configura-se a imagem do não-mito. Na verdade, a imagem do mito não se realiza mais porque a representação de sujeito gaúcho herói foi jogada pra fora de seu lugar de identificação; ela ficou num sem-lugar de onde o não-mito emerge.

²¹³ Há um interlocutor de nome Quero-Quero, em igual situação de miséria de Guedes, mas o interessante mesmo é que Guedes se pronuncia sem ter sido interrogado a respeito de sua situação. Ele fala como se estivesse justificando sua condição para si mesmo e não para o outro.

A partir desse quadro, podemos observar como ocorre o deslizamento de sentido sobre a noção de pobreza: em Blau encontramos o “ser pobre”, e ser pobre aqui não implica em ser jogado para fora de seu lugar, constituindo-se como algo que representa o passado e que não interfere de maneira negativa na constituição do sujeito herói, pelo contrário, incita-o a ir à luta; mas em João Guedes encontramos o “estar aqui pobre agora”, no presente, que significa não ter mais o seu lugar, o lugar de pertencimento: a terra. Isto faz dele um sem-lugar e ser sem lugar é estar jogado na pobreza. Essa condição de pobreza interfere de maneira negativa na constituição da representação de sujeito, não permitindo mesmo que ele se identifique de forma plena com a forma-sujeito do gaúcho, representada em Blau. No caso de Blau, que tem seu lugar bem determinado, a pobreza material não é levada em conta, o funcionamento da instituição mitológica que faz do gaúcho um herói produz um apagamento sobre os efeitos de sentidos que a pobreza poderia produzir na constituição da RPS1. Já no caso de Guedes, que perdeu seu lugar, encontramos a RPS2 constituída pela pobreza, porque ele é jogado para um não-lugar, onde ele não sabe viver socialmente, onde não sabe trabalhar, onde não consegue se subjetivar, constituindo-se, então, como uma representação de posição-sujeito sem lugar. Assim, temos em Blau a RPS1 que revela o homem que era pobre no campo que não se incomodava com isso, porque tinha seu lugar; e temos em Guedes o homem que era pobre no campo e não se incomodava com isso, mas que ao ser jogado para fora de seu lugar vai para a cidade e passa se incomodar com isso, porque ali não é o seu lugar. A pobreza no campo é apagada pelos efeitos produzidos pelo imaginário mitológico sobre o gaúcho. Nesse lugar próprio ao gaúcho, não ter a posse da terra não significa ser pobre, pois ele sabe viver nela o que tornava a condição de pobreza quase imperceptível. Esta situação cristalizou-se numa formação imaginária que fazia do gaúcho, sem outra opção de sobrevivência, um herói. O próprio campo, de propriedade de grandes latifundiários, não oferecia outras possibilidades, mas quando há um deslocamento de lugar, os sentidos deslizam, a formação imaginária se desconstrói, o sujeito perde a voz e entra em ação a reinvenção do imaginário social sobre o gaúcho, instituindo outras imagens de gaúcho, como é o caso de Guedes que representa o não-mito, o gaúcho sem-lugar e sem identidade.

A desconstrução do par opositivo mito/não-mito nos conduz à observação da presença de outros pares opositivos correlatos, que se sobressaem na constituição das duas

representações de posição-sujeito gaúcho que estamos analisando: gaúcho com lugar/gaúcho sem-lugar; gaúcho que fala/gaúcho que é falado; gaúcho que vive/gaúcho que morre. Assim, deslocamos o foco de observação, saindo das evidências e aceitando as diferenças que constituem o mesmo do discurso literário gauchesco. Não se trata de observar Blau e Guedes, simplesmente, nem é o caso de se realizar uma comparação que mostre um e outro de maneira estanque, entre as duas narrativas há um movimento que vai da mitificação do sujeito a sua desmitificação. Trata-se de vislumbrar um discurso que possibilita a manutenção do mito, bem como os efeitos de sentido que ele produz e a desmitificação e os deslizamentos de sentido que ela produz. São dois recortes discursivos e nos dois casos estamos falando da representação do gaúcho, sendo que Blau narra fatos e, por isso, aos poucos vai revelando suas características através das ações; enquanto Guedes, que aparece calado, é descrito em blocos mais densos de significação, recuperando elementos constitutivos da imagem de gaúcho que eram interditados até aquele momento. Guardadas as devidas diferenças, podemos reproduzir aqui seqüências discursivas que revelam o retrato do gaúcho no discurso, seja em suas próprias palavras seja nas palavras do outro:

SD38 - “Eu [Blau Nunes] tropeava nesse tempo. (TO, p. 13) Não bulia uma folha; o silêncio, nas sombras do arvoredo, metia respeito... que medo, não, que não entra em peito de gaúcho. (TO, p. 17) Patrício, eu sou mui rude... (TO, p. 18) Sou um gaúcho mui cru. (ChI, p. 62) Eu era do fandango... e devo dizer, que nesse tempo, fui mondongo meio duro de pelar (CCh, p. 69) Já um ror de vez tenho dito – e provo – que fui ordenança do meu General Bento Gonçalves. (DF, p. 113)”

Tais enunciados caracterizam paulatinamente o gaúcho que é dito em “eu” como: homem do campo livre e trabalhador, corajoso e rude, indomável e não civilizado, orgulhoso por defender os interesses da pátria junto aos militares.

SD 39 - “João Guedes, um dos assíduos freqüentadores do boliche do capitão, mudara-se da campanha havia três anos. Três anos de pobreza na cidade bastaram para o degredar. Ao morrer, não tinha vintém nos bolsos e fazia dois meses que saíra da cadeia, onde estivera preso por roubo de ovelha.” (p. 16)

“Na madrugada alta e tranqüila, engrinaldada de estrelas, um homem a cavalo alcançava os arredores de Boa Ventura. (...) O cavaleiro cuidava as sombras do caminho. (...) Aquele homem era o Guedes em pessoa, um gaúcho bom e direito, que foi domador, tropeiro, aramador, vizinho apreciado, plantador, que afrontou os riscos da vida campeira no tempo em que esta oferecia riscos, e que um dia se mudou para a cidade... (...) O Guedes, o homem velho e achacado que apeou nos fundos do seu biongo e cujo primeiro ato foi o de esconder o furto, com medo dos vizinhos, com medo da mulher, com medo da polícia, o Guedes sofria.” (p. 64)

“João Guedes era um molambo de homem, que já nada mais tinha a perder.”(p.65)

As descrições apresentadas nessa seqüência nos levam a conhecer um pouco do processo de degradação do gaúcho representado como não-mito a partir do momento em que ele perde seu referencial territorial e identitário: João Guedes aparece diante de nossos olhos como um bêbado, como aquele homem que se deixa corromper pelo meio em que vive, ele não tem forças para lutar contra a pobreza que assola sua família, é um homem que rouba para matar a fome dos seus entes queridos sem se importar muito com as conseqüências de seu ato, trata-se da representação de um sujeito que sofre com a humilhação de não saber mais quem ele mesmo é. Contrapondo-se a isso, aparece um longínquo referencial de dignidade que não leva o sujeito a projetar um futuro, pois está calcado no passado, num tempo que não volta mais, onde Guedes tinha assegurada sua terra e sua identidade de gaúcho. Lá nesse lugar, no passado, ficou a voz do gaúcho que agora cala diante das circunstâncias adversas; nesse lugar ele representava o “gaúcho bom e direito”, mas a desterritorialização o joga para fora, mostrando a imagem do gaúcho “velho e achacado”, que tem medo, e que, portanto, não pode mais representar o mito do gaúcho.

Podemos entender, então, que enquanto Blau é descrito como o gaúcho forte, rude e corajoso, inserido no seu lugar de origem; Guedes aparece como fraco, descaracterizado e medroso, jogado pra fora de seu lugar. A representação do mito gaúcho se realiza numa conjuntura favorável, ao se modificar a conjuntura já não há como se realizar a imagem de gaúcho mitológico, o que cede lugar ao processo de desmitificação.

A desconstrução do par opositivo mito/não-mito gaúcho pode ser ainda representada na forma das “redes de formulações” que foram analisadas no decorrer das análises e que são sintetizadas, nesse momento final, da seguinte maneira:

Redes de formulações intradiscursivas

<i>Blau Nunes (Contos Gauchescos)</i>	<i>João Guedes (Porteira Fechada)</i>
<p>Designações:</p> <p><i>Vaqueano, o vaqueno; guia e segundo; benquisto tapejara</i></p>	<p>Designações:</p> <p>No campo: <i>peão parador; posteiro; arrendatário; aquerenciado</i></p> <p>Na cidade: <i>velho sorumbático, ladrão de ovelha; borracho; molambo de homem</i></p>
<p>Descrições:</p> <p><i>“Desempenado arcabouço de oitenta e oito anos, todos os dentes, vista aguda e ouvido fino..”.</i></p> <p><i>“Genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (hoje tão modificado), era Blau o guasca sadio”.</i></p> <p><i>“Entre o Blau – moço, militar – e o Blau – velho, paisano -, ficou estendida uma longa estrada semeada de recordações – casos, dizia -, que de vez em quando o vaqueano recontava, como quem estende ao sol, para arejar, roupas guardadas ao fundo de uma arca.”(p. 12)</i></p>	<p>Descrições:</p> <p>No campo:</p> <p><i>“Guedes planejava capinar nesse dia o eito de batata doce, ameaçado de invasão pelo ervaçal. E também, antes que o inverno embrabecesse, barrear o rancho, pelo menos as paredes que davam para o sul. Enfim, ocupação não faltava. Mas felizmente ainda se achava com força para qualquer trabalho, por pesado que fosse.” (p.17)</i></p> <p>Na cidade:</p> <p><i>“Nada mais fizera, naquela volteada, do que sestar e pousar nas fazendas (...) Era mesmo um velho sorumbático, não contava ‘causos’, não fazia pagodes e já não tinha forças para ajudar nas lidas do campo.”(p 70.)</i></p>

Ao explicitarmos essas duas redes de formulações intradiscursivas, uma que faz emergir designações e descrições que caracterizam Blau, o mito; e outra que faz emergir designações e descrições que caracterizam Guedes, o não-mito; concluímos que:

- na primeira rede intradiscursiva de formulações, todas as designações e descrições convergem para um mesmo ponto: a construção da imagem do gaúcho heróico no discurso literário;
- na segunda rede intradiscursiva de formulações, nos deparamos com designações e descrições que promovem um movimento no interior do discurso, o que nos possibilita observar a transformação de uma imagem de gaúcho herói em outra do não-herói;
- há, sem dúvida, uma coerência interna a cada uma dessas redes intradiscursivas de formulações, pois cada uma nos dá a conhecer uma imagem de gaúcho, constituindo uma outra rede de formulações: “a discursiva”.

É pela observação da rede de formulações discursivas que adentraremos a verticalidade do discurso analisado, a partir da qual é possível explicitar que o mesmo e o diferente são constitutivos do processo discursivo e que isso não implica relações de oposição (simplesmente!), porque o discurso literário em questão se revela como um espaço discursivo heterogêneo. É nesse espaço que se constituem as imagens de gaúcho como mito e como não-mito, onde há lugar para a reiteração e para a transformação de efeitos de sentidos.

Rede de formulações discursivas



Discurso literário sobre o gaúcho

(Contos Gauchescos e Porteira Fechada)

Reiteração de sentidos		Transformação de sentidos	
<p><i>Blau Nunes:</i> “desempenado arcabouço de oitenta e oito anos, vista aguda e ouvido fino...” (p. 12)</p>	<p><i>João Guedes:</i> “felizmente, ainda se achava com força para qualquer trabalho, por pesado que fosse.” (p. 17)</p>	<p><i>Blau Nunes:</i> “E, do trotar sobre tantíssimos rumos; das pousadas pelas estâncias; dos fogões a que se aqueceu: dos ranchos em que cantou, dos povoados que atravessou (...); do pêlo-pêlo com os homens, das erosões da morte e das eclosões da vida, entre o Blau – moço, militar – e o Blau – velho, paisano -, ficou estendida uma longa estrada semeada de recordações – casos, dizia –, que de vez em quando o vaqueano recontava...” (p.12)</p>	<p><i>João Guedes:</i> “Nada mais fizera, naquela volteada, do que sestar e pousar nas fazendas (...) Era mesmo um velho sorumbático, não contava ‘causos’, não fazia pagodes e já não tinha forças para ajudar nas lidas do campo.” (p. 70)</p>
<p>“E, do trotar sobre tantíssimos rumos; das pousadas pelas estâncias; dos fogões a que se aqueceu: dos ranchos em que cantou, dos povoados que atravessou (...); do pêlo-pêlo com os homens, das erosões da morte e das eclosões da vida, entre o Blau – moço, militar – e o Blau – velho, paisano -, ficou estendida uma longa estrada semeada de recordações – casos, dizia –, que de vez em quando o vaqueano recontava...” (p.12)</p>	<p>“Só se animavam quando um ou outro evocava uma história da vida de ‘dantes’. Esse ‘dantes’, tão freqüente na boca daqueles derrotados, parecia se referir a um período mais longínquo do que o era realmente, a uma época que pertencera a poucos, aos escolhidos pela sorte, a uma era de larguezas inacreditáveis, de abundância, de bravura, de vitórias, vivida por homens guapos! (p. 63)</p>	<p>“E solito e no silêncio, tornei-me a vestir-me, encilhei o zaino e montei” (p. 13)</p> <p>“Num vu estava a cavalo (...) amaguei o corpo e penicando de esporas, toquei a galope largo” (p.15)</p> <p>“O zaino era um pingaço de lei” (p. 16)</p> <p>“O zaino respirou forte e sentou, trocando a orelha, farejando no escuro: o bagual tinha reconhecido o lugar” (p. 17)</p>	<p>“(...) João Guedes foi à procura do mouro, o cavalo que lhe restara. Encontrou-o magro, felpudo, pisado dos lombos. (...) Embuçalou o animal e puxou-o de a cabresto até a casa de um carreiro conhecido.(...) Não, ele não pedia um exagero, por qualquer preço se desfaria do cavalo, em casa havia falta de tudo.”(p. 94)</p> <p>“Cortava assim o último tento que o prendia à vida passada. Curvava-se à fatalidade, cedendo a um desígnio doloroso de gaúcho “de a pé”. (p. 95)</p>

Na horizontalidade própria do intradiscurso nos deparamos com duas imagens de gaúcho: a do mito e a do não-mito gaúcho, constituindo diferentes materialidades discursivas que, por sua vez, constituem algo maior do âmbito da verticalidade: o discurso literário sobre o gaúcho. Não há de fato uma oposição entre uma imagem e outra, mas uma forma parafrástica que faz ressoar sentidos que podem ser reiterados ou transformados conforme as CP representadas no discurso. Isso caracteriza a paráfrase que comporta as relações de metáfora. Desde o início de nossas análises, quando investigamos as formas de subjetivação do gaúcho no discurso literário em questão, já aparece sinalizada a construção do processo discursivo, enquanto verticalidade, que revela ressonâncias de significação da RPS1 na RPS2 pela constituição de redes de formulações tanto discursivas quanto intradiscursivas, conforme podemos constatar também nas análises das representações de gaúcho que analisamos.

Embora não tenhamos analisado as “redes interdiscursivas”, temos consciência de que elas existem e interferem na constituição do discurso em análise, as redes interdiscursivas estão onipresentes e se explicitam no atravessamento de saberes advindos de outras FDs na constituição da FD gaúcha, tal como é representada no discurso literário em análise.

Nosso trabalho, então, tem o mérito especial de desconstruir o par opositivo mito/não-mito gaúcho representado no discurso literário, sem, no entanto, ofuscar a importância de cada uma dessas imagens que habitam o imaginário social sobre o gaúcho que a literatura mantém discursivamente. A literatura gauchesca não criou o mito nem o não-mito, mas ela os representa e assegura, de certa forma, o seu funcionamento no seio de toda uma sociedade que vive as contradições próprias ao mundo pós-moderno e que oscila entre a manutenção e a destruição de seus mitos e de suas crenças.

Considerações finais

Ao chegarmos ao final do trabalho de escritura dessa tese, nos damos conta de que, se é difícil começar, mais difícil ainda é terminar, pois estamos no interior de uma cadeia de produção discursiva: há discurso antes e depois do discurso aqui produzido. Sendo assim, preferimos pensar que estamos colocando um ponto final nessa etapa da pesquisa sobre o gaúcho e que estamos querendo produzir o efeito de finalização desse trabalho. A partir dessa premissa, cabe-nos refletir sobre o desenvolvimento e os resultados da pesquisa que agora se finda. Desenvolvemos nossa pesquisa em três partes bem marcadas, como aparece na subdivisão do trabalho:

- na Parte I, “Sobre o tema e os pressupostos teórico-metodológicos”, apresentamos o tema e explicitamos os pressupostos teórico-metodológicos da AD que são mobilizados no desenvolvimento do trabalho;

- na Parte II, “Sobre a construção do objeto de análise”, apresentamos um capítulo sobre os entornos teóricos que contribuíram para a reflexão acerca do objeto de estudo e outro capítulo sobre as possibilidades de se circunscrever o objeto de estudo em questão, via um levantamento das CP e via a observação dos entrecruzamentos de discursos sobre o gaúcho;

- na Parte III, “Sobre o *corpus* e as análises”, apresentamos as análises, propriamente ditas, onde se revelam, com mais clareza, as imagens de gaúcho que constituem o discurso da narrativa literária gauchesca em questão. Nessa seção, extrapola-se o âmbito da produção dos efeitos evidentes no discurso e se adentra o âmbito da desconstrução das evidências, tornando-se possível observar o mito e o não-mito gaúcho muito além do par opositivo que se apresentava inicialmente aos olhos de um leitor menos avisado.

Considerando, então, as análises do discurso literário gauchesco constitutivo de *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, e de *Porteira Fechada*, de Cyro Martins, apresentamos uma sub-divisão das análises em dois blocos: o primeiro que revela a representação das formas de subjetivação do gaúcho nesse discurso; e, o segundo, que realizamos sobre as designações e as descrições de gaúcho que constituem o discurso em questão.

Pela análise das formas de subjetivação do gaúcho foi possível explicitar as não-coincidências entre o lingüístico e o discursivo na constituição dos sentidos. Isso se dá em função de que, na primeira obra analisada, temos o gaúcho representado em “eu”, simulando aquele que toma a palavra, assume uma posição e fala como gaúcho; e, na segunda, temos o gaúcho representado em “ele”, como aquele que não fala, que é dito pelo “outro”. Isso produz um efeito de sentido evidente de oposição entre o gaúcho mitológico que se subjetiva e o não-mito que silencia simplesmente. Mas, nossas análises demonstram que não se trata de uma oposição de sentidos, tendo em vista que dizer “eu”, lingüisticamente, não significa, sempre, que há, de fato, uma tomada de posição do sujeito. Assim, importa explicitar o papel decisivo da mobilização da noção de “representação de posição-sujeito”, a partir da qual é possível demonstrar que se trata de duas representações de gaúcho no “discurso literário sobre”, onde o gaúcho é sempre falado pelo “outro” (o sujeito, que exerce a função-autor). O sujeito que é dito em “eu” não toma a palavra, mas é representada essa tomada de posição para explicitar a imagem do mito; enquanto o sujeito que é dito em “ele”, representa o não-mito gaúcho, aquele que já não fala, nem toma posição. Nesse caso, então, as análises revelam que o gaúcho dito em “eu” ou dito em “ele” são representações do sujeito gaúcho, sendo sempre dito pelo “outro”, seja na constituição da imagem do mito (na personagem de Blau Nunes) seja na constituição da imagem do não-mito (na personagem de João Guedes).

É pela análise das designações e descrições atribuídas ao gaúcho representado ora como mito e ora como não-mito no discurso literário em questão que se confirma a nossa hipótese inicial de se tratar de “imagens de gaúcho”, veiculadas no “discurso sobre”. Mais uma vez, as análises vão desconstruir os efeitos de oposição entre mito e não-mito que aparecem como uma evidência. Ao analisarmos as designações e descrições, não tivemos a preocupação de separá-las em blocos estanques, pois acreditamos que se complementam na caracterização das representações de gaúcho que se investiga nesse trabalho. Nossa preocupação maior foi de verificar como elas funcionam no interior do discurso literário gauchesco em questão, até que ponto elas reiteram sentidos e até que ponto são capazes de transformar sentidos. Para observarmos esse funcionamento mobilizamos a noção de paráfrase discursiva que, conforme Michel Pêcheux, comporta as relações de metáfora.

Assim sendo, a paráfrase discursiva tanto reitera como modifica sentidos no interior de um “processo discursivo” dado.

Na primeira seção de análise das designações e descrições, privilegiamos a constituição da imagem do gaúcho mitológico, revelado na personagem de Blau Nunes, observando como todo o movimento discursivo converge para a construção do mito no discurso literário gauchesco. Já, na segunda seção, privilegiamos a constituição da imagem do não-mito, revelada na personagem de João Guedes, mas essa construção se dá de modo um pouco diferente: ocorre que, na construção da imagem do não-mito, temos presente a relação entre o não-mito, que se constrói naquele momento, e o mito, que lhe é anterior e imprescindível. Esse resultado da análise nos conduziu a refletir sobre as relações entre mito e não-mito, não podendo estas serem vistas como opostas, mas como constitutivas de uma rede discursiva própria à construção de imagens de gaúcho no discurso literário gauchesco. A partir disso, chegamos à noção de “rede discursiva de formulações” (Courtine, 1981;1982), tal como é mobilizada por Rosário (2002) que explicita que essas redes de formulações podem ser intradiscursivas (na horizontalidade do intradiscurso), discursivas (no processo discursivo, enquanto verticalidade) e interdiscursivas (na verticalidade do interdiscurso). Para sintetizar nossa reflexão, mobilizamos, mais especificamente, as noções de “redes de formulações intradiscursivas” e de “redes de formulações discursivas”. A primeira explicitou como se constrói uma e outra imagem de gaúcho no intradiscurso: a imagem do mito, em *Contos Gauchescos*; e a imagem do não-mito, em *Porteira Fechada*. Já a segunda explicitou que o discurso da narrativa literária gauchesca em questão faz parte de um “processo discursivo” que constrói e assegura a existência de diferentes imagens de gaúcho; suplantando as questões próprias ao intradiscurso, podendo ser observada na verticalidade própria à discursividade.

O sujeito, para a AD, está diretamente vinculado ao sentido no discurso, pois ambos se constituem mutuamente pela produção do discurso. Essa produção, por sua vez, pressupõe a enunciação, a tomada da palavra, a tomada de posição por parte do sujeito. Esta premissa teórica está posta e funciona adequadamente quando estamos analisando o “discurso de”, onde é possível identificar e analisar o sujeito enunciador que se identifica de alguma forma com o sujeito universal, toma uma posição e, conseqüentemente, produz seu discurso. No entanto, quando se trata de analisar a constituição de um sujeito que aparece

representado no “discurso sobre” já não podemos mais mobilizar o sujeito enunciador, porque ele é apenas um efeito-sujeito produzido pela função-autor. No discurso literário ocorre a produção do efeito-sujeito no discurso, pois há um escritor que exerce a função-autor e produz o “discurso sobre” o gaúcho, dando-nos a conhecer representações de tomadas de posição desse sujeito no discurso ficcional. Assim como constatamos que não há um “sujeito gaúcho” que toma posição para contar sua própria história, constatamos também que não há um determinado acontecimento histórico marcando a ruptura entre a existência da imagem do gaúcho mitológico e a existência da imagem do gaúcho desmitificado. Então, não há como marcarmos um ponto fundador para a instituição de uma imagem ou de outra, bem como não há possibilidades de identificação de um acontecimento discursivo que promovesse a instauração dessa ou daquela imagem no interior do discurso ficcional em questão. Tais reflexões nos conduziram à noção de acontecimento enunciativo (cf. Indursky, 2002), a partir da qual é possível observar a instauração de uma nova posição-sujeito no interior da FD dominante, mobilizando “sentidos antes interditados no seu domínio de saber” (Indursky, 2002). Assim, a noção de acontecimento enunciativo é mobilizada em nosso trabalho para explicitar como se dá a instauração de uma forma de estranhamento no interior da representação de FD, considerada como heterogênea, onde emergem diferentes representações de posição-sujeito, indo da imagem do mito a do não-mito, sendo que essa última imagem pode ser considerada como uma nova subjetividade contraditória em relação à primeira, mas constitutiva do mesmo processo discursivo que nos dá a conhecer imagens de gaúcho.

Assim, as análises nos levaram a concluir que o imaginário social (e ficcional) sobre o gaúcho se constrói por imagens que vão do mito ao não-mito, mas que a relação entre essas duas imagens não é de oposição, funcionando como resultado das diferentes condições de produção dos discursos sobre o gaúcho. Falar em duas imagens de gaúcho no discurso literário gauchesco, uma do mito e outra do não-mito, não pode reduzir a questão a uma binariedade aparentemente resolvida, porque essas imagens são muito densas e não se aplacam diante de uma análise do discurso literário que se embasa apenas em duas obras ficcionais. O universo ficcional gauchesco é muito amplo e as possibilidades de análise são infinitas: há, sem dúvida, essas duas imagens de que tratamos em toda a extensão do trabalho, mas elas se constituem ainda de outras imagens. Cada imagem de gaúcho se

constrói como um caleidoscópio que se constitui de pequenas partes de diferentes tamanhos e de diferentes cores, conforme o caleidoscópio gira (ou conforme o giramos) ele mostra algumas imagens e oculta outras, revelando brilhos e nuances de um todo que é muito maior, mas imensurável. Assim, ao explicitarmos a existência e co-presença de duas imagens de gaúcho no discurso literário em questão nos damos conta de que esse todo é, ainda, infinitamente pequeno, funcionando apenas como desencadeador de outras pesquisas que podem revelar muitas outras imagens de gaúcho, algumas que conhecemos e outras que talvez ainda não.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que o discurso literário mostrou-se como espaço profícuo para a Análise do Discurso, assim como a concebemos. É do conhecimento de todos que, num primeiro momento, as noções da AD foram vinculadas à análise do discurso político; mas, felizmente, não se estagnaram e se reconfiguram incessantemente para viabilizar a análise de outros discursos, como é o caso do discurso literário. Acredito que esse trabalho consegue colocar as noções próprias do campo teórico da AD em relação com as especificidades próprias de um discurso que se sustenta sob a égide da representação, produzindo um novo “gesto de interpretação” sobre o discurso ficcional.

Referências Bibliográficas

- ACHARD, Pierre. (1999) Memória e produção discursiva do sentido. ACHARD, Pierre [et al.] *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes. p. 11-17.
- ALTHUSSER, Louis. (s.d.) *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3. ed. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença.
- AUTHIER-RÉVUZ, Jacqueline. (1998) As não-coincidências do dizer e sua representação metaenunciativa – estudo lingüístico e discursivo da modalização autonímica. *Palavra incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Maria Onice Payer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. p. 13-28.
- AVÉ-LALLEMANT, Roberto. (1953) *Viagem pelo sul do Brasil* (no ano de 1858). Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- BAGUET, A. (1997) *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA.
- BARROSO, Gustavo. (1939) *Osório: o centauro dos pampas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Getulio M. Costa.
- BARTHES, Roland. (1974) *O grau zero da escritura*. Trad. Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1988) *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense.
- BERTUSSI, Lisana. (1997) *Literatura Gauchesca: do cancionero popular à modernidade*. Caxias do Sul: EDUCS.
- BOURDIEU, Pierre. (1996) *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Ed. da USP.
- BRÉAL, Michel. (1998) O mito de Édipo. Trad. Eduardo Guimarães. *Língua e Instrumentos Lingüísticos*. Campinas, SP: Pontes. jul./dez./1998. nº 2. p. 69-83.
- BRUNEL, Pierre (org.). (1997) *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio.
- BULFINCH, Thomas. (1999) *O livro de ouro da mitologia* (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis. 7. ed. Trad. De David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Ediouro.

- CAMPAGNON, Antoine. (2001) O mundo (Capítulo III). *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora da UFMG. p. 97-138.
- CÂNDIDO, Antônio. (1993) *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 1 e 2. 7. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982) *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CESAR, Guilhermino. (1969) *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. Porto Alegre: UFRGS.
- CHAUÍ, Marilena. (2000) *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- CHAVES, Flávio Loureiro. (1994) *Matéria e invenção: ensaios de literatura*. Porto Alegre: UFRGS.
- _____. (1999) *História e literatura*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. (1998) *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. 12. ed. Trad. Vera da Costa e Silva et al. Rio de Janeiro: José Olympio.
- COLLINOT, André; MAZIÈRE, Francine. (1994) A língua francesa: pré-construído e acontecimento lingüístico. Trad. Solange Gallo. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: UNICAMP. p. 185-199.
- CONDE D'EU. (1936) *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* (agosto a setembro de 1865). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- COURTINE, Jean-Jacques (1981) Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em analyse du discours; à propôs du discours communiste adresse aux chrétiens. *Langages*, n° 62, Paris.
- _____. (1982) Définition d'orientations théoriques et construction de procedures en analyse du discours. *Philosophiques*, vol. 9, n°2, oct., p. 239-264.
- _____. (1999) O chapéu de Clémentis. Trad. Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. p. 15-22.
- _____; MARANDIN, Jean-Marie. (1980) Quel objet pour l'analyse du discours? *Matérialités Discursives*. Colloque, Paris X, Nanterre, p. 21-33.

- DAVALLON, Jean. (1999) A imagem. Uma arte de memória. ACHARD, Pierre [et al.] *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes. p. 23-37.
- DE CERTEAU, Michel. (1988) *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard.
- _____. (1994) *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DELEUZE, Gilles. (1974) *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Editora da USP.
- DERRIDA, Jacques. (1996) Carta a um amigo japonês. Trad. Érica Lima. OTTONI, Paulo (Org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. p. 19-25.
- _____. (2001) *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- DORNELES, Elisabeth Fontoura. (1999) O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. p. 149-172.
- DOSSE, François. (2003) *A história*. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC.
- DREYS, Nicolau. (1961) *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Introdução e Notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: IEL.
- DURAND, Jean-Louis. (1999) Memória grega. ACHARD, Pierre [et al.] *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes. p. 39-47.
- DURAND, Gilbert. (1992) *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. 11. ed. Paris: Dunod.
- _____. (2001). *O imaginário*. Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Trad. René Eve Lévié. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel.
- ELIADE, Mircea. (1972) *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1996) *Imagens e símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso*. Trad. Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes.
- FÉRRIER-CAVERIVIÈRE, Nicole. (1997) Figuras históricas e figuras míticas. BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio. p. 385-390.

- FLORES, Moacyr. (1988) *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão.
- FOUCAULT, Michel. (1979) *A microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1995) *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1996) *A ordem do discurso*. 2. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- FREGE, Gottlob. (1978) *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix; Editora da USP.
- GALEANO, Eduardo. (1990) *As veias abertas da América Latina*. 30. ed. Trad. Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOLIN, Tau. (1987) *Por baixo do poncho: contribuição à crítica da cultura gauchesca*. Porto Alegre: Tchê.
- _____. (1999) *O povo do Pampa: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul...* Passo Fundo: Ediupf/Porto Alegre: Sulina.
- _____. (2002) *A fronteira*. vol. 1. Porto Alegre: L&PM.
- GRIMAL, Pierre. (1997) *Dicionário da mitologia grega e romana*. 3. ed. Trad. de Vitor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GUAL, Carlos García. (s.d.) *Diccionario de Mitos*. Planeta.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. (1994) Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Trad. Suzy Lagazzi e José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: UNICAMP. p. 163-183.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1995) *Os limites do sentido*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (s. d.) Textualidade e enunciação. *Escritos* nº 2: Ver e Dizer. Campinas, SP: UNICAMP, p. 03-12.
- _____. (2000) Sentido e acontecimento: um estudo do nome próprio de pessoa. *Revista Gragoatá*, 8. Niterói; RJ: EDUFF.
- _____. (2001) Um mapa e suas ruas. ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, p. 95-100.

- HAESBAERT, Rogério. (1997) *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF.
- HENRY, Paul. (1992) *A ferramenta imperfeita*. Língua, sujeito e discurso. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas, SP: UNICAMP.
- _____. (1993a) Sentido, sujeito e origem. Trad. Eni Poulcinelli Orlandi. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes. p. 151-162.
- _____. (1993b) Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. p.13-38.
- _____. (1994) A história não existe? Trad. José Horta Nunes. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: UNICAMP. p. 29-53.
- HEUZÉ, Philippe. (1997) Centauros. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio. p. 151.
- HOHLFELDT, Antônio. (1998) *Literatura e vida social*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. (1986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- INDURSKY, Freda. (1995) A construção metafórica do povo brasileiro. In: *Organon: o texto em perspectiva* (Revista do Instituto de Letras), vol. 9, nº 23, p. 143-152. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- _____. (1997) *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: UNICAMP.
- _____. (1999) De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. p. 173-186.
- _____. (2000) A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. (Orgs.) *Discurso, memória e identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzato. p. 70-81.
- _____. (2002) Do desdobramento à fragmentação do sujeito em análise do Discurso. CD-ROM *Síntese 2*, GT de Análise do Discurso, Anpoll, Porto Alegre.
- ISABELLE, Arsène. (1983) *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2. ed. Trad. Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro.

- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. (1986) *RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- LACAN, Jacques. (1993) *O seminário*, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954). Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1995) *O seminário*, livro 4: a relação de objeto (1956-1957). Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B.. (2001) *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes.
- LE GOFF, Jacques. (1994) *História e memória*. 3. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: UNICAMP.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. (1997) *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- LUCAS, Clarinda Rodrigues. (2001) As representações da cidade no discurso literário: a rua de Clarice Lispector. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes. p. 175-180.
- MAFFESOLI, Michel. (1996) *No fundo das aparências*. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993) *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2. ed. (Trad. Freda Indursky). Campinas, SP: Pontes/UNICAMP.
- MARTIN, René. (1992) *Dictionnaire culturel de la mythologie greco-romaine*. Paris: Nathan.
- _____. (1992) Approche générale de la mythologie greco-romaine. *Dictionnaire culturel de la mythologie greco-romaine*. Paris: Nathan, p. 255-266.
- MARTÍNEZ, Constantino Falcón et al. (s.d.) *Diccionario de Mitología Clássica*. Trad. de Ana Patrão et al. (VER A CIDADE) Editorial Presença.
- MESTICA, Giuseppina Sechi. (1993) *Diccionario de Mitología Universal*. Trad. de Marie-Pierre Bouyssou e Marco Virgilio García Quintela. Madrid: Akal.
- MILNER, Jean-Claude. (1978) *L'amour de la langue*. Paris: Éditions de Seuil.
- _____. (1989) *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil.

- NOUHAUD, Dorita. (1997) Os centauros americanos. BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio. p. 155-158.
- NUNES, José Horta. (2001) O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes. p. 101-109.
- NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. (1984) *Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.
- OLIVEN, Ruben George. (1992) *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (1984) Segmentar ou recortar. *Série Estudos*. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: Questões e Controvérsias). p. 9-26.
- _____. (1990) *Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP.
- _____. (1993) Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, p. 11-25.
- _____. (1994) A natureza e os dados (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo). *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, jul./dez., nº 27, p. 45-57.
- _____. (1996a) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1996b) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (1996c) *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP.
- _____. (1998) O próprio da Análise de Discurso. *Escritos nº 3: Discurso e Política*. Campinas, SP: UNICAMP/LABEUB. p. 17-22.
- _____. (1999a) *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1999b) Do sujeito na história e no simbólico. *Escritos nº 4. Contextos epistemológicos da Análise de Discurso*. Campinas: LABEUB/UNICAMP. p. 17-27.

- ___; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. (1989) *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez.
- PAYER, Maria Onyce. (2001) O rural no espaço público urbano. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes. p. 165-174.
- PÊCHEUX, Michel. (1980) Remontémons de Foucault à Spinoza. *El discurso político*. Universidade Nacional Autónoma de México. p. 181-197.
- ___ . (1993a) Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas,SP: Editora da UNICAMP. p. 61-161.
- ___ . (1993b) A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: ___ . p. 311-318.
- ___ . (1994) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni pulcinelli. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP. p. 55-64.
- ___ . (1995) *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.
- ___ . (1997) *O discurso: estrutura ou acontecimento?* 2 ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes.
- ___ . (1998) Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. Trad. Ana M. D. Marshall e Heloisa M. Rosário. *Cadernos de Tradução*, UFRGS, nº 01.
- ___ . (1999) Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.] *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes. p. 49-56.
- ___; FUCHS, Cathérine. (1993) A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas,SP: Editora da UNICAMP. p. 163-252.
- RANCIÈRE, Jacques. (1992) *Les noms de l'histoire*. Essai de poétique du savoir. Paris: Éditions du Seuil.
- REVERBEL, Carlos. (1998) *O gaúcho*. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM.

- ROBIN, Régine; ANGENOT, Marc. (1985) L'inscription du discours social dans le texte littéraire. p. 53-82. Xerox.
- ROBLES, F. C. Sainz de. (1958) *Ensayo de un diccionario mitológico universal*. Madrid: Aguilar.
- ROSARIO, Heloisa Monteiro. (2002) *Relações de tensão entre imprensa e estado: uma análise do discurso jornalístico-político de Zero-Hora sobre o governo Olívio Dutra no estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado/IL-PPG-Letras, UFRGS.
- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. ((1998) *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- RUSSELL, Bertrand. (1981) *Introdução à filosofia matemática*. 4. ed. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. (1999) *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Trad. Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SÉRIS, Christiane. (1997) O centauro: figura moderna e “modernista”. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Trad. Carlos Sussekind [et al.]. Rio de Janeiro: José Olympio. p. 151-155.
- SERRANI, Silvana. (1997) *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP.
- SEVCENKO, Nicolau. (1997) Prefácio à edição brasileira. In: BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SOUZA, Bernardino José de. (1939) *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SPALDING, Tassilo Orpheu. (1965) *Dicionário da Mitologia Greco-latina*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- VÉDRINE, Hélène. (1990) *Les grandes conceptions de l'imaginaire: de Platon à Sartre et Lacan*. Paris: Librairie Générale Française.
- VELLINHO, Moisés. (1964) *Capitania d'El Rei*. Porto Alegre: Globo.
- _____. (s.d.) *O Rio Grande e o Prata: contrastes*. Porto Alegre: IEL.

VEYNE, Paul. (1995) *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília: Editora da UNB.

ZILBERMAN, Regina. (1992) *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.

Obras literárias

ALENCAR, José de. (1978) *O gaúcho*. São Paulo: Ática.

LOPES NETO, João Simões. (1997) *Contos Gauchescos*. (Nova Edição). Porto Alegre: Martins Livreiro.

MARTINS, Cyro. (1993) *Porteira Fechada*. 10. ed. Porto Alegre: Movimento.

MAYA, Alcides. (1991) *Alma Bárbara*. Porto Alegre: Movimento. (1. ed. data de 1922)

MENEGHELLO, Ludovico. (1980) *A volta de Arthur Arão*. Porto Alegre: Sulina.

PINTO, Aureliano de Figueiredo. (1973) *Memórias do Coronel Falcão*. Porto Alegre: Movimento.

SCLIAR, Moacyr. (2000) *O centauro no jardim*. 7. ed. Porto Alegre: L&PM.